

JUSTIÇA

NA RESPOSTA

À CRISE

XII CONVENÇÃO
DO BLOCO
DE ESQUERDA

22 e 23 de maio de 2021
PORTO

deBatEs#2



ÍNDICE

Regulamento do processo preparatório da XII Convenção Nacional do Bloco de Esquerda	3
Proposta de regimento para a XII Convenção Nacional do Bloco de Esquerda	7
Propostas de alteração aos estatutos do Bloco de Esquerda aprovadas pela Mesa Nacional	10
Propostas de alteração aos estatutos do Bloco de Esquerda	12
Moção A: Sair da crise, lutar contra a desigualdade	48
Propostas de alteração à Moção A rejeitadas	77
Proposta de alteração à Moção A parcialmente aceite	79
Moção C: Mais democracia, mais organização	80
Moção E: Enfrentar o empobrecimento polarizar à esquerda	91
Moção N: Por uma revolução tranquila	111
Moção Q: Quebrar correntes, lutar pelo socialismo	120
Contributos para os debates da XII Convenção	130
Calendário dos Debates [Online]	283
Calendário da XII Convenção	285

FICHA TÉCNICA

Editor: Bloco de Esquerda
Morada: Rua da Palma, 268, 1100-394 Lisboa
Ano: 2021



REGULAMENTO DO PROCESSO PREPARATÓRIO DA XII CONVENÇÃO NACIONAL DO BLOCO DE ESQUERDA

Nos termos do n.º 2 do artigo 8º dos Estatutos do Bloco de Esquerda, a Mesa Nacional aprova o seguinte Regulamento do Processo Preparatório da XII Convenção Nacional do Bloco.

I - CONVOCAÇÃO

1. O processo preparatório da Convenção Nacional inicia-se com a sua convocação pela Mesa Nacional, a 4 de outubro de 2020.
2. A XII Convenção Nacional é convocada para os dias **22 e 23 de maio de 2021**, no distrito do Porto, com a seguinte Ordem de Trabalhos:
 - P.1 - Instalação da Convenção: I) votação do relatório a COC; II) votação do Regimento da Convenção; III) eleição da Mesa da Convenção;
 - P.2 - Discussão e votação das propostas de alteração aos Estatutos em vigor;
 - P.3 - Discussão e votação das Moções de Orientação Política;
 - P.4 - Eleição da Mesa Nacional e da Comissão de Direitos.
3. A convocatória e Regulamento são publicados no site do Bloco e enviados via email a todas/os as/os aderentes com correio eletrónico disponível no dia útil seguinte ao da sua aprovação. Os documentos seguirão por CTT às/aos restantes aderentes no prazo de duas semanas.

II - COMISSÃO ORGANIZADORA DA CONVENÇÃO

4. A Mesa Nacional elege uma Comissão Organizadora da Convenção (COC) com a seguinte composição: **Dina Nunes, Helena Figueiredo, Bruno Góis, Paulo Jorge Vieira e Karim Quintino**. Cada Moção de Orientação apresentada à Convenção Nacional indicará um(a) representante para integrar a COC. O endereço eletrónico da COC é **coc.2021@bloco.org**.
5. Compete à COC a responsabilidade pelo processo preparatório da XII Convenção Nacional do Bloco de Esquerda. Constituem atribuições específicas da COC, entre outras, a logística, informação e finanças da Convenção; o cumprimento a nível nacional das datas e prazos estabele-

cidos no presente Regulamento; a receção e edição dos documentos preparatórios através do boletim deBatEs, bem como a coordenação das discussões preparatórias, a sistematização da informação sobre os debates preparatórios e sobre a eleição das/os delegados.

6. O boletim deBatEs é publicado no site do Bloco até às datas indicadas neste Regulamento e enviado de imediato por correio eletrónico para todas/os as/os aderentes inscritas/os e com endereço eletrónico disponível. Os boletins debates #1 e #2 apenas são entregues em suporte papel às/aos aderentes que o solicitem à sede Nacional e o #3 é distribuído na Convenção.
7. A Comissão Organizadora da Convenção inicia funções a partir da sua designação pela Mesa Nacional e cessa funções no momento da eleição da Mesa da Convenção.

III - PRAZOS E PROCESSO DE DISCUSSÃO DAS MOÇÕES DE ORIENTAÇÃO

8. Qualquer grupo de 20 aderentes no pleno uso dos seus direitos pode apresentar à Convenção Nacional uma Moção de Orientação. **Estas moções deverão ser entregues à COC no dia 1 de março de 2021, até às 17 horas, sendo publicadas no deBatEs #1 a 15 de março**. As Moções são entregues em suporte informático através do email da COC e **não podem ultrapassar os 30 mil caracteres** (incluindo espaços), **devem incluir a lista de subscritores**, com indicação dos respetivos números de aderente e distrito/região de filiação, e adquirem a designação de uma letra à escolha dos seus promotores.
9. De modo a disponibilizar e promover toda a informação e esclarecimento necessários às/aos aderentes, compete em exclusivo aos promotores das Moções de Orientação a realização de sessões de apresentação e debate das respetivas propostas, no período compreendido **entre os dias 10 e 18 de abril de 2021**. A COC garante os apoios necessários à convocação de uma sessão de cada Moção por distrito/região, **no formato presencial ou virtual**, que também pode ser realizada em conjunto por acordo entre Moções, bem como à respetiva deslocação das/os representantes das Moções para esse efeito **e dos meios técnicos necessários**. Os promotores das Moções de Orientação poderão tomar outras iniciativas de divulgação e discussão interna das suas posições, sendo previa-



mente comunicadas à COC que delibera sobre qualquer dúvida acerca da compatibilidade entre estas ações e o quadro regulamentar estabelecido.

10. Até **22 de março**, qualquer aderente pode propor **adendas e alterações** à Moção de Orientação na qual se reconheça na generalidade. Essas adendas e alterações devem ser enviadas para o endereço eletrônico da COC em formato editável.
11. Os redatores de cada uma das Moções dispõem **até dia 5 de abril** para decidirem sobre a inclusão das propostas mencionadas no parágrafo anterior e enviarem à COC o texto final da respetiva Moção já com as alterações aceites, bem como a indicação das alterações que foram rejeitadas.
12. Os redatores podem decidir, **até 5 de abril**, sobre a fusão das respetivas moções e informar desse facto a COC.
13. Os textos de debate/contributos a publicar no debates #2 deverão ser enviados para o mail da COC **até 29 de março** em suporte informático editável e não podem ultrapassar os 5 mil caracteres (incluindo espaços).
14. No boletim **deBatEs #2**, a publicar a **9 de abril**, é dada informação sobre as alterações produzidas nas moções iniciais no âmbito dos anteriores parágrafos 11 e 12.
15. As propostas não incluídas pelas Moções, que serão publicadas nos boletins deBatEs #2 e #3, poderão ser apresentadas para votação na Convenção, desde que subscritas por um mínimo de 5 delegados/as.
16. Na sua forma de proposta final, as Moções de Orientação serão distribuídas aos delegados/as no início da Convenção.
17. **Só serão admitidas a votação as Moções publicadas no DeBatEs #3 subscritas por 7 delegados/as.** O Regimento dos trabalhos, a ser proposto pela MN cessante e a ser debatido e votado no início da Convenção, estipulará as condições do debate das diferentes propostas.

IV - PRAZOS E PROCESSO DE DISCUSSÃO DAS ALTERAÇÕES AOS ESTATUTOS

18. Qualquer aderente poderá, **até 22 de fevereiro**, apresentar à Mesa Nacional propostas de alteração dos Estatutos, através do email da COC.
19. A Mesa Nacional cessante, tendo em conta essas propostas e o balanço que faça do funcionamento do Bloco à luz dos atuais Estatutos, discutirá e aprovará uma proposta de alteração aos Estatutos **no dia 6 de março**.
20. Essa proposta de Estatutos será divulgada no deBatEs #1, a publicar **no dia 15 de março**, em conjunto com as Moções de Orientação e ainda o relatório de atividades da Mesa Nacional cessante, que constitui a sua prestação de

contas pelo mandato exercido desde a última Convenção.

21. Qualquer aderente poderá, em função da proposta da Mesa Nacional cessante, apresentar à COC outras propostas de alteração aos Estatutos, **até 22 de março**, de modo a serem incluídas no deBatEs #2. Cada proposta terá de ser enviada em suporte informático, com formato editável, para o mail da COC e não deverá exceder os 2000 caracteres (incluindo espaços) de fundamentação.
22. Em Convenção, serão discutidas, nos termos do Regimento dos trabalhos, **as propostas de revisão de Estatutos publicados no debates #3 e subscritas por, pelo menos, 7 delegadas/os.**

V - PRAZOS E PROCESSO DE DISCUSSÃO DAS LISTAS

23. As listas candidatas à Mesa Nacional e à Comissão de Direitos deverão ser apresentadas pelas/os delegadas/os, **no mínimo de 7**, e estão vinculadas à apresentação de Moções de Orientação admitidas a votação na Convenção.
24. Essas listas devem ser entregues à Mesa da Convenção até ao limite temporal a estabelecer pelo Regimento da Convenção, podendo apresentar um número inferior ao definido pelo Regimento para cada um dos órgãos. Todavia, devem respeitar, no seu alinhamento interno, pelo menos uma mulher ou um homem em cada ordenação sequencial de três candidatas/os, tendo de assegurar um resultado final de paridade de género 50/50, nos termos estipulados no artigo 20º dos estatutos.
25. Os órgãos eleitos respeitarão o princípio da atribuição de mandatos pelo método da proporcionalidade direta.

VI - ELEIÇÃO DE DELEGADAS/OS

26. As/os delegados são eleitas/os pelos aderentes inscritos no Bloco de Esquerda e com capacidade eleitoral ativa. Nos termos dos estatutos, têm capacidade eleitoral ativa os aderentes cujas inscrições ou reinscrições constem dos registos centrais até 6 meses antes convocação da Convenção, ou seja, até às **00h de dia 4 de abril de 2020**, e que tenham regularizado, até ao momento da votação, o pagamento da quota estatutária referente ao ano de 2021. A quota pode ser regularizada pela/o aderente na Mesa da Assembleia Eleitoral. Na Ata da Assembleia Eleitoral devem constar os nomes e números de aderentes dos eleitores e das eleitoras que procederam ao pagamento presencial da quota e definido um/a responsável pela entrega do dinheiro ao Tesoureiro Distrital.
27. A eleição dos delegados/as é realizada por listas e por voto secreto em um dos dias **14, 15 ou 16 de maio**, em



assembleias convocadas especialmente para o efeito pelas Comissões Coordenadoras Distritais/Regionais (CCD/R) e regidas pelo modelo nacional de Regulamento em anexo.

28. As e os delegadas/os são eleitas/os **na proporção de 1 delegada/o para 26 aderentes**, tendo por base o apuramento das/os inscritas/os até às 00h 4 de abril de 2020.

29. As listas de candidatas/os a delegadas/os podem, em alternativa:

- a) Estar associadas a uma Moção de Orientação;
- b) Ser apresentadas por aderentes com outra fundamentação política, expressa em plataforma publicada, com texto que não ultrapassa os 10 mil caracteres (incluindo espaços), subscrita pelo mínimo de 3 aderentes da mesma Assembleia Eleitoral.

30. As listas não precisam de apresentar nomes para a totalidade das/os candidatas/os elegíveis por cada Assembleia Eleitoral, devendo garantir a paridade estatutária.

31. As Comissões Coordenadoras Distritais e Regionais (CCD/R) organizam o processo eleitoral nas respetivas áreas e decidem sobre a constituição de assembleias eleitorais, sabendo que o âmbito das assembleias para a eleição de delegadas/os é definido pelos seguintes critérios, cumprindo as regras definidas pelos Estatutos e por este Regulamento:

- a) Constitui-se uma assembleia eleitoral em cada concelho com **150 ou mais aderentes**;
- b) Os restantes concelhos de um distrito/região com **menos de 150 aderentes** cada agregam-se em agrupamentos concelhios que somem **150 ou mais aderentes**;
- c) Na impossibilidade de se cumprir a alínea anterior, os concelhos com **menos de 150 aderentes** cada juntam-se a concelhos geograficamente mais próximos e do mesmo distrito com **mais de 150 aderentes**. Excetua-se deste critério a região Autónoma dos Açores, que pela sua especificidade geográfica, poderá formar assembleias eleitorais com menos de 100 aderentes (em ilhas com menos de 100 aderentes).

32. Cada assembleia eleitoral pode repartir-se por mais do que uma mesa eleitoral.

33. As Comissões Coordenadoras Distritais e Regionais (CCD/R) enviam à COC, **até ao dia 6 de abril**, o respetivo Regulamento Eleitoral das/os delegadas/os à Convenção, utilizando, para o efeito, o modelo anexo a este Regulamento. O Regulamento eleitoral é enviado por email aos aderentes do respetivo universo eleitoral e publicado no site bloco.org e no site do Bloco Distrital ou Regional correspondente.

34. Às Comissões Coordenadoras Distritais e Regionais (CCD/R) competirá organizar o processo eleitoral observando os seguintes aspetos:

a) o processo de eleição de delegadas/os à Convenção é autónomo de qualquer outro processo eleitoral para órgãos do Bloco e não coincide com outros atos eleitorais, designadamente para estruturas concelhias, distritais ou regionais.

b) As listas de candidatas/os deverão ser entregues às Comissões Coordenadoras Distritais e Regionais (CCD/R), com conhecimento à COC, **até dia 20** de abril, validadas no dia seguinte pelas CCD/R e pela COC e enviadas aos aderentes por correio **até dia 26 de abril**. As listas de candidatas/os a delegadas/os, bem como as informações relativas às respetivas Assembleias Eleitorais, e os textos das Plataformas, quando estas existirem, serão ainda enviadas pela COC às/aos aderentes via email **no dia 23 de abril**. Para esse efeito, as CCD/R deverão preencher o modelo de minuta anexo a este Regulamento e enviá-lo para a COC logo após a validação das listas de candidatas/os;

c) O voto por correspondência será validado para escrutínio se estiver dobrado, colocado num envelope fechado sem qualquer sinal identificativo que, por sua vez, é inserido num segundo envelope exterior que contém uma declaração de exercício de voto por correspondência, na qual consta o nome completo, o código de validação e assinatura do/a aderente conforme o BI/CC. O código de validação é enviado aos/às aderentes pelos serviços centrais da Base de Dados.

d) Os envelopes com o voto por correspondência devem chegar à sede distrital/regional até às 20h da véspera do dia da respetiva assembleia eleitoral, registados nesse mesmo dia pela Mesa da Assembleia Eleitoral (MAE) e entregues nas mesas de voto respetivas a tempo de serem escrutinados juntamente com os votos presenciais;

e) As MAE são indicadas pelas respetivas Comissões Coordenadoras Distritais/Regionais, tendo cada Moção de Orientação ou Plataforma direito a indicar um(a) representante para cada mesa eleitoral constituída.

f) Compete à COC organizar a(s) MAE das/os aderentes emigrantes.

35. A eleição dos delegados/as respeitará a proporção direta dos votos obtidos por cada lista.

36. A Mesa Eleitoral (MAE) deve, terminada a votação, elaborar a ata com o registo dos resultados e a lista de delegadas/os eleitas/os, de acordo com o modelo em anexo,



e enviá-las por à respectiva CCD/R, com conhecimento à COC, imediatamente após o escrutínio, juntamente com os cadernos eleitorais com os votos descarregados, que verificará a legitimidade do processo de eleição. A Comissão Coordenadora Distrital/Regional decidirá até 48 horas após as respectivas assembleias eleitorais sobre eventuais impugnações, cabendo à COC deliberar sobre recursos dessa decisão que venham a ser apresentados nas 72 horas subsequentes à realização da respectiva Assembleia Eleitoral.



PROPOSTA DE REGIMENTO PARA A XII CONVENÇÃO NACIONAL DO BLOCO DE ESQUERDA

DATA, LUGAR E LEMA

1. A XII Convenção Nacional do Bloco de Esquerda tem lugar nos dias 22 e 23 de maio de 2021, no Centro de Desportos e Congressos de Matosinhos, no distrito do Porto, sob o lema **“Justiça na Resposta à Crise”**.

COMPOSIÇÃO

2. A Convenção é constituída pelas/os delegadas/os que tenham sido eleitas/os em assembleias eleitorais especialmente convocadas para o efeito, nos termos do Regulamento do Processo Preparatório da Convenção aprovado pela Mesa Nacional cessante.
3. Não existem delegadas/os por inerência.
4. Para além das/os delegadas/os, podem assistir aos trabalhos da Convenção representantes credenciados da Comunicação Social.
5. Representantes de outros partidos, organizações ou instituições podem ser convidados pela COC a assistir à Convenção.
6. Compete à Mesa da Convenção decidir sobre a possibilidade de intervenção de convidados.
7. Os trabalhos da Convenção são integralmente transmitidos em direto nos meios do Bloco de Esquerda.

DIREÇÃO DOS TRABALHOS

8. A XII Convenção inicia-se com a credenciação das/ os delegadas/os a partir das 09h30m de sábado, apresentação do relatório da COC sobre o processo da Convenção, apresentação e votação do Regimento da Convenção, e eleição da Mesa da Convenção, ainda sob responsabilidade da COC.
 - a) O período de trabalho no primeiro dia pode decorrer até às **21h00m** de modo a assegurar o maior número possível de intervenções.
9. Os trabalhos da Convenção são dirigidos pela Mesa, logo que eleita, composta por um mínimo de cinco e um máximo de nove delegadas/os. Compete-lhe, em particular, assegurar - no respeito pelos Estatutos e pelo presente Regimento - o bom andamento dos trabalhos e o caráter

democrático dos debates, das votações e do processo eleitoral.

10. A Mesa dirige os trabalhos de acordo com a Ordem de Trabalhos aprovada.
11. É da exclusiva responsabilidade da Mesa dar a palavra a delegadas/os e convidadas/os, anunciar as votações e proclamar os resultados da eleição dos órgãos nacionais.
12. Compete à Mesa da Convenção a elaboração da Ata da Convenção.
13. A Mesa da Convenção assegura e decide sobre a coordenação dos serviços de apoio, a distribuição de todos os documentos sujeitos a votação e os contactos com a Comunicação Social, competindo-lhe resolver qualquer questão relativa ao funcionamento da Convenção, designadamente as não previstas neste Regimento.

INTERVENÇÕES, PROPOSTAS E DEBATES

14. As/os delegadas/os podem tomar a palavra nos debates sobre as moções de orientação e estatutos, nos termos deste Regimento, devendo inscrever-se para o fazer em impresso próprio junto dos serviços de apoio.
15. O debate relativo às moções de orientação é introduzido por um/a representante de cada proposta validada, por ordem decrescente do número de delegadas/os que elegeram, sendo assegurada igualmente a oportunidade de intervir na conclusão do debate, por ordem inversa e, em ambos os casos, em tempos iguais para cada moção.
16. Cada moção de orientação ou plataforma publicada tem direito a um tempo global para intervenções das/os suas e seus delegadas/ os, incluindo apresentação e conclusão, proporcional ao número total de eleitos/as para a Convenção.
 - a) A Mesa garante, como limiar mínimo para qualquer moção ou plataforma, o direito ao tempo de uma intervenção;
 - b) Nenhuma moção poderá totalizar um tempo de intervenção superior a 67% do tempo global de debate;
 - c) As/os delegadas/os indicam no boletim de inscrição a moção ou plataforma a que se associaram na eleição para delegadas/os à Convenção.

17. Na Convenção apenas são debatidas e votadas propostas apresentadas durante o processo preparatório, com exceção das listas de candidatura aos órgãos nacionais, nos termos do respetivo Regulamento. As/os delegadas/os só podem dirigir, sempre por escrito, à Mesa: Requerimentos sobre o funcionamento dos debates e votações, que terão de ser votados pela Convenção; Reclamações sobre o cumprimento dos Estatutos e Regimento, que devem ser decididas pela Mesa, com direito de recurso da/o reclamante para a Convenção; Declarações de voto que ficarão anexas à ata da Convenção.
18. Compete à Mesa definir os períodos de inscrição, gerir os tempos de intervenção e conceder ou retirar o uso da palavra.
19. As propostas de alteração aos Estatutos, incluídas no deBatEs#2, devem ser subscritas por um mínimo de 7 delegadas/os de modo a poderem ser consideradas para votação, devendo dar entrada na Mesa até ao início do respetivo ponto da Ordem de Trabalhos.
20. As/os proponentes de proposta(s) de alteração aos Estatutos considerada(s) para votação, podem intervir no início exclusivamente para as respetivas apresentações.
21. As propostas globais de moção de orientação, incluídas no deBatEs#2, são validadas e submetidas a votação quando subscritas por um mínimo de 7 delegadas/os, devendo as listas das/os delegadas/os subscritores dar entrada na Mesa até ao início do respetivo ponto da Ordem de Trabalhos.
22. As propostas de agenda, de alteração e de votação na especialidade relativas às moções de orientação apresentadas durante o processo preparatório e incluídas no deBatEs#2, mas cuja inclusão foi recusada pelos redatores da moção a que se destinavam, podem ser mantidas e submetidas a votação quando subscritas por um mínimo de 5 delegadas/os, devendo dar entrada na Mesa até ao início do respetivo ponto da Ordem de Trabalhos.
23. As votações para apuramento de maioria simples realizam-se de braço no ar, exibindo o cartão de delegada/o.
 - a) as votações em alternativa permitem o voto de abstenção.
24. As votações das propostas de moção de orientação e de alteração aos Estatutos decorrem no final dos respetivos pontos da Ordem de Trabalhos.
 - a) a votação final das moções terá início às 12h00m de domingo.
25. Todas as propostas de alteração aos Estatutos são sujeitas a votação, não havendo lugar a votação geral e final dos Estatutos.
26. As moções de orientação são votadas na generalidade e em alternativa, passando-se em seguida à votação das propostas de alteração relativas à moção que obteve maioria de votos na generalidade, desde que publicadas no Debates#2 e entretanto validadas nos termos do presente Regimento.
27. Compete à Mesa contar os votos, anunciar os resultados e apreciar eventuais impugnações.
28. As eleições para os órgãos nacionais - Comissão de Direitos e Mesa Nacional - decorrem em sistema de listas, por voto secreto e em urnas fechadas, de acordo com os Estatutos.
29. Compete à Mesa da Convenção organizar o processo eleitoral, proceder ao escrutínio e apreciar eventuais impugnações.
30. A eleição dos órgãos nacionais decorrerá a partir das 17h00m do primeiro dia de trabalhos até às 11h00m da manhã seguinte, com interrupção no período entre o encerramento dos trabalhos no primeiro dia e a abertura no segundo, sendo precedida da distribuição das listas de candidatura.
31. Cada lista de candidatura indicará um/a delegado/a efetivo/a e um/a suplente por cada urna de voto constituída, para poderem acompanhar a votação e assistir à respetiva contagem dos votos.
32. As listas candidatas aos órgãos nacionais devem ser validadas por um mínimo de 7 delegadas/os, têm de obrigatoriamente subscrever uma das moções de orientação apresentadas a votação, assegurar o critério da paridade absoluta - em cada sequência de 2 nomes terão de estar representados ambos os sexos, e indicar de forma legível o nome de cada um das/os candidatas/os, n.º de aderente, distrito/região de recenseamento, idade e profissão.
33. As listas devem ser entregues na Mesa até às 15h00m do primeiro dia dos trabalhos da Convenção, cabendo à Mesa aceitar ou rejeitar as candidaturas por verificação da sua conformidade com as normas regimentais e estatutárias.
34. Havendo mais do que uma lista candidata, a composição desses órgãos é determinada pela proporção direta dos votos recolhidos por cada lista, sendo o número de lugares definido pelo número de candidatas/os da lista mais

ELEIÇÃO DOS ÓRGÃOS NACIONAIS

VOTAÇÕES



numerosa, até ao máximo de 80 no caso da Mesa Nacional e de 7 no caso da Comissão de Direitos.

35. A Mesa distribui as atas de apuramento eleitoral e anuncia à Convenção a composição completa dos órgãos nacionais eleitos.
36. A Mesa convida a lista mais votada para a Mesa Nacional a intervir no final dos trabalhos e procede, posteriormente, ao encerramento da Convenção.

ORDEM DE TRABALHOS

- > Início dos trabalhos, apresentação e votação do relatório da COC, apresentação e votação do Regimento da Convenção, instalação da Convenção Nacional (Sábado 11h00m);
- > Eleição da Mesa (11h15m);
- > Alocução de abertura da Convenção (11h30m);
- > Estatutos - discussão e votação de propostas de alteração (11h50m);
- > Moções de Orientação Política - apresentações, debate, conclusões e votação (início 14h30m, sábado, votação final 12h00m domingo);
- > Eleição dos Órgãos Nacionais: Mesa Nacional e Comissão de Direitos (abertura das urnas às 17h00m sábado, encerramento às 11h00m domingo); Sessão de Encerramento (domingo 12h30m).



PROPOSTAS DE ALTERAÇÃO AOS ESTATUTOS DO BLOCO DE ESQUERDA APROVADAS PELA MESA NACIONAL

Artigo 1º

Definição e Objetivos

1 - (...)

2 - O Bloco de Esquerda, adiante também referido como Movimento, inspira-se nas contribuições convergentes de cidadãos e cidadãos, forças e movimentos que ao longo dos anos se comprometeram e comprometem com a defesa intransigente da liberdade e com a busca de alternativas ao capitalismo. Pronuncia-se por um mundo ecologicamente sustentável e mais respeitador de todos os animais. Combate todas as fontes de desigualdades sociais, baseadas em formas de exploração e exclusão de caráter étnico-racial, de género, de orientação sexual, de idade, de religião, de opinião, de classe social ou baseadas na existência de diversidade funcional, não sendo complacente com comportamentos que vão contra estes princípios. **Como força política internacionalista, assume a defesa dos Direitos Humanos em todo o mundo, sem exceções.**

3 - (...)

Artigo 3º

Aderentes

1 - (...)

2 - (...)

3 - (...)

4 - (...)

5 - (...)

6 - (...)

7 - A inscrição como aderente caduca por renúncia pessoal expressa, óbito, ou por ausência de contacto com o Bloco de Esquerda nos últimos cinco anos.

8 - A ausência de contacto de aderente é certificada pelas coordenadoras concelhias ou, na sua falta, pela coordenadora distrital/regional ou pela Comissão Política, dispondo de 2 meses para o efeito, findos os quais, se não se contabiliza nenhum pagamento de quota, é registada a caducidade da adesão.

9 - A verificação geral da ausência de contactos de aderente decorre de cinco em cinco anos, de acordo com um regulamento da Mesa Nacional.



Artigo 4º

Direitos dos Aderentes

1 - (...)

a) (...)

b) (...)

c) (...)

d) Obter resposta, no máximo de um mês, a perguntas dirigidas por escrito aos órgãos;

e) atual d)

f) atual e)

g) atual f)

Artigo 6º

Sanções

1 - (...)

a) (...)

b) (...)

c) Suspensão de direitos, automática e provisória, quando o ou a aderente se candidata em lista eleitoral de outro partido concorrente do Bloco de Esquerda, enquanto decorre o inquérito respetivo, prévio à exclusão.

d) anterior alínea c)



PROPOSTAS DE ALTERAÇÃO AOS ESTATUTOS DO BLOCO DE ESQUERDA

DEFINIÇÃO E OBJETIVOS

Artigo 1º

Definição e Objetivos

- 1 - “O Bloco de Esquerda (à frente referido como **BE ou Bloco**) ...”
- 2 - “O Bloco de Esquerda (**suprimir “adiante definido como Movimento”**) ... Acrescentar no final: **Como força política internacionalista, assume a defesa dos direitos humanos em todo o mundo, sem exceções**”.
- 3 - [...]

Fundamentação:

O BE é um partido-movimento, hoje a 3ª força política nacional. Parece-me redutor menciona-lo nos estatutos como movimento. A minha sugestão: referi-lo pela sigla BE e, quando, em algum número, se tiver de o referir mais uma vez, utilizar a designação de Bloco. Não é, obviamente, uma questão essencial, mas parece-me mais correta esta sugestão. Estando implícita na minha proposta, essa alteração apenas aparecerá na versão consolidada desta.

Por seu turno, o acrescento que proponho serve para reforçar o carácter internacionalista do BE e o seu compromisso com as lutas pelas liberdades em todo o mundo, traduzido na recusa de qualquer condescendência com regimes autoritários e repressivos, mesmo quando se afirmam “de esquerda”.

Subscreve:

Jorge Martins

Artigo 1º

Definição e Objectivos

- 1 - [...]
- 2 - [...]
- 3 - O Bloco de Esquerda defende e promove uma cultura cívica de participação e de ação política democrática como garantia de transformação social, e a perspetiva do **ecossocialismo** como expressão da luta emancipatória da Humanidade contra a exploração e opressão.

Fundamentação:

A inclusão da palavra “ecossocialismo” no ponto 3, surge por considerarmos que o Bloco de Esquerda deve assumir inequivocamente a defesa do ecossocialismo como objetivo consagrado estatutariamente. A conjugação do socialismo e da ecologia é absolutamente necessária para uma transformação da sociedade com carácter antipitalista e de defesa do ambiente.

**Subscvem:**

Adelino Granja, Ana Filipa Costa, Ana Pendilha, Ana Sofia Ligeiro, António Abreu, António Ramoa, António Ricardo, Angelo Silva, Bruno Candeias, Carlos Marecos, Carlos Matias, Carlos Tomás, Catarina Fonseca, Elsa Moreira, Fernando Bessa Ribeiro, Fernando Castro, Francisco Duarte, Francisco Pascoal, Francisco Tomás, Gorete Pimentel, Henrique Leal, Higinio Maroto, Jorge Teixeira, José Lopes, José Cardoso Moura, Luís Gomes, Luís Mougá Lopes, Luís Pereira, Luís Silva, Lurdes Gomes, Manuel Canelas, Manuel Carlos Silva, Maria da Luz, Maria Jose Magalhães, Mário Tomé, Nuno Monteiro, Paulo Marques, Pedro Amorim, Pedro Cardoso, Rogério Pinto, Rosário Vaz, Sérgio Filipe, Soares Luz, Sílvia Carreira, Teodósio Alcobia, Vitor Tojeira

ADERENTES**Artigo 3º****Aderentes**

1 - [...]

2 - [...]

3 - [...]

4 - Alterar para "...concelho e distrito ou região **onde se encontra filiado...**"

5 - [...]

6 - Substituir "..., sendo exceção o prazo referido no nº1" por "..., **com a decisão a ser tomada por esta na sessão imediata à receção do pedido**".7 - Alterar o prazo de cinco para **dois anos**.**Fundamentação:**

A primeira é apenas uma questão de linguagem, para evitar repetir o termo "filiação".

A segunda destina-se a evitar que a decisão de readmissão de ex-aderentes seja adiada ad eternum.

A terceira será mais controversa, mas parece-me que cinco anos é tempo demasiado. Com isso, as listas de aderentes vão-se desatualizando e o BE passa a ter um grande número de aderentes virtuais, que são, igualmente, "eleitores-fantasmas" nas eleições internas. O que deve é haver, da parte das CC Concelhias, contactos mais frequentes com as e os aderentes, de forma a evitar essas situações.

Subscve:

Jorge Martins

Artigo 3º**Aderentes**

1 - [...]

2 - [...]

3 - [...]

4 - Cada aderente vincula-se **ao concelho e distrito correspondente ao seu recenseamento eleitoral ou residência em caso de menoridade, podendo contudo requerer mudança para o concelho em que trabalhe ou estude**. No caso de aderentes fora do país, a vinculação é feita a um círculo de residentes no estrangeiro, podendo organizar-se por núcleos em cada país ou região.

5 - [...]

**Fundamentação:**

Não se ligando a nenhum factor objectivo, a decisão de vinculação a um qualquer concelho presta-se a ser feita e alterada consoante conveniências políticas de momento e pode inclusive deturpar o sentido de processos eleitorais internos. Assim, criar um elemento objectivo que condicione a vinculação é aumentar a transparência.

Subscrevem:

Alexandre Bonilha, Alexandre Frias, Ana Martins, Artur Gouveia, Carlos Carujo, Frederico Mira George, João Patrocínio, José António Guerra, José Dias, Nuno Miranda, Paulo Pica, Samuel Cardoso

DIREITOS DAS E DOS ADERENTES**Artigo 4º****Direitos das e dos aderentes**

1 - [...]

a) [...]

b) eleger e ser eleita ou eleito para todos os órgãos e cargos definidos na estrutura do Movimento, desde que com inscrição ou reinscrição até 6 meses antes da **convocação realização** do ato eleitoral;

Fundamentação:

Consideramos que os direitos e garantias dos aderentes devem ser atendidos na sua plenitude, assim, não fará sentido fechar cadernos eleitorais com base na data de convocação do ato eleitoral, levando a que em determinados casos aderentes com mais de 6 meses sejam impedidos de votar e de ser eleitos. Esta alteração levará a que os atos eleitorais sejam convocados com 6 meses de antecedência (em limite) e assim nunca um ou uma aderente ficará impedido de votar ou ser eleito/a tendo pelo menos 6 meses de adesão.

Subscrevem:

Adelino Granja, Ana Filipa Costa, Ana Pendilha, António Abreu, António Ramoa, António Ricardo, Angelo Silva, Bruno Candeias, Carlos Marecos, Carlos Matias, Carlos Tomás, Catarina Fonseca, Elsa Moreira, Fernando Bessa Ribeiro, Fernando Castro, Francisco Duarte, Francisco Pascoal, Francisco Tomás, Gorete Pimentel, Henrique Leal, Higinio Maroto, João Madeira, Jorgete Teixeira, José Lopes, José Cardoso Moura, Luís Gomes, Luís Mougá Lopes, Luís Pereira, Luís Silva, Lurdes Gomes, Manuel Canelas, Manuel Carlos Silva, Maria Anjos, Maria da Luz, Maria José Magalhães, Mário Tomé, Nuno Monteiro, Paulo Marques, Pedro Amorim, Pedro Cardoso, Rogério Pinto, Rosário Vaz, Sérgio Filipe, Soares Luz, Sílvia Carreira, Teodósio Alcobia, Victor Pinto, Vitor Tojeira

Artigo 4º**Direitos das e dos aderentes**

1 - [...]

2 - [NOVO] As funcionárias e os funcionários do BE, bem como as assessoras e os assessores que exerçam cargos remunerados de assistência a eleitas e eleitos do Bloco, ficarão, no que se refere à alínea b), sujeitas e sujeitos às restrições definidas no art.º 25º dos presentes estatutos.

3 [...] antigo nº 2

**Fundamentação:**

O alcance desta proposta será explicado quando justificar a inserção do novo art.º 25º.

Subscreve:

Jorge Martins

Artigo 4º**Direitos das e dos aderentes**

1 - [...]

2 - [...]

3 - [NOVO] O/A funcionário/a do partido, só poderá ser despedido/a com base nas conclusões de um rigoroso inquérito sobre o não cumprimento das funções que lhe estão atribuídas.

Fundamentação:

Quanto a este novo ponto, consideramos que o «despedimento» das ou dos funcionários do partido, não pode ser procedido sem que decorra um inquérito rigoroso, caso contrário suscitará muitas dúvidas no interior do partido. Pelo que se impõe que sejam devidamente fundamentadas as funções que tenham sido violadas, para dissipar quaisquer dúvidas.

Subscvem:

Adelino Granja, Ana Filipa Costa, Ana Pendilha, António Abreu, António Ramoa, António Ricardo, Angelo Silva, Bruno Candeias, Carlos Marecos, Carlos Matias, Carlos Tomás, Catarina Fonseca, Elsa Moreira, Fernando Bessa Ribeiro, Fernando Castro, Francisco Duarte, Francisco Pascoal, Francisco Tomás, Gorete Pimentel, Henrique Leal, Hígino Maroto, Jorge Teixeira, José Lopes, José Cardoso Moura, Luís Gomes, Luís Mougá Lopes, Luís Pereira, Luís Silva, Lurdes Gomes, Manuel Canelas, Manuel Carlos Silva, Maria Anjos, Maria da Luz, Maria José Magalhães, Mário Tomé, Nuno Monteiro, Paulo Marques, Pedro Amorim, Pedro Cardoso, Rogério Pinto, Rosário Vaz, Sérgio Filipe, Soares Luz, Sílvia Carreira, Teodósio Alcobia, Victor Pinto, Vitor Tojeira

RESPONSABILIDADES DAS E DOS ADERENTES

Artigo 5º**Responsabilidades das e dos aderentes**

1 - [...]

a) [...]

b) [...]

c) [NOVO] Informar os órgãos concelhios, distritais ou regionais e nacionais sobre a forma como pretende ser contactada ou contactado pelo BE e atualizar, junto daqueles, os dados necessários para o efeito;

d) [...] antiga alínea c)

2 - [...]

**Fundamentação:**

A introdução desta alínea deve-se ao facto de haver aderentes que mudam de residência ou, mesmo, de "mail" ou de telemóvel, torando o contacto com elas ou eles mais difícil e, em certos casos, quase impossível. Seria importante, até para a questão da salvaguarda da privacidade, de que falarei mais à frente, informarem os órgãos do partido sobre o meio que autorizam para esses contactos.

Subscreve:

Jorge Martins

Artigo 5º**Responsabilidades das e dos aderentes**

1 - [...]

a) [...]

b) [...]

c) [...]

2 - No caso de impossibilidade económica, o pagamento anual da quota pode ser **reduzido a valor simbólico dispensado** por decisão não delegável da Comissão Coordenadora Distrital ou Regional, sob proposta da Comissão Coordenadora Concelhia, caso exista. A **redução dispensa** de pagamento da quota termina no fim do ano civil, podendo ser revalidada por solicitação da própria ou do próprio no ano seguinte.

Fundamentação:

Propomos que, no caso de impossibilidade económica, os aderentes deverão pagar um valor simbólico como quota, considerando que a mesma constitui um vínculo ao partido.

Note-se que esta alteração terá as devidas implicações na redação do ponto 2 do Artigo 4º dos presentes estatutos.

Subscrevem:

Adelino Granja, Ana Filipa Costa, Ana Pendilha, António Abreu , António Ramoa, António Ricardo, Angelo Silva, Bruno Candeias, Carlos Marecos, Carlos Matias, Carlos Tomás, Catarina Fonseca, Elsa Moreira, Fernando Bessa Ribeiro, Fernando Castro, Francisco Duarte, Francisco Pascoal, Francisco Tomás, Gorete Pimentel, Henrique Leal, Higinio Maroto, João Madeira, Jorgete Teixeira, José Lopes, José Cardoso Moura, Luís Gomes, Luís Mouga Lopes, Luís Pereira, Luís Silva, Lurdes Gomes, Manuel Canelas, Manuel Carlos Silva, Maria Anjos, Maria da Luz, Maria José Magalhães, Mário Tomé, Nuno Monteiro, Paulo Marques, Pedro Amorim, Pedro Cardoso, Rogério Pinto, Rosário Vaz, Sérgio Filipe, Soares Luz, Sílvia Carreira, Teodósio Alcobia, Victor Pinto, Vitor Tojeira

Artigo 5º**Responsabilidades das e dos aderentes**

1 - [...]

a) [...]

b) [...]

c) [...]

2 - [...]

3 - **Qualquer aderente que assuma cargos eletivos na estrutura do movimento, no PE, AR, nas ARL ou nas Autarquias, não exerce mais do que três mandatos consecutivos no mesmo órgão.**



- a) **A contagem de mandatos para efeitos da limitação de mandatos, só se aplicará apartir da XII Convenção Nacional.**

Fundamentação:

Consideramos que os cargos eletivos deverão ser rotativos de modo à não cristalização nos lugares e que a representação de cargos públicos não se transforme em profissão, dando-se oportunidade a outros e outras camaradas contribuindo para a formação de novos quadros.

Subscrevem:

Adelino Granja, Ana Filipa Costa, Ana Pendilha, António Abreu , António Ramoa, António Ricardo, Angelo Silva, Bruno Candeias, Carlos Marecos, Carlos Matias, Carlos Tomás, Catarina Fonseca, Elsa Moreira, Fernando Bessa Ribeiro, Fernando Castro, Francisco Duarte, Francisco Pascoal, Francisco Tomás, Gorete Pimentel, Henrique Leal, Higino Maroto, João Madeira, Jorgete Teixeira, José Lopes, José Cardoso Moura, Luís Gomes, Luís Mouga Lopes, Luís Pereira, Luís Silva, Lurdes Gomes, Manuel Canelas, Manuel Carlos Silva, Maria Anjos, Maria da Luz, Maria José Magalhães, Mário Tomé, Nuno Monteiro, Paulo Marques, Pedro Amorim, Pedro Cardoso, Rogério Pinto, Rosário Vaz, Sérgio Filipe, Soares Luz, Sílvia Carreira, Teodósio Alcobia, Victor Pinto, Vitor Tojeira

Artigo 5º

Responsabilidades das e dos aderentes

1 - [...]

2 - [...]

3 - **[NOVO] As e os aderentes que sejam eleitas e eleitos para cargos públicos assumem estes cargos enquanto mandatos colectivos sujeitos à decisão democrática dos respectivos órgãos do movimento e estão sujeitos/as ao cumprimento de um código ético aprovado em Mesa Nacional.**

Fundamentação:

Por um lado, é necessário estatuir a natureza colectiva dos cargos de eleição pública de forma a não deixar margem para que interpretações individualistas se sobreponham ao trabalho em comum. Por outro lado, é necessário que os deveres das eleitas e dos eleitos do Bloco de Esquerda sejam públicos e debatidos abertamente no movimento.

Subscrevem:

Alexandre Bonilha, Alexandre Frias, Amália Oliveira, Ana Martins, Artur Gouveia, Carlos Carujo, Frederico Mira George, João Patrocínio, José António Guerra, José Dias, Luís Miguel Santos, Nuno Miranda, Paulo Pica, Samuel Cardoso



SANÇÕES

Artigo 6º

Sanções

1 - [...]

2 - [...]

3 - [...] antigo nº4, alínea a) - O procedimento disciplinar prescreve se não tiver sido iniciado nos sessenta dias **úteis** subsequentes à comunicação do presumível motivo à reunião da Mesa Nacional.

4 - [...] antigo nº 2, alínea a)

5 - [...] antigo nº 4 - Acrescentar: "... **qualquer sanção disciplinar é sempre precedida de inquérito, ...**"

6 - [...] antigo nº 4, alínea b)

7 - [...] antigo nº 3

8 - [...] antigo nº 3, alínea a) - Alterar para: "**O recurso previsto no nº 2 ...**"

9 - [...] antigo nº 3, alínea b) - "O recurso da sanção **não** tem efeito suspensivo".

10 - [...] antigo nº 5 - Alterar/acrescentar: "... **diferenças de opinião política, sejam estas manifestadas no seio do BE ou no exterior**".

Fundamentação:

A mexida na formulação e ordenação deste artigo serve para, na minha opinião, o tornar mais claro e coerente, com uma sequência mais lógica.

Reforça, ainda, os direitos das e dos aderentes, pelo menos do ponto de vista formal (alterações contidas nos novos nº 3, 5 e 10).

Na questão mais substancial, a do efeito suspensivo da sanção, proponho esta alteração porque não me parece correto que alguém tenha de cumprir pena sem haver sentença transitada em julgado, como aconteceu, por exemplo, no Brasil, com o "Lula", o que condenámos. Claro que poderá haver questões relacionadas com aderentes objeto de exclusão e cuja presença nas estruturas do Bloco pode prejudicar este. Uma possibilidade seria acrescentar-se ao nº 9 uma medida cautelar de suspensão de todos os cargos e o impedimento de concorrer a eleições internas entre a data da aplicação da sanção e a Convenção Nacional seguinte.

Subscreve:

Jorge Martins

Artigo 6º

Sanções

1 - [...]

2 - [...]

3 - [...]

4 - Qualquer sanção disciplinar é precedida de inquérito, com direito de defesa assegurado, conduzido por uma Comissão de Inquérito especificamente designada por o efeito e composta por três aderentes indicadas ou indicados **por 2/3** da Mesa Nacional.

5 - [...]



Fundamentação:

A alteração proposta quanto ao ponto 4, tem por princípio o fortalecimento do direito de defesa de qualquer aderente, obedecendo ao espírito democrático no que se refere à constituição de uma comissão que tenha uma obrigação merecedora do maior número de membros da Mesa Nacional e conseqüente maior legitimidade.

Subscrevem:

Adelino Granja, Ana Filipa Costa, Ana Pendilha, António Abreu , António Ramoa, António Ricardo, Angelo Silva, Bruno Candeias, Carlos Marecos, Carlos Matias, Carlos Tomás, Catarina Fonseca, Elsa Moreira, Fernando Bessa Ribeiro, Fernando Castro, Francisco Duarte, Francisco Pascoal, Francisco Tomás, Gorete Pimentel, Henrique Leal, Higino Maroto, João Madeira, Jorgete Teixeira, José Lopes, José Cardoso Moura, Luís Gomes, Luís Mougá Lopes, Luís Pereira, Luís Silva, Lurdes Gomes, Manuel Canelas, Manuel Carlos Silva, Maria Anjos, Maria da Luz, Maria José Magalhães, Mário Tomé, Nuno Monteiro, Paulo Marques, Pedro Amorim, Pedro Cardoso, Rogério Pinto, Rosário Vaz, Sérgio Filipe, Soares Luz, Sílvia Carreira, Teodósio Alcobia, Victor Pinto, Vitor Tojeira

ORGÃOS

Artigo 7º

Orgãos

[...]

a) [...]

b) [...]

c) [...]

d) [...]

e) [...]

f) [...]

g) [...]

h) [...]

i) Os Núcleos **Locais**

Fundamentação:

Há que enfatizar o carácter territorial dos núcleos.

Subscreve:

Jorge Martins

Artigo 7º

Orgãos

1 - [...]

2 - **[NOVO] O Bloco de Esquerda é um projecto colectivo que recusa no seu âmbito organizativo a existência**



de órgãos unipessoais. Assim, não tem coordenador ou coordenadora, secretário-geral ou secretária-geral a qualquer nível da sua organização”

Fundamentação:

Apesar de todos os órgãos estatutários serem de natureza colegial, a prática dos últimos anos tem imposto a existência de um órgão supra-estatutário que é o lugar de coordenação e que assume competências e poderes próprios. Esta alteração estatutária pretende clarificar a não existência de qualquer órgão unipessoal vincando o princípio do trabalho colectivo a todos os níveis do partido.

Subscrevem:

Alexandre Bonilha, Alexandre Frias, Amália Oliveira, Ana Martins, Artur Gouveia, Carlos Carujo, Frederico Mira George, João Patrocínio, José António Guerra, José Dias, Luís Miguel Santos, Nuno Miranda, Paulo Pica, Samuel Cardoso

CONVENÇÃO NACIONAL

Artigo 8º

Convenção Nacional

- 1 - A Convenção Nacional, como órgão máximo do Movimento, é composta pelas e pelos aderentes que para ela foram eleitas e eleitos **como delegadas e delegados**.
- 2 - O processo da Convenção Nacional, **incluindo a eleição das delegadas e dos delegados**, rege-se pelo Regulamento da Convenção Nacional, elaborado pela Mesa Nacional.
- 3 - A Convenção Nacional elege uma Mesa da Convenção para dirigir os seus trabalhos, delibera sobre Estatutos, orientação política e objetivos programáticos, ~~cabendo-lhe igualmente a eleição da Mesa Nacional e da Comissão de Direitos~~.
- 4 - [NOVO] A Coordenadora ou Coordenador Nacional é eleita ou eleito na Convenção Nacional, recaindo a escolha na personalidade proposta pela moção de estratégia mais votada.**
- 5 - [NOVO] A Convenção Nacional elege, igualmente, a Mesa Nacional e a Comissão de Direitos.**
- 6 - [...] antigo nº 4
- 7 - [...] antigo nº 5

Fundamentação:

As alterações são, em grande parte, de forma, parecendo-me que, assim, a formulação do artigo fica mais clara.

De substancial, o acrescento do ponto referente à eleição da Coordenadora ou Coordenador Nacional. Aqui, o que pretende é que fique claro que a ou o líder nacional do BE é eleita ou eleito na Convenção Nacional, com vínculo à moção vencedora, como já sucede.

Subscreve:

Jorge Martins

**Artigo 8º****Convenção Nacional**

1 - A Convenção Nacional, como órgão máximo do Movimento, é composta **pelos aderentes** que para ela foram eleitos nos termos do Regulamento da Convenção **ou pelo conjunto dos e das aderentes do Bloco de Esquerda caso assim esteja estabelecido pelo Regulamento da Convenção.**

2 - [...]

3 - [...]

4 - [...]

5 - [...]

Fundamentação:

A escolha entre ter uma Convenção aberta a todos os aderentes ou uma Convenção através de representantes eleitos é uma escolha política que deve ser deixada em aberto. Deve ser a Mesa Nacional a tomar essa decisão e não os estatutos.

Subscvem:

Alexandre Bonilha, Alexandre Frias, Amália Oliveira, Ana Martins, Artur Gouveia, Carlos Carujo, Frederico Mira George, João Patrocínio, José António Guerra, José Dias, Luís Miguel Santos, Paulo Pica, Samuel Cardoso

COMISSÃO DE DIREITOS

Artigo 9º**Comissão de Direitos**

1 - [...]

2 - **[NOVO] Os e as aderentes que compõem este órgão, exercem o cargo em exclusividade no âmbito de responsabilidades no movimento.**

Fundamentação:

A inclusão desde ponto novo nos estatutos insere-se no âmbito do carácter de isenção e idoneidade que se espera da Comissão de Direitos, uma medida que limita e evita possíveis conflitos entre membros de órgãos eleitos e desnecessários pedidos de escusa.

Subscvem:

Adelino Granja, Ana Filipa Costa, Ana Pendilha, António Abreu, António Ramoa, António Ricardo, Angelo Silva, Bruno Candeias, Carlos Marecos, Carlos Matias, Carlos Tomás, Catarina Fonseca, Elsa Moreira, Fernando Bessa Ribeiro, Fernando Castro, Francisco Duarte, Francisco Pascoal, Francisco Tomás, Gorete Pimentel, Henrique Leal, Higinio Maroto, João Madeira, Jorgete Teixeira, José Lopes, José Cardoso Moura, Luís Gomes, Luís Mougá Lopes, Luís Pereira, Luís Silva, Lurdes Gomes, Manuel Canelas, Manuel Carlos Silva, Maria Anjos, Maria da Luz, Maria José Magalhães, Mário Tomé, Nuno Monteiro, Paulo Marques, Pedro Amorim, Pedro Cardoso, Rogério Pinto, Rosário Vaz, Sérgio Filipe, Soares Luz, Sílvia Carreira, Teodósio Alcobia, Victor Pinto, Vitor Tojeira

**Artigo 9º****Comissão de Direitos**

1 - [...]

2 - **[NOVO] A Comissão de Direitos é composta por sete aderentes, eleitas ou eleitos em cada Convenção Nacional.**3 - **[NOVO] A Comissão de Direitos incluirá, obrigatoriamente, uma maioria de juristas ou de aderentes com formação jurídica, pelo que as listas concorrentes a este órgão terão de apresentar uma maioria de aderentes que satisfaçam uma daquelas condições.****Fundamentação:**

O aditamento do primeiro ponto destina-se a balizar uma realidade que já hoje existe, estabelecendo um número fixo de elementos para este órgão.

O segundo parece-me essencial. Este órgão tem de lidar, por vezes, com situações complexas do ponto de vista jurídico, cuja resolução não pode estar entregue a amadoras e amadores. Logo, parece-me importante que nela haja uma maioria de pessoas com formação superior em Direito ou em áreas afins.

Subscreve:

Jorge Martins

Artigo 9º**Comissão de Direitos**

1 - [...]

a) [...]

b) [...]

c) [...]

d) [...]

e) [...]

f) - **[NOVO] Apresentar relatórios intercalares de atividade e um global, correspondente ao mandato, à Mesa Nacional. O relatório global deve ser publicado no debates#1 que antecede a Convenção.****Fundamentação:**

Trata-se de dar maior transparência a atividade de um órgão com especiais responsabilidades no Bloco.

Quer a MN quer os aderentes devem ser informados da atividade desenvolvida por este órgão, salvaguardando a sua autonomia.

Subscreve:

José Manuel Dias

MESA NACIONAL

Artigo 10º

Mesa Nacional

1 - [...]

2 - A MN será composta, no momento da sua eleição, por um mínimo de **2/3** de membros que não sejam funcionárias ou funcionários do Bloco, ou exerçam cargos remunerados de assessoria a representantes eleitas e eleitos pelo Movimento.

3 - [...]

Fundamentação:

Esta proposta reside no facto de se poder correr o risco de a maioria da Direção Nacional ser composta por um número elevado de funcionárias e funcionários e de camaradas com cargos renumerados e representantes eleitas e eleitos pelo Bloco de Esquerda, constituindo um fator de funcionarização, com os naturais prejuízos para a democracia interna, os valores e a ética na política.

Subscrevem:

Adelino Granja, Ana Filipa Costa, Ana Pendilha, António Abreu, António Ramoa, António Ricardo, Angelo Silva, Bruno Candeias, Carlos Marecos, Carlos Matias, Carlos Tomás, Catarina Fonseca, Elsa Moreira, Fernando Bessa Ribeiro, Fernando Castro, Francisco Duarte, Francisco Pascoal, Francisco Tomás, Gorete Pimentel, Henrique Leal, Higino Maroto, João Madeira, Jorgete Teixeira, José Lopes, José Cardoso Moura, Luís Gomes, Luís Mougá Lopes, Luís Pereira, Luís Silva, Lurdes Gomes, Manuel Canelas, Manuel Carlos Silva, Maria Anjos, Maria da Luz, Maria José Magalhães, Mário Tomé, Nuno Monteiro, Paulo Marques, Pedro Amorim, Pedro Cardoso, Rogério Pinto, Rosário Vaz, Sérgio Filipe, Soares Luz, Sílvia Carreira, Teodósio Alcobia, Victor Pinto, Vitor Tojeira

Artigo 10º

Mesa Nacional

1 - [...]

2 - **[NOVO] A Mesa Nacional é composta por 81 membros, eleitos na Convenção Nacional.**

3 - [antigo nº 2] **Na eleição da Mesa Nacional, as listas candidatas não poderão apresentar um número de aderentes que sejam funcionárias ou funcionários do BE ou exerçam cargos remunerados de assessoria a representantes eleitas e eleitos pelo Bloco superior a 10% e, na composição final do órgão, o seu número não poderá exceder os 20% do total**

4 - [antigo nº 3] A Mesa Nacional elege entre os seus membros, para tarefas de direção, representação e de aplicação das suas deliberações, uma Comissão Política **à qual pertence, por inerência, a Coordenadora ou Coordenador Nacional.**

5 - **[NOVO] Na eleição da Comissão Política, a Mesa Nacional observará, nos termos estatutários, o princípio estrito da paridade de género e terá em conta a proporcionalidade dos resultados eleitorais das diferentes moções apresentadas à Convenção Nacional.**

6 - [...] antigo nº 4

7 - [antigo nº 5] **A Mesa Nacional poderá, com fundamento em suspeitas fundadas de atuação criminosa ou de graves violações éticas e por maioria qualificada de 2/3, vetar nomes de candidatas ou candidatos integrantes das listas eleitorais concorrentes à Assembleia da República e às Assembleias Legislativas Regionais dos Açores e da Madeira e aprovadas pelas Assembleias Distritais e Regionais, sugerindo às**



respetivas Comissões Coordenadoras Distritais e Regionais que indiquem outros nomes em substituição dos que foram recusados.

8 - [antigo nº 6] **A Mesa Nacional poderá, com fundamento nas mesmas razões e por igual maioria, tomar idêntica decisão face a qualquer lista candidata aos órgãos das autarquias locais.**

9 - [...] antigo nº 7

10 - [...] antigo nº 8

11 - [antigo nº 9] Compete à MN a definição das **principais** linhas de orientação política das eleitas e dos eleitos.

Fundamentação:

A primeira alteração obedece ao mesmo princípio que defendi para a Comissão de Direitos. Acrescento mais um aos 80 habitualmente eleitos, para o número ser ímpar.

A segunda será mais controversa, mas, tal como explicarei mais à frente, entendo ser muito importante reduzir a promiscuidade crescente entre a condição de aderente que recebe remuneração e a ocupação de cargos de direção política, já que essa situação pode conduzir a conflitos de interesses.

A terceira é mais de forma e destina-se a acomodar a introdução, nos estatutos, do cargo de Coordenadora ou Coordenador Nacional. E retirar o 50/50 à frente da paridade de género, não apenas por ser uma redundância (embora proponha, para não deixar dúvidas, a formulação “princípio estrito da paridade de género”), mas porque defendo, como se verá mais à frente, que deve ser a regra básica no Bloco.

A quarta e quinta reconheço serem bastante controversas, mas, na minha opinião, é essencial o BE confiar mais nas e nos aderentes de base. Por isso, entendo que as escolhas das candidatas e candidatos às eleições legislativas e regionais devem ser decididas pelas e pelos aderentes, reunidos em Assembleias Distritais ou Regionais, enquanto que, nas candidaturas autárquicas, esse papel deverá caber às Assembleias Concelhias. Em todo o caso, a minha proposta garante à Mesa Nacional um *droit de regard* sobre as escolhas das estruturas regionais, distritais ou concelhias, extensível, no caso das eleições para as autarquias locais, às Comissões Coordenadoras Distritais, de forma a evitar que pessoas suspeitas de atos que possam lesar eleitoralmente o partido sejam afastadas das listas. Mas, para tal decisão ser tomada, é necessário que existam motivos muito fortes e que a decisão seja tomada por uma ampla maioria. As e os aderentes de base e suas estruturas são quem melhor conhece a sua região, o seu distrito ou o seu concelho. Não é saudável que os órgãos nacionais façam “tábua rasa” das suas escolhas. Nem sempre essas serão as melhores? Certo. Mas pergunto: e os órgãos nacionais, escolhem sempre bem? Obviamente que não. Em conclusão, dar maior poder às bases do Bloco, reduzindo uma tendência crescente para a centralização, é o objetivo das alterações que proponho nestes pontos.

A última vai também nesse sentido, dando às e aos aderentes alguma autonomia na sua ação, mesmo que esta seja, como é óbvio, balizada pelas grandes orientações políticas gerais do BE.

Subscreve:

Jorge Martins

Artigo 10º

Mesa Nacional

1 - [...]

2 - [...]

3 - [...]

4 - [...]

5 - Compete à Mesa Nacional, **por indicação sob proposta** das assembleias distritais e regionais, decidir sobre



a primeira candidata ou candidato das listas à A.R. e às A.L.R., no caso de círculos com até três deputadas ou deputados, e sobre o primeiro quinto de candidatas e candidatos nos restantes círculos. **As Assembleias Distritais e Regionais podem requerer, como recurso, a votação em alternativa das suas propostas na MN**".

A decisão sobre a composição restante destas listas compete às respetivas assembleias distritais e regionais.

6 - [...]

Fundamentação:

Consideramos que a expressão "por indicação" é mais correta do que "por proposta". Achámos que o poder de decidir sobre as listas de candidatos/as deve ser inequivocamente dado aos militantes reunidos democraticamente em plenários. Assim propõe-se também eliminar a frase "As Assembleias Distritais e Regionais podem requerer, como recurso, a votação em alternativa das suas propostas na MN".

Subscrevem:

Adelino Granja, Ana Filipa Costa, Ana Pendilha, António Abreu , António Ramoa, António Ricardo, Angelo Silva, Bruno Candeias, Carlos Marecos, Carlos Matias, Carlos Tomás, Catarina Fonseca, Elsa Moreira, Fernando Bessa Ribeiro, Fernando Castro, Francisco Duarte, Francisco Pascoal, Francisco Tomás, Gorete Pimentel, Henrique Leal, Higino Maroto, João Madeira, Jorgete Teixeira, José Lopes, José Cardoso Moura, Luís Gomes, Luís Mouga Lopes, Luís Pereira, Luís Silva, Lurdes Gomes, Manuel Canelas, Manuel Carlos Silva, Maria Anjos, Maria da Luz, Maria José Magalhães, Mário Tomé, Nuno Monteiro, Paulo Marques, Pedro Amorim, Pedro Cardoso, Rogério Pinto, Rosário Vaz, Sérgio Filipe, Soares Luz, Sílvia Carreira, Teodósio Alcobia, Victor Pinto, Vitor Tojeira

Artigo 10º

Mesa Nacional

1 - [...]

2 - [...]

3 - [...]

4 - [...]

5 - [...]

6 - Tratando-se de eleições para os órgãos das autarquias locais, a Mesa Nacional **por maioria qualificada de 2/3** pode avocar para decisão final as listas aprovadas pelas Comissões Coordenadoras Distritais ou Regionais.

7 - [...]

Fundamentação:

Consideramos que, por norma, a decisão deve pertencer às Coordenadoras Distritais e Regionais e apenas por maioria qualificada de 2/3 dos membros da Mesa Nacional essas decisões poderão ser alteradas.

Subscrevem:

Adelino Granja, Ana Filipa Costa, Ana Pendilha, António Abreu , António Ramoa, António Ricardo, Angelo Silva, Bruno Candeias, Carlos Marecos, Carlos Matias, Carlos Tomás, Catarina Fonseca, Elsa Moreira, Fernando Bessa Ribeiro, Fernando Castro, Francisco Duarte, Francisco Pascoal, Francisco Tomás, Gorete Pimentel, Henrique Leal, Higino Maroto, João Madeira, Jorgete Teixeira, José Lopes, José Cardoso Moura, Luís Gomes, Luís Mouga Lopes, Luís Pereira, Luís Silva, Lurdes Gomes, Manuel Canelas, Manuel Carlos Silva, Maria Anjos, Maria da Luz, Maria José Magalhães, Mário Tomé, Nuno Monteiro, Paulo Marques, Pedro Amorim, Pedro Cardoso, Rogério Pinto, Rosário Vaz, Sérgio Filipe, Soares Luz, Sílvia Carreira, Teodósio Alcobia, Victor Pinto, Vitor Tojeira

**Artigo 10º****Mesa Nacional**

1 - [...]

2 - [...]

3 - [...]

4 - [...]

5 - [...]

6 - [...]

7 - [...]

8 - [...]

9 - [...]

10 - **[NOVO] Compete à MN aprovar, após parecer prévio da Comissão de Direitos, os regulamentos de funcionamento e eleição dos diversos órgãos e organizações do Bloco.**

Fundamentação:

Evitar que os regulamentos não respeitem os Estatutos.

Ex: Segundo os Estatutos (Art.4º) são direitos das e dos aderentes

b) Eleger e ser eleita ou eleito...

Mas depois existem regulamentos que coartam este direito com outras regras, como seja o caso dos regulamentos para a eleição das Coordenadoras Distritais.

Trata-se não só de contrariar os Estatutos, como neste caso específico, viola os direitos democráticos e a própria Constituição da Republica.

Subscreve:

José Manuel Dias

COMISSÃO POLÍTICA**Artigo 11º****Comissão Política**

A Comissão Política, órgão que assegura a direção quotidiana do Movimento, nomeadamente a ligação com os seus grupos parlamentares nacional e europeu e a aplicação das deliberações da MN sobre a orientação política das e dos eleitos, elege um Secretariado Nacional para tarefas de coordenação executiva **de entre os seus membros**.

Fundamentação:

Consideramos que, sendo o secretariado o órgão executivo que é eleito pela Comissão Política, deve ser assegurado que seja composto de entre os seus membros, à semelhança do que acontece em quaisquer outros secretariados eleitos no movimento.



Subscrevem:

Adelino Granja, Ana Filipa Costa, Ana Pendilha, António Abreu, António Ramoa, António Ricardo, Angelo Silva, Bruno Candeias, Carlos Marecos, Carlos Matias, Carlos Tomás, Catarina Fonseca, Elsa Moreira, Fernando Bessa Ribeiro, Fernando Castro, Francisco Duarte, Francisco Pascoal, Francisco Tomás, Gorete Pimentel, Henrique Leal, Higinio Maroto, João Madeira, Jorgete Teixeira, José Lopes, José Cardoso Moura, Luís Gomes, Luís Mouga Lopes, Luís Pereira, Luís Silva, Lurdes Gomes, Manuel Canelas, Manuel Carlos Silva, Maria Anjos, Maria da Luz, Maria José Magalhães, Mário Tomé, Nuno Monteiro, Paulo Marques, Pedro Amorim, Pedro Cardoso, Rogério Pinto, Rosário Vaz, Sérgio Filipe, Soares Luz, Sílvia Carreira, Teodósio Alcobia, Victor Pinto, Vitor Tojeira

Artigo 11º

Comissão Política

- 1 - [antigo parágrafo único] A Comissão Política **é o** órgão que assegura a direção quotidiana do Movimento, nomeadamente a ligação com os seus grupos parlamentares nacional e europeu e a aplicação das deliberações da MN sobre a orientação política das e dos eleitos, ~~elege um Secretariado Nacional para tarefas de coordenação executiva.~~
- 2 - **[NOVO] A Comissão Política é composta pela Coordenadora ou Coordenador Nacional e por 18 membros eleitos pela Mesa Nacional.**
- 3 - **[NOVO] A Comissão Política elege obrigatoriamente, de entre os seus membros, um Secretariado Nacional para tarefas de coordenação executiva, do qual farão parte, por inerência de funções, a Coordenadora ou Coordenador Nacional e a coordenadora ou coordenador das funcionárias e funcionários a nível nacional.**
- 4 - **[NOVO] O número de elementos eleitos do Secretariado Nacional será sempre inferior a 50% do total da Comissão Política.**

Fundamentação:

Sendo a Comissão Política o principal órgão nacional de direção política do Bloco, julgo que carece de regulamentação estatutária.

A primeira alteração obedece ao mesmo princípio que defendi para a Comissão de Direitos e para a Mesa Nacional, sendo que, atualmente, a Comissão Política é composta por 18 pessoas. Para termos um número ímpar, acrescento mais uma.

As restantes referem-se ao Secretariado Nacional (antes no parágrafo único), onde coloco, obviamente, a Coordenadora ou o Coordenador, mas, também, por estarmos em presença de um órgão com competências executivas, a pessoa encarregada da coordenação nacional das funcionárias e funcionários do Bloco, a única que, na minha proposta, não integra a Comissão Política. O último ponto pretende evitar que toda ou quase toda a Comissão Política integre o Secretariado, pois este deve ser ágil e, para isso, não pode ter muita gente.

Subscreve:

Jorge Martins

ASSEMBLEIAS CONCELHIAS, DISTRITAIS E REGIONAIS

Artigo 12º

Assembleias Concelhias, Distritais e Regionais

Retirar, nos vários números deste art.º, todas as menções às Assembleias Concelhias como objeto deste (estas serão objeto do novo art.º 14º)

- 1 - As Assembleias **Concelhias**, Distritais e Regionais são compostas pelas e pelos aderentes respetivos e competem-lhes dirigir, no seu âmbito geográfico próprio e de acordo com a **orientação definida pelos órgãos nacionais**, a atividade política do Bloco de Esquerda.
- 2 - As Assembleias **Concelhias**, Distritais e Regionais, **em sessão eleitoral expressamente convocada para esse efeito**, elegem as respetivas Comissões Coordenadoras, **com mandatos até 2 anos**.
- 3 - [antigo nº 2 alínea a)] As Assembleias Distritais e Regionais **e Concelhias** são obrigatoriamente convocadas pela vontade expressa de 5% das e dos aderentes inscritos nos respetivos cadernos eleitorais, no mínimo de 10 aderentes, **ou de duas Comissões Coordenadoras Concelhias do distrito ou da região**.
- 4 - [antigo nº 3] **Compete às Assembleias Distritais/Regionais aprovar a composição das listas de candidatura do BE à Assembleia da República e às Assembleias Legislativas Regionais das regiões autónomas, no seu âmbito geográfico próprio e de acordo com as orientações definidas pelos órgãos nacionais, sem prejuízo de posterior apreciação pela Mesa Nacional, nos termos dos presentes estatutos**.
- 5 - **[NOVO] As Assembleias Distritais/Regionais funcionam como instância de recurso das Comissões Coordenadoras Concelhias em caso de alteração, pelas Comissões Coordenadoras Distritais/Regionais, das listas de candidatura para os órgãos das autarquias locais do respetivo concelho. Dessa decisão poderá, ainda, caber recurso de ambas as partes para a Mesa Nacional**.
- 6 - [antigo nº 5] As Assembleias **Concelhias e** Distritais reúnem obrigatoriamente, pelo menos, **uma vez por semestre**.

Fundamentação:

Há especificidades das Assembleias Concelhias que justificam um art.º à parte para elas. Ainda aqui, não sei, dada a autonomia das organizações regionais do BE/Madeira e do BE/Açores, se não se podia dispensar as referências às Assembleias Regionais.

A primeira alteração é apenas de forma.

Na segunda, procuro realçar o carácter especial das sessões eleitorais das Assembleias, que não poderão ter qualquer outro ponto na sua ordem de trabalhos. No que se refere à duração dos mandatos das Comissões Coordenadoras, ela será referida no art.º seguinte, pelo que não faz sentido estar aqui.

A terceira pode parecer redundante, já que os membros da CC Concelhias podem fazer essa solicitação individualmente, mas ela destina-se, também, a reforçar o poder daquelas enquanto coletivo.

As seguintes estão relacionadas com as alterações que propus no art.º 10º, referente à Mesa Nacional, e que dão às Assembleias Distritais/Regionais o poder de aprovar as listas para a AR e as ALR das regiões autónomas, bem como o droit de regard das CC Distritais/Regionais sobre as escolhas para as candidaturas autárquicas, que passam a ser aprovadas pelas Assembleias Concelhias. A minha proposta permite, ainda, que o conjunto das e dos aderentes do distrito ou da região possam pronunciar-se e, eventualmente, reverter, em assembleia, a decisão da respetiva CC Distrital/Regional.

Na última, trata-se de evitar que se realizem duas sessões ordinárias da Assembleia Distrital/Regional num curto espaço de tempo e, depois, não se realize mais nenhuma.

Subscreve:

Jorge Martins

Artigo 12º

Assembleias Concelhias, Distritais e Regionais

1 - [...]

2 - [...]

a) As Assembleias Distritais, Regionais e Concelhias são obrigatoriamente convocadas pela vontade expressa de 5% das e dos aderentes inscritos nos respetivos cadernos eleitorais. **no mínimo de 10 aderentes.**

b) [...]

Fundamentação:

Quando no Artigo 16º Ponto 1 se estipula que 5 aderentes podem constituir um núcleo, o colocar 10 aderentes no mínimo para convocar uma Assembleia Concelhia, não faz sentido, mas sim os 5% dos aderentes da área de intervenção Regional, Distrital ou Concelhia.

Subscrevem:

Adelino Granja, Ana Filipa Costa, Ana Pendilha, António Abreu , António Ramoa, António Ricardo, Angelo Silva, Bruno Candeias, Carlos Marecos, Carlos Matias, Carlos Tomás, Catarina Fonseca, Elsa Moreira, Fernando Bessa Ribeiro, Fernando Castro, Francisco Duarte, Francisco Pascoal, Francisco Tomás, Gorete Pimentel, Henrique Leal, Higino Maroto, João Madeira, Jorgete Teixeira, José Lopes, José Cardoso Moura, Luís Gomes, Luís Mouga Lopes, Luís Pereira, Luís Silva, Lurdes Gomes, Manuel Canelas, Manuel Carlos Silva, Maria Anjos, Maria da Luz, Maria José Magalhães, Mário Tomé, Nuno Monteiro, Paulo Marques, Pedro Amorim, Pedro Cardoso, Rogério Pinto, Rosário Vaz, Sérgio Filipe, Soares Luz, Sílvia Carreira, Teodósio Alcobia, Victor Pinto, Vitor Tojeira

Artigo 12º

Assembleias Concelhias, Distritais e Regionais

1 - [...]

2 - [...]

3 - Compete às Assembleias Distritais e Regionais **propor deliberar** a composição das listas de candidatura do Movimento a cargos públicos eletivos no seu âmbito geográfico próprio e de acordo com a orientação geral do Movimento.

4 - [...]

Fundamentação:

Esta proposta vai no sentido de respeitar mais a autonomia dos órgãos locais (Distritais) e das decisões das e dos aderentes na sua área de intervenção.

Subscrevem:

Adelino Granja, Ana Filipa Costa, Ana Pendilha, António Abreu , António Ramoa, António Ricardo, Angelo Silva, Bruno Candeias, Carlos Marecos, Carlos Matias, Carlos Tomás, Catarina Fonseca, Elsa Moreira, Fernando Bessa Ribeiro, Fernando Castro, Francisco Duarte, Francisco Pascoal, Francisco Tomás, Gorete Pimentel, Henrique Leal, Higino Maroto, João Madeira, Jorgete Teixeira, José Lopes, José Cardoso Moura, Luís Gomes, Luís Mouga Lopes,



Luís Pereira, Luís Silva, Lurdes Gomes, Manuel Canelas, Manuel Carlos Silva, Maria Anjos, Maria da Luz, Maria José Magalhães, Mário Tomé, Nuno Monteiro, Paulo Marques, Pedro Amorim, Pedro Cardoso, Rogério Pinto, Rosário Vaz, Sérgio Filipe, Soares Luz, Sílvia Carreira, Teodósio Alcobia, Victor Pinto, Vitor Tojeira

Artigo 12º

Assembleias Concelhias, Distritais e Regionais

1 - [...]

2 - [...]

3 - [...]

4 - Compete às Assembleias Concelhias **deliberar a composição das listas de candidatura para os órgãos das Autarquias Locais, ratificadas pelas Comissões Coordenadoras Distritais ou Regionais.**

5 - [...]

Fundamentação:

Esta proposta vai no sentido de respeitar mais a autonomia dos órgãos locais (Concelhias) e das decisões das e dos aderentes na sua área de intervenção.

Subscvem:

Adelino Granja, Ana Filipa Costa, Ana Pendilha, António Abreu, António Ramoa, António Ricardo, Angelo Silva, Bruno Candeias, Carlos Marecos, Carlos Matias, Carlos Tomás, Catarina Fonseca, Elsa Moreira, Fernando Bessa Ribeiro, Fernando Castro, Francisco Duarte, Francisco Pascoal, Francisco Tomás, Gorete Pimentel, Henrique Leal, Higinio Maroto, João Madeira, Jorgete Teixeira, José Lopes, José Cardoso Moura, Luís Gomes, Luís Mouga Lopes, Luís Pereira, Luís Silva, Lurdes Gomes, Manuel Canelas, Manuel Carlos Silva, Maria Anjos, Maria da Luz, Maria José Magalhães, Mário Tomé, Nuno Monteiro, Paulo Marques, Pedro Amorim, Pedro Cardoso, Rogério Pinto, Rosário Vaz, Sérgio Filipe, Soares Luz, Sílvia Carreira, Teodósio Alcobia, Victor Pinto, Vitor Tojeira

Artigo 12º

Assembleias Concelhias, Distritais e Regionais

1 - [...]

2 - As Assembleias Concelhias, Distritais e Regionais elegem as respetivas Comissões Coordenadoras, com mandatos até 2 anos **salvo o disposto no artigo seguinte.**

3 - **[NOVO] As Assembleias Concelhias podem decidir não eleger uma Comissão Coordenadora assegurando assim, nos moldes que decidir, a direção quotidiana do Movimento no seu âmbito.**

4 - [...] antigo nº 3

5 - [...] antigo nº 4

6 - [...] antigo nº 5

7 - [...] antigo nº 6

Fundamentação:

A criação de Comissões Coordenadoras Concelhias é apenas uma das formas possíveis de organização do trabalho ao nível concelhio. O funcionamento em Assembleia é uma outra forma. Na prática, já vários concelhos trabalham sem Comissão Coordenadora por várias razões. Trata-se aqui, apenas, de possibilitar estatutariamente

que aconteça uma situação que, de facto, já acontece.

Subscrevem:

Alexandre Bonilha, Alexandre Frias, Amália Oliveira, Ana Martins, Artur Gouveia, Carlos Carujo, Frederico Mira George, João Patrocínio, José António Guerra, José Dias, Luís Miguel Santos, Nuno Miranda, Paulo Pica, Samuel Cardoso

COMISSÕES COORDENADORAS CONCELHIAS, DISTRITAIS E REGIONAIS

Artigo 13º

Comissões Coordenadoras Concelhias, Distritais e Regionais

- 1 - As Comissões Coordenadoras Concelhias, Distritais e Regionais exercem o mandato conferido pelas Assembleias que as elegeram, assegurando a direção quotidiana do **BE** no respetivo âmbito **geográfico** e, de acordo com **as orientações políticas definidas pelos órgãos nacionais, a sua atividade**.
- 2 - **[NOVO] As Comissões Coordenadoras Distritais/Regionais são compostas por um número de elementos variável entre 7 e 15, de acordo com o quantitativo de aderentes inscritas ou inscritos no seu espaço geográfico de atuação.**
- 3 - **[NOVO] As listas candidatas às Comissões Coordenadoras Distritais/Regionais não poderão integrar mais do que um membro de cada Comissão Coordenadora Concelhia da respetiva área geográfica.**
- 4 - [antigo nº 1, alínea a)] As eleições para as Coordenadoras Concelhias, Distritais e Regionais regem-se, **no mais**, por Regulamento Eleitoral cujo modelo é aprovado pela Mesa Nacional.
- 5 - **[NOVO] O mandato das Comissões Coordenadoras Distritais/Regionais tem a duração de dois anos.**
- 6 - [antigo nº 2] As Comissões Coordenadoras Distritais/Regionais **elegem, obrigatoriamente, de entre os seus membros, uma Coordenadora ou um Coordenador Distrital/Regional e um Secretariado Distrital/Regional para tarefas de coordenação executiva e dele farão parte, por inerência de funções, a Coordenadora ou o Coordenador Distrital/Regional e o funcionário distrital/regional.**
- 7 - **[NOVO] O seu número de elementos será sempre inferior a 50% do total da Comissão Coordenadora Distrital/Regional.**
- 8 - **[NOVO] É ao Secretariado Distrital/Regional que compete a gestão das e dos aderentes existentes na respetiva área geográfica, no respeito pela legislação sobre proteção de dados pessoais.**
- 9 - [...] antigo nº 3
- 10 - **[NOVO] As Comissões Coordenadoras Distritais/Regionais podem, com fundamento em suspeitas fundadas de atuação criminosa ou de graves violações éticas e por maioria qualificada de 2/3, rejeitar nomes de candidatas e candidatos aos órgãos das autarquias locais aprovadas por uma ou mais Comissões Coordenadoras Concelhias existentes no seu âmbito geográfico, sugerindo àquelas que indiquem outros nomes em substituição dos que foram rejeitados. Dessa decisão caberá sempre recurso para a Assembleia Distrital ou Regional e, posteriormente, para a Mesa Nacional.**

Fundamentação:

Tal como nas Assembleias Concelhias, há, nas CC Concelhias, especificidades que justificam um art.º à parte para elas. E coloca-se, também aqui, a questão das regiões autónomas, que poderiam levar a dispensar as referências às CC Regionais.

A primeira alteração proposta é meramente de forma.



A segunda, fixando um número de elementos para as CC Distritais/Regionais, de acordo com o quantitativo de aderentes da respetiva área territorial, permite acabar com o absurdo, expresso no atual Regulamento Eleitoral, de as CC Distritais/Regionais ou Concelhias poderem ter entre 3 e 25 membros, conforme o número de candidatas e candidatos efetivos apresentados pela lista vencedora.

A terceira, quiçá mais controversa, tende a impedir a presença, na CC Distrital/Regional, de uma série de elementos que também são membros das CC Concelhias ou, como por vezes acontece, que os membros de uma única CC Concelhia constituam quase metade da CC Distrital/Regional. Para além de essa promiscuidade ser pouco saudável, contribui para concentrar o essencial do poder num conjunto reduzido de aderentes. Se esta proposta for aprovada, mais aderentes assumirão responsabilidades de direção política.

A quarta estabelece, claramente, a duração dos mandatos, fixados em dois anos e não até dois anos, como dispõem os atuais estatutos.

As duas seguintes resultam de me parecer, até pela minha experiência recente, que a eleição obrigatória de uma Coordenadora ou Coordenador Distrital/Regional é essencial para uma maior coordenação da estrutura, uma melhor organização das reuniões e haver um rosto que represente o partido no exterior, nesse espaço geográfico. Por seu turno, a existência obrigatória de um Secretariado Distrital/regional é fundamental para uma melhor organização interna, uma execução mais eficiente das atividades quotidianas do Bloco (daí a integração, nele, do funcionário distrital/regional) e para reagir, mais rapidamente, a situações que ocorram nessa área territorial e exijam uma tomada de posição imediata do BE. A disposição do nº 7 segue a mesma lógica que a que referi no art.º dedicado à Comissão Política e, a esta escala por maioria de razão, não fosse toda a CC Distrital/Regional integrar o Secretariado, o que inviabilizaria, na prática, a sua existência.

A proposta seguinte é controversa, mas deve ser equacionada. Atualmente, com a gestão centralizada de aderentes, as CC Distritais/Regionais (e também as Concelhias) acabam, muitas vezes, por não saber quantos e quem são as e os aderentes da área territorial que gerem. Faz sentido que seja “Lisboa” a convocar as e os aderentes para uma Assembleia de âmbito geográfico mais reduzido? Quanto a mim, não faz nenhum e parece-me um sintoma da crescente centralização e burocratização do Bloco. Sei que há questões de privacidade a considerar, mas será que as e os aderentes não podem fazer uma declaração em que autorizam os contactos dos vários órgãos do BE por uma determinada via e apenas para fins partidários?

Por fim, a última está relacionada com a transferência, para as Assembleias Concelhias, da decisão de escolher as e os candidatos aos órgãos autárquicos, mantendo as CC Distritais/Regionais um *droit de regard* sobre estas.

Subscreve:

Jorge Martins

Artigo 13º

Comissões Coordenadoras Concelhias, Distritais e Regionais

1 - [...]

2 - [...]

3 - [...]

4 - **[NOVO] O orçamento nacional do Movimento prevê verbas que assegurem o funcionamento próprio das Comissões Coordenadoras Concelhias, Distritais e Regionais, que são transferidas diretamente para cada um dos órgãos.**

Fundamentação:

A proposta de um novo ponto, assenta num espírito de descentralização da autonomia financeira, relegando nas Comissões Coordenadoras Concelhias, Distritais e Regionais, mais poderes financeiros, responsabilização dos órgãos de base e uma maior autonomia para desenvolver a sua atividade política, no estrito cumprimento do



disposto na alínea b) do nº. 4 do Artigo 21º. (FINANÇAS)

Subscrevem:

Adelino Granja, Ana Filipa Costa, Ana Pendilha, António Abreu, António Ramoa, António Ricardo, Angelo Silva, Bruno Candeias, Carlos Marecos, Carlos Matias, Carlos Tomás, Catarina Fonseca, Elsa Moreira, Fernando Bessa Ribeiro, Fernando Castro, Francisco Duarte, Francisco Pascoal, Francisco Tomás, Gorete Pimentel, Henrique Leal, Higino Maroto, João Madeira, Jorgete Teixeira, José Lopes, José Cardoso Moura, Luís Gomes, Luís Mouga Lopes, Luís Pereira, Luís Silva, Lurdes Gomes, Manuel Canelas, Manuel Carlos Silva, Maria Anjos, Maria da Luz, Maria José Magalhães, Mário Tomé, Nuno Monteiro, Paulo Marques, Pedro Amorim, Pedro Cardoso, Rogério Pinto, Rosário Vaz, Sérgio Filipe, Soares Luz, Sílvia Carreira, Teodósio Alcobia, Victor Pinto, Vitor Tojeira

[NOVO] ASSEMBLEIAS CONCELHIAS

[NOVO] Artigo 14º

Assembleias Concelhias

- 1 - As Assembleias Concelhias são compostas pelas e pelos aderentes respetivos e compete-lhes dirigir, nos respetivos concelhos e de acordo com a orientação definida pelos órgãos nacionais, a atividade política do BE.**
- 2 - As Assembleias Concelhias elegem, em sessão eleitoral expressamente convocada para esse efeito, as respetivas Comissões Coordenadoras Concelhias.**
- 3 - As Assembleias Concelhias são obrigatoriamente convocadas pela vontade expressa de 5% das e dos aderentes inscritos nos respetivos cadernos eleitorais, no mínimo de 5 aderentes.**
- 4 - Compete às Assembleias Concelhias aprovar a composição das listas de candidatura do BE aos órgãos autárquicos do respetivo concelho, sem prejuízo de posterior apreciação pela Comissão Coordenadora Distrital/Regional nos termos destes estatutos e de eventuais recursos subsequentes.**
- 5 - As Assembleias Concelhias reúnem obrigatoriamente, pelo menos, uma vez por trimestre.**

Fundamentação:

Dada a diferença de âmbito geográfico, proponha que os órgãos concelhios surjam, nos estatutos, autonomizados dos distritais ou regionais.

Aqui, reduzo o número mínimo de aderentes para 5, pois, num concelho com apenas 20 aderentes, 10 representam 50% do total, muito acima dos 5% estipulados.

Por outro lado, disponho que a aprovação das listas candidatas aos órgãos autárquicos do concelho cabe à respetiva CC Concelhia e não à CC Distrital/Regional, como até agora, embora esta mantenha o já mencionado droit de regard sobre elas.

Por fim, para fomentar a participação das e dos aderentes, proponho o aumento do número obrigatório de Assembleias Concelhias de duas para quatro (realizando-se uma em cada trimestre).

Subscreve:

Jorge Martins

[NOVO] COMISSÕES COORDENADORAS CONCELHIAS

[NOVO] Artigo 15º

Comissões Coordenadoras Concelhias

- 1 - As Comissões Coordenadoras Concelhias exercem o mandato conferido pelas Assembleias que as elegeram, assegurando a direção quotidiana do BE no âmbito dos respetivos concelhos e, de acordo com as orientações políticas definidas pelos órgãos nacionais, a sua atividade.**
- 2 - As Comissões Coordenadoras Concelhias são compostas por um número de elementos variável entre 5 e 11, de acordo com o quantitativo de aderentes inscritas ou inscritos no seu concelho.**
- 3 - As eleições para as Comissões Coordenadoras Concelhias regem-se por Regulamento Eleitoral cujo modelo é aprovado pela Mesa Nacional.**
- 4 - O mandato das Comissões Coordenadoras Concelhias tem a duração de dois anos.**
- 5 - As Comissões Coordenadoras Concelhias elegem, obrigatoriamente, de entre os seus membros, uma Coordenadora Concelhia ou um Coordenador Concelhio**
- 6 - Caso o seu número de elementos seja igual ou superior a 7, as Comissões Coordenadoras Concelhias elegem, obrigatoriamente, de entre os seus membros, um Secretariado Concelhio para tarefas de coordenação executiva, que integrará, obrigatoriamente, a Coordenadora Concelhia ou o Coordenador Concelhio e em cujas reuniões participará, sempre que possível, o funcionário responsável pelo concelho.**
- 7 - Se o seu número for inferior a 7, a constituição de Secretariado Concelhio é facultativa.**
- 8 - O número de elementos deste último será sempre inferior a 50% do total da Comissão Coordenadora Concelhia, não se incluindo, para essa contagem, o funcionário referido no nº 6.**
- 9 - É ao Secretariado Concelhio que compete a gestão das e dos aderentes existentes no respetivo concelho, no respeito pela legislação sobre proteção de dados pessoais.**

Fundamentação:

Tal como no art.º anterior, é a diferença de âmbito geográfico que me leva a propor que os órgãos concelhos surjam, nos estatutos, autonomizados dos distritais ou regionais.

Aqui, o número mínimo e máximo de aderentes que uma CC Concelhia pode ter será, compreensivelmente, um pouco inferior ao de uma CC Distrital/Regional.

Por outro lado, nas organizações concelhias mais pequenas, a respetiva CC Concelhia terá apenas 5 elementos, pelo que não se justifica a obrigação de criar, aí, um Secretariado Concelhio, embora a sua criação não esteja vedada, se for essa a vontade da maioria da CC Concelhia. Neste, a presença do funcionário não é obrigatória, porque, em muitos distritos, existe apenas um para todo esse espaço geográfico e ele, obviamente, não pode ir a todas. Relativamente ao seu número de elementos, por maioria de razão, mantém-se a mesma restrição estabelecida a nível nacional e distrital.

Por fim, a gestão dos aderentes concelhos, proposta da mesma forma que aquele que é feita a nível distrital e pelas mesmas razões e que levanta, obviamente, os mesmos problemas.

Subscreve:

Jorge Martins



[NOVO] LIMITAÇÃO DE MANDATOS

[NOVO] Artigo 15º

Limitação de Mandatos

- 1 - O limite para o exercício de cargos eletivos públicos de representação política é de dois mandatos completos consecutivos ou tempo equivalente.**
- 2 - O limite para o exercício de cargos de direção política nos órgãos nacionais, regionais, distritais e concelhos do Movimento é de quatro mandatos completos consecutivos ou tempo equivalente.**
- 3 - O estatuído na alínea anterior não se aplica se o universo eleitoral for igual ou inferior a 200 aderentes.**
- 4 - As contagens do tempo de exercício dos cargos electivos e do número de mandatos referidas no ponto 1 e 2 têm início nos processos eleitorais realizados a partir da XII Convenção do Bloco.**

Fundamentação:

O Bloco de Esquerda quando surgiu foi uma lufada de ar fresco tanto na proposta como na forma de fazer política em Portugal. Na forma, o princípio da rotatividade dos primeirxs deputadxs na Assembleia da República foi disso exemplo. Apesar dos limites legais vigentes, impõe-se ao Bloco lutar por este princípio e também responder a necessidade de renovação e de formação de novos quadros, assim como de precaver o Movimento dos potenciais perigos da profissionalização e da eternização em cargos de direção política.

Subscrevem:

Alexandre Bonilha, Alexandre Frias, Amália Oliveira, Ana Martins, Artur Gouveia, Carlos Carujo, Frederico Mira George, João Patrocínio, José António Guerra, José Dias, Luís Miguel Santos, Nuno Miranda, Paulo Pica, Samuel Cardoso

DIREITO À INFORMAÇÃO

Artigo 15º

Direito à Informação

- 1 - [...]
- 2 - Todos os Órgãos estão obrigados à elaboração de minutas sobre as suas decisões, **incluindo propostas apresentadas e declarações de voto.**
- 3 - [...]
- 4 - [...]

Fundamentação:

Quanto ao ponto 2, achámos que, no sentido de uma maior transparência, as minutas devem incluir informação que sirva de elo aos militantes e valorize a sua condição de elementos importantes não só para as atividades práticas, mas também para um entrosamento efetivo com as estruturas as suas decisões e planos de ação.

Subscrevem:



Adelino Granja, Ana Filipa Costa, Ana Pendilha, António Abreu, António Ramoa, António Ricardo, Angelo Silva, Bruno Candeias, Carlos Marecos, Carlos Matias, Carlos Tomás, Catarina Fonseca, Elsa Moreira, Fernando Bessa Ribeiro, Fernando Castro, Francisco Duarte, Francisco Pascoal, Francisco Tomás, Gorete Pimentel, Henrique Leal, Higino Maroto, João Madeira, Jorgete Teixeira, José Lopes, José Cardoso Moura, Luís Gomes, Luís Mouga Lopes, Luís Pereira, Luís Silva, Lurdes Gomes, Manuel Canelas, Manuel Carlos Silva, Maria Anjos, Maria da Luz, Maria José Magalhães, Mário Tomé, Nuno Monteiro, Paulo Marques, Pedro Amorim, Pedro Cardoso, Rogério Pinto, Rosário Vaz, Sérgio Filipe, Soares Luz, Sílvia Carreira, Teodósio Alcobia, Victor Pinto, Vitor Tojeira

Artigo 15º

Direito à Informação

1 - [...]

2 - [...]

3 - [...]

4 - [...]

5 - **[NOVO] As/Os aderentes têm o direito de transmitir informações e expressar livremente a sua opinião num boletim interno editado, no mínimo, trimestralmente sob a responsabilidade da Comissão Política.**

Fundamentação:

O direito à informação não pode ser pensado apenas enquanto o direito passivo a receber informação sobre as decisões tomadas na direcção. Deve, portanto, ser estendido à partilha activa de informação relevante entre aderentes. Por outro lado, a liberdade de expressão abstracta sem meios de comunicação próprios impede a comunicação de posições entre aderentes e o debate político alargado. Sendo a matriz política do Bloco de Esquerda a pluralidade, um instrumento de debate interno continuado é fundamental para consolidar a democracia interna.

Subscrevem:

Alexandre Bonilha, Alexandre Frias, Amália Oliveira, Ana Martins, Artur Gouveia, Carlos Carujo, Frederico Mira George, João Patrocínio, José António Guerra, José Dias, Luís Miguel Santos, Nuno Miranda, Paulo Pica, Samuel Cardoso

NÚCLEOS LOCAIS

Artigo 17º [Antigo art.º 16]

Núcleos Locais

Acrescentar Locais em todas as referências aos Núcleos.

1 - As e os aderentes, num mínimo de cinco, podem constituir-se em Núcleos **Locais, numa área geográfica inferior à do respetivo concelho**, os quais reúnem em plenários, convocados nos respetivos âmbitos, organizando-se do modo que considerem mais adequado.

2 - [...]

3 - **[NOVO] Os Núcleos Locais, quando existirem, podem propor às respetivas Comissões Coordenadoras Concelhias as listas de candidatas e candidatos às Assembleias de Freguesia das freguesias/uniões de freguesias que abranjam as suas áreas de atuação.**



4 - [...] antigo nº 3

Fundamentação:

A primeira proposta de alteração consiste na tradução da ideia de que os núcleos têm um âmbito inframunicipal, podendo abranger uma ou mais freguesias ou uniões de freguesias.

A segunda vai na lógica que venho defendendo nesta proposta, de uma maior subsidiariedade, que dá mais poderes às e as aderentes de base, com a possibilidade de os núcleos poderem propor listas de candidatos às Assembleias de Freguesia existentes no espaço geográfico onde atuam.

Subscreve:

Jorge Martins

DIREITO À INFORMAÇÃO

Artigo 18º [Antigo art.º 15]

Direito à Informação

1 - **[NOVO] Nas relações com as e os aderentes, o BE observa o princípio da transparência.**

2 - [...] antigo nº 1

3 - [...] antigo nº 2

4 - [...] antigo nº 3

5 - [...] antigo nº 4

Fundamentação:

Proponho que este artigo surja apenas depois dos Núcleos Locais e não antes, uma vez que aqueles estão, igualmente, consagrados nos estatutos como órgãos do BE.

Quanto à proposta de novo número, tem o objetivo de consagrar a transparência como a forma correta de os diferentes órgãos do Bloco (nacionais, regionais, distritais e concelhios) se relacionarem com os e as aderentes na sua área de atuação.

Subscreve:

Jorge Martins

REFERENDOS

Artigo 17º

Referendos

1 - A iniciativa de proposta de referendo interno, vinculativo, compete à Mesa Nacional ou a **250** aderentes.

2 - [...]



3 - [...]

4 - [...]

5 - [...]

6 - [...]

7 - [...]

8 - [...]

Fundamentação:

A fasquia de 500 aderentes para propor um referendo interno é elevada.

Consideramos justa a redução do número exigido nesta rúbrica, a fim de permitir uma maior participação interna, dando azo a que os aderentes intervenham, através de voto direto e secreto, sobre questões relevantes no interior do partido, no sentido de congregar um número expressivo de vontades na defesa dos reais objetivos do Movimento/Partido.

Subscrevem:

Adelino Granja, Ana Filipa Costa, Ana Pendilha, António Abreu, António Ramoa, António Ricardo, Angelo Silva, Bruno Candeias, Carlos Marecos, Carlos Matias, Carlos Tomás, Catarina Fonseca, Elsa Moreira, Fernando Bessa Ribeiro, Fernando Castro, Francisco Duarte, Francisco Pascoal, Francisco Tomás, Gorete Pimentel, Henrique Leal, Higino Maroto, João Madeira, Jorgete Teixeira, José Lopes, José Cardoso Moura, Luís Gomes, Luís Mouga Lopes, Luís Pereira, Luís Silva, Lurdes Gomes, Manuel Canelas, Manuel Carlos Silva, Maria Anjos, Maria da Luz, Maria José Magalhães, Mário Tomé, Nuno Monteiro, Paulo Marques, Pedro Amorim, Pedro Cardoso, Rogério Pinto, Rosário Vaz, Sérgio Filipe, Soares Luz, Sílvia Carreira, Teodósio Alcobia, Victor Pinto, Vitor Tojeira

Artigo 17º

Referendos

1 - A iniciativa de proposta de referendo interno, vinculativo, compete à Mesa Nacional ou a **200** aderentes.

2 - [...]

3 - [...]

4 - [...]

5 - **75** aderentes podem obrigar ao debate e deliberação da Mesa Nacional sobre uma proposta de referendo.

6 - [...]

7 - [...]

8 - [...]

Fundamentação:

Os patamares para a convocatória de um referendo ou para iniciar a sua discussão em Mesa Nacional estão desajustados relativamente à militância realmente existente no BE, sendo assim um obstáculo a que este instrumento de decisão participativa se efective.

Subscrevem:

Alexandre Bonilha, Alexandre Frias, Amália Oliveira, Ana Martins, Artur Gouveia, Carlos Carujo, Frederico Mira

George, João Patrocínio, José António Guerra, José Dias, Luís Miguel Santos, Nuno Miranda, Paulo Pica, Samuel Cardoso

REFERENDOS

Artigo 19º [Antigo art.º 17]

Referendos

- 1 - A iniciativa de proposta de referendo interno, vinculativo, compete à Mesa Nacional ou a 500 aderentes.
- 2 - O referendo interno **nacional** realiza-se sobre questões relevantes para a intervenção política do Bloco de Esquerda.
- 3 - Cada referendo contém uma só matéria, validada pela Comissão de Direitos, **podendo, no entanto, conter mais de uma pergunta.**
- 4 - **[NOVO] A pergunta ou perguntas do referendo são, igualmente, objeto de validação pela Comissão de Direitos.**
- 5 - [antigo nº 4] A deliberação obtém-se por maioria **absoluta** dos votos **validamente** expressos.
- 6 - [antigo nº 5] **Uma proposta de referendo interno nacional apresentada por 150 aderentes pode** obrigar ao debate e deliberação da Mesa Nacional sobre **a sua eventual realização.**
- 7 - [...] antigo nº 6
- 8 - [antigo nº 7] **Alterar para: "As Comissões Coordenadoras Regionais/Distritais ou Concelhias ou 5% das e dos aderentes regionais/distritais ou concelhios (num mínimo de 10 e de 5, respetivamente) podem convocar referendos internos regionais/distritais ou concelhios sobre matérias do seu âmbito territorial, de acordo com o regulamento geral sobre referendos aprovado pela Mesa Nacional.**
- 9 - [...] antigo nº 8

Fundamentação:

Parece-me lógico que a designação de "referendo interno" se aplique a todos os que se realizam no seio do BE, adicionando-se a ela o âmbito geográfico da consulta".

Por outro lado, embora concorde que o referendo deva versar apenas sobre uma matéria, parece ser importante prever a possibilidade de poder conter mais de uma pergunta sobre ela, sendo que também elas terão de ser aprovadas pela Comissão de Direitos.

A questão seguinte parece-me importante. De acordo com a atual formulação "votos expressos", ela abrange os votos nulos (são expressos, ao contrário dos brancos). Logo, aqueles funcionam, na prática, como votos "não". Julgo que se deve aplicar a expressão "validamente expressos", tal como sucede na lei eleitoral para a Presidência da República, já que ela exclui tanto brancos (que alguns consideram válidos, mas não expressos) como nulos (expressos, mas não válidos).

A que vem depois é apenas formal (a formulação atual não me soa muito bem) e, por fim, julgo que se deverá estabelecer, nos estatutos e não apenas no regulamento, quem e de que forma podem ser convocados os referendos distritais/regionais ou concelhios.

Subscreve:

Jorge Martins



GRUPOS DE TRABALHO

Artigo 18º

Grupos de Trabalho

1 - Os Grupos de Trabalho constituem-se por decisão de um ou vários órgãos do Movimento, para aprofundamento, debate e eventual elaboração de recomendações em torno de temas específicos ou setoriais, **aos quais apresentam conclusões.**

2 - [...]

Fundamentação:

A constituição de Grupos de Trabalho tem-se revelado de grande importância para o aprofundamento político nas diversas áreas de intervenção do Bloco de Esquerda e a sua dinamização torna-se imprescindível assente na sua própria dinâmica e responsabilização.

Subscvem:

Adelino Granja, Ana Filipa Costa, Ana Pendilha, António Abreu, António Ramoa, António Ricardo, Angelo Silva, Bruno Candeias, Carlos Marecos, Carlos Matias, Carlos Tomás, Catarina Fonseca, Elsa Moreira, Fernando Bessa Ribeiro, Fernando Castro, Francisco Duarte, Francisco Pascoal, Francisco Tomás, Gorete Pimentel, Henrique Leal, Higino Maroto, João Madeira, Jorgete Teixeira, José Lopes, José Cardoso Moura, Luís Gomes, Luís Mougá Lopes, Luís Pereira, Luís Silva, Lurdes Gomes, Manuel Canelas, Manuel Carlos Silva, Maria Anjos, Maria da Luz, Maria José Magalhães, Mário Tomé, Nuno Monteiro, Paulo Marques, Pedro Amorim, Pedro Cardoso, Rogério Pinto, Rosário Vaz, Sérgio Filipe, Soares Luz, Sílvia Carreira, Teodósio Alcobia, Victor Pinto, Vitor Tojeira

CONFERÊNCIAS NACIONAIS

Artigo 19º

Conferências Nacionais

1 - A Mesa Nacional pode tomar a iniciativa de convocar Conferências Nacionais, **assim como um conjunto de Comissões Coordenadoras Concelhias, Distritais ou Regionais podem convocar Conferências sub-Nacionais** destinadas a promover o debate e a elaboração de conclusões e recomendações sobre assuntos de caráter específico.

2 - [...]

Fundamentação:

O objetivo é criar a possibilidade de criar conferências que não sejam de âmbito estritamente nacional, conferindo essa possibilidade e autonomia às estruturas de base, reforçando a importância de assuntos regionais.

Subscvem:

Adelino Granja, Ana Filipa Costa, Ana Pendilha, António Abreu, António Ramoa, António Ricardo, Angelo Silva, Bruno Candeias, Carlos Marecos, Carlos Matias, Carlos Tomás, Catarina Fonseca, Elsa Moreira, Fernando Bessa Ribeiro, Fernando Castro, Francisco Duarte, Francisco Pascoal, Francisco Tomás, Gorete Pimentel, Henrique Leal, Higino Maroto, João Madeira, Jorgete Teixeira, José Lopes, José Cardoso Moura, Luís Gomes, Luís Mougá Lopes,

Luís Pereira, Luís Silva, Lurdes Gomes, Manuel Canelas, Manuel Carlos Silva, Maria Anjos, Maria da Luz, Maria José Magalhães, Mário Tomé, Nuno Monteiro, Paulo Marques, Pedro Amorim, Pedro Cardoso, Rogério Pinto, Rosário Vaz, Sérgio Filipe, Soares Luz, Sílvia Carreira, Teodósio Alcobia, Victor Pinto, Vitor Tojeira

[NOVO] DEPARTAMENTO INTERNACIONAL

Artigo 20º

Departamento Internacional

- 1 - O Departamento Internacional do Bloco de Esquerda tem como missão estruturar de forma continuada as relações internacionais do BE com outros partidos e movimentos progressistas, bem como de todas as plataformas internacionais de que faça parte, como membro, convidado ou observador.**
- 2 - Compete à Mesa Nacional e aos seus órgãos internos aprovar a orientação política geral do trabalho do Departamento Internacional.**
- 3 - O Departamento Internacional é composto por 12 membros eleitos pela Mesa Nacional, de acordo com o critério estrito da paridade de género, a que se juntam, por inerência, as eurodeputadas e eurodeputados do BE e representantes deste em organizações internacionais de que faz parte.**
- 4 - A responsabilidade pela condução da atividade do Departamento Internacional pertence à Comissão Política, no quadro das orientações gerais de Convenção e Mesa Nacional.**
- 5 - O Departamento Internacional possui um orçamento anual próprio, sendo a sua aprovação competência da Mesa Nacional.**

Fundamentação:

Trata-se de consagrar, estatutariamente, uma estrutura que reúne regularmente e vem ganhando importância crescente, o que é lógico dado o carácter internacionalista do Bloco. Só não o considero como um órgão partidário porque é eleito pela Mesa Nacional e não pelas e pelos aderentes nem uma assembleia de base, como sucede com os restantes, à exceção da Comissão Política, embora essa possibilidade deva ser considerada.

A proposta que aqui apresento baseia-se em grande parte no regulamento do DI. A alteração mais significativa é o estabelecimento de um número fixo de aderentes que o integram e que é semelhante ao atual, a que somo a consagração das eurodeputadas e eurodeputados, pois o BE, enquanto organização, não faz parte do Parlamento Europeu.

Subscreve:

Jorge Martins

SISTEMA DE VOTAÇÃO

Artigo 20º

Sistema de Votação

1 - [...]

2 - [...]

3 - Nas votações de âmbito concelhio, distrital ou regional, o voto pode ser exercido por correspondência, **em casos excecionais** nos termos dos respetivos regulamentos. A Mesa Nacional elege, no início de cada mandato,



uma comissão de três membros responsável por verificar e atualizar os recursos materiais e tecnológicos do partido, na perspetiva da eficácia e transparência do voto por correspondência.

4 - [...]

Fundamentação:

Esta proposta é uma necessidade para que o recurso ao voto de correspondência não seja generalizado, para elevar a participação ativa e presencial das e dos aderentes nos diversos atos eletivos internos deixando a salvaguarda às e aos aderentes que por razões de força maior (devidamente regulamentados) estejam impossibilitados de exercer o seu voto presencialmente.

Subscvem:

Adelino Granja, Ana Filipa Costa, Ana Pendilha, António Abreu , António Ramoa, António Ricardo, Angelo Silva, Bruno Candeias, Carlos Marecos, Carlos Matias, Carlos Tomás, Catarina Fonseca, Elsa Moreira, Fernando Bessa Ribeiro, Fernando Castro, Francisco Duarte, Francisco Pascoal, Francisco Tomás, Gorete Pimentel, Henrique Leal, Higinio Maroto, João Madeira, Jorgete Teixeira, José Lopes, José Cardoso Moura, Luís Gomes, Luís Mouga Lopes, Luís Pereira, Luís Silva, Lurdes Gomes, Manuel Canelas, Manuel Carlos Silva, Maria Anjos, Maria da Luz, Maria José Magalhães, Mário Tomé, Nuno Monteiro, Paulo Marques, Pedro Amorim, Pedro Cardoso, Rogério Pinto, Rosário Vaz, Sérgio Filipe, Soares Luz, Sílvia Carreira, Teodósio Alcobia, Victor Pinto, Vitor Tojeira

Artigo 20º

Sistema de Votação

1 - [...]

2 - [...]

3 - [...]

4 - [...]

5 - **Aos listas candidatas aos Os órgãos referidos** no número anterior podem ser constituídas por um número de elementos inferior ao necessário para preencher todas as vagas existentes em cada um dos respetivos órgãos, devendo, porém, observar o critério da paridade entre sexos.

a) **As listas para A Mesa Nacional** e Comissão de Direitos devem observar o critério de paridade de género 50/50.

b) **As listas para As Comissões Coordenadoras** Distritais, Regionais e Concelhias observam o critério de paridade de género de 1/3.

6 - Cabe **às listas candidatas à Mesa eleitoral** garantir uma ordenação que respeite o disposto no número 2 do Artigo 10º.

Fundamentação:

Não são as listas que têm que garantir a paridade mas sim os órgãos.

Não se pode coartar o direito democrático de eleger e ser eleito.

Se por absurdo não existirem homens ou mulheres dispostos a representar uma lista para uma c.c. concelhia ou distrital, não há eleição?

Subscreve:

José Dias



Artigo 20º

Sistema de Votação

1 - [...]

2 - [...]

3 - [...]

4 - [...]

5 - [...]

6 - [...]

7 - **[NOVO] A decisão sobre a composição de listas de candidatura do Movimento a cargos públicos eletivos é realizada por votação em lista aberta e voto preferencial.**

Fundamentação:

Este novo artigo tem como objetivo o reforço da democracia interna, no que concerne à organização/hierarquização de listas a cargos públicos, Assembleias Municipais, Assembleia da República... O método utilizado, normalmente, é o de votação de lista fechada e votação em alternativa, o que reduz a capacidade dos aderentes poderem participar nas listas e deixa fora das listas os elementos das listas vencidas. Com este novo método e partindo do pressuposto que todos comungam do programa eleitoral, servirá apenas para organizar as listas na hierarquia exigida por lei, em que cada aderente pode por vontade própria constar do boletim de voto. Sendo a votação universal e preferencial, o resultado final ditará a composição final da lista por ordem de preferência dos votantes, não obstante os ajustes finais regulamentados em função da paridade e/ou outros.

Subscrevem:

Adelino Granja, Ana Filipa Costa, Ana Pendilha, António Abreu, António Ramoa, António Ricardo, Angelo Silva, Bruno Candeias, Carlos Marecos, Carlos Matias, Carlos Tomás, Catarina Fonseca, Elsa Moreira, Fernando Bessa Ribeiro, Fernando Castro, Francisco Duarte, Francisco Pascoal, Francisco Tomás, Gorete Pimentel, Henrique Leal, Higinio Maroto, João Madeira, Jorgete Teixeira, José Lopes, José Cardoso Moura, Luís Gomes, Luís Mougá Lopes, Luís Pereira, Luís Silva, Lurdes Gomes, Manuel Canelas, Manuel Carlos Silva, Maria Anjos, Maria da Luz, Maria José Magalhães, Mário Tomé, Nuno Monteiro, Paulo Marques, Pedro Amorim, Pedro Cardoso, Rogério Pinto, Rosário Vaz, Sérgio Filipe, Soares Luz, Sílvia Carreira, Teodósio Alcobia, Victor Pinto, Vitor Tojeira

SISTEMA DE VOTAÇÃO

Artigo 23º [Antigo art.º 17]

Sistema de Votação

1 - [...]

2 - [...]

3 - [...]

4 - A Comissão de Direitos, a Mesa Nacional e as Comissões Coordenadoras Distritais, Regionais ou Concelhias são eleitas pelo sistema de voto em listas, apresentadas nos termos dos regulamentos respetivos, **sendo os mandatos atribuídos em número proporcional aos votos obtidos por cada uma das listas sufragadas.**

5 - **[NOVO] Os mandatos são atribuídos em número proporcional aos votos obtidos por cada uma das listas sufragadas, de acordo com o método do quociente eleitoral simples e a atribuição dos mandatos sobrantes aos maiores restos.**



6 - [antigo nº 5, alíneas a) e b) e nº 6] **As listas para os todos os órgãos nacionais, regionais, distritais e concelhios do BE observam o princípio estrito da paridade de género, sendo as candidatas e os candidatos ordenados alternadamente em função do seu sexo**

7 - [...] antigo nº 5

Fundamentação:

No que se refere à atribuição dos mandatos, a minha proposta não se destina a mudar nada, mas apenas a uma maior clarificação. Na verdade, o sistema que utilizamos é aquele que explicito e que se designa, em Ciência Política, por “quota de Hare” ou de “Hare-Niemeyer”. A formulação atual parece-me vaga e poderá, na minha opinião, abrir a porta à adoção de outros métodos de representação proporcional menos “amigos” das correntes minoritárias, como o método de Hondt. Com esta alteração, fica tudo muito claro.

Relativamente à paridade estrita de género, julgo que é altura de a consagramos, definitivamente, a todos os níveis do Bloco. Pela minha parte, eliminava a referência ao 50/50 dos estatutos, que, como já referi, me parece redundante. Mas, se alguém acha que a formulação “paridade estrita” ainda não é suficientemente explícita, então, que se mantenha.

Subscreve:

Jorge Martins

[NOVO] LIMITAÇÃO DE MANDATOS

Artigo 24º

Limitação de Mandatos

- 1 - Nenhuma ou nenhum aderente pode desempenhar, no mesmo órgão do BE, mais de quatro mandatos consecutivos.**
- 2 - Depois de concluídos os mandatos referidos no número anterior, essas e esses aderentes não podem candidatar-se a esse órgão durante o quadriénio imediatamente subsequente ao último mandato consecutivo permitido.**
- 3 - Nos casos em que o mandato do órgão seja interrompido antes do final, esse não se considera para efeitos do nº1, se essa interrupção tiver ocorrido antes de estar concluída metade da duração daquele e não ocorra devido a renúncia da própria ou do próprio ao mandato.**
- 4 - Se ocorrer nova interrupção antes de estarem completos os três mandatos ou se a primeira ocorrer devido a renúncia ao mandato, não se aplica o disposto no nº2, considerando-se, para efeitos do nº1, o novo mandato interrompido como completo.**
- 5 - Para as e os aderentes que completarem o mandato daquela ou daquele que a ele renunciou, aplicam-se, com as devidas adaptações, os mesmos critérios definidos nos números anteriores.**

Fundamentação:

Reconheço que este novo artigo constitui um dos pontos mais controversos da minha proposta, mas é essencial para dar um novo impulso ao Bloco. Na verdade, tenho constatado, nos últimos tempos, que há aderentes que ocupam os mesmos cargos há 20 anos, sem interrupção, havendo, mesmo, casos em que são, simultaneamente, membros das Comissões Coordenadoras Concelhias, Distritais/Regionais, da Mesa Nacional ou, mesmo, da Comissão Política. E o problema é que muitas e muitos se agarram a esses lugares como lapa à rocha.



Essa situação tem como consequência uma insuficiente renovação de quadros, especialmente ao nível local, e é responsável pela desmotivação de muitas e muitos aderentes, especialmente as e os mais jovens, levando, mesmo, algumas e alguns deles a abandonar o Bloco. Não por acaso, muitas e muitos dos que saem referem como justificação “são sempre as mesmas pessoas”. Esse progressivo fechamento tem conduzido, assim, em alguns distritos, a um envelhecimento gradual das respetivas estruturas, com a consequente incapacidade de renovar métodos e práticas políticas.

Passa muito por tudo isto a debilidade das estruturas locais do BE e que se traduz nos crónicos maus resultados obtidos nas eleições autárquicas. Mesmo a nível nacional, a renovação de protagonistas não é tão efetiva como deveria ser. Mas, afinal, se defendemos a limitação de mandatos no exterior, não será coerente fazê-lo também “na nossa casa”?

A minha proposta baseou-se, com as devidas adaptações, na lei da limitação dos mandatos autárquicos. Nela, os quatro mandatos corresponderão, normalmente, a oito anos, ou seja, dois ciclos eleitorais, tanto legislativos nacionais e regionais como autárquicos. Parece-me ser um tempo razoável para que as pessoas desempenhem os seus cargos e, depois, deem lugar a outras.

Também o período de “nojo” nos dois mandatos seguintes corresponde a um ciclo eleitoral, já que dois anos me parece pouco para um regresso ao cargo. E a penalização das renúncias, que existe também na referida legislação, serve para evitar manobras oportunistas que procurem “fintar” a lei.

Por seu turno, para a questão da contagem dos mandatos interrompidos, utilizei o critério da 22ª emenda à Constituição dos EUA, que limitou a dois os mandatos presidenciais.

Subscreve:

Jorge Martins

[NOVO] FUNCIONÁRIAS E FUNCIONÁRIOS

Artigo 25º

Funcionárias e Funcionários

- 1 – As funcionárias e os funcionários do BE são aderentes que recebem uma remuneração, de forma a assegurar a execução das tarefas quotidianas necessárias à prossecução da atividade política do Bloco.**
- 2 – O enquadramento das funcionárias e dos funcionários é assegurado, a nível nacional, por uma coordenadora ou um coordenador.**
- 3 – As funcionárias e funcionários deverão observar uma estrita neutralidade nas disputas políticas internas na área geográfica onde exercem a sua atividade, estando-lhes vedada a candidatura às Comissões Coordenadoras Distritais/Regionais ou Concelhias que atuem nesse espaço territorial, exceto se, até seis meses antes da data do ato eleitoral, forem objeto de transferência, suspenderem temporariamente, mediante licença sem vencimento, as suas funções, ou a elas renunciarem.**
- 4 – As aderentes e os aderentes que prestem assessoria remunerada a eleitas e eleitos do BE são, para os efeitos do número anterior, equiparados a funcionárias e funcionários.**

Fundamentação:

Esta proposta é, igualmente, controversa, até porque muitas e muitos dirigentes nacionais, regionais, distritais e, até, concelhios são funcionárias e funcionários do Bloco. Pela minha parte, julgo que o mais saudável seria separar, o mais possível, os cargos de direção política (que caberiam às e aos dirigentes) dos executivos (que seriam desempenhados pelas funcionárias e funcionários). Não se trata, aqui, de desconfiar das pessoas e da sua honestidade, mas a verdade é que, do ponto de vista teórico, quem depende financeiramente de uma organização



está sempre limitado (quanto mais não seja, autolimitado) nas críticas que possa fazer a quem a dirige.

Por outro lado, a nível regional, distrital ou concelhio, acho muito pouco saudável que quem exerce essas funções, e, por isso, possui os dados das e dos aderentes e é responsável pela condução do processo eleitoral, possa integrar uma lista de candidatos às respetivas Comissões Coordenadoras. No fundo, é, simultaneamente, jogador e árbitro, o que, como é óbvio, não garante a necessária imparcialidade deste último.

De acordo com essas considerações, entendia que, idealmente, as funcionárias e os funcionários não deveriam poder desempenhar cargos de direção política. Mas, tendo em conta a realidade, apenas coloco a restrição à sua participação nas eleições para as CC regionais, distritais ou concelhias da área geográfica que tutelam. O prazo de seis meses para pedir a transferência, a suspensão ou a renúncia à função parece-me razoável, impedindo o oportunismo de a funcionária ou o funcionário se retirar apenas nas vésperas do ato eleitoral.

Argumentarão que esta proposta lhes limita os seus direitos enquanto aderentes. A isso contraponho o exemplo dos militares, polícias, juízes e titulares da magistratura do MP, que, apesar de serem cidadãos e cidadãs como os restantes não podem candidatar-se a cargos políticos, exceto se suspenderem as suas funções ou a elas renunciarem. É esse o preço que pagam pela autoridade de que dispõem, o mesmo se passando, de certa forma, com as pessoas cujo trabalho, ao contrário do das e dos restantes aderentes, é remunerado pelo Bloco.

Subscreve:

Jorge Martins

FINANÇAS

Artigo 26º [Antigo art.º 21]

Finanças

- 1 - As receitas do Bloco de Esquerda provêm das contribuições das suas e dos seus aderentes e simpatizantes, dos subsídios e subvenções públicas, legados ou donativos que lhe sejam atribuídos e expressamente **por ele aceites**, de iniciativas próprias, do rendimento de bens, fundo de reservas ou verbas depositadas.
- 2 -- [...]
- 3 - [...]
- 4 - [...]
- 5 - [...] antigo nº 4 alínea a)
- 6 - [...] antigo nº 4 alínea b)
- 7 - **[NOVO] As Comissões Coordenadoras Distritais/Regionais e Concelhias nomeiam a Tesoureira ou o Tesoureiro Regional/Distrital e a Tesoureira Concelhia ou Tesoureiro Concelhio, respetivamente, sendo essa nomeação sujeita a ratificação pelas respetivas Assembleias Regionais/Distritais e Concelhias.**
- 8 - **[NOVO] Nenhuma ou nenhum aderente pode acumular as funções de Tesoureira ou Tesoureiro Distrital/Regional com as de Tesoureira Concelhia ou Tesoureiro Concelhio.**
- 9 - [...] antigo nº 5

Fundamentação:

As primeiras alterações são meramente de forma.

As segundas destinam-se, mais uma vez, a permitir que as e os aderentes de base possam pronunciar-se, agora sobre a escolha da pessoa que vai gerir as finanças das respetivas organizações.



Relativamente à restrição à acumulação de funções de gestão da tesouraria, simultaneamente, ao nível distrital e concelhio, ela parece-me do mais elementar bom senso, pois haverá sempre possíveis conflitos de interesses entre uma e outra.

Subscreve:

Jorge Martins

[NOVO] DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**Artigo 27º****Disposições Finais e Transitórias**

- 1 - Os órgãos distritais/regionais e concelhios que, no momento da Convenção, ainda não tenham completado o tempo de duração do seu mandato continuarão a funcionar nos termos em que foram eleitos, aplicando-se-lhes apenas as novas regras constantes dos presentes estatutos no início do mandato seguinte.**
- 2 - As e os aderentes que, no momento da Convenção em que sejam aprovadas as presentes alterações estatutárias, tiverem cumprido ou estiverem a cumprir, pelo menos, o terceiro mandato consecutivo, poderão ainda ser eleitas ou eleitos para o mandato seguinte, não se lhe aplicando as disposições constantes do art.º 22º.**
- 3 - As renúncias ao mandato ocorridas antes daquele momento não relevam, igualmente, para efeito da aplicação do nº 4 do art.º 22º.**
- 4 - As funcionárias e funcionários que foram eleitas ou eleitos para as Comissões Coordenadoras Regionais, Distritais ou Concelhias da área onde exercem funções manterão os seus lugares nesses órgãos até ao final dos respetivos mandatos.**

Fundamentação:

Este articulado serve apenas para enquadrar a entrada em vigor destas novas disposições, dentro do princípio legal de que “a lei dispõe sempre para o futuro”.

Subscreve:

Jorge Martins

Moção A

**SAIR DA CRISE,
LUTAR CONTRA A
DESIGUALDADE**



SAIR DA CRISE, LUTAR CONTRA A DESIGUALDADE

A pandemia expôs as contradições de um sistema capitalista em estagnação. A luta pelo bem comum, ecologista, feminista, antirracista e anticapitalista, é o seguro de futuro da humanidade. Resgatamos a solidariedade dos povos, reivindicamos a força de quem não se verga às desigualdades e à exploração, afirmamos a rebeldia de escolher o nosso próprio destino, construímos a esperança da alternativa socialista.

À devastação causada pela pandemia da Covid-19, à nova realidade da propagação da doença, à quebra sanitária que afeta as doenças não-Covid e à degradação de serviços públicos, juntam-se as sequelas de mercado: falências, desemprego, quebras salariais, picos de precariedade laboral e habitacional.

Portugal, refém da dívida e dos critérios restritivos de Bruxelas, condena-se a apertar o investimento e à dura redução de rendimentos das classes populares. Depois de um período de recuperação parcial dos direitos cortados pela troika, os setores mais vulneráveis da sociedade voltam a ser lançados no fosso da desigualdade. Esta é a tragédia social, a “resiliência” da concentração da riqueza numa elite que despreza a justiça social.

A experiência da “geringonça”, da qual o PS se afastou e que não quis reeditar, mostrou que era possível uma política que valorize salários, pensões e apoios sociais, mas esbarrou nas metas de déficit impostas por Bruxelas, aliás ultrapassadas pelo Governo.

O Bloco é a garantia de uma alternativa à esquerda que se opõe à desigualdade e se bate por uma política consistente que, na urgência da resposta à crise, promova a criação de emprego e os serviços do bem comum e rejeite a austeridade.

1. UMA PANDEMIA QUE MUDOU O MUNDO

A pandemia acelerou, súbita e brutalmente, a concentração de riqueza que marca o já longo ciclo de estagnação económica. Marcada pela instabilidade financeira e pela rapidez das alterações climáticas, a incerteza global amplia a via de assalto aos bens comuns e novas formas de rentismo. As burguesias radicalizam-se, disponíveis para discursos de ódio e manobras autoritárias na luta pela hegemonia. Enquanto isso, as mudanças sociais no contexto da contenção do contágio marcam o quotidiano de quem trabalha e condicionam a mobilização popular.

2. A PANDEMIA EXPÕE A DESUMANIDADE DA GLOBALIZAÇÃO

Ao cabo de um ano de pandemia, a ditadura chinesa refez-se do impacto inicial e recupera do choque económico, retomando a disputa da liderança do processo de acumulação de capital. Pelo seu lado, a negação da perigosidade do vírus, feita política de governo pela extrema-direita dos EUA e do Brasil e agravada pela inexistência ou precariedade de serviços de saúde de acesso universal, conduziu a enormes tragédias. A situação é ainda pior para a população dos países mais pobres, discriminada no acesso às vacinas. Com a investigação massivamente financiada por dinheiros públicos, as vacinas deveriam ser consideradas um bem comum, sem a possibilidade de privatização das patentes.

Este processo, em que a proteção dos interesses das farmacêuticas na produção da vacina está acima de qualquer critério de humanidade, foi classificado pela ONU como “uma catastrófica falência moral”. A privação de vacinas, em particular aos países do Sul, criará ciclos pandémicos que afetarão o mundo inteiro, agravando as crises sociais e económicas e acentuando as desigualdades Norte-Sul e dentro dos próprios países.

Invisibilizada pela crise pandémica, a criminosa gestão da crise migratória no Mediterrâneo prossegue inalterada, expondo a hipocrisia humanitária de uma União Europeia que não se exclui dos maus exemplos internacionais. Internamente, a UE continua a reproduzir desigualdades, secundarizando a coesão. Externamente, financia campos de concentração às suas portas.

A pandemia também não interrompeu disputas regionais que estavam em curso, nem travou o aumento das tensões militares entre as potências internacionais, muito marcado pela nova corrida armamentista. Pelo contrário, criou novas formas de ataque, como o *apartheid* sanitário ao povo palestino pelo Estado de Israel. A Carta da ONU continua a ser o contrato que define as regras para a paz.

3. A CATÁSTROFE CLIMÁTICA SÓ DESAPARECEU DAS NOTÍCIAS

A economia do abuso conduziu o planeta à crise climática. A destruição dos ecossistemas e a contínua extração de recursos naturais agrava a crise e deixa o território e as populações mais vulneráveis aos efeitos dos eventos climáticos extremos. A progressiva ocupação humana de territórios selvagens incrementa o risco de contacto com novos microorganismos e, portanto, de novas pandemias com efeitos económicos e sociais devastadores.

O regresso dos Estados Unidos da América ao Acordo de Paris é uma boa notícia, mas que nada nos diz sobre o futuro. Os governos continuam a fazer de conta que Paris, se fosse cumprido, seria suficiente. Não seria, e nem mesmo esses objetivos, apesar de insuficientes, a Europa quer cumprir.

A transição energética tem sido usada para camuflar decisões de gestão com efeitos sociais pesados, em vez de configurar uma política de criação e reconversão de emprego para salvar o clima e a economia tornando sustentáveis a produção, o transporte, o consumo e a mobilidade e de combate à pobreza energética.

4. FALTA CREDIBILIDADE À RESPOSTA EUROPEIA

A crise pandémica aprofunda as assimetrias entre os Estados da moeda única. Os fundos para a recuperação económica anunciam-se tardios, insuficientes e, em grande parte, geradores de nova dívida. É certo que o tabu alemão sobre a mutualização de dívida foi parcialmente quebrado. Mas enquanto a economia da Alemanha beneficia de enormes ajudas de Estado, os governos dos países mais endividados submetem-se voluntariamente ao estrangulamento orçamental, por preverem que os défices agora autorizados venham a desencadear pressões austeritárias no futuro próximo. Nem foi quebrado o tabu do financiamento direto do BCE aos Estados, nem estão em causa as regras orçamentais que, crise após crise, se têm revelado contraproducentes. Com estas regras, os recursos financeiros agora mobilizados podem mesmo agravar as assimetrias já existentes na União, como prova a disparidade entre planos nacionais de resposta à crise.

Nenhum programa de reconstrução terá alcance suficiente se não incluir a reestruturação das dívidas soberanas (em particular a dívida que é detida pelo Banco Central Europeu) e a ruptura com os tratados neoliberais que atacam serviços públicos e o investimento dos Estados. Nenhum programa de reconstrução será mobilizador se for capturado por interesses privados e se alimentar a corrupção do regime que recusa criminalizar o enriquecimento ilícito.

5. PORTUGAL, O BOM ALUNO PRESO AOS SEUS BLOQUEIOS

Face à eclosão da pandemia, o Bloco de Esquerda logo reconheceu que, para conter a contaminação e tal como indicado pelas autoridades de saúde, eram necessárias medidas de limitação de contactos sociais, o que implica restrições excepcionais ao direito constitucional de livre circulação. Assim, viabilizamos no Parlamento os sucessivos decretos do estado de emergência. Com o seu voto, o Bloco tem sublinhado que essas restrições não são acompanhadas de compensações e apoios à altura dos efeitos económicos do confinamento massivo, penalizando as e os trabalhadores e as classes populares.



Foi ainda sob esse prisma que, face ao choque inicial da pandemia, o Bloco viabilizou um Orçamento Suplementar em 2020, estritamente necessário para assegurar o reforço da saúde e proteção social. Que estas medidas tenham ficado, em grande parte, por executar comprova a opção do governo por uma política de contenção, logo quando ela é mais inadequada.

Na negociação do Orçamento do Estado para 2021, o Bloco definiu condições claras que o Partido Socialista recusou:

- efetiva recuperação do SNS, com maior investimento e com carreiras atrativas, que recompensem a dedicação exclusiva de médicos e enfermeiros e retenham o pessoal auxiliar no serviço público;
- reforço consistente da proteção social, com recuperação dos subsídios de desemprego e fixação de apoios que assegurem às vítimas da crise um rendimento acima do limiar da pobreza;
- penalização dos despedimentos sob pandemia e sua proibição nas empresas apoiadas, combate às velhas e novas formas de precariedade laboral e reposição de direitos laborais eliminados pela troika na contratação coletiva, nas regras de indemnização por despedimento, nos dias de férias, no banco de horas grupal;
- rigor face aos abusos da banca, rompendo o tabu que mantém a política financeira governada por acordos de bloco central.

Logo nos primeiros meses de vigência do Orçamento, comprovou-se a sua inadequação nas áreas da saúde, dos apoios sociais e dos abusos laborais, levando o próprio governo a adotar algumas das medidas que, mesmo insuficientes, tinha recusado na negociação com o Bloco.

No futuro imediato, as escolhas orçamentais continuam a decidir-se na resposta àquelas questões, bem como às do investimento público para o emprego e para a transição climática.

A escolha pelo PS de uma via centrista recia uma tática que já vimos falhar em vários países. A aliança que vai dos partidos socialistas aos liberais, de António Costa a Macron, exclui novos avanços sociais do diálogo à esquerda. Sobra apenas a tentativa de chantagem sobre a perda do poder para a direita.

6. EM PLENA CRISE, O GOVERNO INSTALA-SE NO CONTINUISMO

Depois de uma estratégia de provocação e ensaio de crise política, vinda já do final da legislatura anterior, o governo do Partido Socialista tem continuado a procurar impor, em cada negociação, uma estratégia de contenção de despesa. Essa estratégia já era errada antes da pandemia: face à oportunidade da atual conjuntura (juros baixos, menor pressão europeia), o congelamento de investimentos e a manutenção de bloqueios estruturais torna-se parte da catástrofe que Portugal vive. Essas opções parecem ignorar a contínua degradação do SNS e o aumento da pobreza. O desastre está em curso e o fim das moratórias de pagamento de créditos bancários é uma bomba-relógio. Todavia, apesar do investimento público em falta, os lucros das PPP continuam intocáveis e o governo apressa-se a cumprir os 2% do PIB para a Defesa, exigidos pela NATO.

Confortada à direita pelo apoio do Presidente da República e legitimada pelo PCP e pelo PAN, a política de débeis paliativos permite ao PS expandir-se no centro político, que ocupa sozinho desde que o PSD confirmou a sua dependência tácita de uma aliança com a extrema-direita.

7. A RECOMPOSIÇÃO DA DIREITA É UMA RADICALIZAÇÃO

A direita continua minoritária no Parlamento e no país. O CDS desaparece, Rui Rio tenta sobreviver aos partidários de Passos Coelho. Na recomposição em curso, destacam-se dois novos pólos, um de extrema-direita e outro ultra-liberal, que aliás partilham o mesmo programa económico, assente no favor fiscal aos mais ricos e na privatização dos serviços públicos. A radicalização do conjunto da direita, herdeira da troika, hostil ao Estado social e

no caso do Chega abertamente racista, é um processo com correspondência internacional. O mandato de Trump nos Estados Unidos forneceu alento, cultura e recursos a uma corrente que sobrevive ao seu ícone e dinamiza esta radicalização (Liga de Salvini, União Nacional de Le Pen, Vox de Abascal, etc).

Mas não existe qualquer fatalidade democrática que atribua à direita radicalizada um lugar no governo ou um destino de poder. Pelo contrário, ela pode ser derrotada se a potência das alternativas à esquerda lograr responder à maioria e aos setores mais penalizados na crise.

8. DESFAZER OS NÓS DA CRISE, RECONSTRUIR O PAÍS

A criação de um caminho que responda à crise reforça a centralidade de serviços públicos universais e de qualidade, promotores de coesão social e territorial. Esta resposta não se limita a combater debilidades crónicas e só ela é capaz de novas respostas para os desafios deste tempo. O SNS e a Escola Pública são pilares da democracia social.

O Serviço Nacional de Saúde mostrou-se fundamental na resposta à crise pandémica, mantendo a resposta universal mesmo quando os privados fechavam as portas a doentes com Covid-19. O reforço de profissionais é essencial para recuperar a atividade programada que a pandemia adiou e só pode ser conseguido com as medidas para fixar profissionais, impedindo a permanente sangria para o privado. A criação e redefinição de carreiras, com incentivos à dedicação em exclusivo ao trabalho no SNS, é o caminho para garantir direitos de profissionais e utentes. O investimento em infraestruturas e a reorganização dos serviços - centrados no utente, com novas respostas na saúde mental como na doença crónica e para o envelhecimento -, são fundamentais para a modernização do SNS.

A pandemia expôs os estrangulamentos estruturais da Escola Pública. Um futuro de qualidade depende do reforço de docentes e de pessoal não docente, da redução do número de alunos por turma, da garantia do acesso individual a recursos digitais e da gestão participada e coletiva das escolas, garantia democrática sobre os espaços educativos. No imediato, exige programas de recuperação das aprendizagens, sobretudo para as crianças cujo desenvolvimento foi mais afetado pelo confinamento. Não desistimos de lutar por um Ensino Superior e um Sistema Científico como serviços públicos: no horizonte, estão os 3% do PIB para a ciência, o fim das propinas, o alojamento para todos e a democratização do acesso.

A Cultura é parte integrante da democracia; a sua recuperação não se fará sem a garantia de direitos laborais e níveis de investimento público consistentes. Os equipamentos culturais são o princípio de uma rede de serviços para o acesso universal ao Património e às Artes. Também no desporto, a recuperação deve ser acompanhada de mecanismos para o garante da democratização do acesso.

Nesta reconstrução, o país deverá adotar políticas de inclusão dos mais velhos, reforçando os atuais apoios sociais, insuficientes para combater a indignidade e a solidão. A pandemia expôs ainda mais a necessidade de políticas públicas: da rigorosa fiscalização da rede de lares à criação de alternativas à institucionalização e de fomento da autonomia, assim como à efetivação dos avanços previstos no Estatuto do Cuidador Informal. As respostas de apoio à família e ao longo da vida não podem ficar dependentes apenas do setor social. Das creches às respostas à terceira idade, é tempo de construir também redes públicas de equipamentos sociais.

A sustentabilidade da Segurança Social e a constituição de fontes alternativas de financiamento são condições para a redução da idade da reforma, central no respeito pelas vidas de trabalho. Deve ser ainda reforçado o apoio a quem perdeu emprego ou rendimentos durante a pandemia, garantindo que ninguém fica para trás. Também as pessoas com deficiência devem ver reforçada a Prestação Social para a Inclusão e concretizada a lei da vida independente.

A modernização da Administração Pública é passo fundamental para o progresso do país, reforçando a celeridade da Justiça e eliminando as barreiras dos custos de acesso, promovendo meios e mecanismos para um combate eficaz à corrupção e ao crime económico, garantindo uma Proteção Civil apta para os desafios do presente, formando forças de segurança rigorosamente defensoras dos direitos fundamentais, livres de elementos racistas e de incursões de extrema-direita.



O plano de reconstrução não pode ser norteado pelas regras do euro e do pacto orçamental, superando a orientação neoliberal que lhes deu origem, garantindo o investimento público criador de emprego e de combate às desigualdades.

Esses objetivos obrigam a políticas públicas fortes que garantam a reestruturação das moratórias dos créditos, em particular do crédito à habitação, com planos de longo prazo para o seu cumprimento, investimento para garantir um parque habitacional à altura das necessidades, acompanhado de uma lei de arrendamento justa e do fim dos regimes de privilégio, impedindo a especulação. Dessas políticas sociais fortes faz parte a recuperação do controlo público das empresas estratégicas.

Dar vida à economia é colocar o investimento público a garantir uma transição justa no combate às alterações climáticas e na promoção da coesão territorial, a manutenção de equipamentos e infraestruturas e a modernização dos setores mais atrasados da economia, dando passos sérios na soberania alimentar. Prevenir o desastre ambiental é recusar o modelo extrativista das monoculturas intensivas e da mineração intensiva, sem estudo de impacto e sem garantias de reposição do ecossistema, como é o caso dos recentes projetos de aproveitamento do lítio.

As secas severas, as grandes ondas de calor, os ventos e as precipitações extremas afetam o país e as populações de forma desigual, agudizando as desigualdades sociais e as assimetrias territoriais. Só uma mudança estrutural da política pública, rumo à justiça climática, poderá permitir a mitigação e a adaptação do território, capacitando as populações para prevenir e fazer frente a estes eventos, evitando a repetição de catástrofes como os grandes incêndios de 2017.

Prevenir a catástrofe climática e defender as pessoas é desenvolver e eletrificar o transporte público, ferroviário e rodoviário, reduzir os automóveis nas cidades, contrariar o despovoamento do interior; adaptar o território e a produção, com uma nova política agrícola e florestal, proteger os recursos hídricos, eliminar os plásticos descartáveis e de uso único, produzir energias renováveis, com foco na solar descentralizada.

9. NEM UM PASSO ATRÁS NOS DIREITOS E NA DEMOCRACIA

A luta por uma sociedade justa e uma cidadania plena para quem dela faz parte, sem discriminações, como as por género, orientação sexual ou pertença étnico-racial, é um processo emancipatório que está longe de estar concluído.

A violência machista, ferida aberta na sociedade, exige um combate sem concessões. Esse combate está intrinsecamente ligado ao fim de todas as discriminações. As mulheres não aceitam que a igualdade se limite à letra da lei e o Bloco, que muito se bateu e conseguiu avanços legais, continuará a responder à diversidade das reivindicações de um movimento feminista que exige transformações sociais.

A pandemia expôs ainda, com toda a violência, a discriminação a que são quotidianamente sujeitas as pessoas mais velhas e as pessoas com deficiência. Uma exclusão silenciosa e que tem de ser denunciada e combatida.

Os avanços ao nível da autodeterminação de género e do respeito pelas diferentes orientações sexuais precisam de ser aprofundados, nomeadamente na relação dos serviços públicos com esta população. Na vida social, é fundamental assumir por inteiro o respeito pelas pessoas LGBTI+.

A emergência cidadã na luta pelos direitos dos homens e mulheres migrantes exige a rejeição da xenofobia, a sua regularização com títulos de residência e a conquista de direitos políticos que lhes permita o voto nas eleições nacionais. De igual modo, as pessoas refugiadas e requerentes de asilo que procuram em Portugal a paz e a proteção que lhes é negada nos seus países – tantas vezes assolados por problemas criados ou tolerados pela mesma Europa-Foraleza que os rejeita – devem ver os seus direitos respeitados e ser acolhidas com políticas solidárias e humanistas.

A superação do racismo estrutural como sistema de opressão e discriminação, que reproduz desigualdades e condiciona o lugar que cada pessoa ou comunidade ocupa na sociedade em função da sua pertença étnico-racial, é um imperativo do projeto socialista do século XXI.

A direita radicalizada lança uma odiosa reação política aos objetivos igualitários e tenta forçar o seu recuo pela afirmação violenta do capitalismo, do patriarcado, do racismo, da homofobia e da transfobia. A normalização dessa violência, que tem aliados ao centro, é parte do projeto de reconfiguração e radicalização da direita. O Bloco não aceita nenhum recuo e formará maiorias sociais para combater a agenda do medo.

A tentativa de regressão cultural como vingança do 25 de Abril glorifica o colonialismo e, assim, o racismo que o sustentou. A luta de ideias passa pela desmistificação dessa narrativa que ciclicamente anima o nacionalismo reacionário e que pretende branquear a História e legitimar o imperialismo e as guerras coloniais.

10. UMA TRANSFORMAÇÃO NO TRABALHO E NA PROTEÇÃO SOCIAL

Os acordos celebrados em 2015, entre PS e os partidos à sua esquerda, originaram uma visível descompressão social e o Bloco desenvolveu importantes articulações com setores mobilizados da classe trabalhadora em lutas sindicais e associativas. No entanto, o crescimento abrupto do desemprego e da pobreza e o ambiente de receio que a pandemia instalou, associados às dificuldades há muito identificadas no movimento sindical e ao bloqueio imposto pelo PS à recuperação de direitos do trabalho, são obstáculos que as lutas sociais têm de enfrentar.

A esquerda é hoje convocada para uma grande transformação no trabalho e na proteção social. Em termos programáticos, ela passa por uma agenda estrutural: reconstruir a contratação coletiva, repondo na lei o tratamento mais favorável e acabando com a caducidade unilateral; reduzir o horário de trabalho para as 35 horas, evitando a armadilha da conexão permanente às novas tecnologias e defendendo o direito a desligar; ampliar a agenda de direitos, com o combate à desigualdade salarial e de género e à discriminação dos trabalhadores migrantes, com a regulação dos turnos, da laboração contínua e do teletrabalho, com a exigência de contratos para trabalhadores das plataformas; combater velhas e novas formas de precarização pelo trabalho temporário, a subcontratação, o abuso dos contratos a prazo e a deslateralização do trabalho, com alterações na lei mas também com a garantia da sua fiscalização e efetividade. Em termos de intervenção, ela implica reconstruir a organização das e dos trabalhadores para a luta de classes, democratizando as estruturas sindicais e promovendo a representação e a auto-organização dos setores mais precarizados, pondo em diálogo sindicatos, comissões de trabalhadores e plataformas e coletivos de precários.

O pleno emprego, ligado à justiça climática e assente em vínculos protegidos, é um objetivo para deslocar a relação de forças social a favor do trabalho, que permite expandir a democracia ao mundo do trabalho e enfrentar a exploração.

Na proteção social, o Bloco bate-se pela convergência progressiva das pensões mais baixas com o salário mínimo, pela fixação da idade da reforma, pelo alargamento e transformação da proteção no desemprego, pela garantia de uma proteção social que tome o limiar de pobreza como patamar mínimo dos apoios sociais, por uma nova política de cuidados que crie respostas sociais públicas em todo o território, acessíveis e promotoras da autonomia.

11. JOVENS NAS MUITAS LUTAS

A mobilização das gerações mais jovens foi determinante para o crescimento dos movimentos climático, feminista e antirracista, pelo bem-estar animal, em Portugal como no resto do mundo. As e os jovens do Bloco dão força a estas mobilizações e ao movimento estudantil, promovendo a sua articulação com a proposta anticapitalista, a única capaz de responder às suas reivindicações. A intervenção em movimentos amplos é chave para isolar a extrema-direita.

A juventude de hoje não aceita que uma parte dela - afrodescendente, cigana ou imigrante - seja excluída da cidadania ou tenha os direitos limitados. Exigem participar de pleno direito em todas as esferas da sociedade. E, nesse movimento de afirmação, questionam todos os obstáculos à sua liberdade e identidade. Uma juventude que incorpora com orgulho a sua diversidade de origens culturais é uma forte barreira contra a direita radicalizada.



12. ORGANIZAÇÃO, PARTICIPAÇÃO E ATIVISMO

O Bloco de Esquerda promove plataformas de ação e participa na organização do movimento popular, devendo articular as escalas de intervenção nacional, regional e local e alargar a participação das e dos aderentes nas iniciativas e movimentos sociais com que dialogam.

Perante as dificuldades que a pandemia colocou à atividade política, novas iniciativas de articulação ativista setorial e local provaram-se fundamentais na capacidade de intervenção e iniciativa do Bloco. Foi assim com a plataforma Despedimentos.pt, o site Interior do Avesso, o grupo de trabalho sobre saúde ou o grupo de apoio autárquico que, em articulação com as iniciativas das coordenadoras nacionais e o Esquerda.net, tornaram possível uma iniciativa consistente junto das vítimas da crise e na proposta de resposta à crise, afirmando o Bloco como interlocutor de vastas camadas da população. Este percurso deve ser aprofundado e alargado.

13. A EXPRESSÃO DA ALTERNATIVA, TAMBÉM NAS AUTARQUIAS

A crise pandémica acentuou as desigualdades regionais, opondo crescentemente os centros às periferias e cavando mais fundo o fosso entre o interior e o litoral. Mantendo os fatores de atraso do país, PS e Presidente da República negaram a Regionalização, mas o Bloco mantém esse objetivo. O Bloco não se resigna à inevitabilidade de um país a várias velocidades e empenha-se na criação de uma escala regional de participação democrática, através de um processo de Regionalização capaz de conquistar uma maioria.

Cabe-nos valorizar a Autonomia Regional dos Açores e da Madeira, defendendo a democratização e o desenvolvimento das Regiões Autónomas.

O Bloco tem como objetivo o aumento e rejuvenescimento da sua representação nos municípios e freguesias. O Bloco apresenta listas próprias, abertas à participação de candidatos independentes e não realizará coligações nem com a direita nem com o PS. O Bloco poderá renovar coligações ou o apoio a movimentos de cidadãos com balanço positivo.

As candidaturas do Bloco bater-se-ão por políticas urbanas integradas de esquerda que constroem concelhos para todos, pela defesa dos bens comuns, combatendo a agenda privatizadora da direita, empenham-se na construção de políticas sociais que não deixem ninguém para trás, garantindo o direito à habitação e o acesso à água como valor universal, colocando no centro da agenda do poder local a transição climática das nossas cidades, vilas e aldeias, comprometendo-se com uma revolução na mobilidade e no acesso gratuito aos transportes públicos locais, descarbonizando a economia e promovendo a eficiência energética.

Em cada executivo, o Bloco está disponível para todas as responsabilidades, contribuindo para a formação de maiorias que, excluindo os partidos de direita, assentem em compromissos sobre medidas fundamentais.

Considerando as freguesias como espaços de afirmação de identidade local e de representação democrática, consagrados constitucionalmente, urge estabelecer o regime jurídico de uma lei-quadro das freguesias que permita reparar o vazio legal sobre esta matéria e as freguesias extintas sob a troika, sempre que essa seja a vontade expressa da população.

14. SOCIALISMO É SINAL DE ESPERANÇA

O projeto socialista, refletido nas jornadas populares do 25 de Abril, torna-se uma necessidade do nosso tempo e da civilização. A privatização do ter e do saber anda a par do défice da democracia política. O combate de hoje pela afirmação do Estado Social e de um setor público estratégico que impeça o capitalismo da barbárie promove a mobilização do povo trabalhador como sujeito político determinante.

O progresso tecnológico tem sido colocado ao serviço da acumulação de capital. As desigualdades sociais persistem e ganham novas expressões, assim como as formas informais de trabalho, sem vínculos nem horários. Só um



projeto socialista pode colocar a tecnologia a servir a erradicação da fome, da miséria e a melhoria das condições laborais.

A globalização financeira, assente nos paraísos fiscais que promovem a fuga ao fisco e a criminalidade económica, tem sido usada contra o direito soberano de impor transparência fiscal. O Bloco luta pelo fim das zonas de crime financeiro, pelo controlo dos movimentos de capitais, pelo imposto progressivo e sobre as fortunas e pela promoção do controlo público dos setores estratégicos da economia.

O combate à desigualdade precisa, para além do imposto progressivo e sobre as fortunas, da receita direta da propriedade social e pública.

No âmago dos movimentos populares pelo Pão e pelo Clima só uma perspetiva socialista concilia o ecossistema e o trabalho libertado da exploração. A solidariedade humana é a medida do internacionalismo que enfrenta as disputas imperiais. Com frequência, procura contrapor-se a luta pela democracia a uma pretensa inoportunidade da luta socialista. Mas é a luta radical pela democracia que aponta à possibilidade e à urgência do socialismo.

SUBSCRITORES

Abel Carvalho	Porto	11700
Abílio de Jesus Urbano	Setúbal	4932
Ackssana Rodrigues da Silva	Lisboa	13178
Adelaide Lurdes Oliveira	Porto	4854
Adelino Fortunato	Setúbal	8790
Adelino Pinto Costa	Porto	336
Adriana Lopera	Lisboa	2447
Adriana Patrícia Silva Remelhe	Braga	14321
Adriana Pinho Ferreira	Braga	12614
Adriano Campos	Porto	3120
Adriano Luís Mendes Teixeira de Sousa	Porto	9821
Afonso Manuel Catado Filipe	Lisboa	12198
Afonso Moreira	Lisboa	10022
Agostinho Nuno Lopes Caterna	Porto	5627
Agostinho Silva Pedrosa	Braga	5875
Aida Silva	Aveiro	10897
Albano Vasconcelos Rodrigues	Porto	12403
Alberto Ferreira dos Santos	Porto	10385
Alberto Ferreira dos Santos	Porto	15385
Alberto Matos	Beja	1542
Alda Macedo	Porto	196
Alda Sousa	Porto	654
Aldomiro Silveira	Lisboa	14651
Alexandra Manes	Açores	8765
Alexandra Vieira	Braga	12281
Alexandre Abreu	Lisboa	9505
Alexandre Sérgio Mano	Braga	8111
Alfredo Jorge Pereira Martinho	Lisboa	7892
Alice Cristina Abreu Pedroso Da Silva	Setúbal	15302
Alice Pereira Tristany	Faro	3911



Almerinda Lopes Bento	Setúbal	529
Álvaro Arranja	Setúbal	569
Alzira Neli Azevedo	Madeira	14696
Amadu Jalo	Setúbal	13814
Amândio Paulo Ribeiro Barbosa	Porto	12334
Amarilis Felizes	Porto	9877
Américo José Martins Resende	Aveiro	13252
Amílcar José Oliveira de Sousa Morais	Lisboa	13834
Ana Campos	Lisboa	650
Ana Carolina Damas Gomes	Viseu	12011
Ana Carolina Dias Machado	Vila Real	14268
Ana Catarina Alves Peniche	Vila Real	13794
Ana Cristina Correia Ferreira	Beja	8313
Ana Cristina do Espírito Santo Vieira	Setúbal	13658
Ana Cristina Lomba dos Santos	Braga	5767
Ana Cristina Morgado	Setúbal	11427
Ana Eleutério	Santarém	13293
Ana Feijão	lisboa	5271
Ana Filipa Teixeira Gonçalves	Lisboa	3541
Ana Isabel da Trindade Cansado	Lisboa	1166
Ana Isabel Gouveia da Silva	Porto	13601
Ana Isabel Pereira da Costa Bernardes	Leiria	5056
Ana Isabel Piti Bessa Ferreira	Évora	13037
Ana Jorge Pinto de Castro	Porto	12028
Ana Júlia Ganço Filipe	Lisboa	9902
Ana Lopes	Castelo Branco	14729
Ana Luísa Mendonça	Santarém	1953
Ana Luzia Quintela dos Santos	Aveiro	9084
Ana Mafalda da Silva Santos	Porto	13342
Ana Margarida Fernandes Esteves	Lisboa	12795
Ana Maria Carvalho	Porto	11823
Ana Maria de Miranda Nazaré Loureiro	Beja	8792
Ana Maria Diegues Mendes Cista	Santarém	12176
Ana Maria Fidalgo Ferreira	Porto	7505
Ana Maria Silva Goncalves da Silva	Porto	5612
Ana Nascimento	Setúbal	15468
Ana Pardal	Viseu	14707
Ana Patrícia Sousa Mingatos	Aveiro	13833
Ana Paula Almeida Costa	Beja	7290
Ana Paula Martins Kruss Nogueira da Silva	Lisboa	15362
Ana Paula Pereira Pedro	Bragança	9444
Ana Pedrosa Baptista	Aveiro	14513
Ana Rita Correia Martins de Barros Duarte	Lisboa	8292
Ana Rita Durães Cardoso	Lisboa	15525
Ana Rita Silva	Porto	15055
Ana Rosa Moura Goncalves	Círculo da Europa	5602
Ana Rute Marcelino	Porto	3718
Ana Sofia Marques	Setúbal	4995
Anabela Augusta Dias de Almeida Mangas	Setúbal	4993
André Alberto Almeida Mota	Porto	12259
Andre Castro Soares	Lisboa	4855
André Francisquinho	Setúbal	14806
André Lança	Lisboa	15308



André Pinto Mourão Ferreira Julião	Lisboa	10632
André Tiago Peixoto Tavares	Porto	15581
Andrea Celeste Teixeira Fernandes Lopes	Braga	13616
Andrea Luis Peniche	Porto	193
Andreia Catarina dos Reis Quartau	Lisboa	11049
Andreia Galvão	Lisboa	14989
Andreia Patrícia Pereira da Fonseca	Aveiro	11525
Andreia Sousa	Porto	6737
Ângelo Costa	Aveiro	13278
Anibal Acácio Mendes Coutinho	Faro	3517
Aniceto Pereira Pintasilgo	Santarém	12925
Antero Marques Moreira	Lisboa	5596
António Amaro	Viseu	979
António André	Coimbra	1165
António Augusto Coelho Cerqueira	Porto	1475
António Baião Costa	Lisboa	293
António Cruz Mendes	Braga	1301
António da Silva Reis	Lisboa	1704
António de Sousa Marques	Santarém	1354
Antonio Faria	Lisboa	7012
António Ferreira Marinho	Porto	341
António Freire Fazenda	Lisboa	5503
António Gameiro	Santarém	14836
António Gomes	Santarém	1353
António Joaquim Barrela Teixeira	Setúbal	1390
António José Custódio Cordeiro	Setúbal	1393
António José Pinto Pereira	Porto	12773
António José Rodrigues Cruz	Aveiro	9083
António Lima	Açores	9362
António Luís Costa de Oliveira	Setúbal	6573
António Luis Ferreira Pinto	Porto	14121
António Luis Pereira Fiuza	Castelo Branco	12408
António Manuel Alves da Silva	Porto	13579
António Manuel de Sousa Andrade	Aveiro	10354
António Manuel dos Santos Rodrigues	Coimbra	9427
António Manuel Maximiano Vicente	Leiria	2535
António Mata	Madeira	14923
António Meireles de Magalhães Lima	Braga	1303
António Miguel Catarino Ramires	Porto	13033
António Moniz	Leiria	264
António Monteiro	Aveiro	12586
António Neto	Aveiro	6630
António Pedro Fernandes de Sá	Braga	10259
António Pereira Miguel	Lisboa	10714
António Ribeiro Teixeira	Porto	326
António Simões	Setúbal	8517
António Sousa Soares	Porto	14931
Armando Manuel Saraiva Santos	Leiria	11657
Armindo José Chaves Magalhães	Porto	5649
Armindo Rodrigues Silveira	Santarém	10694
Armindo Teixeira Monteiro	Porto	5051
Arnaldo Mendes Sarroeira	Leiria	269
Artur Barbosa Faria	Porto	4858



Artur Ferreira Leitão	Porto	12201
Artur Jorge Pereira Duarte	Faro	14114
Artur Macedo	Porto	9148
Artur Manuel da Silva Ramos	Porto	6295
Artur Ribeiro de Carvalho	Porto	4459
Ascensão da Trindade dos Santos Silva Pereira	Santarém	13785
Augusto Arnaldo Nunes Otero Taveira	Faro	935
Aurelindo Jaime Ceia Carichas	Lisboa	867
Avelina Maria de Silveira Ferreira	Açores	12308
Baltazar Taful	Santarém	8442
Bárbara Santos	Porto	13775
Barbara Sofia Mangas Bica	Setúbal	10722
Barbara Sofia Prazeres dos Santos	Porto	13775
Beatriz de Fátima Coelho Silva	Braga	15317
Beatriz Gebalina Pereira Gomes Dias	Lisboa	4621
Beatriz João Severino de Pinho	Lisboa	15504
Beatriz Oliveira Pedroso	Lisboa	14261
Beatriz Vieira	Porto	15016
Beatriz Vieira	Aveiro	15593
Belandina Maria Rocha Vaz	Lisboa	5454
Belmira Coelho Ferreira	Aveiro	4559
Bemvindo Pereira de sequeira	Braga	15336
Benjamim de Sousa Vilela	Porto	8259
Bernardino Guia	Faro	2383
Bernardo Manuel Caravau Guedes Camisa	Lisboa	5502
Berta Maria Bessone Ferreira Alves	Lisboa	666
Berta Soares	Porto	11759
Bianca Almeida	Aveiro	12256
Bruna Alexandra Teixeira Pereira	Porto	13816
Bruna Cruz	Braga	15067
Bruna Filipa Lopes Teixeira	Braga	13462
Bruna Filipa Salgado Barbosa	Porto	13656
Bruno Filipe Maia	Porto	5413
Bruno Góis	Lisboa	4521
Bruno Maia	Porto	2774
Bruno Martins	Évora	4645
Bruno Miguel Carraça da Cruz	Porto	9323
Bruno Moraes Cabral	Lisboa	297
Bruno Moraes	Aveiro	11855
Bruno Sérgio Gomes Soares	Aveiro	4342
Camilo Ferreira	Braga	12119
Cândido José Cardoso Silva	Bragança	14843
Carla Elisabete Carvalhais Vilela	Porto	5692
Carla Mónica da Silva Fonseca	Porto	12455
Carla Quintas	Porto	14139
Carla Travessa	Lisboa	13132
Carlos Solposto	Lisboa	302
Carlos Alberto de Fariafc	Madeira	3577
Carlos Alberto de Oliveira Romeiras	Setúbal	14367
Carlos Alberto do Couto Esteves de Almeida	Viseu	2390
Carlos Alberto dos Santos Melo	Castelo Branco	10772
Carlos Alberto Guerreiro Costa	Faro	14187
Carlos Alberto Madureira Silva	Porto	11443



Carlos Alberto Matias do Couto	Viseu	3141
Carlos Alberto Simoes Silva Santos	Coimbra	6386
Carlos Alberto Vieira e Castro Rodrigues	Viseu	121
Carlos Borges de Sousa	Lisboa	3943
Carlos Carvalheiras	Porto	14299
Carlos Constantino Lázaro	Setúbal	533
Carlos Correia Teles	Braga	928
Carlos Fernando agra pinto marques	Setúbal	14281
Carlos Filipe Da Silva Costa	Aveiro	14119
Carlos Guerreiro de Brito	Faro	7409
Carlos Guinote	Setúbal	575
Carlos Jorge de Menezes Ferreira Machado	Porto	5187
Carlos José de Assunção Santos	Lisboa	236
Carlos Luis da Costa Gonçalves	Lisboa	9661
Carlos Machado	Braga	13984
Carlos Manuel dos Reis Branco	Setúbal	9722
Carlos Manuel Jeronimo Liberal	Aveiro	8699
Carlos Manuel Lopes da Cunha	Porto	8252
Carlos Manuel Moreira Gomes	Vila Real	1518
Carlos Manuel Rodrigues Freitas	Braga	13464
Carlos Motaco	Castelo Branco	13729
Carlos Plácido de Abreu Andrade	Madeira	10732
Carlos Silva Oliveira	Setúbal	9199
Carlos Veiros	Aveiro	698
Carmen Cristina Paulino Trindade	Lisboa	11716
Carmen Maria de Mira Mafra	Setubal	7549
Carmo Marques	Porto	3655
Carolina de Melo Tavares	Açores	15262
Carolina Isabel Encarnação Vieira	Lisboa	12407
Carolina Leite	Viseu	13055
Carolina Monteiro	Lisboa	15552
Carolina Salomé Carvalho Lima	Braga	15258
Casimiro Alberto Simões de Oliveira	Porto	9999
Catarina Cardoso Fernandes	Aveiro	14771
Catarina Ferraz Maia Pereira	Braga	14655
Catarina Furtado Rodrigues Nunes de Oliveira	Lisboa	6764
Catarina Isabel de Roque Bouçós	Lisboa	10289
Catarina Rodrigues	Lisboa	14946
Catarina Soares Martins	Porto	8425
Catarina Sofia Vilaça Pereira	Braga	14566
Catarina Valente Ferreira Pereira Ramalho	Lisboa	14218
Catarina Vieira e Castro	Viseu	306
Cátia Alexandra Carvalhais Nóvoa	Porto	4862
Cátia Paulo Coelho	Setubal	15534
Cecília Honório	Lisboa	446
Cecília Macau	Setúbal	10585
Cecília Maria Fernandes Cardoso	Viseu	15117
Celestina Sousa	Setúbal	10923
Célia Margarida Narciso da Silva Cavalheiro Cavalheiro	Leiria	13394
Celme Cristina de Jesus Tavares	Aveiro	6666
Celso Lima de Araujo	Lisboa	10113
César Gastão Cardoso Pinheiro da Silva	Porto	1473
Cesio Michel Mota Gomes	Porto	7502



Céu Fazenda	Lisboa	434
Cipriano Pisco	Setúbal	799
Clara Figueiredo Dumont	Lisboa	4976
Cláudia Braga	Porto	13165
Cláudia Maria Lima Afonso	Aveiro	14354
Cláudia Oliveira	Lisboa	304
Cláudia Raquel Gonçalves Oliveira	Porto	5621
Cláudio Alexandre Viana Guerreiro	Lisboa	15441
Cláudio Maciel Silva Vilaça	Braga	15073
Conceição António Francisco	Lisboa	10938
Constança Portela	Lisboa	11555
Cristiana Carvalho	Aveiro	14016
Cristiana Nicole Pereira da Costa	Setúbal	14807
Cristiana Vanessa Marques Faria	Porto	4863
Cristiano César Ferreira Moreira	Aveiro	14185
Cristina Andrade	Braga	5074
Cristina Borges Guedes	Castelo Branco	7962
Cristina Maria P. Gentil Ferreira	Lisboa	14509
Cristina Semblano	Círculo da Europa	2809
Cristóvão Manuel Martins Lopes	Porto	15512
Daniel Santos Morais	Coimbra	15238
Daniel Bernardino	Setúbal	5151
Daniel Carapau	Lisboa	2311
Daniel Castro Silva	Aveiro	10838
Daniela Barreiros Alves	Lisboa	15476
Daniela Isabel Justo Vespeira	Setúbal	14685
Daniela Patricia Gonçalves Fernandes	Viseu	6770
David Alexandre Ferreira Teixeira	Setúbal	4934
David Augusto Sousa Araújo Amorim	Aveiro	15260
David Ferreira	Lisboa	14221
David Filipe dos Santos	Viseu	11750
Delfina Fernanda da Silva Vieira	Porto	4864
Diana Castro Silva	Aveiro	14778
Diana Catarina Martins da Silva	Setúbal	14627
Diana Ferreira da Silva	Aveiro	13909
Diana Magalhães	Setúbal	15478
Diana Maria Louro Pereira	Lisboa	12573
Diana Moreira Martins	Aveiro	14353
Diana Neves	Lisboa	4636
Diego Garcia	Viseu	11602
Dina Letra	Madeira	3588
Dina Maria Veredas Nunes	Lisboa	692
Dina Salomé Peixeiro Pintassilgo de Sá	Santarém	13790
Dino Flávio Fernandes Gomes	Bragança	5321
Diogo Barros	Braga	15007
Diogo Figueiredo	Viseu	6831
Diogo Miguel Silva Franco	Lisboa	14208
Diogo Morais Teixeira	Porto	14585
Domingos Cardoso Vilares Novais	Porto	4016
Domingos Fernandes Monteiro	Braga	1765
Doris Rafael Peleira	Faro	12957
Doroteia Freitas	Madeira	13515
Duarte Bento Cavalinhos	Setúbal	821



Duarte Igreja	Lisboa	15455
Duarte Mendes Arsénio	Santarém	6146
Duarte Vaz de Barros	Aveiro	10351
Durval Guerreiro de Almeida Soares	Setúbal	1384
Edgar Filipe Picado Gama	Setúbal	15515
Edgar Sousa	Setúbal	10950
Edite Alexandra Sousa Costa	Viana do castelo	14438
Eduardo Couto	Aveiro	13387
Eduardo Gonçalo Silva Antunes	Aveiro	11907
Eduardo Rocha	Setúbal	227
Egi D'Almeida	Lisboa	14634
Elisabete Susana Vieira de Carvalho	Porto	12396
Eloisa Helena Gonçalves Macedo	Setúbal	15110
Elsa Mónica Vieira de Moura Silva	Porto	11023
Elsa Santos	Coimbra	5398
Elvira Zeferino Silva	Faro	12448
Emílio Fernando Oliveira Marques	Porto	7370
Erica Dias Calça	Évora	12044
Ernesto Magalhães	Porto	4060
Ernesto Oliveira	Aveiro	13065
Eulália Maria Santos Bendito	Açores	386
Eunice Neto Sequeira	Faro	13049
Eva Braga	Aveiro	105
Ezequiel dos Santos Ferreira	Setúbal	670
Fabian Filipe Figueiredo	Lisboa	5232
Fábio Filipe Varela Salgado	lisboa	4510
Fabíola Cruz Neto Cardoso	Santarém	1324
Fátima Barata	Setúbal	754
Felipe Tadeu Breier	Braga	15318
Fernanda Maria dos Santos Salgado	Porto	12333
Fernando Barbosa	Porto	7105
Fernando Correia Sequeira	Setúbal	1077
Fernando Cruz	Setúbal	1194
Fernando José Gonçalves Sarmento	Bragança	8574
Fernando José Pereira	Viseu	3186
Fernando Manuel Anjos Oliveira	Faro	4352
Fernando Monteiro	Porto	1489
Fernando Paulo de Mota Pinto dos Santos	Braga	4555
Fernando Pinho	Setúbal	842
Fernando Queiroz	Porto	555
Fernando Rosas	Setúbal	657
Filipa Afonseca	Porto	9523
Filipa Cardoso Vieira	Aveiro	13022
Filipa Carvalho de Almeida	Vila Real	13759
Filipa Filipe	Santarém	6247
Filipe Colim Gabriel	Porto	12762
Filipe Ferreira Bastos	Aveiro	15568
Filipe Mestre	Setúbal	11811
Florentino Silva	Porto	14424
Florinda Manuela Oliveira da Silva Pires	Porto	8254
Florinda da Silva Lopes Guedes	Castelo Branco	13728
Francisca Matos	Aveiro	15413
Francisco Alves	Setúbal	1107



Francisco Botelho Matos	Leiria	10621
Francisco João Martins Cordeiro	Santarém	7658
Francisco Louçã	Lisboa	1684
Francisco Manuel Pinto Gomes Viela	Porto	8424
Francisco Miguel Correia Morais Morais	Setúbal	9122
Francisco Monteiro da Silva	Porto	1596
Francisco Ribeiro Vaz	Viana do Castelo	815
Francisco Sagorro da Silva	Setúbal	11108
Francisco Soares de Oliveira	Coimbra	3987
Frederico de Moura Portugal Dias Pereira	Leiria	15059
Frederico Pascoal Amargar Ferreira	Setúbal	4933
Gil Duarte Miranda Ribeiro	Porto	11908
Gil Ribeiro Almeida Fesch	Porto	11614
Gina Alice Mateus	Beja	8781
Gonçalo Cabral Ferreira	Porto	8568
Gonçalo Cardoso	Porto	15193
Gonçalo Lopes	Aveiro	12245
Gonçalo Pereira Marques Filipe	Lisboa	15601
Graça Maria Nogueira da Silva Teixeira Jambay	Porto	10447
Guida Parra	Santarém	13804
Guilherme Canelas	Setúbal	13349
Guilherme Cardoso Palma Góis	Lisboa	15345
Guilherme Castanheira Diniz Ferrão	Porto	14868
Gustavo Weigert Behr	Lisboa	4574
Haldane Pereira Amaro	Setúbal	9123
Heitor Duarte Nereu Gomes	Santarém	10540
Helena Cláudia Rodrigues Pinto da Silva	Bragança	11849
Helena Figueiredo	Lisboa	3736
Helena Margarida Amaral Grilo	Lisboa	14997
Helena Maria Amaral	Lisboa	611
Helena Oliveira	Aveiro	4557
Helena Pinto	Santarém	659
Helena Raquel Garcez Martins	Porto	13600
Helga Calçada	Porto	12776
Henrique Soares	Lisboa	12731
Hermínio Alexandre Ribeiro da Cunha Marques	Viseu	14899
Hernâni Carmo	Lisboa	12344
Homero Parente	Santarém	4981
Hugo Castro Ribeiro	Faro	11905
Hugo Jorge Duarte Seixas	Aveiro	12358
Hugo Manuel Mota Cardoso da Silva	Porto	1471
Hugo Monteiro	Porto	10717
Hugo Mota	Porto	13245
Hugo Pereira Evangelista	Lisboa	3424
Hugo Tiago Andias Cunha	Aveiro	13733
Humberto Silveira	Lisboa	4094
Iara Dias Sobral	Lisboa	15150
Inês Bom	Setúbal	10414
Inês Caeiro	Lisboa	14950
Inês Colaço Ribeiro Fernandes	Lisboa	14219
Inês Galacho Nabais	Évora	15466
Inês Granja	Braga	12515
Inês Isabel Gonçalves Simões Marques dos Santos	Lisboa	15245



Inês Martins Carreira	Lisboa	15447
Inês Mendes	Lisboa	13007
Inês Neto Pacheco	Porto	15548
Inês Quintela Santos Cruz	Aveiro	15536
Inês Santos Tavares	Lisboa	9721
Inês Sena	Lisboa	15340
Iracema Maia	Lisboa	15522
Irina Pampim	Lisboa	8869
Isabel Alexandra da Conceição Marques	Aveiro	14723
Isabel Fernanda Rocha da Silva Almeida	Castelo Branco	4493
Isabel Maria Costa da Luz Pereira	Setúbal	1197
Isabel Maria Silva Guedes Negrão	Braga	13975
Isabel Maria Vidal Gomes	Setúbal	751
Isabel Pires	Lisboa	6734
Isidro Manuel Miranda Soares	Porto	358
Ismael Correia Rodrigues	Braga	13460
Ivo Manuel Alves Roda dos Santos	Leiria	15339
Ivo Manuel Conceição	Faro	13621
Izaura Solipa	Santarém	11048
Jacqueline Marques	Aveiro	12377
Jaime António Alves Veiga	Porto	11021
Jaime Mestre	Setúbal	831
Jaime Pinho	Setúbal	671
Jerónimo dos Santos Dias	Aveiro	10561
Jéssica Carina Paiva Santos	Aveiro	15569
Jéssica Vassalo	Santarém	15053
Joana Campos Louçã	Lisboa	1374
Joana Castro	Porto	11627
Joana Correia Pires	Lisboa	11465
Joana Filipa Amaral Grilo	Lisboa	5360
Joana Filipa Mourisca e Pires Teixeira	Lisboa	14204
Joana Ideias	Setúbal	15508
Joana Isabel Neto	Lisboa	14555
Joana Leite Ramos	Porto	12214
Joana Mortágua	Setúbal	3772
Joana Nobre Macedo Ferreira Leite	Porto	14920
Joana Pais Valente	Aveiro	15467
Joana Prenda Bettencourt	Açores	15405
Joana Rego Lima Rocha	Lisboa	15609
Joana Tavares	Lisboa	15557
João Afonso	Setúbal	519
João Afonso Maia da Silva	Braga	15000
João Álvaro Bau	Lisboa	4658
João Álvaro Miranda Capela	Faro	4381
João André Cascais Labrincha	Lisboa	11840
João André Ferreira alcobia	Lisboa	13211
João António Florindo Rodrigues	Lisboa	866
João António Gomes Ferro	Évora	1280
João Bernardo Narciso de Sousa	Porto	15089
João Carlos da Silva Anacleto Neves	Lisboa	7790
João Carlos M S Coelho	Aveiro	11915
João Curvêlo	Lisboa	5267
João Daniel Martins	Braga	2942



João David Almeida	Lisboa	12534
João de Carvalho Pombas Jacinto	Santarém	6259
João de Meneses da Costa	Açores	3802
João Dias	Porto	12196
João Elviro Matilde da Silva	Lisboa	2747
João Fernandes	Lisboa	7782
João Figueira	Aveiro	10182
João Filipe Correia ds Conceição	Setúbal	14274
João Filipe Nunes Monteiro	Lisboa	15189
João Filipe Ribeiro Teixeira	Vila Real	12439
João Frederico Melo Alves	Coimbra	14504
João Gomes	Lisboa	11341
João Lima Gonçalves Baeta Neves	Lisboa	11405
João Madeira Filho	Aveiro	12648
João Manuel Beles	Setúbal	1592
João Manuel da Fonseca Cordeiro	Porto	5622
João Manuel de Almeida Pinho	Lisboa	2343
João Manuel do Espírito Santo Teixeira	Madeira	13013
João Manuel Garcia Rodrigues	Braga	12930
João Manuel Malho De Nóbrega	Setúbal	13330
João Manuel Tomé Barbosa do Vale	Porto	6877
João Maria Gomes Vendas	Évora	6331
João Martins	Porto	11495
João Moniz	Aveiro	11411
João Nuno Ribeiro Mineiro	Lisboa	6566
João Paulo Afonso Martins	Lisboa	14739
João Paulo Boaventura	Braga	15104
João Pedro Borralho	Lisboa	12820
João Pedro Cunha Rompante	Porto	14722
João Pedro de Andrade Pinto Silva	Porto	7994
João Pedro de Brito Sebastião	Lisboa	15547
João Pedro Lança Gonçalves	Lisboa	11339
João Rodrigues	Faro	15297
João Simões Dias Barata de Tovar	Coimbra	11363
João Teixeira Lopes	Porto	2168
João Vasconcelos	Faro	1508
Joaquim Alberto Coelho Gomes	Faro	11968
Joaquim António da Silva Guedes	Castelo Branco	12482
Joaquim Calado	Lisboa	11035
Joaquim Cardoso Rodrigues	Coimbra	9420
Joaquim Carlos Costa Bastos	Bragança	14158
Joaquim Dias	Aveiro	640
Joaquim dos Santos Moreira da Silva	Porto	320
Joaquim Gil Sousa Piló	Setúbal	2930
Joaquim Jose Afonso Ribeiro Machado	Setúbal	1775
Joaquim Lima	Porto	321
Joaquim Luís Lopes Santos	Porto	13409
Joaquim Manuel Monteiro do Espírito Santo	Porto	2627
Joaquim Raminhos	Setúbal	559
Joaquina Carvalho Rodrigues	Braga	9720
Joaquina Maria Rosa Lourenço	Faro	9138
Joel Francisco Pontes de Oliveira	Porto	1238
Joel Silva	Aveiro	15590



Jóni Ledo	Bragança	6718
Jorge Costa	Lisboa	635
Jorge Cunha	Viseu	1290
Jorge Daniel Ferreira Monteiro Paiva	Porto	7182
Jorge Emanuel Gomes da Silva	Lisboa	1103
Jorge Fernando Ferreira Gaspar Ribeiro	Leiria	12598
Jorge Humberto Berardo Nogueira	Lisboa	14890
Jorge Magalhães	Porto	4458
Jorge Manuel A.E. Ramos	Faro	8646
Jorge Manuel Alves de Sousa	Porto	1239
Jorge Manuel Baptista da Silva	Setúbal	4147
Jorge Manuel Gomes Teixeira	Viana do Castelo	6913
Jorge Manuel Magalhães Silva	Porto	14966
Jorge Manuel Mendonça	Porto	8464
Jorge Manuel Valério Pinto	Porto	363
Jorge Miguel Albuquerque	Porto	14282
Jorge Miguel Fernandes Vilela	Braga	9736
Jorge Miguel Pereira Lopes	Aveiro	9506
Jorge Pereira	Porto	343
Jorge Pinto	Setúbal	11452
José Manuel da Silva de Jesus	Aveiro	8112
José Alberto Antunes	Santarém	13803
José Alexandre Rodrigues Monteiro	Braga	14614
José Alfredo Gomes Ribeiro	Braga	916
José António Cunha Arteiro	Braga	15352
José António de Matos Diniz Pinto	Braga	915
José António Espírito Santo Rocha	Setúbal	4994
José António Monteiro Esteves Pereira	Porto	9410
José Arnaldo da Fonseca Conrado Dias	Faro	1507
José Augusto Cardoso Pinto	Porto	6932
José Augusto da Silva Santos	Porto	11730
José Borges Araujo Moura Soeiro	Porto	948
José Carlos Costa Cardoso	Porto	14266
José Carlos Gonçalves	Faro	11906
José Carlos Pereira Pais	Castelo Branco	14787
José Carlos Ribeiro Gonçalves Cunha	Porto	1469
José Carreira	Açores	2758
Jose Castro	Porto	333
José Coelho	Setubal	15269
José Dinis Moreira Campos Pinto	Aveiro	4176
José Diogo Limpo Trigueiros Gonçalves Fernandes	Braga	10769
José Eduardo Sousa Correia	Porto	14608
José Figueiredo	Braga	10823
José Filipe Morgado Vieira	Lisboa	15570
José Francisco Chicharo Bilro	Setúbal	570
José Gomes Dias	Braga	5726
José Gusmão	Lisboa	3283
José Henrique Carvalho Fernandes	Porto	7664
José João Lucas	Coimbra	4808
José Joaquim Ferreira dos Santos	Porto	646
José Júlio Antunes	Santarém	14962
José Leonardo Baptista Rodrigues	Lisboa	15500
José Lino de Freitas	Madeira	13442



José Luis Castro	Aveiro	13277
José Luís da Cruz Carvalhais	Porto	6293
José Luis Ferreira Jardim	Porto	4875
José Luís Rodrigues da Silva	Viana do Castelo	813
José Manuel Boavida	Lisboa	604
José Manuel Eliseu Pinto	Évora	10813
José Manuel Peixoto Figueira Henriques	Leiria	414
José Manuel Pinto Ferreira	Porto	2585
José Manuel Pureza	Coimbra	406
José Manuel Ribeiro de Barros	Aveiro	13705
José Maria Cardoso	Braga	1308
José Martins Leal	Porto	334
José Miguel Ferreira Ricardo	Porto	15141
José Miranda da Silva	Porto	5076
José Moreira Pereira	Lisboa	15599
José Neves Filipe	Santarém	1333
Jose Palhares Falcão	Lisboa	653
José Pedras	Braga	10774
José Pedro Fernandes Oliveira	Beja	8293
José Pedro Simões Ribeiro	Aveiro	12748
José Pereira da Costa Pires	Porto	8255
José Vara Freire	Bragança	12699
Juleta da Assunção Espirito Santo Rocha	Setúbal	1191
Júlia Maria Ramos Correia	Coimbra	4770
Juliana Guimarães e Silva	Guimarães	15319
Julien Oliveira	Leiria	15561
Karim Hassam Quintino	Setúbal	11774
Laura da Conceição Gomes Igreja Dias	Braga	5727
Laura dos Santos Pinheiro	Lisboa	10841
Leonel Américo Oliveira Pereira	Santarém	13787
Leonor Figueiredo	Porto	7573
Leonor Rosas	Lisboa	13980
Leonor Sousa Garcia	Lisboa	15611
Lidia da Conceição do Vale Sá Costa	Porto	1245
Ligia Patrícia Almeida Oliveira	Aveiro	11788
Luana Andreia Silva Prego	Porto	15527
Lúcia de Fátima Oliveira Arruda	Açores	3863
Lúcia Pereira da Cunha	Vila Real	13763
Luís Barreto	Porto	14674
Luís Branco	Lisboa	239
Luís Carlos Lopes dos Santos	Santarém	15282
Luis Cruz	Braga	14240
Luís Daniel Nunes Silva	Porto	4879
Luís Eugénio Oliveira Peres	Porto	366
Luís Fazenda	Lisboa	1685
Luís Fernando Fernandes Pinto Cardoso	Açores	11244
Luís Filipe da Cruz Pereira	Setúbal	543
Luís Filipe de Jesus Pimentel de Castro	Lisboa	1713
Luís Filipe de Oliveira Louro	Viana do Castelo	109
Luís Filipe Dias Grácio	Santarém	4320
Luís Filipe Marques da Cruz Maia	Faro	4307
Luis Filipe Pires	Lisboa	1026
Luís Grilo	aveiro	11860



Luís José Moleiro dos Santos	Faro	2500
Luis Leiria	Lisboa	993
Luís Manuel da Rosa Fernandes	Faro	13122
Luis Maria Gonçalves dos Santos	Braga	1312
Luis Mariano Pacheco Lopes Cachopo	Setúbal	14425
Luis Miguel Andrade Firmo Moreira Cortesão	Coimbra	2981
Luis Miguel Correa Costa	Lisboa	8295
Luís Miguel Ferreira da Silva	Leiria	14769
Luís Miguel Tavares de Oliveira	Aveiro	7299
Luís Miguel Varanda de Sá	Santarém	14736
Luís Monteiro	Porto	6793
Luís Santos	Porto	332
Luís Santos	Lisboa	14190
Luís Silva	Porto	945
Luisa Ferreira da Silva	Porto	944
Luísa Maria Conceição Ferreira Teixeira	Setúbal	750
Luisa Silva Gomes	Porto	10592
Luiz Felipe Monteiro Dias	Aveiro	14781
M. Estrela Matias P. Almeida	Viseu	3740
Madalena Augusta Ferreira Evangelista Lima	Porto	8257
Mafalda Brilhante	Lisboa	14847
Mafalda Escada	Lisboa	10517
Mafalda Felix	Setúbal	2863
Mafalda Matos Costa	Lisboa	3963
Mafalda Moniz da Cunha Costa de Araújo	Porto	11190
Mafalda Moreira	Aveiro	13806
Manuel António Azenha Santos Pereira	Leiria	7643
Manuel António de Amaral Lopes	Porto	14948
Manuel Faustino Grilo Santos	Porto	9838
Manuel Fernandes Martins de Freitas	Braga	11198
Manuel Fernando Rosa Grilo	Lisboa	649
Manuel João Vieira de Sousa	Leiria	13781
Manuel Joaquim Carvalho Faria Monteiro	Braga	5776
Manuel Joaquim Soares Teixeira	Porto	13128
Manuel Maria Morais Sarmiento Neves Lourenço	Lisboa	12315
Manuel Perfeito Santos Moreira da Silva	Porto	317
Manuel Rocha Coelho	Viseu	11659
Manuel Silvestre Sares Gago	Lisboa	667
Manuel Tavares Tomás	Lisboa	9989
Manuel Zacarias Barbosa Leiras	Braga	8718
Manuela Cândida Airosa da Silva Gonçalves	Braga	12215
Manuela Pereira	Leiria	8203
Márcio Manuel Silva Gouveia	Braga	9990
Marco André Gonçalves Neves Marques	Lisboa	5160
Marco António da Silva Santos	Porto	12088
Marco Gomes	Braga	14803
Marco Mendonça	Porto	122
Marco Paulo Rodrigues Gonçalves Pereira	Faro	9360
Margarida Fernanda Gomes Ribeiro	Porto	373
Margarida Rodrigues	Bragança	14617
Margarida Rolo	Braga	11687
Margarida Rosa da Cruz Carvalhais Vilela	Porto	5691
Maria Adelaide do Nascimento Almeida	Lisboa	5500



Maria Alice Neto dos Santos Carvalho	Lisboa	13995
Maria Antónia Prazeres dos Santos	Porto	10092
Maria Assunção Espírito Santo Rocha Pedro	Setúbal	4997
Maria Celeste Rodrigues dos Santos	Faro	10577
Maria Clara da Cruz	Porto	5689
Maria Clara Furtado da Conceição Rodrigues Nunes de Oliveira	Setúbal	9839
Maria da Conceição Azevedo Sereno	Porto	11822
Maria da Conceição de Castro Soares	Aveiro	14885
Maria da Conceição de Lima Faria da Silva	Setúbal	4776
Maria da Conceição Gonçalves dos Santos	Braga	1309
Maria da Glória Machado Valente	Porto	12768
Maria da Graça Lopes Ferreira Martins	Santarém	14735
Maria de Fátima Diegue	Santarém	14457
Maria de FÁTIMA RODRIGUES DA PALMA	Évora	15271
Maria de Fátima Teles da Silva	Viseu	15280
Maria de Fátima Vilares Pereira dos Santos Pinheiro	Lisboa	713
Maria de Jesus da Silva Rodrigues da Mota	Braga	2028
Maria Deolinda Marques Dias Martin	Lisboa	3942
Maria do Céu Martins Silva Talaia e Mota	Braga	8719
Maria do Céu Moreira Paiva e Silva	Porto	5533
Maria Eduarda Faria	Setúbal	566
Maria Estela Cordeiro Vieira Rodrigues	Porto	595
Maria Feliciano Coelho	Faro	13595
Maria Feliciano Esteves Mota	Setúbal	4612
Maria Fernanda da Costa Teixeira de Sousa	Porto	1253
Maria Fernanda Oliveira de Sousa	Setúbal	1379
Maria Filomena Cabrita Galvao	Lisboa	12659
Maria Francisca Ferreira	Porto	12577
Maria Helena Dias Loureiro	Coimbra	9426
Maria Helena Figueiredo	Évora	10812
Maria Helena Rodrigues Nunes	Setúbal	1193
Maria Hermínia Silva Esteves	Viana do Castelo	811
Maria Isabel Neves Gonçalves da Silva Martins	Braga	2997
Maria Isabel Nogueira Roque	Lisboa	5042
Maria Isabel Peixoto Gonçalves	Braga	7609
Maria Isabel Pinto Ventura	Lisboa	7705
Maria Isabel Veiga Adriano Marques de Sá	Porto	4139
Maria Ivone Peixeiro Pereira Pintasilgo	Santarém	2967
Maria João Catarino Branco	Aveiro	15135
Maria João de Matos Rodrigues Macedo	Porto	4265
Maria João Ribeiro Agra Pinto Marques	Setúbal	14273
Maria José Almeida Gonçalves Mota	Porto	14446
Maria José Barbosa Guedes	Porto	10870
Maria José Coelho Gonçalves	Faro	11228
Maria José Cravinho Marques Neves	Lisboa	12572
Maria José Filipe Soares Moreira	Porto	1205
Maria José Ganhão	Setúbal	2222
Maria José Penha Delgado	Setúbal	13952
Maria José Vitorino Gonçalves	Lisboa	612
Maria Isabel Mota Pimenta Vieira	Setúbal	1391
Maria Luísa Rosendo Cabral	Lisboa	9516
Maria Manuel Matias Oliveira Cunha Pires	Porto	13077
Maria Manuel Rola	Porto	9880



Maria Manuela Cavaco dos Santos	Setúbal	13471
Maria Manuela Ramos Lomba e Silva dos Santos	Braga	1310
Maria Medeiros Mestre da Cunha	Setúbal	11078
Maria Nazaré Cruz Carvalhais Nóvoa	Porto	23208
Maria Pinto de Carvalho Escaja Gonçalves	Lisboa	14637
Maria Rosa Dias	Faro	10391
Maria Sameiro Mendes	Braga	12283
Maria Teresa Pereira da Silva	Porto	6931
Maria Teresa Rodrigues	Lisboa	2025
Maria Teresa Vieira Pinho	Aveiro	11668
Maria Tereza Teixeira da Mota Silva	Porto	1595
Maria Virginia de Lima Rebelo Cerqueira	Porto	1464
Mariana Aiveca	Setúbal	241
Mariana Antunes Garrido	Coimbra	12097
Mariana Lança	Lisboa	15335
Mariana Marques Pinto Carneiro	Lisboa	1644
Mariana Mortágua	lisboa	6687
Mariana Neves Gonçalves da Silva Martins	Braga	15060
Mariana Rodrigues Lopes	Viseu	13811
Mariana Tomé Falcato Simões	Vila Real	13796
Mariana Varela	Santarém	15036
Marília Francisca Marcelino Leria	Bragança	15030
Marina Teodoro Romana	Porto	13017
Mário André Pinheiro de Magalhães Macedo	Setúbal	15111
Mário Emanuel Pinto Gonçalves	Vila Real	14156
Mário Fernando Ascenso de Matos	Faro	6592
Mário Jorge Fernandes Ramalho	Setúbal	7168
Mário Luis Valada dos Santos Correia	Lisboa	7960
Mário Miguel Ribeiro Manaia	Aveiro	14883
Mário Rui Farias Pacheco	Açores	8108
Marisa Matias	Coimbra	3764
Marlene Sofia de Sousa Santos	Porto	12084
Marta Bessa	Porto	10860
Marta Ribeiro Teixeira	Viseu	15563
Marta Soares Silva Dias	Braga	14216
Marta Sofia Anacleto da Costa	Setúbal	11157
Marta Sofia Luz Pereira	Setúbal	1195
Mary cruz penelope placido Rosas	Aveiro	10636
Matilde Duarte Furtado Marques	Leiria	15499
Matilde Martim Pires Dias	Lisboa	15554
Maurício César Salgado Pacheco	Porto	15201
Mercedes Reis	Aveiro	9348
Miguel Afonso Martins	Braga	13852
Miguel Alexandre Rocha Marques	Setúbal	15105
Miguel Ângelo Rodrigues Van Der Garde	Setúbal	13571
Miguel Ângelo Teixeira Pereira	Porto	15023
Miguel Areosa Feio	Lisboa	14423
Miguel Bordalo	Lisboa	11813
Miguel Cardina	Coimbra	7151
Miguel Eduardo Gomes dos Santos	Braga	11850
Miguel Heleno	Círculo Fora da Europa	9353
Miguel Pinheiro	Faro	10360
Miguel Rodrigues Cardoso	Viseu	8662



Miguel Ruge Andrade Gonçalves	Aveiro	13837
Miriam Raquel Correia Pessoa Cabo	Vila Real	13758
Mizael Neto Esteves	Faro	9711
Moisés Ferreira	Aveiro	2860
Mónica Alexandra Soares	Aveiro	15371
Mónica Cláudia Brandão Coelho	Aveiro	10913
Mónica Daniela Teixeira da Rocha	Lisboa	15116
Natália Sofia Silva Fernandes	Braga	13861
Natércia Coimbra	Coimbra	644
Nazaré Barros	Lisboa	15498
Nelson Calheiros	Lisboa	12392
Nelson da Rocha	Lisboa	1068
Nelson Ferreira	Viseu	123
Nelson Luís Ferreira Campos	Santarém	10540
Nelson Manuel Garcia	Porto	2768
Nelson Peralta	Aveiro	1664
Nelson Silva	Porto	14361
Noel F. C, Rubio	Aveiro	13911
Norberta Grilo	Braga	14911
Nuno de Avelar Pinheiro	Setúbal	14306
Nuno Eduardo Calça	Évora	962
Nuno Manuel da Rocha e Freitas	Porto	9091
Nuno Miguel Babosa de Almeida e Silva	Porto	14191
Nuno Miguel Franco da Costa	Braga	6755
Nuno Miguel Leite de Sousa Teixeira	Porto	12953
Nuno Miguel Lopes Machado	Leiria	6886
Nuno Miguel Patrício Ramos Ferreira	Coimbra	7916
Nuno Miguel Rodrigues Pinto	Porto	12109
Nuno Monteiro	Porto	6969
Nuno Pinto	Castelo Branco	13029
Nuno Tiago Narciso de Andrade Tomaz	Porto	11794
Nuno Vaz Silva	Círculo da Europa	10867
Nuno Veludo	Lisboa	12574
Núria Santos Guedes	Castelo Branco	13274
Olegário Augusto da Costa Rocha	Aveiro	11409
Olinda Maria dos Santos Pinto Moreira	Porto	384
Orlanda Manuela Carvalho da Silva	Porto	15489
Patrícia Abreu Felício	Porto	15274
Patrícia Alexandra César Monteiro	Porto	12749
Patrícia Almeida	Lisboa	15212
Patrícia Barbosa	Porto	14340
Patrícia Barreira	Lisboa	9959
Patrícia Estrela do Espírito Santo Abrantes	Santarém	12927
Patrícia Marques Cardoso Coutinho	Viseu	3142
Paula Bento Ledo	Bragança	15195
Paula Cristina Barroso Prudêncio Soares	Setúbal	12865
Paula Cristina Vieira Teixeira	Lisboa	12438
Paula Filipa Vieira Silva	Porto	6188
Paula Maria Militão de Lemos Valentim	Porto	9529
Paula Sequeiros	Porto	194
Paula Serafina Ribeiro dos Santos	Porto	1463
Paula Serralha	Setúbal	13470
Paulete Micaela Freitas Matos	Porto	605



Paulino Ascensão	Madeira	10926
Paulo Alexandre Maciel Pinto	Porto	14538
Paulo César Rocha Silva	Porto	11022
Paulo Jorge Afonso da Silva	Faro	9782
Paulo Jorge Castelar de Vasconcelos	Lisboa	11663
Paulo Jorge Gomes Figueiredo	Setúbal	6555
Paulo Jorge Lopes da Silva	Braga	13667
Paulo Jorge Santos Oliveira	Porto	7969
Paulo Jorge Veloso Santos	Braga	10615
Paulo Jorge Vieira	Lisboa	1163
Paulo José Félix Oliveira	Faro	3912
Paulo José Rosa Cardoso	Portalegre	2598
Paulo Manuel Besugo Sanona	Açores	7870
Paulo Manuel Marques da Costa	Braga	2382
Paulo Mendes	Açores	4189
Paulo Mourão	Lisboa	3807
Paulo Reis	Santarém	8492
Paulo Rodrigues	Viseu	14896
Paulo Sérgio Alves de Oliveira	Aveiro	4833
Paulo Sousa	Lisboa	5362
Pedro Alexandre Mota da Silva Ramos	Lisboa	3514
Pedro Alves	Aveiro	10062
Pedro Bruno Pimenta Maciel	Braga	11001
Pedro Daniel da Silva Loução	Lisboa	13974
Pedro Daniel Tavares Ferreira	Porto	11200
Pedro Ferreira	braga	11888
Pedro Filipe Borges Fernandes Mesquita	Castelo Branco	13405
Pedro Filipe Silva	Porto	14581
Pedro Filipe Soares	Aveiro	2861
Pedro Gaspar Amaral	Açores	13254
Pedro Gonçalves	Beja	9777
Pedro Henrique Soares de Sousa	Lisboa	12731
Pedro Isidro Soares	Porto	173
Pedro Ivo de Almeida Carvalho	Lisboa	14597
Pedro Jorge Bargão Rodrigues	Santarém	3125
Pedro Jorge Ramajal Monteiro	Porto	174
Pedro Jorge Ventura Rodrigues	Coimbra	5396
Pedro Lourenço	Porto	9666
Pedro Manuel Costa Pereira de Freitas	Lisboa	14983
Pedro Manuel Nunes de Oliveira	Setúbal	537
Pedro Manuel Nunes Jorge Pisco	Lisboa	7807
Pedro Marques de Figueiredo	Porto	8423
Pedro Miguel dos Santos Ferreira	Porto	9526
Pedro Miguel Guedes de Oliveira	Vila Real	14096
Pedro Miguel Medeiros de Castro	Lisboa	15278
Pedro Miguel Pereira Faria	Porto	11624
Pedro Miguel S Rocha	Porto	12798
Pedro Miguel Santos Mourinho Guerreiro	Setúbal	14738
Pedro Miguel Soares Carreira	Porto	9837
Pedro Miguel Sousa Barbosa	Porto	14919
Pedro Miguel Sousa da Mota	Faro	4152
Pedro Miguel Varela	Faro	14987
Pedro Miguel Vilares Pinheiro	Lisboa	9871



Pedro Moreira	Lisboa	15502
Pedro Paulo Alves Pereira	Évora	11240
Pedro Vasconcelos	Faro	5706
Rafael Pereira	Braga	15137
Rafer Emanuel Dias Diogo	Setúbal	14120
Raimundo Manuel Ribeiro dos Santos	Porto	15510
Raluca Georgeta Ionica	Viseu	13812
Raquel Azevedo	Braga	12307
Raquel Bagulho	Lisboa	5059
Raquel Maria Evaristo Teixeira	Bragança	13711
Raquel Montenegro	Aveiro	13096
Raquel Vitorino	Lisboa	14734
Renato Célio Marinho Silva	Braga	7122
Renato Filipe de Barros Santiago	Aveiro	15537
Renato Soeiro	Porto	2620
Ricardo Alfonso Reyes Cortés	Setúbal	14104
Ricardo Caia	Évora	14311
Ricardo Delgado	Lisboa	1131
Ricardo Dias	Porto	8149
Ricardo Filipe Raposo Furtado	Açores	8732
Ricardo Gouveia	Porto	9357
Ricardo Jorge da Silva Cerqueira	Braga	9804
Ricardo Lafuente	Porto	2011
Ricardo Luís Correia Martins de Barros Duarte	Lisboa	2516
Ricardo Moreira	Lisboa	4622
Ricardo Pereira	Setúbal	4322
Ricardo Robles	Lisboa	2005
Ricardo Rocha	Setúbal	1085
Ricardo Vaz	Lisboa	15010
Ricardo Vicente	Leiria	6574
Rita Baptista	Aveiro	10219
Rita Gomes	Europa	15365
Rita Gorgulho	Lisboa	5361
Rita Lage Sarrico	lisboa	11369
Roberto Ferreira	Madeira	13420
Roberto Jorge Monteiro Barata	Santarém	12929
Roberto Ruy Meneses Vieira	Madeira	11717
Rodrigo Conceição	Lisboa	15276
Rodrigo Filipe da Silva Santos Machado	Lisboa	14947
Rodrigo Rivera	Lisboa	3451
Rodrigo Sousa	Guarda	15216
Rodrigo Teixeira	Santarém	5429
Rogério Manuel de Amorim Barros	Viana do Castelo	7642
Rogério Paulo E. Martins	Bragança	7849
Romana Maria Moreira Pedro Sousa	Lisboa	13846
Romeu de Castro Fernandes	Aveiro	14356
Rosa Maria De Rocha Leite	Porto	5693
Rosa Maria Pereira	Lisboa	6972
Rosa Maria Teixeira Pinto Silva	Porto	6187
Rosalina Fernandes dos Santos Vítor	Lisboa	468
Ruben António da Silva Santos	Braga	12517
Rúben David Mangas Lima	Setúbal	15043
Rufino Figueiredo	Aveiro	13687



Rui Agostinho da Conceição	Faro	14998
Rui Amaro	Setúbal	12271
Rui André Alves Soares	Aveiro	14809
Rui Antunes	Braga	8115
Rui Carlos Alves Ministro Godinho	Setúbal	2482
Rui Curado Silva	Coimbra	2823
Rui David Alves Costa	Porto	158
Rui Emanuel Antunes de Seixas	Lisboa	12403
Rui Ferrão	Madeira	13297
Rui Filipe Fontes Ferreira	Aveiro	15129
Rui Filipe Maia Santos	Aveiro	15576
Rui Filipe Paiva Duarte	Aveiro	15574
Rui Filipe Pedroso Maia	Lisboa	3967
Rui Iedo	Bragança	13712
Rui Lopes	Porto	7186
Rui Manuel da Cunha Salgueiro	Setúbal	14444
Rui Manuel Leal Rodrigues	Porto	12537
Rui Manuel Morais Borges	Vila Real	11177
Rui Melo	Lisboa	4550
Rui Miguel Dos Santos Melo Faria	Aveiro	15497
Rui Nóvoa	Porto	159
Rui Paulo Vasconcelos Ferreira de Sousa	Aveiro	7624
Rui Pedro Lopes Beato	Castelo Branco	14715
Rui Pedro Marques Cruz	Aveiro	4086
Rui Penha Pereira	Leiria	12720
Rui PL Moreira	Porto	14414
Rui Ricardo	Lisboa	12823
Rui Rodrigues Marques	Viana do Castelo	2318
Rui Vasco Figueiredo Augusto	Viseu	14918
Rute Fabiana Quezada de Araújo Matos	Porto	13654
Salomé Almeida Ventura	Aveiro	12493
Samuel Catalino Oliveira	Aveiro	10710
Sandra Alves de Sousa	Setúbal	11574
Sandra Antunes	Porto	12869
Sandra Cunha	Setúbal	487
Sandra Ferreira	Coimbra	14937
Sandra Góis	Santarém	11006
Sandra Marina de Sousa Gonçalves Dias	Évora	961
Sandra Morais Guerreiro	Emigracao	6245
Sara Freixo	Setúbal	13011
Sara Goulart	Lisboa	9586
Sara Rocha	Lisboa	4762
Sara Santos	Porto	9779
Sara Simões	Lisboa	9592
Sebastião Martins dos Santos	Setúbal	560
Sebastião Sousa Pernes	Faro	4952
Sebastião Torres	Porto	1971
Serafim José dos Santos Duarte	Coimbra	1150
Sérgio Artur Sequeira Bastos	Vila Real	14680
Sérgio Manuel Lopes da Cunha	Porto	8251
Sérgio Moreira da Silva	Setúbal	4774
Sérgio Rafael de Sousa Vieira	Porto	12189
Silvana Cassaca parreira Paulino	Setúbal	8864



Sílvia Patrícia Silva Freitas	Braga	14342
Sílvio António Pereira Sampaio	Porto	15011
Simão Dias de Magalhães	Aveiro	15370
Sofia Alexandra Ferreira Santos	Porto	5342
Sofia Lopes	Lisboa	15457
Sofia Roque	Lisboa	3595
Sónia Alexandra de Oliveira Gamelas	Aveiro	13378
Sónia Alexandra Lourenço de Brito Reis	Castelo Branco	13716
Sónia Cristina Patrocínio Gonçalves Ribeiro	Braga	10980
Sónia Cristina Vilares Pinheiro Pedro	Lisboa	10288
Sónia Freitas Correia	Aveiro	14760
Sónia Isabel Vicente Pedro	Lisboa	8215
Sónia Maria Alves de Sousa	Aveiro	10566
Sónia Maria da Silva Fernandes	Braga	14394
Sónia Paula Magalhães Garrido Sousa	Porto	14322
Sónia Pedro	Lisboa	8215
Sónia Sofia Pereira Figueiredo	Setúbal	14861
Susana Constante Pereira	Porto	10590
Susana Gutierrez Jimenez	Évora	10964
Susana Margarida Paula Camarinha de Oliveira Gonçalves	Porto	15584
Susana Maria Mota Pinto	Porto	13655
Tânia Alexandra do Carmo Russo	Lisboa	13263
Tânia Lúcia Leão Martins de Sousa e Silva	Porto	13699
Tatiana Heleno	Leiria	15494
Tatiana Moutinho	Porto	148
Tatiana Pacheco	Faro	11994
Telma Carina Lemos Gaspar	Leiria	13472
Telma de Jesus Laborinho Ferreira	Leiria	4506
Teófila Mariana Barbosa de Matos	Setúbal	11957
Teresa Amorim	Braga	14320
Teresa Meira	Aveiro	15037
Teresa Salselas	Porto	14198
Teresina Maria dos Santos Dias Fonseca da Paz	Santarém	8532
Tessa Guimarães Nunes	Porto	15613
Tiago Alves Furtado	Lisboa	15206
Tiago André Gonçalves Pereira	Porto	12831
Tiago Emanuel Teixeira Pereira	Porto	12048
Tiago Filipe da Venda Ferraz	Vila Real	14270
Tiago Gillot Faria	lisboa	636
Tiago Ivo Cruz	Lisboa	5224
Tiago João Pereira da Silva	Lisboa	7579
Tiago José Ferreira de Lima Barbosa	Aveiro	12837
Tiago José Novais Matos	Porto	14220
Tiago Manuel Ribeiro Miranda Soares	Porto	3965
Tiago Margarida Silva Carvalho	Porto	7293
Tiago Miguel Ferreira Marques	Viseu	14900
Tiago Miguel Vicente Gil Soares Caseiro	Setúbal	2931
Tiago Resende Araújo Ferreira	Viseu	14514
Tiago Vieira Lisboa Bonito	Viana do Castelo	12761
Tibério Santo Cristo Pereira Puim	Lisboa	11939
Timóteo Macedo	Lisboa	1104
Tomas Inácio	Santarém	15322
Tomás Marques	Lisboa	12362



Tomás Nery	Aveiro	15004
Valdemar Francisco Filipe Moreira Reis	Setúbal	1102
Valter Nuno da Silva Gaspar	Porto	8240
Vanessa Sousa	Setúbal	10007
Vânia Martins	Aveiro	14417
Vasco Barata	Lisboa	10218
Vasco da Rocha	Lisboa	12004
Vasco Morais Gusmão	Porto	13924
Vasco Ruela	Lisboa	15373
Vera Fazenda	Lisboa	480
Vera Ventura Gonzalez Quirós	Lisboa	10898
Vergílio Manuel da Mota Oliveira e Figueiredo Pereira	Porto	7511
Veronica Fátima Mesquita Santos Pereira Silva Lopes	Açores	10839
Vicente Carvalho de Sá	Évora	11681
Vicente Ferreira	Lisboa	13219
Victor Manuel Pereira Pedro	Bragança	9450
Vidal da Conceição Marreiros	Faro	3939
Virgílio Manuel Morais de Matos	Porto	15022
Virginia Maria Melo Matos	Aveiro	6668
Virgínia Matinero Salamero	Porto	12775
Vitor Brilhante	lisboa	1105
Vítor Edmundo	Lisboa	1073
Vítor Franco	Santarém	1329
Vitor Manuel Cavalinhos	Setúbal	526
Vítor Manuel da Silva Araújo	Porto	10389
Vitor Manuel dos Santos Pinheiro	Lisboa	712
Vítor Manuel Freitas Rosa	Setúbal	10748
Vitor Manuel Mendes Pires	Porto	1263
Vitor Manuel Metrogos Frango	Évora	11680
Vítor Manuel Seixas Correia	Lisboa	3917
Vítor Ruivo	Faro	516
Vitorino das Neves Vieira Pereira	Leiria	477
William Naval	Lisboa	7334



PROPOSTAS DE ALTERAÇÃO À MOÇÃO A REJEITADAS

NUNO PINHEIRO

Introdução (4º parágrafo)

A experiência da “geringonça”, da qual o PS se afastou e que não quis reeditar, mostrou que era possível uma política que valorize salários, pensões e apoios sociais, mas esbarrou nas metas de déficit impostas por Bruxelas, aliás ultrapassadas pelo Governo.

Substituir por (para que fique mais claro):

A experiência da “geringonça” a que o PS foi obrigado e da qual se afastou depois das eleições de 2019, mostrou, ainda que de forma limitada, que era possível uma política que valorizasse salários, pensões e apoios sociais. Porém as limitações ideológicas do PS e a sua vontade de obedecer a Bruxelas e às suas metas de déficit impediram uma rutura completa com as políticas da Troika.

RESPOSTA:

Rejeitada. Não altera substancialmente a redação inicial.

Acrescenta novo capítulo 4

Desde finais do século XX que, com a emergência de empresas ligadas às novas tecnologias, se tem assistido à formação de empresas cuja acumulação de capital depende de uma força de trabalho cada vez mais reduzida. A tendência para a deslocalização da produção industrial para onde os custos de mão de obra são mais baixos acentuou-se, paralelamente acentuaram-se fenómenos de precarização criando-se trabalhos sem vínculo, horário, salário fixo, muitas até os meios de produção são propriedade do trabalhador, servindo a empresa como mero intermediário.

O sector financeiro foi instrumento de criação de grandes fortunas baseadas na especulação, porém, quando em 2008 este entra em crise é a generalidade dos cidadãos que é chamado a pagar os prejuízos, o que levou a quebras no poder de compra e nos direitos sociais, ainda não inteiramente resolvidas.

RESPOSTA:

Rejeitada. A moção situa a sua análise no período mais recente da crise pandémica e social

Acrescentar na atual 4, criando um 3º parágrafo (final)

O programa de recuperação deverá ser dirigido primeiro aos que com ela mais perderam e de forma que possa, em primeiro lugar, combater o desemprego, mas também a precariedade e quebra de rendimentos.

**RESPOSTA:**

Rejeitada. A resposta à crise exige alterações estruturais que ultrapassam em muito o âmbito do programa de recuperação.

3º parágrafo**Substituir:**

Na negociação do Orçamento do Estado para 2021, o Bloco definiu condições claras que o Partido Socialista recusou:

(Por - Nova redação):

O Bloco de Esquerda estabeleceu pontos mínimos para a aceitação de um orçamento de estado que fizesse face à pandemia e aos seus efeitos sociais. A recusa, por parte do governo do Partido Socialista na aceitação desses pontos tornou inevitável o voto contrário em relação ao orçamento de estado de 2021.

RESPOSTA:

Rejeitada. A ideia já está plasmada na Moção.

9º Parágrafo**(Acrescenta para a proteção social)**

No futuro imediato, as escolhas orçamentais continuam a decidir-se na resposta àquelas questões, bem como às do investimento público para o emprego, para a proteção social e para a transição climática.

Parágrafo final**(Acrescenta feita. Elimina de uma via centrista)**

A escolha feita pelo PS de uma via centrista recria uma tática que já vimos falhar em vários países. A aliança que (...)

(acrescenta chantagem)

Depois de uma estratégia de chantagem, provocação e ensaio de crise política, vinda já do final da legislatura anterior (...)

RESPOSTA:

Rejeitada. Não altera substancialmente a redação inicial.



PROPOSTA DE ALTERAÇÃO À MOÇÃO A PARCIALMENTE ACEITÉ

PEDRO MOTA

A Cultura é parte integrante da democracia; a sua recuperação não se fará sem a garantia de direitos laborais e níveis de investimento público consistentes. Os equipamentos culturais são o princípio de uma rede de serviços para o acesso universal ao Património e às Artes..

O Desporto é essencial na sociedade, pela sua promoção da saúde mental, na preparação dos jovens para a cidadania, ajudando a um estilo de vida saudável, à criação de um verdadeiro espírito de equipa e de partilha. É um importante meio de integração e inclusão social. Os equipamentos desportivos municipais são de extrema importância para o garante de acesso universal, pelo que devem ser alvo de atenção especial, e assim garantir que todos e todas, podem ter acesso à atividade física.

RESPOSTA:

Aceita parcialmente.

NOVA REDAÇÃO:

Também no desporto, a recuperação deve ser acompanhada de mecanismos para o garante da democratização do acesso.

Moção C

**MAIS DEMOCRACIA,
MAIS ORGANIZAÇÃO**



MAIS DEMOCRACIA, MAIS ORGANIZAÇÃO

A nossa moção elegeu dez membros para a Mesa Nacional e dois membros para a Comissão Política na última Convenção e resultou da junção de três plataformas que atingiram objetivos políticos muito além dos esperados.

Para a XII Convenção voltamos a apresentar-nos como uma plataforma local que usa o modo de moção para desenvolvermos melhor as nossas propostas.

Estamos disponíveis, como estivemos em 2018, para conversar com outras moções e plataformas, desde que haja confluência nas questões políticas por nós consideradas essenciais: **mais democracia interna, mais organização, mais Bloco, menos tendências.**

Ao longo do atual mandato da Mesa Nacional estivemos, em geral, em sintonia com a linha política desenvolvida pela direção, que consideramos ter sido a mais adequada. Temos noção daquilo que se espera de um militante bloquista, que apoie o partido no seu trabalho junto do povo e que respeite a linha política que, democraticamente for aprovada nos órgãos.

Não obstante terem sido feitos progressos, persistem motivos para críticas ao funcionamento do Bloco, que continua a ser prejudicado pela agenda das tendências, que são um obstáculo à organização e democracia internas e é para isso que apresentamos esta plataforma/moção.

Esses obstáculos ficaram mais evidentes, a partir do momento em que a dissidência estalinista da UDP decidiu sair da moção A, como consequência de o seu líder ter mostrado um comportamento incompatível com os altos cargos que desempenhava. A partir daí, juntou descontentes de vários quadrantes, para constituir a moção Convergência. Nunca, no Bloco, se foi tão longe na descaracterização de uma moção, o que não surpreende, dada a ausência de um projeto político coerente.

1. MAIS DEMOCRACIA INTERNA

O Bloco de Esquerda precisa de mais democracia interna.

As decisões têm de ser tomadas, depois de ouvidas as bases e não ser apanágio das cúpulas.

A opinião de um aderente sem tendência deve ter o mesmo valor que a opinião de um tendencioso.

Os dirigentes, deputados e funcionários devem ser escolhidos em função da sua capacidade política e devem independe da sua filiação numa tendência.

2. MAIS ORGANIZAÇÃO LOCAL

2.1. Os funcionários do partido não devem limitar-se às suas funções burocráticas e devem participar mais nas reuniões dos organismos locais, concelhios e distritais, no sentido de recolher opiniões e de transmitir a linha política do partido democraticamente aprovada. Se isso for bem feito, contribuirá para atenuar a visão individualista que muitos camaradas têm da política e centrar-nos-á numa visão coletiva, que nos ajudará a crescer quantitativa e qualitativamente.

2.2. O Bloco de Esquerda tem de continuar a deixar de ser um partido parlamentar eleitoralista para ser um partido enraizado nas empresas e nas comunidades. O voto eleitoral é volátil, a organização é consistente e duradoura.

2.3. A energia e o tempo despendidos na organização das tendências devem ser canalizados para a organização local.

3. MAIS BLOCO, MENOS TENDÊNCIAS

Há cerca de vinte anos, duas organizações revolucionárias, uma trotskista e outra leninista, juntaram-se a outros camaradas e fundaram o Bloco de Esquerda.

Cansados de esperar pela Revolução, cada vez mais uma miragem, decidiram flexibilizar a sua tática, adaptando-a ao século XXI, que se abeirava.

Atualmente as duas maiores tendências fundadoras do Bloco, a tendência trotskista e a tendência leninista, embora sejam em número escasso, controlam completamente o aparelho do Bloco de Esquerda.

Os defensores das tendências justificam a sua existência, alegando que ela reflete uma diversidade de opiniões e de ideologias, que são um indício de democracia interna.

A diversidade de opiniões é salutar, mas há um tempo para ela se exprimir, que é o tempo da Convenção. Prolongá-la só pode alimentar o sectarismo e prejudicar o nosso projeto coletivo.

Quanto ao reforço da democracia, qualquer aderente mais atento percebe que a sua voz vale pouco, que são sempre as cúpulas das tendências a decidirem tudo aquilo que importa para o nosso futuro como partido político.

As tendências estão muito bem organizadas, mas apenas focadas em hegemonizar as estruturas do Bloco. Ao invés deveriam estar concentradas na organização local. O Bloco de Esquerda precisa de um sobressalto que o acorde para a realidade. Somos fraquíssimos em termos organizativos e isso impede-nos de chegar às pessoas, que moram nos bairros, nas freguesias, nas cidades e que só conhecem o Bloco através da televisão.

O problema agrava-se quando vemos as tendências representadas pela moção A mais preocupadas na **institucionalização** do Bloco e conseqüente obsessão por cargos, lugares e empregos. Ou seja, a energia que deveria ser usada para desmontar o sistema e acumular forças é desperdiçada em objetivos egoístas e pequeno-burgueses.

Outro aspeto negativo das tendências é a formação do **espírito de capela**. Os membros das tendências perdem autonomia de pensamento e de ação e ficam automaticamente subordinados aos ditames dos seus chefes. Os mais jovens bajulam os líderes, para poderem fazer carreira. Os mais velhos apadrinham-nos, porque precisam de sangue novo para não comprometer o futuro da tendência respetiva.

A moção A alberga a Rede Anticapitalista e a Esquerda Alternativa, bem como algumas «personalidades», em geral sob o manto da Rede Anticapitalista.

A **Rede Anticapitalista**, que tem quadros mais qualificados e carismáticos, define a tática e a estratégia, enquanto a **Esquerda Alternativa** concorda com tudo, desde que receba a sua metade na distribuição de cargos e funções.

Acrescendo a isto, a Esquerda Alternativa encara o Bloco como uma frente de massas, como um instrumento ao seu serviço, mimetizando o velho modelo de Dimitrov. Ou seja, esta tendência funciona como um partido dentro do partido.

Além disso, as tendências, em especial a Esquerda Alternativa, continuam a fazer recrutamento no Bloco de Esquerda, o que que constitui um grave atentado à nossa integridade.

Apesar de tudo, é de elementar justiça realçar que tudo o que temos, um Bloco relevante e 3º partido mais representado na Assembleia da República, tudo isso tem muito a ver com o trabalho desenvolvido pelas duas principais tendências. Seríamos ingratos se não reconhecêssemos isso.

Além disso, **enquanto as tendências não acabarem**, é muito importante que nenhuma delas controle completamente o Bloco. Se isso acontecer, então será o fim do Bloco de Esquerda e regressaremos ao tempo dos grupús-



culos completamente irrelevantes.

Compete a nós, aderentes sem tendência, lutar contra o statu quo e construir, com o nosso trabalho e com o nosso empenho, uma alternativa credível que eleve o Bloco de Esquerda a um patamar compatível com aquele que o povo espera de nós.

Em relação à última Convenção, **houve uma tendência que implodiu**, a moção M e **há outra que emergiu**, a moção Convergência.

Nesta moção há gente para todos os gostos. Estalinistas, que controlam a tendência Via Esquerda, um ou outro trotskista «invertido», «metralhas», sociais-democratas apoiantes de Sampaio da Nóvoa, dissidentes da plataforma Novo Curso, restos das antigas moções B. Em suma, refugio de vários projetos políticos fracassados.

Esta miscelânea de ideologias diferentes determina que se anulem umas às outras, resultando na ausência de um projeto político coerente.

Demonstram falta de coragem política, pois não ousaram apresentar-se na altura própria, na última convenção, em novembro de 2018.

Fizeram tudo ao contrário. Na ocasião de apresentarem uma moção acobardaram-se, para protegerem os seus cargos, depois, quando era preciso fazer campanha eleitoral, estavam a preparar uma moção.

Não têm noção da importância do tempo na atividade política. Que há um tempo para apresentar propostas políticas diferenciadas, que é o tempo da Convenção e depois há um tempo para aceitar democraticamente os resultados da Convenção e, finalmente, juntarmos todos as forças para fazer chegar a nossa mensagem à população.

Ao passarem dois anos a fazerem oposição interna, em prejuízo do trabalho político, não estão a fazer oposição interna à direção, estão sim a fazer oposição ao Bloco.

Não têm linha política, antes vão apresentando propostas contraditórias entre si, ao sabor dos seus interesses carreiristas.

Andaram anos a dizerem ser contra as tendências, mas agora assumem ser uma, por sinal a pior de todas.

Foram mais longe que qualquer das tendências entretanto extintas, incluindo a participação em manifestações, como se fossem autónomos do partido a que ainda pertencem.

Não têm pejo em usar as redes sociais e os meios de comunicação social para criticar o Bloco, esquecendo uma regra básica, que as questões internas se discutem internamente. Assim, confundem o eleitorado e a opinião pública, provocando insegurança e falta de confiança.

No **Porto e em Portalegre** têm ou tiveram líderes que ultrapassaram todos os limites da decência. Líderes que atropelaram as mais básicas regras de funcionamento democrático.

Na **Madeira**, tudo fizeram para prejudicar as campanhas eleitorais, para agora poderem assacar as culpas à direção regional. Na sua ânsia de criticarem a direção democraticamente eleita, conseguiram ser apenas instrumentos contra o Bloco de Esquerda da Madeira. Foi notório que, durante a campanha regional, fizeram publicações ofensivas a questionar e a ofender candidatos/coordenador do BE. Eles e o voto útil foram os responsáveis pelos maus resultados do Bloco na Eleições Regionais da Madeira.

4. SOCIALISMO, LIBERDADE E DEMOCRACIA

As tentativas de construção do socialismo, levadas a cabo no século XX, saldaram-se **todas** em fracassos.

Tinham como pilares três conceitos leninistas - vanguarda revolucionária, centralismo democrático e ditadura do proletariado - que, exponenciados por Estaline, contribuíram para desacreditar a alternativa socialista.

A ditadura do proletariado passou a ser, ainda no tempo de Lenine, a ditadura do partido e, no tempo de Estaline, assumiu-se como ditadura de um homem só.

Do centralismo democrático só foi aplicado o centralismo e a democracia foi completamente esmagada, com o assassinato de milhões de cidadãos inocentes.

Sem democracia, o sistema económico, definido pela vanguarda alegadamente revolucionária, acabou por transformar-se em capitalismo de estado e, posteriormente, em capitalismo selvagem.

Sem democracia, sem contraditório, o poder enquista-se, ignora o povo, toma medidas antipopulares, sem hipótese de ser substituído. Este sentimento de impunidade, proporcionou um nível cada vez maior de prepotência, autoritarismo e arbitrariedade, apanágio das ditaduras que foram florescendo no chamado campo socialista.

Em pleno século XXI, esses três conceitos tornaram-se anacrónicos e foram substituídos por outros três, socialismo, liberdade e democracia. Os três são imprescindíveis e nenhum pode faltar, para podermos credibilizar uma alternativa socialista e anticapitalista.

A Venezuela é um exemplo de uma ditadura alegadamente socialista, mas na realidade não defende os venezuelanos, que fogem aos milhões para escaparem da fome e da opressão.

5. POLÍTICA DE ALIANÇAS

No final de 2020, o Bloco escolheu voluntariamente prescindir de uma parte significativa da sua base eleitoral, em nome da clareza política.

Face a um PS que se tem mostrado defensor intransigente dos interesses da classe dominante, o Bloco viu-se compelido a deixar de suportar um governo que se mostrou indisponível para ceder às exigências populares em áreas muito importantes, designadamente a reversão das medidas impostas pela Troika na legislação laboral e no reforço do SNS.

Mais importante do que saber se esta posição foi tomada no tempo certo ou não, é saber o que iremos fazer, daqui em diante, para recuperar a nossa base eleitoral e ampliá-la.

Não devemos esquecer que o PS, embora não seja socialista, é um partido democrático e antifascista o que, nos tempos que correm, não é despreciando. Por isso, deveremos continuar disponíveis a estar ao lado do PS e de outros partidos democráticos, sempre que estiver em causa a defesa da Democracia e a luta contra o fascismo. Não devemos repetir a velha tática estalinista dos anos 30 do século passado, que considerava os sociais-democratas como inimigo principal, facilitando assim a ascensão do nazi-fascismo.

Por outro lado, devemos reivindicar como nossas as falsas promessas do PS, que diz defender o socialismo, mas na verdade é um defensor do capitalismo. Devemos ser capazes de demonstrar isto em todas as propostas que fazemos e que são rejeitadas pelo PS, precisamente por causa do seu carácter embusteiro.

O apoio do PS a Marcelo nas últimas eleições veio demonstrar uma perigosa aproximação ao centro que vai garantir ainda mais o capitalismo, e validar a nossa decisão na votação do orçamento.

Não podemos ser sectários na defesa das nossas propostas, porque arriscamo-nos a falar sozinhos. Quanto mais extrema é uma proposta política, mais estreita é a faixa popular que a apoia. Não há política popular sem apoio popular e não podemos alienar este apoio para o PS.

Quanto ao PCP, é certo que é um partido de esquerda, com quem temos estado em sintonia em muitas matérias, designadamente na defesa dos direitos dos trabalhadores e dos serviços públicos.

Por outro lado, o PCP tem-se notabilizado por apoiar ditaduras neoestalinistas, como a Coreia do Norte e China, entre outras. Neste plano, não poderíamos estar mais em desacordo.



Além disso, o PCP mostra frequentemente uma atitude hostil em relação ao Bloco, que não devemos corresponder, mas que não deve condicionar a nossa conduta política.

O PCP evidencia também posições anacrônicas e conservadoras em matérias sensíveis como a eutanásia e as touradas, entre outras.

Em suma, estaremos com o PCP naquilo que temos de estar, estaremos, sem complexos, contra as distopias que ele defende.

Neste momento, O Bloco corre o risco de ficar acantonado. Por um lado, o PCP não quer nada connosco. Por outro, nós não queremos nada com o PS.

Temos de modular a nossa tática e estratégia para evitar sermos vítimas de uma espécie de cerca sanitária, que nos isola dos partidos mais próximos de nós.

6. ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS

As eleições autárquicas serão um importante e difícil desafio para este ano.

Sendo eleições muito personalizadas, precisamos de nos apressar nas escolhas dos candidatos que melhor representem as nossas propostas.

Os Núcleos e as Concelhias devem reunir rapidamente para definirem a nossa estratégia para estas eleições, em que precisaremos de concorrer a mais autarquias do que em 2017.

Na escolha dos candidatos devemos ter um duplo cuidado: escolher candidatos conhecidos e reconhecidos pela comunidade e não escolher oportunistas que possam prejudicar a imagem do Bloco.

Em princípio, Bloco deve concorrer com listas próprias, não tomando a iniciativa de propor coligações pré-eleitorais.

Não obstante, se algum dos antigos parceiros da «Geringonça» nos propuser uma aliança pré ou pós-eleitoral, deveria competir à Mesa Nacional ratificar o processo, dando bons ouvidos aos pareceres das Concelhias, Distritais e Regionais, no melhor interesse do Bloco.

Quando uma Concelhia do PS contacta o Bloco para uma aliança eleitoral, poderemos inferir que essa Concelhia do PS é de esquerda, pois, de outro modo, não convidaria o BE. Ao recusarmos liminarmente o convite, estaremos a ser sectários. Deveríamos, pois, aceitar discutir com eles os termos de um possível acordo, sem nunca abdicarmos dos nossos valores de esquerda.

Poderemos apoiar listas independentes, desde que elas mereçam a confiança política das nossas estruturas concelhias e distritais.

Não devemos aceitar nas nossas listas qualquer candidato que esteja inscrito noutra partido.

Nunca poderemos aprovar uma aliança eleitoral com partidos de direita, nem mesmo para eleger os presidentes de Assembleia Municipal, como já aconteceu.

Devemos aproveitar as eleições autárquicas para alargar e aprofundar a nossa ligação às comunidades locais e, também, ampliar a nossa estrutura organizativa.

A invisibilidade e inoperância do Grupo Autárquico são um dos fatores, não o único, do nosso fraco desempenho eleitoral autárquico. Não basta fazer, de quatro em quatro anos, uma Conferência Autárquica, para reafirmar as banalidades do costume. É preciso estar no terreno, propor nomes que alarguem o nosso espectro eleitoral. É preciso definir uma estratégia inteligente, que nos permita aproveitar todos os simpatizantes e amigos do Bloco, que são esquecidos, quando se trata de escolher os nossos candidatos autárquicos.

Sempre que, no Bloco se cria um grupo de trabalho, as principais tendências avançam em marcha síncrona, numa lógica de ocupação de território. De tal modo, que acabam por se anular uma à outra. Daí não adviria mal de relevo. O problema é que, concomitantemente, anulam todo o trabalho desse grupo.

Se, por distração, o grupo fica livre do controle tendencioso, então as tendências resolvem o problema, esvaziando as funções daquele grupo.

Os problemas organizativos do Bloco não se resolvem com o voluntarismo subjacente aos grupos de trabalho. Resolvem-se com organismos escolhidos com critérios políticos e com os camaradas mais habilitados, independentemente da sua filiação tendenciosa.

7. ECONOMIA SOCIALISTA

A planificação centralizada da economia que, teoricamente, deveria suprir todos os males do capitalismo, na verdade, veio criar outros problemas.

Desde logo porque, em nenhum dos países onde ocorreram revoluções, o capitalismo estava suficientemente desenvolvido para que se desse a transição para o socialismo preconizada por Marx.

As revoluções, ocorridas em fase precoce, não tiveram a capacidade de superar o défice de desenvolvimento económico. Pouco dinamismo, pouca diversidade de produtos, não-satisfação das necessidades básicas do povo, nivelamento por baixo dos rendimentos individuais, não compensaram os benefícios trazidos a nível da saúde e da educação.

Perante a insatisfação popular, os regimes saídos das revoluções foram-se afastando progressivamente da regulação democrática, instaurando mecanismos repressivos, ao mesmo tempo que foram instituindo privilégios para a casta burocrática dirigente.

Todos aplicaram o princípio estalinista da estatização de setores não estratégicos da economia, o que travou o desenvolvimento económico e só contribuiu para o aparecimento de um capitalismo de estado, comandado por uma burocracia reacionária, como são todas as burocracias.

Neste contexto, todos os regimes revolucionários acabaram por regredir para um capitalismo selvagem, pior ainda que o capitalismo ocidental, este último, temperado por muitas medidas sociais, conquistadas pela luta dos trabalhadores.

Neste quadro, as nossas propostas de construção do socialismo devem evitar cometer os erros do passado.

Desde logo, nunca poderemos abdicar da democracia, pois deve ser o povo e apenas o povo a julgar os governos que exercem o poder em nome dele.

As empresas estratégicas e monopólios naturais devem ser/permanecer nacionalizados, designadamente a EDP, GALP, CTT, REN, ANA, PT, RTP, Agência Lusa, TAP, Águas de Portugal, CP, Carris, STCP, Brisa, PPP, CGD e outros bancos intervencionados pelo Estado.

As empresas públicas, bem como o SNS e a Segurança Social, devem ser financiadas de forma adequada, para poderem ser úteis e eficazes.

Nas grandes empresas privadas e públicas nacionais, os trabalhadores deverão deter 30% do capital, não alienável, e correspondentes direitos de gestão.

As empresas privadas produtivas não podem ser extintas por decreto. As empresas produtivas, privadas e públicas, devem concorrer entre si e as empresas públicas devem impor-se pelo seu mérito e não através de medidas administrativas.

Ao Estado caberá, sempre, definir o rumo económico estratégico, bem como zelar pelo cumprimento escrupuloso

dos direitos dos trabalhadores, quer sejam eles públicos ou privados.

8. O FLAGELO DOS DESPEJOS

Apesar de nós termos alertado, na anterior Convenção, para este problema, a direção não fez tudo o que podia para o solucionar.

Temos vindo a assistir, nos últimos anos, os bancos a receberem apoio estatal, sempre que estão com problemas financeiros, para depois retirarem as casas às pessoas e as venderem, a preços irrisórios, a off-shores que, em muitos casos, pertencem a políticos corruptos.

Devemos denunciar energeticamente esta situação, de modo a proteger as vítimas dos fundos abutres.

Devemos também defender a criação de um fundo público, que fique com os imóveis pelo mesmo valor que os bancos os costumam alienar aos fundos. Esse fundo deve renegociar com os antigos proprietários o pagamento dos valores em débito ou, se estes preferirem, poderão continuar a residir no mesmo imóvel, mediante o pagamento de uma renda social, de acordo com os rendimentos da família.

9. REVOLUÇÃO E DEMOCRACIA

Os ultrarrevolucionários não gostam de ver o BE a disputar a simpatia popular, que também se manifesta nas eleições, porque isso prejudicaria a pureza ideológica do partido. Talvez prefiram um Bloco a disputar os últimos lugares da invisibilidade e irrelevância, mas sempre de acordo com a «linha justa». Ou seja, a falar para as paredes.

Já os reformistas costumam enredar-se nas suas táticas e acabam por «esquecer» o nosso objetivo estratégico, que é a construção do socialismo.

O que temos de fazer é adaptar a nossa tática e estratégia à realidade existente e fazer tudo o que está ao nosso alcance para contornar os obstáculos, sem nunca perdermos o nosso objetivo estratégico e sem nos deixarmos enredar pelas utopias ultrarrevolucionárias ou pelas panaceias reformistas.

Por outro lado, precisamos de ter a noção que NUNCA uma revolução serviu para derrubar um governo eleito. Portanto, teremos de ter este conceito presente, quando definimos o nosso rumo estratégico.

10. POLÍTICA DE JUVENTUDE

Em relação à juventude, o Bloco apresenta uma situação paradoxal.

Por um lado, temos excelentes votações entre os jovens, por outro lado, temos poucos jovens organizados nas nossas estruturas.

É sabido que o Bloco, ao contrário dos outros partidos, nunca quis ter uma organização de juventude.

Em vez disso, procurou integrar os jovens nos diferentes organismos, em pé de igualdade com os mais velhos.

O problema é que os jovens gostam de conviver uns com os outros, mas não gostam de conviver com os mais velhos e, como no Bloco há muitos aderentes idosos, os jovens tendem a afastar-se do Bloco e procurar, noutros espaços, o convívio com outros jovens.

Na prática, o que vemos é que bastantes jovens aderem ao Bloco, mas a maioria acaba por desmobilizar e passar para a inatividade política.

Nos últimos tempos foi criado um organismo não estatutário designado Grupo dos Jovens, que tem realizado uma atividade intermitente e pouco consistente.

Se, como dizia Marx, «a prática é o critério da verdade», a prática da política de juventude efetuada pelo Bloco nos últimos 22 anos não se revelou a mais acertada e frutífera.

Não podemos dar-nos ao luxo de desperdiçar o enorme potencial que a juventude pode oferecer ao combate político. Temos de trazer este tema para a ordem do dia e debater as melhores formas de ultrapassar este problema.

Todas as propostas são bem-vindas, mas não devemos excluir a hipótese da criação de uma juventude bloquista, especialmente se formos capazes de contornar os defeitos que vemos nas juventudes de outros partidos, ou seja, não é obrigatório que uma eventual juventude bloquista esteja eivada dos vícios que vemos noutras juventudes partidárias, como trefismo, carreirismo e discriminação dos jovens pelos mais velhos.

11. A QUESTÃO SINDICAL

No último congresso da CGTP, os delegados bloquistas ali presentes, escreveram o seguinte:

«Fomos excluídos da Comissão Executiva, onde estão representadas todas as sensibilidades políticas, católicas e outras, excepto o Bloco de Esquerda.

Nenhum dos delegados teve oportunidade de intervir apesar de todos estarmos inscritos».

Perante isto, pergunta-se:

O que fazem os bloquistas na CGTP?

Ao sujeitarem-se às humilhações infligidas pelo setor do PCP que controla a central sindical, não estão a dignificar a nossa imagem, mas estão a assumir o seu fraco desempenho sindical.

Acresce a isto, a progressiva degradação da CGTP, amarrada ao controle burocrático do PCP, cada vez mais distantes dos interesses e direitos dos trabalhadores, permitindo que a proporção de trabalhadores sindicalizados caísse de 60,8% em 1978 para 15,3% em 2016, dados da OCDE, e dando azo a que setores reacionários invadam o mundo sindical, a reboque do descontentamento dos trabalhadores com a ineficácia dos burocratas.

Devemos investir as nossas energias nas comissões de trabalhadores e, com base nestas, apostar na construção de novos sindicatos, em especial nos setores mais explorados e menos organizados do mundo laboral.

Sendo as comissões de trabalhadores, por natureza, organismos verticais, ou seja, englobam todos os trabalhadores de uma determinada empresa, os novos sindicatos, emanados das comissões de trabalhadores, também devem ser verticais. Traduzindo em casos concretos, por exemplo, as comissões de trabalhadores das empresas de transportes, devem dar origem ao sindicato dos transportes.

Por outro lado, estes sindicatos verticais, depois de formados, irão dinamizar a criação de novas comissões de trabalhadores, estabelecendo assim uma relação dialética entre esses dois organismos.

12. A ASCENSÃO DO FASCISMO

Por toda a Europa e também em Portugal, vemos a expansão de organizações de extrema-direita, que começam a ensombrar o nosso futuro.

Embora a Constituição da República Portuguesa proíba as organizações fascistas, elas vão aparecendo, com a complacência da classe dominante que, historicamente, sempre foi demasiado condescendente com os fascistas, facilitando a sua ascensão.

No estrangeiro, em França com Marine Le Pen, em Itália com Salvini, na Hungria com Orban, na Espanha com o Vox e noutros países, os fascistas vão ganhando força à custa de campanhas antiemigração, antirrefugiados, anticorrupção e atingem cada vez mais expressão nos parlamentos dos respetivos países. Este aumento na ex-



pressão eleitoral constitui uma ameaça ao futuro democrático da Europa, que corre o risco de voltar aos nefastos anos 30 do século passado, em que o nazifascismo cresceu exponencialmente, vindo a provocar a segunda guerra mundial.

Entre nós, os fascistas nunca tiveram expressão significativa, dado que muitos portugueses ainda se lembram do tenebroso período salazarista e porque a memória do 25 de abril continua incrustada no nosso inconsciente coletivo e também na nossa consciência política.

Em 2019, o partido fascista Chega conseguiu congregiar apoios entre os grupúsculos fascistas e fazer eleger um deputado fascista ao parlamento português.

Com um deputado eleito, os fascistas passaram a ter palco para amplificarem a sua demagogia, através dos meios de comunicação social e, em especial, através das redes sociais, que eles manipulam usando um exército de trolls.

Mais recentemente, o líder do partido fascista teve um resultado elevado nas eleições presidenciais, enquanto os candidatos de esquerda tiveram um resultado dececionante.

Muitos reacionários, demasiados, saíram das tocas do CDS e do PSD e assumiram-se como fascistas, como sempre foram. Ou seja, o candidato fascista subiu mais à custa dos fascistas que estavam nos partidos de direita e menos porque o seu número tenha aumentado.

Os fascistas portugueses insistem particularmente no combate à corrupção como uma arma de arremesso contra a Democracia, fingindo que são campeões no seu combate. Mas a realidade tem-se encarregado de desmascará-los, pois praticamente todas as semanas surgem notícias sobre a corrupção dos seus dirigentes, assinalando a sua notável hipocrisia: pregam o combate à corrupção, mas praticam-na.

Se não podemos contar com a burguesia para travar as forças fascistas, teremos de buscar em nós as forças para lhes opor.

Desde logo, fazendo um combate firme á sua agenda racista, xenófoba e discriminatória, mas também desmontando a sua demagogia, quando defendem bandeiras caras à população, como por exemplo o combate à corrupção. Não podemos entregar-lhes essa bandeira, é fácil explicar às pessoas que a corrupção é inimiga da Democracia e que nós estamos na primeira linha ao seu combate.

Sabemos que os movimentos fascistas usam o populismo para manipularem grupos vulneráveis, usando-os para se promoverem politicamente, quando na verdade é contra esses grupos que fazem a sua política.



SUBSCRITORES

Américo Campos	Porto	A9572
Américo da Silva	Porto	A11122
Andreia Rodrigues	Porto	A10409
António Ferreira	Porto	A11123
Bruno Ismael Silva	Porto	A12179
Cidália Rocha	Porto	A10908
Dirceu Graça	Porto	A12272
Egídio Fernandes	Madeira	A7350
Fernando Moreira	Porto	A10146
Fernando Oliveira	Porto	A10649
Heitor Santos	Porto	A14235
Jaime Santos	Porto	A10152
Joaquim Lealto	Porto	A10952
José Manuel Freitas	Porto	A14826
Luís Gabriel Campos	Porto	A10159
Luísa Santos	Madeira	A13537
Manuel Campos	Porto	A11124
Manuel Moreira	Porto	A11446
Maria Elisa Brito	Porto	A14008
Maria Rocha	Porto	A11104
Miguel Gaspar	Porto	A15407
Mónica Ferreira	Porto	A10384
Paulo Santos	Porto	A10901
Paulo Micael Santos	Porto	A10979
Paulo Teles Silva	Porto	A170

Moção E

ENFRENTAR
O EMPOBRECIMENTO
POLARIZAR
À ESQUERDA

ENFRENTAR O EMPOBRECIMENTO POLARIZAR À ESQUERDA

O Mundo do Século XXI traz novas oportunidades proporcionadas pelo progresso técnico e científico, mas a civilização do capitalismo globalizado não assegura os mais elementares Direitos Humanos. Com a crise pandémica, ficaram a nu as desigualdades, as injustiças, os desequilíbrios e o empobrecimento que se manifestam nos campos social, ambiental e económico. A crise das vacinas, com Estados dependentes de interesses das multinacionais, é paradigmática. Construir alternativas exige respostas radicalmente intransigentes com o atual estado de coisas. Na primeira linha encontra-se o combate ao aumento das desigualdades e do empobrecimento. A esquerda está obrigada a afirmar na sociedade esse polo e a partir dele fazer todas as batalhas pela democracia e pela transformação social e ecológica.

POR UMA ALTERNATIVA ECOSOCIALISTA

Vivemos uma crise sistémica no quadro do capitalismo globalizado. A acumulação de capital, a mercantilização, a exploração do trabalho e da natureza estão a destruir as bases da vida. Precisamos de criar uma alternativa socialmente justa e ecologicamente duradoura. A solução é o ecossocialismo que dará prioridade à recuperação dos ecossistemas que o capitalismo destruiu e que garanta bens duradouros, mais igualdade, menos lixo e poluição.

Ambicionamos um modelo alternativo, que mude as formas de propriedade, as relações de produção e as forças produtivas, no respeito pela dignidade das pessoas e baseada numa vida melhor e não em consumismo.

Queremos políticas fundadas no planeamento democrático, participado e descentralizado, em que a economia se oriente para o valor de uso e não de troca. Rejeitamos a definição capitalista de "progresso".

1. CAPITALISMO GLOBAL E CRISES PANDÉMICA E AMBIENTAL

- 1.1. **O capitalismo globalizado está a conduzir o planeta e a humanidade a um desastre ecológico e socioeconómico de proporções ainda desconhecidas e a promover novos autoritarismos.** A crise pandémica veio agravar a enorme instabilidade que caracteriza a situação internacional, que nem o efeito pós-Trump muda. No contexto das disputas interimperialistas, os EUA são o principal fator dessa instabilidade, com frequente recurso à chantagem belicista e ao conflito comercial, como tem vindo a acontecer com a China, esta também em disputa pela sua afirmação como potência no sistema capitalista global.
- 1.2. **A característica estrutural do capitalismo globalizado é a financeirização, propulsora da crise iniciada em 2007-2008. Os mercados financeiros sobrepõem-se às economias reais, submetem-nas aos interesses especulativos da finança em busca da máxima rentabilização.** A dívida, tendo o Estado como garantia, e as bolsas determinam o funcionamento da economia e da sociedade. A pandemia covid-19 veio agravar as contradições que geram as desigualdades, o avanço da pobreza e a polarização da riqueza.
- 1.3. **O ataque aos direitos políticos, liberdades, garantias – sobretudo laborais, conquistas sociais e à mais elementar solidariedade humanitária são consequência da financeirização.** Situações de pobreza e privação não resolvidas por governos neoliberais e sociais-liberais provocam insegurança, ressentimento e medo, de-



magocicamente instrumentalizados para ataques à democracia e apelos a formas autoritárias de poder. A limitação de direitos cívicos e laborais, a proibição das greves e do direito à resistência, que foram impostos em sucessivos estados de emergência, a pretexto da necessidade de confinamento, favoreceram e agravaram a precariedade e a desregulamentação laboral.

- 1.4. **As contínuas catástrofes por todo o globo evidenciam as dramáticas consequências das alterações climáticas, provocadas pela emissão de gases com efeito de estufa (GEE).** A devastação da floresta amazónica é o exemplo claro da predação criminosa dos recursos naturais, com implicações ambientais. No nosso país, as alterações climáticas, com temperaturas extremas e chuvas ou secas fora das épocas outrora habituais, agravam as consequências de décadas de desordenamento territorial, rural e urbano, e de um tipo de florestação que facilita a ocorrência de grandes incêndios rurais, erosão do solo e perdas de água.
- 1.5. **A crise dos refugiados e migrantes, ocultada pelas potências ocidentais, tem de ser respondida com a retirada da população retida de forma inconcebível às portas da Europa,** resgatando-a de condições de vida subumanas e proporcionando acolhimento digno. A grave situação do povo palestino, agravada com o apoio à declaração de Jerusalém como exclusiva capital do Estado de Israel, a repressão feroz de Marrocos sobre o povo Sahauri ou o abandono do povo curdo à sua sorte exigem uma posição firme e combativa, confrontando a cumplicidade passiva do Governo com estes crimes e violações do direito internacional e das resoluções da ONU.
- 1.6. **A promoção da guerra infinita que arrasa povos e territórios exige a denúncia da NATO como organização belicista ao serviço do imperialismo ocidental, EUA e UE, e do complexo industrial militar norte-americano,** assim como a recusa das despesas em operações militares destinadas a apagar fogos ateados pelos mesmos que vendem as armas.
- 1.7. **Cabe à esquerda que não desistiu, afirmar e mobilizar para uma perspetiva política ecossocialista de combate à exploração capitalista,** contribuir para a unidade das lutas, participar nos movimentos sociais, nos combates antineoliberais e anticapitalistas, ambientalistas, feministas, antirracistas e pelos direitos LGBTIQ+. Na revolta contra o autoritarismo, fazer vingar uma exigência de luta pela justiça, contra a corrupção, de renovação da democracia representativa e de reforço da democracia direta e associativa, de defesa dos direitos laborais e sociais, de proteção ecológica e, em diversas situações, de mudança revolucionária em prol de uma sociedade justa, socialista e igualitária.

PARA UMA AGENDA POLÍTICA DE ESQUERDA

Os tratados e imposições da UE, que subjagam os povos europeus e as classes trabalhadoras ao capital financeiro internacional, impondo a perda de direitos laborais e democráticos, atentam contra os interesses dos povos. É preciso “desobedecer à UE”, tal como havíamos estabelecido na IX Convenção. Importa colocar no debate a reestruturação da dívida, juntando forças para enfrentar as políticas que aí vêm por parte do Governo PS e da UE.

No centro da agenda política de esquerda está a luta pela descarbonização da economia e por uma transição energética social e ecologicamente duradoura, pelo reforço das conquistas sociais e laborais e das soberanias democráticas, pela oposição ao militarismo europeu, pela solidariedade entre os povos e pelo combate ao racismo.

É essencial ampliar um forte polo de esquerda popular para combater o ascenso da extrema-direita e dos nacionalismos e populismos conservadores. A alternativa popular e ecossocialista deve contribuir para travar a ascensão do fascismo e da guerra.

Cabe à esquerda feminista lutar contra todo o tipo de discriminações e colocar em causa os sistemas patriarcal e capitalista, que se alimentam mutuamente, semeando a desigualdade salarial e laboral, a violência, nomea-

damente a violência machista, e as múltiplas opressões a que as mulheres estão sujeitas em termos de classe social, origens étnico-raciais, orientação sexual, identidade de gênero e estado civil.

Traçar uma estratégia para uma sociedade capaz de responder às necessidades de todos/as, promotora da inclusão e respeitadora das diferenças, deve partir do investimento fundamental e prioritário na Ciência e na Cultura, fazendo do Ensino gratuito a todos os níveis a sua base de sustentação.

2. OS LIMITES DE UMA LEGISLATURA CAPTURADA

- 2.1. **O apoio parlamentar a um Governo minoritário do PS (2015-2019) justificou-se para a reposição dos direitos retirados pelos cortes da troika, impedindo que PSD e CDS voltassem a formar governo.** Porém, pelo menos desde meio da legislatura, ficou claro que, apesar dos acordos parlamentares, o Governo manteve uma política de “bloco central” para fazer passar, entre outras matérias, a entrega de milhares de milhões à banca privada.
- 2.2. **A redução do défice continuou a ser uma obsessão, implementando uma política draconiana de cativações orçamentais.** Prosseguiu o esvaziamento e destruição dos serviços públicos iniciada nos Governos anteriores e o investimento público defraudou o que devia ser essencial para a viragem da página da austeridade.
 - O contrato secreto e predatório com a Lone Star não foi denunciado;
 - As dificuldades no SNS agravaram-se, tornadas evidentes nas situações de rutura no combate à pandemia e na prestação de cuidados aos doentes não Covid;
 - As leis laborais da troika continuaram a ser impostas aos trabalhadores, mantendo a caducidade dos contratos coletivos, retirando direitos e aprofundando a precarização do trabalho, de que é exemplo o alargamento do período experimental no emprego de 90 para 180 dias;
 - O investimento para resolver a crise habitacional e robustecer a escola pública foi desprezado.
- 2.3. **No caminho até à disputa eleitoral de 2019, o PS tinha de ser confrontado com um novo caderno de encargos,** em vez do minimalista acordo inicial, mas o Bloco optou por defender a estabilidade como um valor em si e o prolongamento de uma solução institucional com o PS como eixo central da sua estratégia, secundarizando o seu próprio programa eleitoral. Estava à vista que o PS recusava qualquer entendimento pós-eleitoral à esquerda, estabelecendo na prática acordos com a direita. A iniciativa política ficou, assim, limitada e condicionada.
- 2.4. **Era fundamental criar agenda política própria e tomar a iniciativa, apoiar e incentivar as lutas dos movimentos sindical e social em torno de novos objetivos de superação da austeridade e de resposta à emergência climática;** confrontar o PS com novas metas; ganhar radicalidade e demarcação; desarmadilhar e não ceder à chantagem da demissão do Governo na proximidade das eleições.
- 2.5. **Sem essa confrontação política, nas eleições legislativas de 2019 o PS capitalizou a mensagem da estabilidade,** das contas certas, do superavit orçamental, do discurso da responsabilidade e do bom senso, da submissão “inteligente”, mas estrita aos tratados da UE, enquanto exercia mão dura sobre as lutas laborais, “militarizando” o direito à greve.
- 2.6. **O OE 2020 devia ter apontado para um novo ciclo de ataque à pobreza, às desigualdades sociais e à mudança climática, pela criação de emprego com direitos e pela reorientação produtiva da economia.** Nada disso. Sem a oposição da esquerda parlamentar, o PS condicionou o investimento, designadamente em setores fundamentais como o SNS e a habitação, não tocou na legislação laboral, fragilizou a Segurança Social e alinhou completamente com os objetivos da direita: saldo primário acima dos 3% do PIB e drenagem de recursos para financiamento da dívida. Meses mais tarde, o Governo fez aprovar um Orçamento Suplemen-



tar, de novo viabilizado pelo BE, apesar de o PS ter recusado na especialidade a grande maioria das propostas da esquerda. Nem o que negociou com o Bloco foi cumprido. Abriam-se as portas à austeridade pela desvalorização salarial, pela manutenção das leis anti-laborais, pela nacionalização dos prejuízos privados e pelo aumento do endividamento das empresas e das pessoas.

- 2.7. **No último OE (2021), o PS prosseguiu essas políticas e, arrogante, continuou apenas interessado em obter o apoio cego às suas próprias propostas que quis impor como bandeiras da esquerda.** O Bloco arrastou até ao limite a decisão de votar contra, mantendo a ambiguidade que vinha de trás de não se afirmar como oposição com agenda autónoma. Foi inteiramente justo não aprovar o OE, porém a organização e a opinião pública não foram preparadas nesse sentido, disseminando a surpresa e até alguma incompreensão entre alguns militantes que, na véspera, continuavam a defender com vigor a sua viabilização por abstenção, à semelhança do que acontecera anteriormente.
- 2.8. **A estratégia do Bloco orientou-se para garantir laços políticos institucionais com o PS, que não conseguiu, não alcançando o objetivo de “ser força de governo, com uma nova relação de forças” traçado na XI Convenção Nacional,** tendo-se assistido a uma perda eleitoral da esquerda e uma deslocação à direita das forças parlamentares. O Bloco surgiu, assim, como parceiro menor das políticas do Governo e do PS, dissolvendo nessa manobra a autonomia e radicalidade estratégica que lhe é matricial.
- 2.9. **Nas eleições presidenciais a candidatura apoiada pelo BE da camarada Marisa Matias, não obstante o seu voluntarismo e o seu esforço, teve sérias dificuldades de afirmação e perdeu 300 mil votos.** A proposta e o programa tocaram aspetos de grande importância, mas a política não se demarcou com clareza e profundidade de outras candidaturas, enleando-se numa linha que continuava a insistir nos acordos com o PS. Vastos e potenciais eleitores e amigos não foram votar na nossa candidata, apesar de uns quererem expressar um voto à esquerda e outros torná-lo eficaz. Quem não polariza perde.

ATACAR FRONTALMENTE AS DESIGUALDADES

Dar prioridade à defesa da vida humana significa atacar frontalmente as desigualdades, garantir e aumentar salários, assegurar 100% do salário em lay-off e aos progenitores que ficam em casa com filhos/as, não permitir que os apoios ao rendimento sejam inferiores ao salário mínimo nacional, combater a precariedade, proteger os trabalhadores autónomos, proibir os despedimentos, revogar as leis laborais iníquas, ampliar os direitos do trabalho e sindicais, diminuir a jornada de laboral sem redução de salário, garantir a habitação aos inquilinos e aos que vivem em casa própria com crédito bancário, não permitir cortes da água, eletricidade e comunicações, congelamento e fixação dos preços dos bens essenciais, aumento drástico da oferta pública de habitação e da rede de transportes públicos para garantir os direitos à habitação e à mobilidade.

3. A PANDEMIA AGRAVOU A CRISE E A AUSTERIDADE AVANÇA

- 3.1. **As profundas desigualdades sociais, que se escondem frequentemente atrás de indicadores agregados e de médias de rendimentos, foram agora expostas pela progressão da pandemia,** particularmente nos setores sociais mais desprotegidos e nas periferias urbanas, sujeitos à precariedade laboral, às más condições de trabalho, de mobilidade e de habitabilidade, aos baixos rendimentos, à inexistência de uma rede pública de apoio aos idosos e à concentração suburbana.
- 3.2. **Nas sucessivas declarações de estado de emergência, as limitações aos direitos individuais e dos trabalhadores que nada têm que ver com os necessários confinamentos, designadamente o direito à greve, à manifestação ou à resistência, foram desproporcionais e desnecessárias,** tendo sido avançadas pelo PR

e apoiadas pelo Governo e pela maioria da AR, incluindo o BE. A Constituição não impede, em situação de crise, o recurso a medidas restritivas e de requisição de meios reguladas pela legislação em vigor. O estado de emergência, impregnado de uma pulsão securitária, foi prolongado sucessivamente sem qualquer consequência na requisição do setor privado da saúde ou na proibição dos despedimentos. Tratou-se de condicionamento dos trabalhadores e respeito pelo capital.

- 3.3. **As medidas anti-laborais do Código do Trabalho não obtiveram qualquer alteração, mantendo-se o regime de negociação coletiva e a transferência de rendimentos para o capital.** Os despedimentos cresceram de forma dramática. Milhares de famílias e de pequenos empresários têm a corda na garganta. Nem o prometido investimento no SNS, nem os apoios aos trabalhadores informais, nem aos cuidadores foram executados de forma eficaz. Portugal foi um dos países da Europa que menos investiu para combater a pandemia, em todas as áreas de intervenção pública. À custa de quem mais sofreu com a crise, o Governo não executou 7 mil milhões de euros dos orçamentos de 2020. Acentuou-se a austeridade.
- 3.4. **Na última década, cerca de 60% do montante de um OE foi saqueado, entre os juros da dívida, PPPs, benesses a banqueiros, fuga aos impostos em *offshores*, benefícios fiscais a grandes multinacionais, entre outras operações do capital subsidiodependente.** O povo português paga impostos para o Governo mandar para os financeiros. Numa situação de emergência, não só pandémica, mas económica e social, a resposta a este esbulho brutal exige renegociação da dívida e um imposto sobre as grandes fortunas.

QUE RESPOSTA DE EMERGÊNCIA?

É necessário um Plano de Emergência Social para responder aos que se encontram numa situação de extrema fragilidade e vulnerabilidade, que garanta os empregos e os salários na sua totalidade, que assegure rendimentos e contratos com direitos e acabe com a precariedade.

Exige-se atenção efetiva aos setores socialmente desprotegidos e excluídos, pessoas com deficiência, famílias monoparentais, idosos isolados e com baixos rendimentos ou imigrantes e minorias.

É necessário um verdadeiro banco de fomento nacional de gestão pública, com o objetivo de apoio à reconversão e à sustentabilidade económica e produtiva das empresas — e não na procura do lucro imediato e da especulação —, que proporcione apoios às micro e pequenas empresas, medidas urgentes que garantam proteção nos postos de trabalho, mais transportes e melhores condições de habitabilidade.

O sistema cultural deve ser promotor do desenvolvimento individual e coletivo, de uma sociedade com visão crítica e interventiva, força de transformação e identitária de uma comunidade. É um direito fundamental. Não pode ser deixado em estado comatoso. Os seus agentes, os seus trabalhadores têm direito a serem consagrados o estatuto de profissional cultural e de serem apoiados com urgência e dignidade. A produção, criação e fruição cultural tem que ser possível em todos os territórios e comunidades.

A fome existe e alastra em Portugal e não está restrita a faixas marginais. A calamidade existente exige uma ação eficaz e centralizada do Estado para colmatar as situações de fome e pobreza extremas resultantes da quebra de rendimentos, que não pode limitar-se a ações desgarradas de autarquias, organizações de solidariedade social ou de entidades religiosas. A resposta não pode limitar-se ao apoio assistencial, mas sobretudo impedir uma desestruturação gravíssima do tecido social que, na persistência das coordenadas económicas e sociais impostas pela UE, ao serviço da finança, se eternizará. O pleno emprego, com direitos e salários dignos, é a melhor forma de combater a pobreza e a fome.

4. A RESPOSTA À CRISE

- 4.1. **No centro da nossa intervenção política está o apoio às reivindicações e lutas dos trabalhadores e a exigência de revisão da legislação laboral.** O país precisa de uma estratégia que defenda e assegure o trabalho para todos/as, nomeadamente pela redução do horário para as 35 horas em quatro dias úteis semanais, complementado com a redução da idade da reforma, o que exige um firme combate contra os argumentos ideológicos semeados pela UE e adotados fielmente pelo Governo.
- 4.2. **Defendemos uma estratégia de qualificação dos serviços públicos, desde logo o SNS, que avance com a reconversão produtiva e com a democratização energética;** aposte na transição agroecológica que crie emprego; promova uma economia orientada segundo os interesses da maioria da população; combata as desigualdades sociais e as assimetrias territoriais; assuma o controlo público e democrático de setores estratégicos, como a finança; promova a cultura de uma escola democrática, inclusiva e uma educação emancipatória, ativa, que valorize a liberdade, a consciência crítica e fomente o exercício de uma cidadania consciente, baseada numa educação de valores.
- 4.3. **O Governo não tem um plano estrutural definido, colocando-se no papel de intermediário entre fundos europeus do Quadro Financeiro Plurianual e do Next Generation EU,** abrindo a porta aos interesses do capital que, a pretexto da transição energética, aproveitam para se desfazer de negócios cujos lucros baixaram, deixando à sua sorte os trabalhadores em casos como os da GALP em Matosinhos ou da EFACEC.
- 4.4. **A adaptação e a mitigação dos efeitos das alterações climáticas impõem um processo de transição energética e agroecológica justa, com descarbonização radical da economia.** O sistema neoliberal pretende levá-la a cabo, mantendo o *status quo* de multinacionais energéticas e a atual divisão entre pobres e ricos no acesso à energia, tendo por base a maximização do lucro. A transição energética deve estender-se a toda a cadeia de produção, distribuição e consumo. O acesso à energia é um direito básico que implica produção e distribuição diversificadas e descentralizadas, com a criação de uma empresa pública para esse efeito e apoio a um programa de I&D nesta área, com envolvimento das populações nas decisões.
- 4.5. **Portugal deve aumentar a sua soberania energética, promovendo a criação de emprego qualificado e o aproveitamento dos vastos recursos não fósseis,** como a energia de origem solar, eólica e da biomassa. Incrementar a produção local para redução das necessidades de transporte e da respetiva pegada ecológica. Restringir a produção pecuária e agrícola intensivas, diminuir os consumos de água e as emissões de metano. Promover as culturas mediterrâneas e a floresta de espécies autóctones, fixadoras de carbono e resistentes aos incêndios. A retórica da neutralidade carbónica do Governo está em absoluta contradição com a sua política extrativista, com a opção aeroportuária Portela+Montijo para aumento do tráfego aéreo e com a falta de investimento num plano ferroviário para todo o território nacional e não apenas para a ligação Lisboa-Porto.
- 4.6. **A habitação, apesar de permanecer como parente pobre do Estado social, constitui uma das bases fundamentais de respeito pelos Direitos Humanos.** Os preços da habitação nos últimos anos dispararam e erodiram alguma recuperação de rendimentos pós-troika. A crise económica e social tende a agravar a situação de milhares de famílias, o que reforça a necessidade de um programa elaborado e executado por um serviço nacional de habitação a ser criado e que cumpra a respetiva Lei de Bases. O crescimento do investimento na habitação deve apontar para 1/3 de oferta habitacional pública mais 1/3 do setor social não lucrativo, recusando a guetização e a expulsão para periferias distantes. As organizações de moradores, das associações às cooperativas, devem ser envolvidas na construção participada desse programa, com apoio às movimentações sociais em torno da luta pelo direito à habitação.
- 4.7. **A Regionalização descentralizadora, conforme prevê a Constituição, confere competências e meios a órgãos regionais com legitimidade própria, sujeitos ao escrutínio democrático e transparente.** A Regionalização não é uma questão do interior ou das autarquias, é assunto do Estado e da democracia que as populações reconhecem quando lutam por serviços, acessibilidades e igualdade, que não pode ser evitada nem substituída por colégios eleitorais de autarcas que indicam presidências para as CIM e para as CCDR. Reclamamos uma descentralização que não seja meramente administrativa, mas confira novos direitos políticos às popu-

lações. A importância da Regionalização assenta nos princípios da participação e da subsidiariedade, bem como nos fundamentos da solidariedade e da justiça social.

- 4.8. **A dívida pública portuguesa é tão elevada quanto insustentável e vai continuar a crescer. A exigência da sua reestruturação constitui uma questão nodal.** O argumento de que não é preciso tocar na dívida porque os juros estão baixos ilude o facto de que a espada da dívida e do seu serviço sobre a economia se mantêm. Os juros baixos, suportados pela ação do BCE na compra de ativos, são uma espécie de moratória para garantir, em situação de crise, a liquidez do sistema financeiro. A invisibilidade desta questão nos últimos tempos é inaceitável.

O Bloco de Esquerda não se associa nem se compromete com medidas de austeridade nem que atentem contra a dignidade da vida humana, princípio intransponível pelo qual deve determinar a posição a adotar nos Orçamentos de Estado.

O Bloco de Esquerda concentra o apoio político a todos os níveis para derrotar a ofensiva da direita sobre os trabalhadores e as suas lutas concretas, promovendo um amplo debate público sobre as ideias ecosocialistas que dão sustentação e alcance a essas lutas, assegurando que ninguém fica para trás, mesmo quando se trata de transição energética.

5. A PRÓXIMA BATALHA AUTÁRQUICA

- 5.1. **O Bloco deve colocar no centro dos seus programas propostas alternativas à austeridade** neoliberal e de resposta às consequências da crise do capitalismo agravadas pela pandemia, nas mais diversas áreas da intervenção autárquica com prioridade absoluta no social e no combate ao empobrecimento.
- 5.2. **Os aderentes do Bloco nas autarquias defendem medidas de proibição dos despedimentos**, de defesa dos salários e de combate à precariedade, desde logo quando se trata de responsabilidades municipais ou de freguesia. **A mitigação dos efeitos das alterações climáticas, a transição energética e agroecológica que também contribua para a criação de emprego local sustentável**, a defesa de espaços urbanos livres de betão, a luta contra a turistificação e a gentrificação, elementos essenciais das prioridades ambientais e urbanísticas.
- 5.3. **Também nas autarquias, o Bloco afirma a defesa da Regionalização** e o combate ao despovoamento que atinge 2/3 do território nacional, bem como à persistente suburbanização desqualificada das áreas metropolitanas. A reposição, de acordo com a vontade das populações das freguesias extintas pela lei Relvas continua a ser essencial para o reequilíbrio do quadro político, administrativo e identitário dos territórios. O Bloco valoriza as autonomias regionais dos Açores e da Madeira.
- 5.4. **As políticas públicas, que em geral dispensam empresas municipais, devem configurar propostas alternativas saudáveis e sustentáveis**, onde a regulação do solo e do direito de preferência se afirmem acima da especulação imobiliária e da expulsão de moradores dos centros das cidades, configurando núcleos populacionais onde todos/as possam viver, e assegurando acessibilidades para o trabalho e o lazer.
- 5.5. **Às organizações locais do Bloco deve ser conferida capacidade para definir candidaturas, candidatas/os e programas eleitorais locais.** Todo o empenho deve ser conduzido para a promoção de candidaturas próprias, podendo assumir, em situações excecionais, o eventual apoio a alianças populares à esquerda na forma de candidaturas independentes e cidadãs.



O BLOCO REFORÇA-SE COM ATIVISMO E MILITÂNCIA CRÍTICA

As organizações locais e regionais precisam de núcleos, de adquirir ativismo e autonomia política e financeira nos respetivos âmbitos, reforçando-se a importância das quotizações e dos apoios por parte dos aderentes, mas também as campanhas junto dos trabalhadores e da juventude.

É essencial criar rede política e social à escala local e regional, com a afirmação de dirigentes políticos bloquistas reconhecidos pelos concidadãos. Todo o apoio às iniciativas locais e deslocação de meios efetivos e de recursos para a dinamização do trabalho local do Bloco.

O trabalho local, autárquico, sindical, nas diferentes áreas de intervenção, deve ganhar centralidade no esforço de construção do partido/movimento. A desvalorização do trabalho local e autárquico, aliados ao centralismo, verticalização, funcionarização e excessivo parlamentarismo foram e são fatores de desmobilização das bases.

O Bloco reforça-se incentivando uma militância crítica nas grandes campanhas políticas e não apenas mera executora de tarefas ou angariadora de nomes quando há eleições ou em processo de Convenção.

A participação e a democracia no Bloco são decisivas para a afirmação da alternativa política à esquerda, “de quem nada espera do PS, nem fica à espera do PCP”. Movimento e alternativa social é o caminho!

6. UM PARTIDO/MOVIMENTO CONSTRUÍDO COM A ALEGRIA DA PARTICIPAÇÃO E DA PLURALIDADE DEMOCRÁTICA

- 6.1. **O Bloco precisa de valorizar as estruturas de base** e de desenvolver a interação entre todos os níveis da organização, garantindo a circulação da informação, envolvendo todo o partido na definição da sua orientação política, com o contributo das múltiplas vivências, experiências, perspetivas e competências, sempre no respeito pela pluralidade da organização.
- 6.2. **A partilha e a cooperação entre todos/as, independentemente das sensibilidades, em torno de um projeto político comum deve substituir a lógica da exclusão**, de asfixia da democracia interna ou da conceção de que o “partido se reforça depurando-se”, que impõe um monolitismo castrador e reacionário.
- 6.3. **No Bloco devem ser instituídos sistemas de votação transparentes e abertos**, assim como, e quando se justificar, o recurso ao referendo estatutariamente consagrado, de forma acessível e sem restrições que o limitam.
- 6.4. **A disputa pela hegemonia e controlo do aparelho perverte e empobrece a vida democrática da organização**, condiciona as escolhas nas listas para os cargos eletivos, internos ou externos, e abafa a pluralidade, as vozes críticas e a diferença de opiniões. A democracia interna baseada na igualdade plena de todos e todas as aderentes entre si deve ser urgentemente restabelecida.
- 6.5. **A luta política que demarca campos no Parlamento e nas instituições ou na vida social dos movimentos sociais ou sindical é relevante, mas a principal dinâmica da mudança política com vista à conquista de uma maioria social é a ação em todos os movimentos**, sindicais, da juventude trabalhadora e estudantil, sociais e ambientais, nos múltiplos combates que ganham força e refletem contradições de classe e de género e em agendas anticonservadoras. É por aí que queremos ir sem privilegiar nenhum, que é o que reforça a democracia, a militância no Bloco de Esquerda.



SUBSCRITORES

Abel António Ribeiro Alves de Sousa	Porto	11735
Acácio Pinheiro	Lisboa	11647
Adelino Granja	Leiria	4507
Adelino Raimundo Candeias	Portalegre	11219
Adriano Zilhão	Lisboa	15138
Alberico Afonso	Setúbal	836
Alberto Francisco M. Machado Guimarães	Porto	11930
Alberto José Cerqueira Moreira	Porto	11039
Alberto Sousa e Silva	Porto	197
Alcino José Brás Hermínio	Santarém	761
Alexandra Ricardo	Lisboa	9912
Alexandre Carneiro (Alex)	Braga	8548
Alexandre Manuel F. da Silva Torrão	Porto	7901
Alexandre Miguel Gonçalves de Matos	Lisboa	6891
Alexandrina Maria Nunes Dos Santos	Santarém	5936
Alfredo José Gonçalves Vasco	Santarém	14448
Alice Brito	Setúbal	835
Álvaro Joaquim Moreira	Porto	13988
Amandio dos Reis Delfino	Lisboa	6680
Amândio Vila Real	Braga	9477
Ana Cristina Ribeiro	Santarém	14395
Ana D'Espiney	Lisboa	15161
Ana Filipa Costa	Braga	13827
Ana Francisca Aldir Moreira	Porto	12483
Ana Margarida dos Reis Velez	Santarém	6648
Ana Margarida Tomás Coutinho Ramalho	Santarém	13963
Ana Maria Correa	Porto	14143
Ana Maria de Oliveira Vinagre	Portalegre	9662
Ana Miranda	Setúbal	6572
Ana Paula Andrade Fernandes	Santarém	13872
Ana Paula Pereira Pinto Machado	Porto	12913
Ana Paula Sousa	Porto	14159
Ana Penas	Setúbal	4482
Ana Rita da Silva Casquinha	Santarém	13936
Ana Rita dos Santos V. Carvalho de Sousa	Santarém	14454
Ana Rosa da Silva Moreira	Porto	13012
Ana Rosa Ferro Francisco	Lisboa	9910
Ana Rosa Oliveira Mourata Pendilha	Portalegre	15431
Ana Rute Domingues Araújo	Porto	11619
Ana Sartóris	Setúbal	2027
Ana Sofia Cotrim Lopes Mourão	Santarém	11132
Ana Sofia Ligeiro Mendes Pereira	Santarém	13327
Ana Sofia Mealha Afonso Cortes	Lisboa	9397
Anabela Lourenço Baptista Calado	Portalegre	10029
André Antunes	Setúbal	6622
André Queiroz Amorim	Porto	1227
Andreia Filipa Teixeira Azevedo	Porto	14700
Andreia Maria Cardoso Matos Bento	Porto	11093
Andreia Sofia Catarino Oliveira	Santarém	13955
Andreia Sofia da Silva Martins	Santarém	13880



Andreia Soraia Madeira Costa	Santarém	13954
Ângelo Salvador Marques Silva	Santarém	13313
Aniceto Correia	Setúbal	968
António Abreu	Leiria	3503
António Caldeira Velez dos Reis	Santarém	14451
António Carlos Martins Godinho	Santarém	1323
António Correia da Costa Ferreira	Santarém	14852
António Delgado	Leiria	14719
António Fernando Sá Augusto	Porto	12920
António João Aires Rato	Portalegre	12174
António João Maltez Malias	Portalegre	13678
António Joaquim Fernandes Gonçalves	Porto	192
António José Guimarães Castela	Lisboa	14823
António Leonel Filipe	Leiria	11769
António Louro Miguel	Porto	3614
António Manuel Carlos Pereira	Portalegre	1959
António Manuel Gouveia Ferreira Ribeiro	Porto	8141
António Manuel Pires Duarte	Santarém	14502
Antonio Manuel Ribeiro Ferreira	Braga	5006
António Maria Pinheiro Almeida	Portalegre	10194
António Maria Ramos Ricardo	Portalegre	209
António Ramoa Lima	Braga	12120
António Soares Luz	Porto	342
António Veloso	Lisboa	7458
Arlindo Rodrigues Cairões	Porto	12988
Armindo Oliveira Costa Ferreira	Porto	13825
Artur António Guerreiro Sanina	Faro	10653
Artur Manuel Rodrigues Calado	Portalegre	8084
Artur Semide	Setúbal	848
Bárbara Maria Constantino	Santarém	13947
Beatriz Ribeiro Maia	Setúbal	15333
Benjamim Carrilho Gomes	Portalegre	10467
Bento Conceição Correia	Lisboa	1099
Bernardino José Gama Romão	Portalegre	12303
Bill Williams	Setúbal	1175
Bruno Candeias	Setúbal	11738
Bruno Miguel Parada Gonçalves	Porto	14463
Carla Cristina Ligeiro Rodrigues	Santarém	8890
Carla Cristina Teixeira de Almeida	Porto	12170
Carla Isabel Prates Alcaravela	Portalegre	10536
Carla Maria Pires Rodrigues	Santarém	9737
Carla Sofia Roma de Oliveira	Santarém	8351
Carlos Alberto Mulano Ginga	Portalegre	10197
Carlos Alexandre Gomes	Portalegre	14499
Carlos Alexandre Nunes Almeida	Porto	11100
Carlos Filipe Palma	Santarém	13950
Carlos Jorge Manso Gomes	Vila Real	12834
Carlos Lourenço de Jesus Neves	Setúbal	5200
Carlos Luna	Évora	1281
Carlos Madruga	Lisboa	300
Carlos Manuel Godinho Matias	Santarém	1355
Carlos Manuel Jerónimo Liberal	Aveiro	8699
Carlos Manuel Mateus Borges	Porto	12896



Carlos Manuel Tavares dos Santos	Portalegre	11218
Carlos Manuel Tomás de Jesus	Leiria	10862
Carlos Manuel Vicente Marecos	Santarém	5017
Carlos Marques	Lisboa	1095
Carlos Miguel Emiliano Fonseca	Santarém	11760
Carlos Miguel Vilar Patrão	Lisboa	1052
Carlos Silva	Aveiro	15605
Carolina Isabel Ribeiro Rodrigues	Santarém	11398
Catarina Alexandra M. da Silva Fonseca	Lisboa	13869
Catarina Ribeiro Ferreira	Lisboa	14026
Cátia Alexandra Paixão Rato	Portalegre	12172
Cátia Cristina Quintans Iça	Santarém	12239
Cátia Sofia Cunha dos Santos Travessa	Santarém	13124
Cecília Maria Marques Amaral	Porto	12895
Célia Maria Martins da Silva	Santarém	13884
César Lino Lopes	Lisboa	207
Constantino Piçarra	Beja	787
Cristiana Sousa	Madeira	4310
Cristina Maria de Oliveira Monteiro	Portalegre	12441
Cristóvão Pereira Oliveira	Porto	10045
Dália Maria Felício Seixas Rainho	Santarém	1346
Daniela Freitas dos Santos Louro	Lisboa	3144
Daniela Raquel Pinto Borges	Porto	12921
Daniela Sande Lopes	Portalegre	15009
Dário Fernando Esteves Alfaia	Portalegre	6662
David Manuel Tremoço C. P. Bizarro	Portalegre	7703
Davide José Ramos Silva	Santarém	11408
Diamantino da Conceição Perico Pernão	Portalegre	14593
Diana Joaquina Veredas Maroto	Portalegre	12302
Diogo Miguel Cunha Santos	Santarém	13123
Diogo Miguel Pinto Borges	Porto	12897
Diogo Modesto Cunha	Porto	8832
Domicília Maria C. da Costa	Porto	15005
Domingas Patrícia Santinha P. Jesus	Portalegre	10249
Domingos Mata Neves	Portalegre	11217
Duarte Nuno C. Antunes De Almeida	Lisboa	15255
Edgar Alves Bernardo Antunes	Santarém	4979
Edgar Filipe Garcia Anjos	Portalegre	15063
Eduardo Alexanddre dos Reis Magalhaes	Porto	12163
Elsa Maria Lima Moreira	Porto	12194
Emanuel Bento	Coimbra	15606
Emídio Manuel Monteiro	Santarém	13951
Esmeralda Correia Mateus	Porto	1252
Eva Luisa da Rocha Coelho	Porto	10108
Fábio Carvalho	Leiria	11662
Fabício Marcelo Pannia Araújo	Guimarães	15442
Fernando Bessa Ribeiro	Braga	14319
Fernando Manuel Ribeiro de Castro	Porto	14564
Fernando dos Santos Oliveira	Porto	13075
Fernando Jorge Vitorino de Sousa	Santarém	14452
Fernando Manuel Favita Pereira	Portalegre	13269
Fernando Manuel Sousa Monteiro	Braga	13981
Fernando Napoleão Campos Oliveira	Aveiro	696



Fernando Raul Quadro Ramos	Leiria	392
Filipe Almeida	Viseu	15191
Filipe Carlos Silva Vintém	Santarém	8495
Filipe Manuel Oliveira Pinheiro	Porto	11097
Filomena da Conceição de Sousa Cirne	Porto	9050
Flora Maria da Rocha Pinto Cairões	Porto	12923
Florbela Orlanda Galvão Garcia Anjos	Portalegre	14498
Francisco Amorim dos Santos Batista	Porto	1235
Francisco Arménio São Bento Lobato	Portalegre	10117
Francisco Daniel de Oliveira Pascoal	Santarém	12538
Francisco Diogo Moreira Alves	Porto	14971
Francisco Duarte	Leiria	15270
Francisco Filipe Barata Filipe	Portalegre	10494
Francisco Gargate da Silva	Portalegre	10420
Francisco José Basílio Costa	Porto	9677
Francisco José Claudino Galego	Portalegre	15166
Francisco Tomás	Setúbal	755
Frederico Figueiredo Ferreira Carvalho	Lisboa	13870
Gabriela Mota Vieira	Açores	3844
Gonçalo Filipe Nunes Rafael	Santarém	4977
Gracinda Rodrigues	Bragança	14083
Gualter Miguel M. O. Fonseca Costa	Porto	8944
Guilherme Francisco Rosa Monteiro	Guarda	13770
Guiomar Maria Monteiro	Santarém	13938
Hélder Agostinho Santos Lima Moreira	Porto	10853
Hélder Lima Santos	Lisboa	3395
Hélder Manuel de Magalhães Cruz	Leiria	13604
Hélder Pires Marques	Lisboa	13751
Hélio Manuel Marques Gouveia	Santarém	1356
Henrique dos Reis Leal	Santarém	1350
Higino Manuel Gaocho Maroto	Portalegre	14695
Hilário Jesus Carvalho Martins	Braga	2703
Horacio Gomes Lourenço	Porto	2248
Horácio Martingil Batista	Santarém	14472
Hugo Filipe Gonçalves Bento	Porto	11094
Hugo Freire dos Reis Ferreira	Portalegre	10534
Hugo Pinto Gouveia	Lisboa	8860
Humberto Sereno	Setúbal	546
Idalino Monteiro Nunes Dias	Lisboa	11483
Inês Fogageira Ramalhão	Porto	12023
Inês Isabel Nogueira Marques	Santarém	14481
Inês Isabel Rodrigues Coelho	Portalegre	14572
Inês Mafalda Ferreira Mendes	Porto	14841
Irene Conceição	Setúbal	1187
Isabel Alexandre Monteiro da Silva	Lisboa	13879
Isabel Figueiredo	Lisboa	13685
Israel Silas Domingues Araújo	Porto	10508
Ivo Emanuel M. Barros	Porto	9043
Jaime Alves Parracho Duque	Santarém	2812
Jaime Pires Lopes D'Abreu	Portalegre	10425
Jéssica Sofia Jesus Soares	Porto	13987
Joana Filipa Vidigal Cardoso Patrício	Santarém	15382
Joana Rita Graça Godinho	Santarém	5577



Joana Saraiva	Leiria	2883
João Álvaro Seabra Mota	Lisboa	15430
João António Santos Manet	Portalegre	12304
João António Tavares Romão	Portalegre	11982
João Batista Pereira Paixão	Portalegre	12942
João Carlos Arraiano Canudo	Portalegre	9696
João Carlos Fernandes	Setúbal	3228
João Chalas	Setúbal	1385
João Conceição	Setúbal	1186
João Domingues Gomes de Oliveira	Portalegre	10466
João Eugénio Teixeira Loureiro	Porto	12544
João Ferreira da Costa	Santarém	13341
João Francisco Reguina Faria	Portalegre	7704
João José Sousa Almeida	Aveiro	699
João Lopes	Lisboa	9872
João Luís	Lisboa	10226
João Luís Mourato Varela	Portalegre	11072
João Madeira	Setúbal	520
João Manuel Machado Oliveira	Braga	917
João Maria Passadinhas Pires	Portalegre	9789
João Paulo Pinto Carvalho	Porto	10875
João Pedro Vaz Domingues	Leiria	14912
João Ricardo Pinheiro	Braga	4616
João Subtil Dias	Santarém	5584
João Vaz	Lisboa	2743
Joaquim António Neves Cântara	Braga	7837
Joaquim Barradas Inácio	Santarém	13894
Joaquim Eduardo Farinha Madeira	Santarém	1677
Joaquim Elias Neto Carapeta	Portalegre	14591
Joaquim Fernandes Pereira Araújo	Porto	10222
Joaquim Fernando Casquilho Salgueiro	Portalegre	14164
Joaquim Júlio Carvalho Loureiro	Porto	11092
Joaquim Luís Santos Lopes Simões	Santarém	14471
Joaquim Maria Carrilho Barreto	Portalegre	10199
Joaquim Mendes Teixeira	Braga	4252
Joaquim Pereira Fernandes	Porto	8858
Joaquim Telmo Lavadinho Rodrigues	Portalegre	10663
Jorge Afonso	Aveiro	102
Jorge Humberto Fouto Mendes	Portalegre	14389
Jorge João Santos José	Lisboa	10374
Jorge José Carrajola Ferreira	Portalegre	11216
Jorge Luís Monteiro de Carvalho	Porto	
Jorge Manuel Costa Santos Silva	Santarém	11173
Jorge Manuel Monteiro Mendes	Guarda	1467
Jorge Nicolau de Sousa Lourenço	Porto	1240
Jorge Santana	Setúbal	4900
Jorgete Teixeira	Setúbal	584
José A. Silva Mourão	Porto	4123
José António Barata	Porto	13138
José António de Almeida Dias Ferreira	Lisboa	1675
José António Marin	Lisboa	13466
José António Moço Simões	Santarém	13883
José Bastos	Lisboa	5968



José Batista Mourato Celestino	Portalegre	15062
José Carlos Gonçalves Rodrigues	Braga	1307
José Carlos Lopes	Aveiro	697
José Carlos Soares	Portalegre	10426
José Casimiro Leite Garcia	Santarém	13885
José Casimiro Torres Carvalho	Porto	1468
José Domingos Cardoso Moura	Lisboa	13320
José Domingos Chamorrinha Sande	Portalegre	13272
José Domingos Courinha F. Ribeiro	Portalegre	13704
José Domingos Pereira Frutuoso	Porto	10436
José Emílio Tavares Raposo	Portalegre	11233
José Fernando Balança Gaspar	Portalegre	13865
José Gaspar Santos Silva	Santarém	5489
José Gonçalves	Vila Real	14567
José Joaquim Lucrécio G. Grilo	Portalegre	11215
José Lopes Nunes	Lisboa	8588
José Luís da Fonseca Monteiro	Portalegre	12171
José Luís da Silva Rodrigues	Vila Real	7143
José Manuel Casquinha de Abreu	Portalegre	12443
José Manuel do Carmo	Faro	1566
José Manuel Gonçalves	Santarém	13871
José Manuel Tavares Soares de Oliveira	Aveiro	13906
José Pedro Cardinha Rainho	Santarém	1345
José Santana Henriques	Lisboa	15045
Josué da Silva Cavalheiro	Leiria	14624
Júlia Maria Demétrio F. Pereira	Portalegre	13270
Julieta Maria Grilo Fragoso	Portalegre	15202
Júlio Moreira Almeida Gameiro	Portalegre	12175
Larysa Volodymyrivna Demchenko	Santarém	11043
Laura Coutinho Ramalho	Santarém	13315
Laura Luísa Grave D'Abreu	Portalegre	10495
Laurentino Puga de Sousa	Porto	13477
Laurinda Seborro Mendes Toneco	Portalegre	12556
Leandro Miguel Marafona Martins	Porto	8607
Leonel Castro	Braga	8322
Leonel Peixe do Carmo	Lisboa	7735
Leonor Antunes Magalhães Carvalho Pinto	Porto	15350
Leonor Cebola Martins	Lisboa	9177
Liberato Ribeiro de Almeida	Aveiro	702
Lídia Semide	Setúbal	849
Liliana Isabel Ferreira	Lisboa	2581
Liliana Rodrigues	Braga	4604
Lino Carvalho Mendes	Braga	13001
Lúcia Maria Pereira Marques	Portalegre	11176
Lucília Lourenço	Lisboa	10021
Ludgero Eduardo Martins Orelhas	Portalegre	10202
Luís Artur Ribeiro Gomes	Santarém	1501
Luís Carlos Ferreira Vieira	Santarém	13942
Luís Carlos Marques da Silva	Santarém	11126
Luís Carlos Neves da Silva	Porto	11083
Luís Costa	Lisboa	15279
Luís Gabriel Rodrigues Pereira	Santarém	15367
Luís Gomes	Santarém	1501



Luís Manuel de Jesus V. Carvalho	Portalegre	11207
Luís Manuel Macarrinhas Anjos	Portalegre	14500
Luís Manuel Pedras Comboias	Portalegre	12665
Luís Miguel Loureiro Xavier	Porto	9565
Luís Miguel Palmeiro Rodrigues	Portalegre	10417
Luís Miguel Vale	Porto	3823
Luís Mós	Lisboa	14071
Luís Mouga Lopes	Viseu	3427
Luis Pereira	Setúbal	250
Luís Rodrigues	Bragança	14082
Lurdes Maria da Silva Gomes	Porto	8988
Luz Celeste V. Queiroz dos Santos Batista	Porto	1246
Mafalda Manuela C. Dias Pereira Ramos	Lisboa	10001
Magda Sónia Garcia Anjos	Portalegre	15204
Manuel António Azeitão Rebelo	Portalegre	15136
Manuel António Dália Romão	Portalegre	12643
Manuel António Folgado Marques Borrego	Santarém	13708
Manuel Canelas	Leiria	12958
Manuel Carlos Silva	Braga	12121
Manuel Costa	Setúbal	1381
Manuel Fernando Cerqueira Pinto	Porto	1247
Manuel Jorge Duarte Ramos	Santarém	2969
Manuel Martins Miléu	Portalegre	13674
Manuel Oliveira Lopes	Santarém	5464
Manuel Soeiro Alves	Santarém	14455
Manuela Tavares	Setúbal	845
Marcelino Caeiro	Lisboa	12056
Márcia Filipa Graça Godinho	Santarém	5576
Márcia Sofia Estalagem Cruz	Portalegre	10204
Márcio André Ferreira Moreira	Porto	11085
Marco Alexandre da Silva Loureiro	Guarda	1649
Marco António Duarte Carneiro	Porto	4319
Marco Filipe Sá Geração	Santarém	5580
Margarida Maria Ordaz Rosa Pimenta	Porto	11081
Margarida Rodrigues Miléu	Portalegre	10535
Maria Alexandrina Narciso Silva Carneiro	Porto	169
Maria Alice de Oliveira Teixeira	Aveiro	9085
Maria Alice Marques Cipriano	Santarém	13878
Maria Amélia Carvalho Costa	Braga	14085
Maria Antónia da Silva Frio	Portalegre	8066
Maria Bento Nunes do Rosário Rafael	Santarém	1344
Maria Conceição Caeiro	Lisboa	12057
Maria Costa	Faro	14673
Maria da Conceição Marques A. Dimas	Portalegre	12442
Maria da Conceição Marques dos Anjos	Santarém	8661
Maria da Fonseca	Santarém	13948
Maria da Glória Figueira dos Reis Velez	Santarém	14453
Maria da Luz Alves Leonor	Porto	9708
Maria da Luz Alves Lopes	Santarém	11044
Maria de Fátima Orelas Cachaço	Portalegre	10342
Maria de Fátima Pimenta Gomes	Lisboa	15213
Maria de Fátima Vieira Figueira Roldão	Santarém	2763
Maria de La Soledad Murrillas Cruz	Portalegre	12305



Maria de Lurdes de Sales Ramos	Porto	14725
Maria do Carmo	Setúbal	748
Maria do Carmo Silva	Lisboa	6132
Maria do Céu Santos Carvalho	Santarém	13322
Maria do Rosário Vaz	Setúbal	5509
Maria do Sameiro	Lisboa	596
Maria Eduarda Campos	Coimbra	12549
Maria Elisa C. Antunes Magalhães	Porto	3812
Maria Fonseca Custódio	Santarém	13867
Maria Gorete Pimentel	Braga	13617
Maria Helena d' Assunção Valente	Portalegre	14286
Maria Isabel da Silva Tavares	Portalegre	14595
Maria João Beleirinho Campos	Portalegre	10416
Maria João Cardoso Costa Silva	Portalegre	10240
Maria João Silva	Portalegre	13773
Maria Joaquina Filipe Marques	Santarém	13940
Maria José Barreto Pinheiro	Portalegre	11560
Maria José Belchior	Portalegre	11208
Maria José Coutinho Nunes de Sá	Porto	14786
Maria José Magalhães	Porto	1340
Maria Lúcia Mendes Pereira Ramos	Santarém	2964
Maria Luz	Setúbal	13809
Maria Manuela Caneira	Santarém	8952
Maria Manuela Martins Pereira	Braga	5830
Maria Manuela Monteiro da Silva Fonseca	Lisboa	1604
Maria Rosário Simões Marques da Silva	Santarém	13887
Maria Saudade Cunha	Santarém	13901
Maria Teresa Seixas Valério	Lisboa	10956
Maria Vicência Silva Bolas Sande	Portalegre	12902
Maria Viegas Tavares Freire	Santarém	13314
Mariana de Lurdes Reguina Faria	Portalegre	14592
Marina do Carmo	Lisboa	15242
Mário Jorge Videira Lopes	Viseu	5327
Mário José Silva Fonseca	Lisboa	725
Mário Oliveira	Viseu	10597
Mário Tomé	Lisboa	3761
Marisa Cláudia Carvalho Arantes	Porto	13156
Marta Raquel Loureiro Barbosa	Porto	11091
Mauro Daniel Moço Pires Belas	Santarém	13317
Micaela da Silva Sadanha Morgado	Santarém	13107
Miguel Ângelo da Rocha Coelho	Porto	13126
Miguel Ângelo Monteiro da Silva	Madeira	13412
Miguel de Jesus Casimiro	Santarém	11397
Miguel Pereira Cabral	Lisboa	2247
Miguel Sousa Ribeiro	Lisboa	7533
Miriam Sousa	Lisboa	14991
Nádia Penas	Setúbal	7524
Nélio Filipe Oliveira Ferreira	Santarém	13949
Nelson Fernando Raposo Arraiolos	Leiria	11005
Nelson Jorge Pereira Moura	Porto	14875
Nelson Manuel Lageira Canas	Portalegre	13864
Nelson Tiago Moreira Barros	Porto	10164
Nohra Lucia Ramos Cobo	Braga	14378



Nuno Filipe Pinto de Sousa	Porto	13698
Nuno Fugas	Lisboa	13741
Nuno Manuel dos Santos Silva	Porto	14874
Nuno Miguel Ferreira Monteiro	Santarém	11127
Nuno Miguel Pereira Amaral	Porto	11089
Nuno Onça	Lisboa	10319
Olavo Tavares	Setúbal	14837
Oleh Avramenko	Portalegre	11736
Osório Fernando Leite de Sousa	Porto	14197
Otávio Joaquim Lopes Jorge	Lisboa	7136
Otávio Nunes Ferreira	Santarém	13321
Patrícia Alexandra Coelho Ribeiro	Portalegre	13843
Patrícia Alexandra Soares Lucas Monteiro	Guarda	3342
Patrícia Cirne Braga	Porto	9051
Paula Cristina Silva Sá Pereira	Porto	13076
Paula da Costa	Setúbal	1176
Paulo Alexandre Carrapato Ruivo	Portalegre	10246
Paulo Alexandre Gandun Martins	Portalegre	12173
Paulo Alexandre Martins Mendes	Santarém	8595
Paulo Alexandre Trindade Jesus	Lisboa	1453
Paulo Cardoso	Lisboa	10629
Paulo Cristiano Rosa Ferreira Marques	Santarém	8173
Paulo Gonçalves	Lisboa	8135
Paulo Jorge Coutinho Ribeiro	Porto	13018
Paulo Jorge Maia Magalhães Mota	Porto	11507
Paulo Jorge Ribeiro Gomes	Lisboa	13873
Paulo José Gomes Mouta	Porto	11457
Paulo Louro	Lisboa	13776
Paulo Pica	Lisboa	14854
Paulo Renato Cardoso Ricardo	Porto	2055
Paulo Ricardo do Carmo	Lisboa	15241
Pedro Abreu	Europa	4791
Pedro Albuquerque J. R. Dias	Porto	12994
Pedro Alexandre Branco Anjo	Santarém	6651
Pedro Alexandre Leitão Grave	Santarém	3775
Pedro Manuel dos Santos Gago	Lisboa	14439
Pedro Manuel Martins Portela de Almeida	Porto	15334
Pedro Miguel Cardoso	Lisboa	13238
Pedro Miguel da Silva Santos	Santarém	6935
Pedro Miguel Pereira Costa	Porto	6284
Pedro Miguel Silva Vieira	Porto	11088
Pedro Miguel Teixeira dos Santos	Porto	11090
Pedro Queiroz Amorim	Porto	1261
Pedro Soares	Braga	108
Pedro Taveira	Setúbal	11056
Pedro Vieira dos Reis	Santarém	14161
Rafael Lopes Camelo	Portalegre	15432
Raquel Maria Loureiro de Moura Santos	Porto	11095
Raúl Horincar	Faro	15626
Reinaldo de Jesus R. Amarante Tentado	Santarém	4982
Ricardo Alexandre Nunes Branco	Portalegre	14387
Ricardo André Lima Salabert	Porto	1961
Ricardo Daniel Ferreira Vitorino	Porto	11084



Ricardo Daniel Jesus Ribeiro da Silva	Porto	10458
Ricardo de Jesus	Lisboa	11740
Ricardo Duarte	Setúbal	15114
Ricardo Jorge Santos Ginga	Portalegre	10344
Roberto Tavares	Lisboa	8289
Rogério Colaço	Setúbal	4157
Rogério Ferreira	Faro	10861
Rogério Miranda	Setúbal	2484
Rogério Paulo Soares Correia Neto	Faro	9698
Rogério Pinto	Leiria	7713
Rosa Manuela B. C. Oliveira Ferreira	Braga	5791
Rosa Maria Torres Graça Godinho	Santarém	5578
Ruben Alexandre da Silva Martins	Santarém	13939
Ruben Alexandre Nunes Branco	Portalegre	14450
Ruben Pereira	Setúbal	13791
Rui Abreu	Lisboa	2897
Rui António David Gaita	Portalegre	10205
Rui Cortes	Vila Real	251
Rui Jorge dias Figueira de Sousa	Portalegre	13344
Rui Manuel Pinto Ibanez Matoso	Lisboa	206
Rui Miguel Ferreira da Silva	Porto	13850
Rui Miguel Salabarda Garrido	Portalegre	3663
Rui Rodrigues	Setubal	15152
Sacha Augusto Habermann Aires	Porto	11254
Sandra Marina Monteiro da Silva Caçoila	Lisboa	5487
Sara de Jesus Barradas C. Galego	Portalegre	12557
Sérgio Augusto Ribeiro Filipe	Santarém	11407
Sérgio Filipe Pereira Amaral	Porto	11087
Sérgio João Carichas Tomatas	Portalegre	10242
Sérgio Paulo Lamarao Pereira	Aveiro	14718
Sérgio Rocha	Setúbal	13807
Sesinando Pereira da Silva Araújo	Leiria	13357
Sílvia F. C. Barros Marques Moutinho Carreira	Porto	9188
Sílvia Isabel Alves Oliveira	Portalegre	9766
Sílvia Raquel Marques	Porto	1076
Sofia Luna	Évora	6786
Sónia Alexandra Ferreira Lamachã	Porto	14694
Stephanie Platvoet	Setúbal	10359
Susana Maria Silva Cordeiro	Portalegre	10195
Tatiana Pinho Reis	Porto	10638
Teodósio Maria Alcobia	Lisboa	2042
Teresa Isabel R. Nogueira Marques	Santarém	14480
Teresa Sales	Setúbal	3821
Tiago Antunes da Silva	Guarda	4173
Tiago Costa Carvalho	Santarém	12585
Tiago Filipe Ribeiro Oliveira	Santarém	13868
Valter Alexandre Bailarota Penha	Portalegre	10243
Vanda Sofia Moço Belas	Santarém	13318
Vanessa Cavém	Setúbal	13810
Vânia Alexandra dos Reis Velez	Santarém	9808
Vânia Filipa Costa Moreira	Lisboa	13874
Vera Cristina da Graça Ferreira Machado	Santarém	13956
Vera Timóteo	Lisboa	127



Vergílio do Rosário Rafael	Santarém	1343
Victor Manuel Centúrio de Almeida	Santarém	6710
Victor Manuel de Oliveira Aires Crespo	Porto	13962
Victor Pinto	Porto	7333
Victor Santos	Setúbal	12808
Vitália Ribeiro	Setúbal	580
Vítor Ferreira	Lisboa	719
Vítor Francisco P. Sousa	Leiria	4309
Vítor Luz	Setúbal	14605
Vítor Manuel de Oliveira Barros	Porto	10009
Vítor Ricardo Marques Gonçalves	Lisboa	11253
Vítor Tojeira	Leiria	6908
Vitória Alexandra da Silva Oliveira	Porto	13079
Vitória Maria Narciso Paixão Rato	Portalegre	11799
Zélia Maria Curado Basso	Portalegre	12017

Moção N

**POR UMA REVOLUÇÃO
TRANQUÍLA**

POR UMA REVOLUÇÃO TRANQUILA

“Uma geração que ignora a História, não tem passado e não tem futuro”

Robert Heinelein

Façamos um pequeno exercício de memória: há cerca de 100 anos, o Mundo, e a Europa em especial, viveu uma sucessão de eventos de grandes proporções: a 1ª Guerra Mundial, uma pandemia (a gripe espanhola), uma crise social e uma crise económica uma década depois que conduziram, no breve espaço de uma geração, à ascensão do nazismo e à 2ª Guerra Mundial.

A ordem dos fatores parece ser, agora, um pouco diferente, mas não deixa de ser perturbante o paralelismo que o círculo vicioso de “crise económica-crise social-crise sanitária-crise política” converge para que o cenário dos ultranacionalismos e as tensões isolacionistas ditatoriais assumam um papel de relevo com efeitos drásticos. Acresce, como se tudo isto não fosse suficiente, uma crise ambiental sem precedentes.

Internamente, sentimos que algo está profundamente errado. Sofremos uma crise económica mal gerida desde há uma década, cujos efeitos a prazo ainda estávamos a viver, com o cortejo de desemprego, da generalização da precariedade, da gentrificação, da crescente financiarização da economia, da transferência crescente de rendimentos do trabalho para o capital, a quebra de direitos e de medidas de defesa das trabalhadoras e dos trabalhadores. A esquerda falhou àquelas e àqueles que jurou defender e proteger. A esquerda, uma certa esquerda, tem assistido impávida à destruição do modelo social europeu - que permitiu alguma prosperidade e mobilidade social - que se sucedeu à queda do muro de Berlim e à implosão da União Soviética, e que continua em aceleração, fruto da ofensiva neoliberal iniciada na Europa por Thatcher, na senda dos “Chicago boys”. Era a existência de um modelo socioeconómico “alternativo”, um Estado Social forte, criado após as fortes mobilizações populares do fim da derrota do nazi-fascismo da segunda guerra mundial, que impediu o liberalismo selvagem de prosperar. O modelo social europeu do pós-guerra foi a forma que o capital encontrou, após as grandes mobilizações populares, para estancar a expansão das ideias socialistas/soviéticas na Europa, já que estavam territorialmente garantidos depois de Yalta/Potsdam.

ERROS CRASSOS, MÁ LEITURA, CAMINHO ERRADO!

Se o desafio colocado a António Costa, logo após as eleições de 2015 foi o correto, foi errada a opção de não se desafiar o Partido Socialista para um segundo acordo dois anos após o primeiro; é que o cumprimento das medidas assinadas entre as partes era apenas uma questão de tempo.

Teria sido necessário ler as exigências da sociedade para se forçar um aprofundamento das soluções à crise. A direção do Bloco de Esquerda optou por uma abordagem conservadora, como se o PS fosse um partido inexperiente nas lides políticas.

Deixar a proposta de um segundo acordo para depois das eleições de 2019 demonstrou ser um erro crasso, fruto de uma má leitura e de um caminho errado, uma falta de audácia política e traduziu-se num acomodamento à situação, que apenas convinha ao PS.

Passou a oportunidade de se tentar construir uma dinâmica unitária alargada, que desse à esquerda a força que necessitava para mudar o país livrando-o das políticas injustas da Troika/Passos Coelho na sua totalidade e impor uma resposta acelerada aos problemas que resultam das alterações climáticas; a perda de mais de 60.000 votos, quando se deveria ter aumentado a votação, demonstra bem ao que este erro conduziu o Bloco.

O Bloco de Esquerda deixou a Costa as mãos livres para negociar à esquerda ou à direita, consoante melhor lhe acesse.

Permitir a sistemática utilização de uma política de cativações foi outro erro - por inexperiência na arte da negociação, por incapacidade de definir, à partida, linhas vermelhas claras, por tentar assumir uma estratégia política que não foi por si desenvolvida - faltou o engenho e a arte, mas também o golpe de asa e o necessário jogo de cintura democrático à direção do Bloco de Esquerda.

Estas sucessivas incapacidades relacionais com o PS afundaram o Bloco de Esquerda e remeteram-no, de novo, para uma nota de rodapé nas decisões estratégicas globais para a sociedade portuguesa, confinando a sua capacidade de ação política - beneficiaram o Partido Social Democrata e, em menor medida, possibilitaram "segurar" o Partido Comunista Português junto do seu eleitorado.

Outro erro de análise permitiu o lançamento da candidatura da Marisa nas condições em que foi feito: sem debate interno, sem mobilização interna e sem a definição das políticas estratégicas a defender pela candidatura. Dever-se-ia, também, ter apostado numa proposta de convergência à esquerda, negociando com Ana Gomes e com João Ferreira, um "forçar uma 2ª volta" - poderia não ter dado em nada, mas nem se tentou. Não foram essas as opções e o resultado foi o que se viu.

Por outro lado, ao desvalorizar o fenómeno da ascensão da extrema-direita, à semelhança do PCP, o Bloco de Esquerda não foi capaz de entender que existe um descontentamento da população relativamente às propostas e/ou à atuação destes partidos. Ventura não ficou em 2º lugar graças a um inconsciente coletivo que soube distinguir entre o que era importante e o que era acessório neste combate político. Mas ficou feito o aviso.

Falta à direção do Bloco de Esquerda a capacidade de escuta ativa - é surda em relação àquilo que as bases murmuram ou gritam; não entende que se isolou numa postura jacobina e criou para si mesma um monstro de redes clientelares internas que se autoalimenta.

Os amigos e os familiares pululam nos cargos remunerados, independentemente das competências próprias e das necessidades de especialização sectorial de que o BE tanto carece. O emprego interno é um serviço prestado a alguns.

Esta situação é agravada por uma profunda incapacidade de se relacionar com as Distritais e o facto de ter transformado os respetivos funcionários numa extensão do Grupo Parlamentar e da Direção Nacional, em torno dos quais funciona o partido/movimento. Os funcionários das Distritais não são extensões do GP nem da Direção do Bloco de Esquerda; servem para desenvolver e apoiar as atividades locais e estas nem sempre são facilmente harmonizáveis com as "grandes orientações estratégicas" que, por via de regra, são em ziguezag.

Por outro lado, ao se institucionalizar, no pior sentido da expressão, o Bloco de Esquerda deixou cair as suas bandeiras, para abraçar bandeiras alheias. O PAN - Pessoas Animais Natureza agradece.

Um pouco de humildade não faria mal nenhum aos dirigentes; falta uma leitura crítica do que correu, e continua a correr, mal e para aceitar que há formas mais corretas de ação e de envolvimento das bases e dos apoiantes exteriores ao partido.

E está errada a sistemática tentativa de sufocar a diversidade interna que ainda é a principal riqueza do Bloco de Esquerda. Relembremo-nos que já foi forçada a saída de uma das suas correntes fundadoras, para além da de outros sectores mais ou menos numerosos.

Esta forma de fazer política interna em vez de captar novos aderentes, tudo faz para afastar as boas vontades das bases. E esta orientação ainda se dá ao luxo de desperdiçar os quadros políticos que ainda por aqui andam e que estão disponíveis para contribuir para o crescimento do Bloco de Esquerda.

ENFRENTAR O FUTURO, AGORA!

O contexto sócio-económico-político dos próximos 2 anos será de um fortíssimo desafio à esquerda. É previsível um aumento da expressividade dos populismos e a aproximação da extrema direita à área da governação, como já acontece em algumas comunidades do Estado Espanhol, em governos locais na Alemanha ou em França e, agora, também nos Açores (ainda que com fragmentação política da direita no seu todo).

A extensão da crise económica e social já é visível e haverá, ao que tudo indica, campo para o surgimento de uma crise política como consequência das medidas severamente gravosas que serão impostas às sociedades europeias e a Portugal no pós pandemia. Não tenhamos qualquer dúvida: a austeridade estará de volta, porque será necessário pagar a fatura das políticas urgentes de combate à pandemia que, de forma enganadoramente solidária, a Comissão Europeia implementou. Sabemos bem que, na Europa, não há “almoços de borla”.

O PS poderá estar tentado a ir a eleições antecipadas, especialmente depois de lhe ser impossível manter a pouca boa-vontade que as suas políticas ainda gozam junto dos eleitorados do PCP e do próprio Bloco de Esquerda, porque o agravamento da crise social ditará um menor empenho governamental na implementação de medidas favoráveis à manutenção do bem-estar das franjas mais frágeis da população.

As políticas que Costa imporá ao país irão esgotar a capacidade de “aceitação de migalhas orçamentais” que tem caracterizado as relações à esquerda desde 2017.

A reconfiguração da sociedade portuguesa pós pandemia vai revelar alterações profundas em relação ao período anterior. Nunca refeito da Troika, o Trabalho vai estar numa situação ainda mais fragilizada face ao capital: as fêlências em série, o teletrabalho, a precarização das relações laborais e o desemprego estrutural são outros tantos fatores a ter em conta e a necessitem da nossa atenção principal.

As moratórias dos empréstimos, implementadas para aliviar as quebras de receitas por parte das famílias e das empresas, terão de ser pagas mais tarde ou mais cedo, porque bem sabemos que a Banca nunca fica a perder. Mas quer as famílias quer as empresas estão descapitalizadas e muitas serão incapazes de fazer face aos encargos, ainda que não se venha a verificar um aumento dos encargos pré-pandemia. Há que dar uma resolução ao problema, para que não se venha a verificar um agravamento da crise económica e da crise social.

A banca continuará a exigir ser alimentada com os dinheiros públicos, e estaremos perante uma nova crise financeira de proporções não inferiores à de 2008-13. Com a agravante de ainda não termos saído daquela...

Face ao exposto, **é agora, e não depois** da crise política que se avista no horizonte, e muito menos após um qualquer ato eleitoral (seja ele autárquico ou legislativo) **que o Bloco de Esquerda terá de lançar um sério desafio ao PS de Costa**: Ou aceita um acordo (escrito e assinado) com uma clarificação das linhas vermelhas e com uma aposta decisiva no desenvolvimento; ou haverá crise política. O que implica, em suma, que o Bloco de Esquerda clarifique qual o seu posicionamento face à governação (e não apenas a este Governo).

Existe urgência na resolução dos problemas atuais da população e é imperioso garantir uma efetiva igualdade e equidade de oportunidades.

QUAIS SÃO OS PONTOS ESSENCIAIS DESSE DESAFIO?

- a) **Reforma da Justiça** - não há democracia se a justiça não funciona; é necessário acabar com a sistemática utilização de manobras dilatórias quer na fase de instrução, quer durante o julgamento, quer, sobretudo, na fase de recurso (o recurso deve ser feito ao mesmo tempo que a pena é executada, ou os prazos de apresentação e de apreciação terão de ser drasticamente reduzidos). É necessário acabar com a expressão “mais vale um mau acordo que uma boa sentença” e, conseqüentemente, dotar a justiça dos meios de aplicação das sentenças. As custas judiciais impossibilitam que a justiça seja igual para todos. Impõe-se uma redução generalizada das custas judiciais.



- b) **Desenvolver a economia baseada no conhecimento** - Portugal é um país pequeno e onde não abundam as matérias primas, para permitir um desenvolvimento económico ambiental e socialmente sustentável é necessário potenciar as atividades económicas com base no conhecimento e na cultura, pois a criação de setores com elevado valor acrescentado permitirá libertar recursos para alavancar o restante tecido económico.

Estas atividades dependem do desvio de recursos para a investigação científica e para a educação. Portugal tem de formar recursos humanos nas áreas de ponta das ciências e tecnologias e generalizar o conhecimento das humanidades, até ao fim da legislatura é necessário atingir os 3% do PIB para a investigação científica, a par com 1,5% para a cultura.

Terá de ser esta a base para construir o futuro das nossas populações e do nosso território, a nível social o desenvolvimento dos setores intensivos em conhecimento deve ser acompanhado por um aumento da qualidade de vida que resulte de uma equitativa repartição do emprego, diminuindo a duração do tempo de trabalho.

Uma das áreas prioritárias é necessariamente a produção e racionalização da energia, privilegiando as fontes endógenas de forma a alcançar rapidamente uma economia livre de carbono.

- c) **Legislação Laboral** - reversão de todas as medidas introduzidas pela Troika. Fomentar e respeitar a contratação coletiva. Reduzir a jornada de trabalho para as 30 horas, sem quebra de vencimento aproveitando os ganhos de produtividade proporcionados pela automatização dos processos de produção. Anular o fator de sustentabilidade para a determinação do valor das pensões e reformas. Aumentar o salário mínimo para 1.000€ até ao final da legislatura. Agilizar a ação dos Tribunais de Trabalho, que terão de julgar os casos apresentados no espaço máximo de 21 dias. Dificultar os despedimentos. Reforçar a Autoridade para as Condições do Trabalho com os meios humanos e materiais necessários a um cabal cumprimento dos seus objetivos. Deverá ser implementada uma regra que limite a amplitude do leque salarial, que atualmente chega a atingir níveis escandalosos (devem ser incluídos os benefícios não pecuniários para o cálculo dos limites). Alterar a regra contabilística atual, que coloca na conta de "Aquisição de Bens e Serviços" os custos com a contratação de pessoal via empresas de trabalho temporário, para a conta de "Pessoal", possibilitaria um forte impulso para a redução da precariedade laboral, já que a imposição da Taxa Social Única recairia sobre a entidade usufrutuária dos serviços prestados e, duplamente, sobre a empresa prestadora de serviços.
- d) **Reformar a Segurança Social** - As deficiências de funcionamento da Segurança Social são antigas e têm-se vindo a agravar. É necessário acabar com a duplicação de pedidos e com a política de "toda a gente é culpada até prova em contrário". As condições de recurso são obscenas; o atendimento uma lástima, com frequentes erros de informação; os tempos de análise de um qualquer processo são incomportáveis para quem necessita de ver a sua situação resolvida antes de morrer de fome ou de idade. Não são admissíveis os atrasos na avaliação dos pedidos (desemprego, reforma ou outros) quando a SS tem em seu poder todo o historial contributivo dos beneficiários. É necessário transferir para outras rubricas orçamentais (em Orçamento de Estado) os custos com Formação Profissional, porque não compete aos trabalhadores pagarem do seu bolso (porque a TSU é salário diferido) as necessidades de desenvolvimento das competências que as empresas identificam. Alterar o modelo de financiamento da segurança social, reduzindo a penalização dos sectores de mão de obra intensiva, agravando as contribuições em face às mais valias geradas antes de impostos.
- e) **Reforçar o Ensino Público** - investir no reforço de competências científicas e tecnológicas de forma a criar cidadãos capazes de lidar com as novas realidades e desafios, investir no desenvolvimento das humanidades é fundamental para a formação de cidadãos e cidadãs capazes de se relacionarem com o meio físico e social. Aumentar a qualidade do ensino reduzindo o número de alunos por turma, ajustando a duração dos períodos de trabalho letivo para dezoito horas semanais para os docentes e cinco horas diárias para alunos, implementar transporte e alimentação escolar para todos os alunos de forma gratuita; alargar universalmente os empréstimos de materiais a todos os meios utilizados pelos alunos.
- f) **Combater o Racismo** - Reconhecemos o racismo estrutural na sociedade portuguesa e temos propostas concretas para eliminar as suas razões e fundamentações principais. O combate ao racismo deve ser central na política nacional. O recente relatório do European Social Survey mostra que apenas 11% da população não

revela qualquer traço de racismo. A luta pela eliminação do racismo é transversal a todas as áreas da sociedade portuguesa. A educação é uma área fundamental na luta antirracista, por envolver a população mais jovem. As políticas de combate ao racismo devem ser implementadas através de momentos de formação obrigatórios, dirigidos a alunos, professores e assistentes de ação educativa. É fundamental que a linguagem e a diversidade populacional nos manuais escolares, reflitam a composição étnica da nossa população, em particular nos manuais de história. A polícia, a Justiça e os titulares de cargos políticos devem igualmente frequentar formação antirracista. É urgente acabar: i) com a segregação habitacional, inserindo as várias comunidades no tecido urbano; ii) com a discriminação laboral assegurando a diversidade em todos os setores profissionais; iii) com a desigualdade de acesso aos direitos cívicos, constitucionais e direito à Justiça; iv) com a violência policial e perfilização das pessoas racializadas. Portugal deve seguir as recomendações do Conselho da Europa sobre a infiltração da extrema-direita nas forças de segurança que são sistematicamente ignoradas. As Nações Unidas aprovaram em 2015 a Década Internacional de Afrodescendentes através da Resolução 68/237, decorreram sete anos e Portugal tarda a implementar as medidas necessárias. Está portanto na hora de parar com a negação e passar à ação.

- g) **Investir no Serviço Nacional de Saúde** - Se houve coisa que demonstrou o grau de penúria do SNS foi justamente a pandemia. Acabar com as Parcerias Público Privadas e impor a separação funcional entre sectores; o pessoal de saúde terá de optar entre o SNS e o sector privado, e é necessário aumentar os salários para reter os quadros no SNS e criar outros mecanismos de promoção de fixação de residência fora dos grandes centros urbanos. Dotar os serviços públicos de saúde dos meios físicos, humanos e financeiros para a prestação de serviços de alta qualidade.
- h) **Renegociação da Dívida** - o garrote que o serviço da dívida coloca sobre a capacidade de desenvolvimento económico e social nacional é demasiado elevado para que se possibilite uma efetiva convergência com a média europeia. A dívida terá de ser reescalada para prazos muito mais largos (mais de 50 anos) e a juro zero, **e reestruturada**, pois atualmente assenta numa relação taxa de juro *versus* taxa de crescimento económico insustentável, o que dará origem, mais tarde ou mais cedo, a novos ciclos austeritários. Mais ainda, **é imperativo proceder-se a uma auditoria à dívida pública** que torne claro perante os portugueses qual a natureza e origem das várias parcelas que foram assumidas pelo Estado como sua responsabilidade, assim como qual o peso de cada uma destas. Por exemplo, será pública toda a dívida contraída e assumida pelo Estado relativa a parcerias público-privadas, sabendo-se que potenciais receitas não seriam distribuídas entre Estado e privados na mesma proporção em que essa dívida foi assumida? É correta a socialização das perdas da banca privada? **Só uma auditoria isenta e imparcial trará transparência a este mecanismo de financiamento do Estado.**
- i) **Controlo Público dos Sectores Essenciais** - Os monopólios naturais como a energia, as redes de transporte e de comunicação, a água e serviços essenciais como os correios, a banca, a RTP, entre outros, devem ser colocados sob controlo público. As Empresas Públicas deverão ter um peso no mercado que lhes permita determinar e regular os padrões de serviço fornecido à população.
- j) **Fazer a Regionalização** - a plenitude do exercício da democracia só poderá ser concretizada através da aplicação das regras de funcionamento democrático a todos os níveis da administração local. Ora, tal não acontece, dadas as sucessivas entorses às regras democráticas que a descentralização de competências denota, e que apenas tem retirado às populações a capacidade de exercer o controlo democrático que a Constituição lhes garante. O PS terá de atuar no sentido de implementar efetivamente a Regionalização e de se comprometer num prazo não superior a uma legislatura, a promover uma reforma da Administração Local que aplique escrupulosamente as regras democráticas de autodeterminação das populações relativamente à forma como querem ser governadas aos níveis local e regional, tal como já o fazem em termos nacionais. Tal implicará, também, equacionar uma reforma das leis eleitorais, de forma a tornar mais aproximada a representatividade da vontade popular, hoje muito enviesada - um caminho possível poderá ser a criação de um círculo de compensação, à semelhança do que acontece nos Açores, ou a alteração dos círculos eleitorais, reduzindo-os em número, ou mesmo uma mistura dos dois princípios enunciados.



- k) **O Desporto como pilar essencial na sociedade** - A prática desportiva e a atividade física devem ser constituídos como um pilar na sociedade portuguesa. O desporto é garante de saúde mental e bem-estar, de criação de um estilo de vida saudável e da promoção de valores sociais positivos. Potencia o desenvolvimento de uma sociedade, pela sua cultura inclusiva e de integração dos mais desfavorecidos. É necessário garantir o devido investimento público, que deverá atingir os 1,5% do PIB, idêntico a outros setores da sociedade portuguesa. As autarquias têm aqui um papel essencial, em que deverá ser garantido o acesso universal ao desporto por parte de toda a população, assim como a criação de espaços informais, ao ar livre para a atividade física. As associações de bairro, deverão ser apoiadas e incentivadas para a criação de programas de apoio aos mais desfavorecidos.
- l) **Não há planeta B** - a mitigação das alterações climáticas e a implementação de um novo modelo eco-sustentável tem de ser mais do que uma nota de rodapé. O Bloco de Esquerda necessita afirmar a centralidade da sustentabilidade ambiental no seu programa político, a transição justa para uma economia livre de carbono tem de ser acelerada, o país deve afirmar-se nas novas indústrias da energia, e canalizar a riqueza gerada por estas para proporcionar uma transição justa aos trabalhadores das atividades carbono intensivas; apostar na economia do mar sem tentações extractivistas, garantido a eco-sustentabilidade. Do Bloco de Esquerda esperam-se posições firmes na defesa do desenvolvimento da via férrea em detrimento da via rodoviária, da implementação do transporte público de proximidade gratuito em detrimento do transporte individual. Necessitamos mudar do paradigma do crescimento infinito para o da repartição dos recursos de modo equilibrado e sustentável.

E CÁ DENTRO?

Chamemos as coisas pelos seus nomes concretos: **é necessário acabar com a partilha de cargos e de postos entre as duas correntes principais do Bloco de Esquerda**, porque essa não é mais do que uma forma de apadrinhamento que perverte e subverte os princípios fundadores do movimento. A Igualdade de Oportunidades não é uma bandeira para o exterior, é algo que tem de ser praticado todos os dias também cá dentro.

Na frente interna, há que devolver aos aderentes a voz que lhes tem sido retirada. É necessário **apostar na formação política e no envolvimento do pessoal das bases** que se encontra no terreno, que contacta com a população e que representa, o melhor que sabe e pode, o Bloco de Esquerda junto da comunidade. Implica, naturalmente, uma profunda revisão da forma de comunicar dentro e para fora das estruturas do movimento.

É cada vez mais politicamente relevante o **início da discussão** no interior do Bloco sobre a introdução e implementação do **Rendimento Básico Incondicional (RBI)** enquanto instrumento de política social, que a crescer a outros já por nós defendidos, poderá eventualmente ser mais um meio para mitigar os efeitos perniciosos da crescente e inevitável automatização do mundo laboral bem como do incremento imparável da Inteligência Artificial (IA). Não deve o Bloco assumir à priori uma posição contrária e definitiva a esta medida, sem prévia e internamente debater com os seus militantes e promover conferências com reputados especialistas nesta matéria, onde todas as perspetivas, vantagens e desvantagens da aplicação desta medida sejam devida e sustentadamente apresentadas, esmiuçadas e confrontadas. Só assim poderá e deverá o Bloco ter uma posição sólida e coerente sobre esta matéria, a qual lhe granjeará credibilidade na sua eventual defesa. O Bloco não deve assim ter nenhum prurido ideológico que lhe impossibilite dar início a este debate.

Urge **devolver às estruturas locais a capacidade de autogoverno** e os processos de comunicação interna têm de passar a ser matriciais, contrariando a crescente verticalização de cima para baixo que tem vigorado nos últimos anos, e promover ativamente a audição das comunidades, dos seus problemas, das suas necessidades, dos seus anseios de forma a garantir que as respostas são as mais ajustadas às necessidades concretas de cada um, em coletivo.

É urgente revitalizar a Coordenadora Nacional do Trabalho, que não pode ser um braço do Grupo Parlamentar, mas sim um **órgão que articule o pensamento político do Bloco de Esquerda com as práticas informadas do mundo do trabalho**, e não apenas do mundo sindical.



É necessário por cobro ao abuso de alguns sectores que, no processo de integração de novos aderentes, usam esse momento para recrutamento de elementos para outros fins que não o do nosso partido no seu todo.

É imperiosa a **reposição da limitação dos mandatos**, porque a perpetuação dos mesmos e das mesmas nos mesmos postos conduz à atrofia do pensamento e da forma de estar na política, para além de tresandar a estalinismo encapotado.

Da mesma forma, o **estatuto do funcionário** tem de ser aligeirado do malfadado critério de “confiança política” que só tem sido usado para engrossar a lista de amigos e familiares. Esta não pode ser a forma como um partido assumidamente de esquerda funciona.

É crucial que a **Comissão de Direitos funcione de forma equidistante, justa, imparcial e isenta** e, especialmente, **que não se furte a enfrentar os grupos de pressão internos** que acabam por a manietar, nem se demita a favor da Comissão Política, quando o que está em causa são entorses a outros regulamentos que não os Estatutos. Mais, é necessário que quem faz parte da CD possua, preferencialmente, conhecimentos jurídicos para que volte a imperar algum bom senso nas decisões tomadas por aquele órgão.

A **Coordenadora Nacional Autárquica tem de ser um mecanismo democrático**, criado de baixo para cima, pelos e pelas autarcas e que funcione coletivamente como entreaajuda a nível nacional num fórum permanente aberto e participado.

E é necessário, de forma séria, **repensar os Estatutos do Bloco**, assim como de outros Regulamentos em vigor, adaptando-os às exigências que as regras de funcionamento democrático impõem.

Democracia, Socialismo, Ecologia e Direitos Sociais são os paradigmas dos quais não abdicamos.

É revolucionária qualquer forma política que permita o desenvolvimento do bem-estar da sociedade no seu todo, e é por isso que nos batemos.

A Revolução tranquila é aquela que permite garantir o reforço dos direitos, liberdades e garantias consagradas na Constituição, dentro e fora do Bloco.

E é por tudo isto que nos batemos!

SUBSCRITORES

Alexandre Café	Lisboa	10070
Ana Cristina Basílio	Setúbal	12487
Ana Massas	Setúbal	843
Ana Vieira de Castro	Lisboa	9480
Anabela Barbosa	Santarém	5081
Anabela Silva	Setúbal	11518
António Carlos Frutuoso	Setúbal	5201
Bruno Ferreira	Santarém	13039
Carlos Aboim Brito	Faro	1564
Carlos Cabrita	Faro	4418
Cátia Silva	Faro	14892



Cristina Herculano	Setúbal	10937
Daniel Baptista	Lisboa	9791
Fernando Lacerda	Porto	356
Francisco Aires	Lisboa	10415
Francisco Colaço	Santarém	390
Honório Marques	Faro	11475
Hugo Manuel Lemos	Setúbal	10920
Jaime Silva	Santarém	12848
João Alves	Santarém	6157
Joao Bárbara	Faro	13605
João Barros	Lisboa	9826
João Bona	Santarém	8534
João Nuno Matos	Setúbal	3784
Joaquim Claro	Lisboa	11403
Joel Alexandre Lopes	Setúbal	2350
Jorge Rodrigues	Santarém	7024
José Carlos Seabra	Setúbal	5277
José Moreira	Faro	6643
José Santos	Faro	3400
José Semedo	Lisboa	15064
Lúcia do Céu Rijo	Setúbal	12570
Manuela Marcelino	Faro	12785
Maria Filomena Santos	Setúbal	12489
Maria Helena Fraga	Setúbal	601
Maria Leonor Lemos	Setúbal	4927
Maria Nazaré Reis	Setúbal	5167
Maria Odete Cosme	Santarém	6383
Marilisa Crespo	Évora	9217
Martim Rosa Calmeiro	Lisboa	9836
Miguel Oliveira	Santarém	7890
Nelson Moutinho	Faro	14785
Nuno Viana	Faro	5028
Patrícia Oliveira	Santarém	9926
Paula Pereira	Lisboa	4233
Paula Rosa	Lisboa	9671
Paulo Silva	Faro	14709
Pedro Miguel Honrado	Setúbal	12568
Pedro Pereira Neto	Setúbal	11721
Pedro Sousa	Porto	9261
Renato Marco Inácio	Setúbal	12566
Rodrigo Trancoso	Madeira	3582
Rui Miguel Massas	Setúbal	12472
Sandra da Costa	Faro	13397
Sónia Alexandra Castro	Setúbal	5166
Sónia Patrícia Nunes	Setúbal	12569
Soraia dos Reis	Setúbal	12565
Tomás Rosa Calmeiro	Setúbal	15728

Moção Q

**QUEBRAR CORRENTES,
LUTAR PELO
SOCIALISMO**



QUEBRAR CORRENTES, LUTAR PELO SOCIALISMO

O objetivo do Bloco de Esquerda é a superação efetiva do atual estado de coisas. A sua potência política é a de constituir um polo anti-capitalista, de pensamento e ação, de construção de projetos e de criação de movimento, para romper com os limites da política institucionalizada.

A quem se contenta com um fechamento auto-laudatório respondemos com a urgência de estabelecer pontes de diálogo e ações concretas que agreguem cada vez mais pessoas por um outro tipo de sociedade. E a quem acha que só é possível uma estratégia de massas deixando de lado a radicalidade respondemos que só quem for efetivamente à raiz dos problemas conseguirá ser mobilizador e transformar o que é preciso.

CORRENTE 1: A RESPOSTA INSUFICIENTE ÀS CRISES

A crise provocada pela pandemia veio somar-se às crises económica, ambiental, alimentar, humanitária e da representatividade política tradicional do capitalismo neste início de século, multiplicando ameaças para a classe trabalhadora. Esta terá de se preparar para enfrentar de maneira dura uma burguesia que tentará passar, como de costume, a fatura destas crises aos de baixo. Pela nossa parte, não nos podemos dar ao luxo de ficar apenas na defensiva, de acreditar na bondade de «bazucas europeias», de alimentar a ilusão de que um Partido Socialista um bocadinho menos social-liberal seria o suficiente para lidar com a gravidade da situação ou o mito de um regresso à «normalidade». Até porque a normalidade do sistema sempre foi a estabilidade das estruturas de exploração e opressão; o anti-capitalismo não se esconde no recuo tático permanente e sem horizonte estratégico de transformação. O anti-capitalismo é agora.

CORRENTE 2: O ECOSOCIALISMO NÃO É UMA FLOR NA LAPELA

O capitalismo globalizado soma à exploração e dominação entre seres humanos os ataques aos frágeis equilíbrios ambientais. E o desastre ecológico em que já estamos mergulhados é uma bomba-relógio que não espera pelos avanços e recuos dos bons e maus fígados dos corredores de poder nem se desarma com meias-medidas. Não há tempo nem condições para continuar com a política as usual.

Por isso, o ecossocialismo não pode ser uma flor na lapela, para ostentar em dias de festa, nem uma reflexão genérica, justa mas sem relação com o aqui e agora. Tem de ser uma prática política e programática concreta no centro da política do Bloco: um projeto de transformação radical do planeta, que combine a transição energética com a melhoria das condições de vida da maioria da humanidade, que construa a comunidade fora das teias do mercado e novos entendimentos da vida e da nossa relação com os ecossistemas a que pertencemos. Desta forma, a crítica da economia política terá de ser também a crítica do produtivismo, do crescimento pelo crescimento e do mercado enquanto instituição criadora de verdade.

CORRENTE 3: A DITADURA DO AUSTERITARISMO EUROPEU

Episódios recentes, como a chantagem e a espoliação da Grécia e o Brexit, ilustram simultaneamente os problemas do processo de integração europeia e a incapacidade que as esquerdas têm tido de lhes oferecer uma alternativa satisfatória.

O consenso no campo do euro-liberalismo austeritário tornado lei no Tratado Orçamental, do securitarismo demonstrado no fecho de fronteiras, na guerra contra refugiados no Mediterrâneo e na proposta opaca de criar um exército europeu não consegue disfarçar que é um mínimo denominador comum fraco entre as burguesias europeias, acentuando desequilíbrios no continente, penalizando o Sul e fragilizando as democracias nacionais através de imposições e «inevitabilidades».

O sonho europeu resultou numa crise de hegemonia incapaz de mobilizar o centrão político a partir do qual foi construído. Mas é também o pesadelo de uma esquerda que não consegue imaginar como romper o cerco da «política única» permitida e como articular a escala nacional com a europeia.

A implementação de um programa mínimo de governo à esquerda, que incluísse por exemplo nacionalizações de setores essenciais, subidas dos impostos sobre a riqueza ou a reestruturação da dívida pública, implicaria um confronto com as instituições europeias e com os poderes que estão por detrás delas e para o qual se tem de estar claramente preparado.

O Bloco tem de estar no cerne deste debate em Portugal e na Europa, afastando a dicotomia entre um nacionalismo utópico e isolacionista e um processo de integração europeia destinado a perpetuar o neoliberalismo. É preciso lançar um profundo debate interno sobre as alternativas em jogo e delinear diferentes planos de ação para diferentes situações.

CORRENTE 4: A POLÍTICA QUE SÓ OLHA PARA O UMBIGO

Internacionalista por definição, o Bloco não pode cair na armadilha de pensar que a política que interessa é a que só se faz aqui e que o mundo é um lugar distante. É fundamental criar novas formas de cooperação internacionalista e pensar o mundo para lá da Europa, num contexto cada vez mais multipolar e onde a ordem do capital se manifesta de forma generalizada.

Há um mundo de dominação e de resistências que é também o nosso. Por um lado, é um mundo onde a ânsia imperialista não conhece limites, com o controlo militar e económico a ser alvo de disputa entre velhos e novos imperialismos. Populações como as do Líbano, da Líbia e da Síria continuam a ser dizimadas por guerras onde várias potências pretendem impor os seus interesses; a Palestina continua a viver numa forma de apartheid; vários povos da América Latina continuam a sofrer pressões e processos golpistas fascizantes, com o acelerar da destruição da Amazônia a ser um dos marcos máximos da destruição humana e ambiental; o neocolonialismo empresarial, a lei da dívida eterna e a pobreza num mundo de abundância continuam a ser a realidade de grande parte da humanidade. Os quase 30 milhões de refugiados e cerca 80 milhões de pessoas deslocadas em todo o mundo – mais de 1% da população mundial – são uma marca profunda do falhanço do sistema.

Por outro lado, é um mundo onde novas expressões de descontentamento despontam, desde o movimento Black Lives Matter nos EUA mas também várias outras mobilizações anti-racistas noutros pontos do planeta, aos novos feminismos e movimentos LGBTQ+ que têm vindo a sair ruas com força, aos movimentos camponeses, como por exemplo os indianos em luta contra a liberalização, aos indígenas, entre tantos outros.

O Bloco tem de ser o partido do diálogo com quem constrói estas alternativas quotidianamente em todo o mundo, da solidariedade sem fronteiras, que vai buscar experiências, forças e apoios bem para lá do plano nacional e europeu.

CORRENTE 5: A AUSTERIDADE COMO UM FADO E A PRECARIIDADE COMO A NOVA FORMA DE VIDA

A geringonça interrompeu a política austeritária agressiva para a substituir por uma austeridade light, não invertendo o essencial da política de favorecimento do capital face ao trabalho. A praga da precariedade permanente, que não se sente apenas no contexto laboral mas em todas as vertentes da vida, continua imparável, com repercussões estruturais não só na distribuição dos frutos do trabalho, mas também na deterioração da saúde mental e na falta de perspetivas para a realização dos sonhos de cada um e de cada uma de nós.



Agora, a pandemia atingiu de forma mais agressiva pessoas mais debilitadas e com patologias diversas e reforçou igualmente a hostilização a comunidades vítimas de racismo, a desproteção das vítimas de violência doméstica e a pauperização de milhões, a muitos dos quais os parques apoios prometidos ainda não chegaram e o que chegou não foi suficiente.

As opções do governo, que preferiu em diversos momentos suspender direitos fundamentais como o direito de resistência em vez de nacionalizar a saúde privada para aumentar a capacidade de resposta à crise de saúde pública e que não garantiu uma proteção social forte para as vítimas da crise, devem ser combatidas e substituídas por um programa de emergência social, pela nacionalização de privados e forte investimento no SNS.

Portugal permanece ainda na cauda da Europa do investimento público, subfinanciando não apenas a saúde, mas também muitas outras áreas fundamentais, o que se repercute no aprofundamento dos problemas estruturais. As assimetrias no território continuam a ser profundas, à falta de um plano de transformação produtiva e ecológica que coloque as periferias no centro das políticas públicas. Nomeadamente perante o envelhecimento demográfico e o risco cada vez maior de incêndios incontroláveis, é preciso não subordinar a política florestal a interesses privados para criar ecossistemas sustentáveis e lançar as bases materiais para uma repovoação do interior do país.

Na educação, a degradação do ensino público vai de mãos dadas com um projeto de descentralização que, em vez de abrir as portas para a democratização, é uma forma de impedir a construção democrática das escolas. A habitação é outra das áreas em que a geringonça não inverteu os problemas estruturais, com destaque para a especulação imobiliária nos grandes centros urbanos, que gera dinâmicas de gentrificação e limita o acesso a habitação de qualidade e acessível, ao continuar a beneficiar de um investimento residual e canalizado sobretudo para a subsídioção do privado em vez da provisão pública.

A governação social-liberal mantém ainda intactos, embora momentaneamente adormecidos, o problema da dívida e da fragilidade e submissão da banca aos interesses financeiros da burguesia alemã. Um país sem perspetivas de transformações de fundo é um lugar onde a ansiedade e o medo proliferam sem travões, mas este caminho não é inevitável. O Tratado Orçamental não é o fim da história, a posse privada dos meios de produção não é um facto da natureza e há formas diferentes de viver do que na precariedade. A política da esquerda não pode continuar a ser a de apoiar governos do sistema, confinada à gestão do capitalismo e à política do mal menor. O Bloco não é o garante da estabilidade do poder instalado. Tem de ser a alternativa a ele.

CORRENTE 6: A FOBIA, O PRECONCEITO E A DISCRIMINAÇÃO - O RENOVAR DO CONSERVADORISMO SOCIAL

Há uma recente vaga de conservadorismo social que se tem espalhado pelo mundo, que encontra expressão política na extrema-direita e se manifesta quer digitalmente, com o crescimento das fake news e teorias da conspiração, das manipulações do ódio e do assédio online, quer fisicamente com as agressões nas ruas, nos locais de trabalho, nos espaços de lazer, na cultura, nos bairros, nos quotidianos das populações oprimidas e marginalizadas. Estas afetam sobretudo quem acumula vários tipos de vulnerabilidades: as mulheres negras, lésbicas, bissexuais, precárias, pobres, trans são invisibilizadas na luta e, conseqüentemente, nas conquistas.

A esta vaga têm respondido quer denúncias sobre casos e agressões concretas quer marés mais gerais de mobilização contra as opressões estruturais que persistem. Estas são lutas que o Bloco considera fundamentais e recordam-nos que os movimentos populares são a base para a afirmação dos sujeitos políticos, nacionais e internacionais. Uma esquerda radical tem de ter constantemente presente que a classe não é o único determinante de precariedade económica – ela cruza-se com discriminações étnicas, sexuais, de género e capacitistas (e muitas outras) – e que só uma transformação que supere os limites da crítica moral e individual poderá superar o atual estado de coisas. E uma esquerda radical reflete também criticamente sobre si própria, trabalhando por exemplo para colmatar o problema de não ter, nas suas fileiras, uma representatividade real de pessoas racializadas e de etnias marginalizadas.

O Bloco deve marcar presença naturalmente na luta feminista, antirracista, LGBTQ+, nos movimentos ambientalistas e de bem-estar animal e nos restantes movimentos sociais, recusando práticas controleiristas, sem querer atropelar as suas decisões, sem querer impor protagonistas, sem procurar sobrepor a sua agenda política às estruturas coletivas de cada um deles. Antes, o Bloco deve dialogar com estes de forma aberta e não sectária permanentemente, impulsionar o encontro, o debate e a partilha, alimentar os movimentos sociais e a organização coletiva sem esperar ganhar nada em troca, reconhecendo que a luta contra o conservadorismo e o abuso de poder só é realmente feita quando é o coletivo, e não a «direção», quem a move. Desse diálogo profundo, honesto, contínuo e de respeito mútuo, ficará a certeza que Bloco e movimento social não se confundem mas podem reforçar-se mútua e estrategicamente.

CORRENTE 7: O FASCISMO QUE SEMPRE ESPREITA

Apesar de ter sido um golpe importante na constelação da extrema-direita, a recente derrota de Trump não significou sequer a derrota do «trumpismo» nos EUA quanto mais a deste campo político no mundo inteiro. A destruição das garantias do Estado Providência, a crise social, a precarização e a pauperização das classes médias, o racismo e a misoginia impregnados nas formas hegemónicas de entendimento do mundo e a desestruturação dos equilíbrios entre blocos económicos em disputa continuam a ser combustível para a ascensão de soluções autoritárias.

Para além destas dinâmicas, este crescimento é potenciado também pela viragem à direita do centro e pelas cedências e normalizações da direita tradicional na sua tentativa de competir pelo espaço aberto por estas forças políticas.

De tudo isto resulta que há indícios muito preocupantes quanto ao crescimento da extrema-direita e de movimentos abertamente fascistas. O que ficou ainda mais cristalizado com o mais recente relatório da organização Hope not Hate - «Estado do Ódio, Extremismo de Extrema-Direita 2021», que demonstra que processos fascizantes avançam a todo gás por toda a Europa e um pouco por todo o Mundo, Portugal incluído.

Face a esta situação, é essencial que a esquerda construa narrativas de entendimento do mundo aplicadas ao momento presente que desconstruam os mitos em que se funda o fascismo e que desmanchem a hegemonia profunda das ideias conservadoras, inevitabilistas e desigualitárias.

É urgente também que o Bloco recupere a sua imagem e prática anti-sistema. Sem elas, há um espaço político vazio que vai tendencialmente sendo ocupado pelas forças demagógicas da extrema-direita. Os acordos de governação com o PS, ao acentuarem a diminuição da dimensão do protesto, da mensagem de classe e da alternativa sistémica, deixaram ainda mais campo aberto para que o pior do sistema pudesse apresentar-se como se fosse uma forma de anti-sistema.

Não havendo receitas mágicas para combater a extrema-direita, é ao trabalho ativista antifascista, nas ruas e nos movimentos sociais, junto das pessoas, que cabe sobretudo responder efetivamente a esta tendência. Temos de voltar a colocar o debate público nos termos certos, a consciência de classe de que um trabalhador tem mais em comum com os seus colegas do que com o seu patrão, que não são as nossas origens nacionais ou étnicas que nos separam, mas sim os nossos interesses materiais, os nossos desejos de emancipação da vida e de democratização do espaço de trabalho que nos colocam frontalmente em oposição aos interesses dos donos do grande capital e dos seus adidos sicofânticos identitários e fascizantes. Há que travar o fascismo com socialismo.

CORRENTE 8: A ROTINA AUTÁRQUICA E A APARENTE FALTA DE ALTERNATIVAS LOCAIS

Este é um ano de eleições autárquicas e o Bloco não vai faltar à chamada. Até porque a emergência de bases da extrema-direita terá de ser combatida com candidaturas abertamente antifascistas.

Para além disso, precisamos de candidaturas pautadas pela resposta às necessidades reais das populações, que



ofereçam alternativas democráticas e socialistas, ensaiando novas formas de pensar o território, de construir comunidade, de fazer a diferença.

O Bloco não se candidata a estas eleições apenas para gerir a situação e recusa comprometer-se com executivos de direita ou sociais-liberais, submissos às lógicas da lei do valor, da gentrificação, da privatização de serviços públicos de proximidade, inativos perante as alterações climáticas ou insensíveis socialmente.

Não concorremos a estas eleições apenas para levar a bandeira do partido às urnas, ou com o objetivo limitado de o construir à escala municipal. E temos presente a consciência de que a abnegação dos autarcas bloquistas choca com um muro de institucionalismo e com bloqueios das rotinas impostas como certas.

Para além disso, o Bloco de Esquerda não pode limitar o seu trabalho local à presença em órgãos autárquicos. A participação local não se mede sobretudo por números de eleitos. Mede-se pelo ativismo criado, pelas sinergias com movimentos, associações e demais organizações locais que defendem no quotidiano o direito das populações à cultura e ao desporto e promovem a educação e o bem-estar. Mede-se pela capacidade de potenciar as lutas das populações.

Um dos desafios do trabalho local do Bloco é criar dinâmicas organizativas e políticas locais mobilizadoras que vão desenvolvendo coletivos no território, nos locais de trabalho, em escolas e universidades, em vários sectores da sociedade. Porque a organização, politização e atração de pessoas ao Bloco não podem ficar dependentes do mediatismo é preciso formar e disputar no terreno.

Na sua vida interna local, o Bloco deve pautar-se pela autonomia das concelhias, pela promoção de mecanismos democráticos de alta intensidade, pela construção de espaços de debate igualitários que ultrapassem o trefismo. É igualmente necessária uma participação direta das bases na vida nacional do partido, para que não fiquem isoladas nas suas estruturas locais. Só através desta participação poderemos ter um partido que consiga estabelecer as pontes necessárias entre a política local e a política nacional, que neste momento tanto escasseiam.

O Bloco só pode frutificar como partido-movimento opondo-se a um modelo de funcionamento centralizado e centralista. A sua intervenção local e autárquica deve estar orientada para ajudar a encontrar alternativas juntamente com as populações. E deve propor-se a ir muito mais além do que ser meramente um bom gestor municipal, procurando mudar paradigmas políticos autárquicos.

QUEBRAR AS CORRENTES: ALTERNATIVAS PROGRAMÁTICAS PARA A LUTA

O programa imediato do Bloco deve pautar-se pelas seguintes medidas urgentes:

> No plano das relações internacionais:

- Sair da NATO;
- Acabar com o Frontex e restantes mecanismos de vigilância contra a população imigrante em nome da liberdade total de circulação;
- Melhorar o acolhimento de pessoas refugiadas e apoiá-las na integração;
- Regularizar toda a população imigrante, alargando o seu direito de voto para todas as eleições e o acesso a todos os direitos: sociais, culturais, económicos.

> No plano económico:

- Renegociar a dívida e denunciar a cobrança de juros agiotas;
- Referendar o Tratado Orçamental;

- Bater-se por alterar as regras do Euro e lançar um amplo debate à esquerda sobre as consequências de uma saída da moeda única;
- Recuperar o investimento público e investir nas funções sociais do Estado;
- Nacionalizar os setores estratégicos da economia: banca, energia, água, saúde, educação, transportes, infraestruturas, correios, telecomunicações, recolha e tratamento de resíduos, indústrias da madeira e grande distribuição;
- Romper com as PPP e as rendas para empresas monopolistas;
- Tetos ou taxas para acumulação de capital por parte das grandes empresas;
- Conduzir uma reforma fiscal apoiada no controlo de capitais para financiar um aumento considerável do investimento público e do Estado Social;
- Aumentar o salário mínimo para 900 euros;
- Reduzir o IVA dos bens de primeira necessidade;
- Adotar políticas públicas que garantam não apenas o direito à habitação digna mas igualmente à decisão coletiva sobre o espaço;
- Aumentar a oferta de habitação pública, aprovar uma nova lei do arrendamento que regule o mercado baixando preços, que estabeleça tetos máximos de rendas e crie estabilidade nos contratos, e acabar com todos os incentivos à especulação imobiliária;
- Garantir que os transportes públicos não sejam privatizados e defender a gratuitidade do transporte público.

> No plano das políticas sociais:

- Conduzir uma política de pleno emprego;
- Acabar com a lógica da condicionalidade nas medidas de proteção social, rejeitando a moralização da pobreza e do desemprego, e reafirmando o princípio da livre escolha do trabalho;
- Diminuir a idade de reforma para 62 anos ou 40 anos de trabalho;
- Recusar a lógica da institucionalização das pessoas com diversidade funcional;
- Acabar com todas as formas de precariedade;
- Retirar da legislação portuguesa o código de trabalho imposto pela troika e priorizar a contratação coletiva dificuldade nos despedimentos;
- Diminuir o horário de trabalho para 30 horas para todos e todas, acabando com a figura da isenção de horário, e aumentar o número de dias de férias;
- Proibir estágios não remunerados e garantir acesso ao subsídio de desemprego a ex-bolseiros;
- Defender um subsídio de alimentação decente e igual para todos e todas;
- Criar lares públicos de forma a proteger e promover o bem-estar dxs idosos.

> Na saúde e na educação:

- Fim das taxas moderadoras na saúde;
- Programa de emergência para o combate à pandemia e pela saúde mental;



- Legalizar e regulamentar todas as drogas e, naquelas com valências terapêuticas, garantir que o Estado assuma a sua produção e distribuição, travando a criação do mercado monopolista que se está a criar;
- Abolir as propinas e o regime fundacional;
- Aumentar os apoios sociais aos estudantes.

> Pela transformação do território e dos ecossistemas:

- Estimular o repovoamento através da criação de serviços públicos de qualidade por todo o território e privilegiando a produção de bens que permitam a soberania alimentar e energética e o respeito e viabilidade pelos ecossistemas a curto e longo prazo;
- Conduzir uma política agrícola e de reindustrialização que combine o respeito pelos ecossistemas com a satisfação das necessidades sociais, favorecendo fontes de energia alternativas aos combustíveis fósseis, recusando a exploração petrolífera no país;
- Empreender um programa de reflorestação que privilegie a floresta autóctone e combater o extrativismo primário para exportação que deixa uma pegada ecológica nociva, reduzindo brutalmente biodiversidade;
- Promover o cooperativismo, a economia solidária e as alternativas auto-gestionadas.

> No sistema político:

- Estudar a adoção do voto eletrónico e de mecanismos que permitam incrementar a participação eleitoral dos emigrantes;
- Reforma do sistema eleitoral para corrigir as distorções na representatividade, deixando de favorecer os maiores partidos.

ORGANIZAR A CONTRA-CORRENTE: UM PARTIDO-MOVIMENTO

O Bloco chegou à política portuguesa com a promessa de fazer a diferença, não só mudando o mapa político nacional, mas também a própria forma de fazer política. Ousou definir-se então como partido-movimento. Mas, passados mais de 20 anos da sua fundação, surge apenas como partido tradicional: falta democracia interna, militância significativa e protagonismo das bases, sobra centralização, institucionalização e rotina.

A direção política está fechada em si mesma e perpetua-se, até a limitada regra de limitação de mandatos para os seus secretariados foi retirada dos estatutos na última Convenção; concentra as decisões fundamentais da vida do partido nas mãos de poucos, muitas delas tomadas não na Mesa Nacional mas na Comissão Política ou mesmo no Secretariado, um órgão que estatutariamente apenas teria «tarefas de coordenação executiva»; as decisões das Convenções são minimizadas, exemplo maior disso, a geringonça significou uma mudança de política fundamental que contrariava o inscrito na moção maioritária na Convenção anterior. Pelo contrário, a direção do Bloco tem de servir como meio de partilha e entreaajuda de militantes, não como o grupo que decide entre si aquilo que os militantes irão fazer a seguir.

Falta igualmente um debate estratégico mais vivo e mais formação política. É necessário repensar como intervir no mundo do trabalho para prepararmos uma ação mais eficaz. É preciso promover a discussão de alternativas de fundo para a sociedade, que configure uma aprendizagem e crescimento coletivo destemido na crítica das conceções de propriedade privada dos meios de produção ou ao funcionamento do imperialismo como ele existe hoje em dia.

O Bloco não pode ficar fechado nos limites confortáveis da ação política tradicional, na auto-construção imediatista, na propaganda do elogio em causa própria, mas deve ousar afirmar-se como o partido das solidariedades:



procurará por isso potenciar redes ao serviço dos movimentos de solidariedade e de auto-organização das pessoas mais desfavorecidas, estabelecendo as pontes fundamentais de confiança que permitam a unidade nas lutas contra o austeritarismo, reforçando modelos de decisão sem hierarquias ou dirigismo, numa cultura coletiva de responsabilidade, solidariedade e redistribuição, e apoiando experiências coletivas capazes de organizar respostas às necessidades mais básicas.

Para transformar o Bloco num partido-movimento é necessário desfazer a ultra-centralização e a institucionalização.

Assim, é urgente:

- Limitar mandatos nos vários níveis da direção;
- Realizar referendos internos sobre decisões fundamentais;
- Criar um boletim interno como veículo da diversidade de opiniões;
- Fazer renascer a formação política enquanto necessidade permanente;
- Valorizar, democratizar e atribuir responsabilidades reais ao trabalho de base;
- Estimular e apoiar a organização local e regional de aderentes em áreas geográficas em que o Bloco não tenha uma representação no terreno até agora relevante e interventiva;
- Criar um portal de transparência com informação atualizada sobre as contas do Bloco de Esquerda e as declarações de rendimentos de pessoas eleitas e dirigentes bloquistas;
- Estabelecer um salário único para funcionários e funcionárias e promover a rotatividade não só destes mas também nas posições de representação política, para evitar a dependência económica do partido. Reforçar o contacto real com as realidades da classe trabalhadora e estimular a criatividade e irreverência nas formas de fazer política.

O Bloco de Esquerda afirma-se como um partido comprometido em juntar a uma democracia interna de alta intensidade, a abertura aos diversos movimentos sociais e o compromisso de se colocar ao serviço dos movimentos de solidariedade e de auto-organização das pessoas mais desfavorecidas. Um movimento que acredita que a libertação da classe trabalhadora, dos grupos explorados, oprimidos e marginalizados, será feita por eles próprios ou não será.

*«Quem não se movimenta, não sente as correntes que o prendem», dizia Rosa Luxemburgo. Convocamos a força dessas vontades e dessas razões que se juntam para quebrar as correntes que, no país e no mundo, nos continuam a oprimir. Aqui estamos para construir esse Bloco em movimento, que coloca o socialismo como o horizonte necessário para o imediato. Isto apesar de haver quem diga que é uma **Quimera**.*



SUBSCRITORES

Alexandre Frias Pinto	Europa	15001
Alexandre Nunes Cunha	Leiria	9201
Alexandre Pinho da Cruz Bonilha	Europa	9361
Amália Espridião de Oliveira	Évora	956
Ana Martins	Lisboa	6425
Aníbal Rodrigues	Europa	4354
Artur Gouveia	Viseu	12061
Carlos Carujo	Lisboa	101
Carlos Cerqueira	Lisboa	501
Catarina Galego	Lisboa	12105
Érica Almeida Postiço	Lisboa	5155
Frederico Mira George	Lisboa	652
Inês Ribeiro Santos	Lisboa	5334
João Patrocínio	Lisboa	13408
João Paulo Pereira	Santarém	9936
José Guerra	Setúbal	1032
José Manuel Dias	Évora	7667
Joseph da Silva	Lisboa	7978
Júlio César Gouveia	Viseu	3726
Leonardo Costa	Porto	9739
Luís Castelo	Portalegre	7904
Luís Miguel Santos	Lisboa	8954
Manuel Fernandes	Porto	11068
Maria José Samora	Lisboa	502
Miguel Barrantes	Lisboa	11466
Nuno Miranda	Lisboa	6547
Nuno Moniz	Porto	4325
Orlanda Silva	Leiria	2891
Paulo Nascimento	Beja	7034
Paulo Pica	Lisboa	14854
Ricardo Toste	Terceira/Açores	4120
Rita Ribeiro	Lisboa	11318
Rita Silva	Lisboa	2001
Samuel Cardoso	Lisboa	9828
Soraia Simões	Lisboa	14724
Tiago Toledo	Lisboa	11551
Vítor Gomes	Aveiro	3629

CONTRIBUTOS PARA OS DEBATES DA XII CONVENÇÃO



PARA ALÉM DA EMERGÊNCIA

ADELINO FORTUNATO, ANA MARGARIDA ESTEVES, ANABELA RIBEIRO, ANTÓNIO GIL, ANTÓNIO CRUZ MENDES, ANTÓNIO MARINHO DA SILVA, ANTÓNIO PINTO PEREIRA, ANTÓNIO PROENÇA, ARLETE CRISÓSTOMO, CRISTINA BORGES GUEDES, HELENA FIGUEIREDO, JOÃO FERRÃO, JOÃO NÓBREGA, JORGE PEREIRA, JOSÉ MANUEL BOAVIDA, MARIA JOSÉ VITORINO, MARIANA TEÓFILA MATOS, MÁRIO OLIVARES, NELSON CALHEIROS, PATRÍCIA BARREIRA, PAULINO ASCENÇÃO, RUI CURADO SILVA, RUI FERRÃO, SARA GOULART DE MEDEIROS, VANESSA PEREIRA, WILLIAM NAVAL

DA EMERGÊNCIA À TRANSFORMAÇÃO DA SOCIEDADE

Contribuir para o aprofundamento da orientação do Bloco e a melhoria do seu funcionamento interno são os motivos deste documento. Os subscritores consideram a moção A a única com linha política definida, apoiada no balanço da intervenção e num projeto de direção, razões suficientes para que a apoiem e procurem nela compromisso crítico com vista à intervenção de transformação socialista da sociedade.

GESTÃO DA PANDEMIA

A ausência de disputa com o governo e a DGS no terreno da gestão da crise sanitária e a concentração na denúncia da limitação dos apoios sociais e económicos às vítimas da crise colocou o Bloco fora de grandes preocupações de setores da população e ajudou a um certo apagamento mediático.

Poderia ter-se ido mais longe na responsabilização política do governo, definição das orientações e comunicação com a população, envolvendo, para além do SNS fragilizado, os organismos da Proteção Civil e da Segurança Social, ampliando capacidade de intervenção na prevenção e contenção da pandemia e no suporte às populações.

O desconfinamento sem testagem massiva, democratização do acesso e generalização, em muitos casos gratuita, dos testes rápidos, revelaram-se desastrosos. A transição para a última vaga, a mais letal, poderia ter sido atenuada com uma orientação mais virada para o “confinamento do vírus do que das pessoas”, i.e., o confinamento das pessoas com infeção revelada pela massificação da testagem.

MEDIDAS DE EMERGÊNCIA E MEDIDAS ESTRUTURAIS

O Bloco tem proposto medidas de emergência. Se não se mudar a economia e a sociedade pela criação de emprego, a reconversão económica ou a reforma dos serviços públicos, instalar-se-á uma crise prolongada. Isto mostra os limites da separação entre medidas de emergência e estruturais: para assegurar sustentabilidade dos objetivos imediatos devemos articulá-los com medidas de médio e longo prazo.

Sustentabilidade implica criação de emprego, “reindustrialização”, reforma da legislação do trabalho e da proteção social, reforço da rede de lares e cuidados domiciliários e do controlo público do sector social, reforma do SNS com cuidados integrados de proximidade e sistemas locais de saúde, autonomia de gestão das escolas e renovação do corpo docente e não-docente. E descarbonização, investimento nos transportes públicos com energias renováveis, controlo público do setor financeiro para a política industrial, nacionalizações nas comunicações e energia, luta contra a corrupção.

O cenário otimista de recuperação rápida parte do diagnóstico errado - que esta crise é apenas sanitária. A reanimação económica será muito desigual, revelando setores e instituições inviáveis com a atual configuração.

CRIAÇÃO DE EMPREGO

O Bloco tem dado mais ênfase aos mecanismos de proteção imediata do que à criação de emprego, mas estes



dois objetivos são complementares.

A criação de emprego com vista ao pleno emprego, baseado em trabalho não precário, é objetivo de política económica e instrumento para a alteração da relação de forças a favor dos trabalhadores.

Criação de emprego pode ser obtida por três vias principais.

- diminuição da jornada de trabalho, 35 horas no setor privado, ou menos, para que se dividam as tarefas de laboração atuais por mais trabalhadores.

- “reindustrialização”. Algumas atividades tornaram-se prioritárias, relacionadas com saúde, medicamentos e cuidados, transição energética, energias renováveis e proteção ambiental, digitalização, tecnologias de informação, comércio eletrónico e segurança alimentar e o seu crescimento pode compensar as perdas.

- mecanismo de Garantia de Emprego. É o reforço do emprego em serviços públicos como o SNS, a área dos cuidados e educação, a habitação, a cultura, transportes, em trabalhos de recuperação ambiental, gerido localmente em função de necessidades de infraestruturas. É oportunidade para qualificar trabalhadores em atividades trabalho-intensivas.

REORGANIZAÇÃO DA ESQUERDA E MOVIMENTOS SOCIAIS

A intervenção do Bloco nos movimentos sociais ataca a natureza patriarcal, racista, extractivista, opressora e exploradora do capitalismo. É igualmente importante para enfraquecer partidos que aproveitem a popularidade destas causas para canalizar para o terreno da governação uma influência que nem sempre é de esquerda.

O crescimento do Bloco exige articulação entre propostas para influenciar ou contestar a governação, mobilizadoras de massas, com a intervenção na agenda dos movimentos sociais. Só o Bloco pode tirar partido desta complementaridade com uma boa calibragem da mensagem política que evite a dissolução da sua identidade. Isto nem sempre tem acontecido.

O Bloco deve apresentar propostas viradas para questionar o rumo da governação, ao mesmo tempo que tira partido do distanciamento face a um governo vergado perante as exigências da União Europeia e a ameaça de austeridade. O Bloco não pode remeter-se ao acantonamento, mas também não pode afastar-se da sua matriz anticapitalista.

CRESCIMENTO DO BLOCO E ESTRUTURAS DE ACOMODAÇÃO

Na sequência das presidenciais surgiram novas adesões. A dificuldade será estabilizar a permanência destes camaradas tendo em conta que, muitos deles, se aproximaram pela identificação com os movimentos sociais e a rotina das concelhias não basta para motivar a sua militância.

É o problema de compatibilizar a intervenção nos movimentos e setores com a organização territorial do partido, quando muitos aderentes não encontram nas concelhias resposta para os seus objetivos de intervenção ou debate político.

A resposta a estes problemas implica reforço de uma organização de juventude animada pelo Bloco, abertura dos grupos de trabalho da Mesa Nacional a uma dinâmica regional, articulada com os núcleos centrais, e aprofundamento do debate nos plenários regionais, superando a falta de quadros sentida nas concelhias.



PELA DEMOCRACIA NA GESTÃO DAS ESCOLAS

ADELINO GRANJA, ALEXANDRE CARNEIRO, DOMICÍLIA MARIA CORREIA COSTA, ELSA MOREIRA, FERNANDO CASTRO, GORETE PIMENTAL, HIGINO MAROTO, JOÃO MADEIRA, JORGETE TEIXEIRA, JOSÉ BASTOS, JOSÉ MANUEL DO CARMO, LUÍS MOUGA LOPES, LUÍS PEREIRA, LURDES GOMES, MARIA JOSÉ MAGALHÃES, PEDRO MIGUEL CARDOSO, ROSÁRIO VAZ, RUI CORTES, SANDRA DA COSTA, SÍLVIA CARREIRA, SÓNIA ALEXANDRA FERREIRA LAMACHÃ, VITOR TOJEIRA.

A defesa da escola pública não se pode dissociar da exigência de um modelo de gestão democrático das escolas. O sistema actual está a sufocar a vida nas escolas tornando-as espaços cada vez mais parecidos com empresas, onde a figura do director se destaca pela sua postura autoritária, praticamente sem limites no seu exercício de poder. É ao Conselho Geral que cabe a responsabilidade da sua eleição. Este órgão de gestão é composto por representantes da comunidade educativa, professores, alunos, funcionários, pais e encarregados de educação, municípios e comunidade local, sendo que o número de representantes do pessoal docente e não docente não pode ser superior a 50% o que faz com que as decisões estejam nas mãos de elementos exteriores à escola ou, em última análise, dependentes dos directores, capazes de manobrar os convites às entidades que mais lhes convêm.

Mercê da legislação em vigor, o exercício deste cargo tende a perpetuar-se por demasiado tempo, mediante a repetição de mandatos, acentuando as características despóticas do director, tanto a nível da distribuição de trabalho como de contratações, tantas vezes tendenciosas e até fraudulentas. São inúmeros os casos de arbitrariedades e ataques aos direitos dos docentes e não-docentes desrespeito pelo horário de trabalho, marcação de reuniões fora de horas, obrigatoriedade de frequentar determinadas acções de formação ou a inclusão obrigatória em alguns projectos. Servindo-se da situação frágil dos professores contratados, frequentemente recorrem a estes como pontos de apoio, fazendo chantagem com a sua situação de instabilidade de emprego. Mas o clima de medo estende-se também aos docentes do Quadro que ao não acederem às exigências correm o risco de retaliações no ano seguinte, em relação à distribuição de horários e turmas.

Deve dizer-se que grande parte das vezes são, os directores, mais papistas que o papa no cumprimento das normas ministeriais, fazendo o impossível por ficarem bem vistos pela tutela.

E assim se vai perpetuando um estado de coisas que vai fazendo com que a impotência e o medo se instalem, agravando a saúde física e mental de milhares de profissionais e degradando cada vez mais a qualidade de ensino das escolas.

É fundamental que o Bloco vá além das raias estabelecidas pelo governo no que diz respeito à Educação e seja promotor de um amplo movimento em defesa da Escola Pública enquanto espaço de sucesso real, inclusivo, equitativo, acessível a todos e todas, e, simultaneamente, exija com frontalidade e firmeza a mudança célere deste sistema de gestão e o retorno à democracia nas escolas.

DELINEAR AMBIENTES DE APRENDIZAGEM

ADELINO GRANJA, ALEXANDRE CARNEIRO, DOMICÍLIA MARIA CORREIA COSTA, ELSA MOREIRA, FERNANDO CASTRO, GORETE PIMENTAL, HIGINO MAROTO, JOÃO MADEIRA, JORGETE TEIXEIRA, JOSÉ BASTOS, JOSÉ MANUEL DO CARMO, LUÍS MOUGA LOPES, LUÍS PEREIRA, LURDES GOMES, MARIA JOSÉ MAGALHÃES, PEDRO MIGUEL CARDOSO, ROSÁRIO VAZ, RUI CORTES, SANDRA DA COSTA, SÍLVIA CARREIRA, SÓNIA ALEXANDRA FERREIRA LAMACHÃ, VITOR TOJEIRA.

O séc XXI precisa de cidadãos que aprendam por si mesmos, com uma atitude de contínua formação e uma perspetiva social crítica. Neste contexto o papel do professor é totalmente diferente. Do professor que fala, transmite oralmente o conhecimento, que os alunos já não ouvem e que, sabemos hoje, não funciona lá muito bem, ao professor que facilita experiências, oportunidades em que o aluno aprenda ativamente; em que o aluno confronta as suas ideias com os fenómenos concretos em contínuo contraste entre o seu pensamento e o dos outros, dos colegas, do prof; do ambiente natural e social, dos livros e da comunidade em geral. Portanto, desenhar o ambiente de aprendizagem torna-se uma importante competência profissional docente.

O professor capaz de promover o espírito crítico, terá necessariamente que ter desenvolvido espírito crítico; o professor que promove autonomia de aprendizagem, tem capacidade para se informar das bases e dos desenvolvimentos da sua profissão; o professor que baseia a sua atividade docente na exploração do meio e na criação de um ambiente de aprendizagem favorável, rodeia-se de um ambiente favorável à inovação e à criatividade, em colaboração e entre pares. O professor profissionalmente consciente rejeita uma educação com um século de atraso, ainda que sem estrado e com quadros interativos, e luta por um currículo que se ajuste às necessidades.

Os professores, obreiros da mudança, são um fator central, no entanto, tal como numa fábrica, os operários são quem faz funcionar a empresa, mas o modo como trabalham é determinado pela estratégia e orientações operacionais da direção, seus engenheiros e capatazes. O currículo na prática, ao nível da escola e da turma, é determinado pela interpretação dos inspetores e diretores e, sobretudo, pela cultura de escola. Enquanto os professores não deixarem de se assumir como meros cumpridores e leitores de um programa e livro de texto, a educação não será a que o país e os jovens precisam.

Reformas têm-se sucedido e a cada passo introduzem elementos, no entanto de modo desarticulado, criando contradições, pelo menos aparentes, terminam sem lograr os objetivos a que se propunham. O discurso teórico não foi acompanhado de representações práticas da sua realização. Os transmissores da novidade não promoveram experiências concretas, não refletiram a partir de experiências práticas e não fizeram demonstração dos modos da sua concretização; não experimentaram formas de organização da escola que revelassem uma outra cultura. Insistiram em “conferências” e formações viradas para explicar o que estava escrito, como se os professores não soubessem ler. Não muda estar a fazer um discurso. A percepção dos professores do currículo continua a ser o livro de texto; a percepção dos professores do ambiente de aprendizagem continua a ser a sala de aula e o livro de texto. Os professores não percebem como o ambiente e o meio envolvente se pode tornar o ambiente de estudo. Isto, requer formação a partir de experiências concretas vividas por si e por outros, no contexto em que trabalham e apoiadas pela “Escola”.

Entre os professores há a percepção de adesão aos elementos teóricos associados a palavras como “projeto”, “flexibilidade”, “interdisciplinaridade”, “inclusão”, “ensino centrado no aluno” e na “construção do conhecimento”, etc., que têm permeado muitos documentos de orientação curricular, mas à percepção de que é importante, junta-se também a percepção de que não se sabe fazer e que não se tem condições para o fazer. Este é o sinal da incompetência do ME no seu sentido mais amplo: a incapacidade para compreender e implementar as mudanças.

As experiências de formação moldam as atitudes, as crenças e a percepção do currículo desejado e a sua representação prática. Apenas permitir aos professores aprender a ensinar num contexto diferente originará



uma diferente percepção pessoal e profissional do currículo e o desenvolvimento das necessárias competências, atitudes e valores, assim como contribuirá para uma nova cultura da escola.

O BE, partido revolucionário, não pode continuar a focar-se nos aspetos circunstanciais, laterais e economicistas das lutas por carreiras, falta de computadores, salários etc., sem colocar no centro da luta a “Educação”. Que coisa mais reformista seria estarmos a discutir o modelo da formação inicial ou contínua, sem discutir o conteúdo do ensino concreto na turma e na escola. É aqui que passa o corte! O sistema está disposto a discutir connosco tudo. Apenas não quer discutir o conteúdo da Educação. E nesta luta, não continuar a cair na tentação errada de que a luta se faz por cima: Parlamento e iniciativas centrais. A luta faz-se principalmente em baixo. Organizar a mudança pressupõe promover incentivar as experiências de organização de um ensino diferente. Organizemos os professores para agir e não apenas para falar. Organizar, um, dois, muitos vietnames na Escola.

ESCOLA EM TEMPOS DE PANDEMIA

ADELINO GRANJA, ALEXANDRE CARNEIRO, ANTÓNIO RICARDO, DOMICÍLIA MARIA CORREIA COSTA, ELSA MOREIRA, GORETE PIMENTEL, JORGETE TEIXEIRA, JOSÉ BASTOS, JOSÉ CARLOS LOPES, JOSÉ MANUEL CARMO, LINO CARVALHO MENDES, LUÍS PEREIRA, LURDES GOMES, RICARDO SALABERT, SANDRA DA COSTA, SÍLVIA CARREIRA, SÓNIA ALEXANDRA FERREIRA LAMACHÃ, VITOR TOJEIRA.

A Escola Pública tem sido alvo de sucessivos programas ministeriais que, a par de uma valorização das infra-estruturas, se têm traduzido numa contínua redução dos recursos financeiros e humanos. Temos escolas de bonita fachada com um interior falho de materiais e carentes de profissionais. Pouco mais que o necessário para acomodar com tranquilidade os filhos das classes desprivilegiadas (por razões económicas ou geográficas).

As fragilidades da Escola Pública têm sido escamoteadas, em boa parte, devido ao desempenho dos seus profissionais, tantas vezes mal pagos e em sobre-trabalho. A Pandemia tornou mais difícil essa operação de disfarce. As fragilidades são agora mais notórias.

Quando reparamos como o confinamento de dois ou três funcionários pode obrigar ao fecho de uma escola ou quando vemos professores do 3º ciclo a acompanhar alunos do 1º ciclo, sabemos que é urgente contratar mais profissionais.

Pior um pouco se a gestão destes insuficientes recursos humanos é feita à conta de uma crescente desregulação das condições laborais expressa, de forma superior, no tele-trabalho. Aos professores, cada vez mais indiferenciados, é imposta uma mais longa jornada de trabalho e imputados custos de produção – da electricidade aos computadores pessoais – não se coibindo alguns Directores de afirmar que ensino à distância não é tele-trabalho!

Menos visível é o empobrecimento do ensino durante o confinamento. E não tinha que ser assim. Tivesse a experiência do ano lectivo anterior (2019- 20) sido utilizada para projectar e implementar um verdadeiro ensino à distância; e não este ensino de emergência que temos. Um ensino com conteúdos reduzidos e simplificados, com uma crescente descaracterização dos profissionais, com métodos de aferição e avaliação muito discutíveis, necessariamente, promotor de alunos com menos conhecimentos e competências. Não era uma inevitabilidade.

Há quem chame à atenção para as previsíveis consequências psicológicas de confinamento. Nos últimos anos, as notícias de violência física ou psicologia no espaço escolar tornaram-se banais. É plausível que o desgaste decorrente da circunscrição ao espaço doméstico associado à recorrente imprevisibilidade do equipamento informático provoque ainda maior instabilidade emocional. Por certo, alguns alunos regressarão à sala de aula mais desalentados do que quando saíram.

Toda esta acentuada fragilidade da Escola Pública não tem passado despercebida à tutela e muito menos tem sido desperdiçada para ensaiar mudanças. No silêncio do alvoroço é menor a exposição. A “demissão” do Ministério da Educação tem potenciado, por um lado, o reforço do despotismo dos Directores e, por outro, a intromissão nas escolas dos Municípios. Os ditames e as acções de uns e outros, face ao vazio ministerial, aparecem como inquestionáveis e até necessários. E toda a arbitrariedade pode ser justificável.

O resultado de tudo isto, infelizmente, é o que temos visto. Continuamos a ter muitos alunos, sem acesso a um computador ou sem Internet capaz de lhes permitir assistir às aulas on line. Alguns, pura e simplesmente, estão ausentes desta escola à distância.

A Esquerda não pode ser complacente com a desvalorização da Escola Pública. Deve aliar a denúncia veemente à proposta construtiva. Sem receio de apontar á utopia concreta, promotora de emancipação.

O BLOCO PELA REGIONALIZAÇÃO I

ADELINO GRANJA, ALEXANDRE CARNEIRO, ANA FILIPA COSTA, ANA MASSAS, ANA ROSA PENDILHAS, ANTÓNIO ABREU, ANTÓNIO RAMOA, ANTÓNIO RICARDO, ANTÓNIO LUZ, CARLOS MARQUES, CARLOS MATIAS, CONSTANTINO PIÇARRA, ELISA ANTUNES, GORETE PIMENTEL, GUILHERME MONTEIRO, HENRIQUE LEAL, HIGINO MAROTO, JOÃO CARVALHO, JORGE MENDES, JOSÉ BASTOS, JOSÉ CARLOS LOPES, JOSÉ CARVALHO, LEONOR ANTUNES, LINO CARVALHO MENDES, LUÍS MOUGA LOPES, MANUEL CANELAS, MARCO LOUREIRO, MARIA JOSÉ MAGALHÃES, MÁRIO MANUEL SILVA, MÁRIO TOMÉ, MIGUEL OLIVEIRA, MIRIAM CABO, PAULA PEREIRA, PEDRO CARDOSO, PEDRO GUEDES OLIVEIRA, PEDRO PEREIRA NETO, ROGÉRIO PINTO, RUI CORTES, VITOR TOJEIRA

Ao longo das últimas décadas, a discussão de criação das Regiões Administrativas em Portugal continental tem vindo a ser marcada por um adiamento sistemático ao qual se tem imiscuído o processo de descentralização por via da municipalização em curso.

Mas o problema é mais profundo do que a simples discussão entre “regionalização, sim ou não” e não existe uma clarificação sobre os conceitos-base necessários à elaboração de um discurso por todos partilhado.

Regionalização não pode ser confundida com descentralização, ainda que a efectivação das Regiões venha a ter como consequência a descentralização de competências e poderes centrais para os órgãos regionais, mas também haverá um processo de centralização nos órgãos regionais de competências e poderes hoje dispersos pelas Câmaras Municipais, CIMS e CCDRS.

Nas palavras da Comissão Independente para a Descentralização, ficam claros os objectivos do processo de Regionalização:

“- A promoção do desenvolvimento económico e social das Regiões de forma equilibrada e sustentada no Ordenamento do Território, Ambiente, Conservação da Natureza e Recursos Hídricos; Equipamento Social e Vias de Comunicação; Educação e Formação Profissional; Cultura e Património Histórico; Juventude, Desporto e Tempos Livres; Turismo; Abastecimento Público; Apoio às Actividades Produtivas e no apoio à ação dos municípios.

- Aprofundamento da democracia participativa, da governação democrática e aproximação dos centros de decisão das populações.”

A Regionalização é o meio que garante o reforço significativo da Coesão, da Equitatividade, do Controlo Democrático e da Participação Cidadã nos processos de tomada de decisão do futuro colectivo e da governação ao nível sub-nacional, sempre em linha de conta com as capacidades de desenvolvimento local/regional, as suas potencialidades e as suas limitações. É também a forma mais eficaz e eficiente de combate às assimetrias entre as Áreas Metropolitanas e o resto do território a par com a redução acen-tuada do centralismo que essas áreas exercem nos processos de tomada de decisão e de absorção dos recursos disponíveis para o desenvolvimento.

As reformas que têm vindo a ser feitas ao nível legal em torno da transferência das competências e dos fluxos financeiros para as Autarquias não fazem mais que reforçar o poder discricionário dos Presidentes de Câmara e as formas anti-democráticas de deturpação da vontade popular expressa em urna, designadamente através da existência de “cargos por inerência de funções” e da criação artificial de maiorias. A manutenção desta prática reduz substancialmente o controlo democrático, potencializa a criação e a manutenção de redes clientelares e aprofunda as assimetrias intra-municipais e inter-municipais. O processo de regionalização tem de evitar as tentações presidencialistas e de reforçar os princípios de equidade e de coesão nacional assim como da democracia representativa.

O processo de transferência e de delegação de competências para os municípios, relativamente ao qual estamos frontalmente contra, tem revelado que a esmagadora maioria daqueles não têm nem as competências técnicas nem os recursos materiais, humanos e financeiros para as poderem exercer, acabando por delegar nas CIM o seu exercício ou por contratar empresas privadas, directa ou indirectamente, para o mesmo efeito, o que vem consolidar as redes clientelares.



A Lei 56/91 estabelece as regras e os órgãos regionais de forma clara. Não identifica o número nem a abrangência territorial de cada região, nem quais os critérios que devem ser tidos em consideração no processo. Não é possível concretizar o estipulado na Constituição de 76 sem que a reforma conducente à Regionalização não interfira com o enquadramento legal das Autarquias actualmente em vigor. Também esta vertente deverá estar presente na clarificação dos critérios de definição quer das competências quer dos poderes atribuíveis a cada órgão de gestão sub-nacional, incluindo o do seu financiamento. E de-verá-estar em evidência a necessidade de preservar as continuidades/descontinuidades e as identidades culturais (em sentido lato) na definição das unidades de gestão política-administrativa-territorial a criar.

O processo de Regionalização tem de fazer face às insuficiências que as sucessivas reformas administrativas têm demonstrado e é necessário que a sua arquitectura parta de uma identificação clara de quais as competências que conferem maior eficácia e eficiência consoante os níveis (nacional, regional, municipal) de gestão política-administrativa-territorial tendo em conta as necessidades de desenvolvimento equitativo em todo o território. É ainda necessária a devolução às populações do controlo democrático efectivo sobre a gestão da res publica, reduzindo as distorções que foram introduzidas nas reformas anteriores.

O BLOCO PELA REGIONALIZAÇÃO II

ADELINO GRANJA, ALEXANDRE CARNEIRO, ANA FILIPA COSTA, ANA MASSAS, ANA ROSA PENDILHAS, ANTÓNIO ABREU, ANTÓNIO RAMOA, ANTÓNIO RICARDO, ANTÓNIO LUZ, CARLOS MARQUES, CARLOS MATIAS, CONSTANTINO PIÇARRA, ELISA ANTUNES, GORETE PIMENTEL, GUILHERME MONTEIRO, HENRIQUE LEAL, HIGINO MAROTO, JOÃO CARVALHO, JORGE MENDES, JOSÉ BASTOS, JOSÉ CARLOS LOPES, JOSÉ CARVALHO, LEONOR ANTUNES, LINO CARVALHO MENDES, LUÍS MOUGA LOPES, MANUEL CANELAS, MARCO LOUREIRO, MARIA JOSÉ MAGALHÃES, MÁRIO MANUEL SILVA, MÁRIO TOMÉ, MIGUEL OLIVEIRA, MIRIAM CABO, PAULA PEREIRA, PEDRO CARDOSO, PEDRO GUEDES OLIVEIRA, PEDRO PEREIRA NETO, ROGÉRIO PINTO, RUI CORTES, VITOR TOJEIRA

Regiões: Atribuições e Competências

É uma das responsabilidades da esquerda garantir o controle democrático das instituições, independentemente do respectivo nível de intervenção. Assim, a defesa intransigente de mecanismos de eleição universal directa para os órgãos autárquicos regionais é um imperativo do qual não nos podemos abstrair. Da mesma forma, não é possível aceitarmos a existência de regiões meramente administrativas, porque as opções de desenvolvimento devem ser sempre objecto de discussão dentro da sociedade e serem livre e conscientemente aceites pelas populações às quais, em última análise, se destinam.

Atribuições

A Região Político-Administrativa (RPA) é uma pessoa colectiva territorial, dotada de autonomia política, administrativa e financeira e de órgãos representativos, que visa a prossecução de interesses próprios das populações respetivas, como fator da coesão nacional, devendo seguir o princípio da descentralização administrativa e do desenvolvimento regional.

ÂMBITO NACIONAL E INTER-REGIONAL

Compete às RPA (funções mais amplas daquelas estabelecidas na Lei 56/91):

Apresentar propostas de lei e respetivas propostas de alteração;

Regulamentar a legislação regional e as leis emanadas dos órgãos de soberania;

- Exercer poder tributário próprio (nos termos da lei a definir), bem como adaptar o sistema fiscal nacional às especificidades regionais;
- Propor a criação e a extinção de concelhos e freguesias;
- Proceder à representação nas respectivas instituições regionais e nas delegações envolvidas em processos de decisão da União Europeia (ou outros fóruns multilaterais), quando estejam em causa matérias que digam respeito à Região, bem como participar na transposição de atos jurídicos da União e demais instrumentos de regulação multilateral;
- Assumir o papel de agente activo nas acções e na construção da Europa das Regiões, deixando de ser o Governo Central a assegurar a representação portuguesa nesses fóruns.

ÂMBITO REGIONAL

Compete às RPA (funções mais amplas daquelas estabelecidas na Lei 56/91):

- Elaborar os planos de desenvolvimento regional, assim como participar na elaboração dos planos nacionais de

desenvolvimento económico e social; - Intervir, em termos regionais, nas seguintes áreas:

1. ordenamento do território, ambiente, conservação da natureza e recursos hídricos;
2. equipamento social e vias de comunicação;
3. educação e formação profissional, cultura e património histórico;
4. juventude, desporto e tempos livres;
5. turismo;
6. abastecimento público;
7. apoio às atividades produtivas e à ação dos municípios.

- Estabelecer acordos de cooperação transfronteiriça e participar em projectos supra-nacionais de âmbito regional, quer no quadro da UE, do EEE ou de outros enquadramentos de cooperação transnacional.

Órgãos representativos das RPA

- Assembleia Regional, órgão deliberativo e de fiscalização da região administrativa, constituído apenas por membros diretamente eleitos pelos cidadãos recenseados na área da respetiva região. Anteriormente, era constituída por representantes das assembleias municipais (Lei n.º 56/91), funcionando como um colégio eleitoral, reduzindo a democracia direta;
- Junta Regional, órgão executivo da região, constituído por um presidente e vogais, eleitos segundo o sistema de representação maioritária, por escrutínio secreto e por listas plurinominais.

Cabe às RPA definir os Planos a apresentar à Assembleia Regional, tais como os planos de desenvolvimento regional e de ordenamento do território, os planos diretores municipais (garantindo a articulação entre os Planos Directores Municipais e os Planos de Desenvolvimento e de Ordenamento Regional), promover a construção e a manutenção de infraestruturas, equipamentos e outros investimentos públicos de nível regional, participar nos órgãos de gestão respetivos além dos do funcionamento dos serviços e da gestão corrente, como plano de atividades e orçamento e, ainda, assegurar a articulação entre os projectos supra-regionais em função dos Planos Nacionais de desenvolvimento e os Regionais e Sub-Regionais.

As eleições para as regiões administrativas não têm de se realizar em simultâneo com as dos demais órgãos autárquicos. A eleição deverá acontecer em lista única, à semelhança da eleição para a Assembleia da República.

Contrariamente ao que ocorre na eleição dos restantes órgãos autárquicos, a composição da Junta Regional deriva diretamente da Assembleia Regional e da negociação entre as diferentes listas concorrentes ao órgão.

São admitidas listas de cidadãos independentes, à semelhança do que ocorre nas restantes eleições de órgãos autárquicos.

O BLOCO PELA REGIONALIZAÇÃO III

ADELINO GRANJA, ALEXANDRE CARNEIRO, ANA FILIPA COSTA, ANA MASSAS, ANA ROSA PENDILHAS, ANTÓNIO ABREU, ANTÓNIO RAMOA, ANTÓNIO RICARDO, ANTÓNIO LUZ, CARLOS MARQUES, CARLOS MATIAS, CONSTANTINO PIÇARRA, ELISA ANTUNES, GORETE PIMENTEL, GUILHERME MONTEIRO, HENRIQUE LEAL, HIGINO MAROTO, JOÃO CARVALHO, JORGE MENDES, JOSÉ BASTOS, JOSÉ CARLOS LOPES, JOSÉ CARVALHO, LEONOR ANTUNES, LINO CARVALHO MENDES, LUÍS MOUGA LOPES, MANUEL CANELAS, MARCO LOUREIRO, MARIA JOSÉ MAGALHÃES, MÁRIO MANUEL SILVA, MÁRIO TOMÉ, MIGUEL OLIVEIRA, MIRIAM CABO, PAULA PEREIRA, PEDRO CARDOSO, PEDRO GUEDES OLIVEIRA, PEDRO PEREIRA NETO, ROGÉRIO PINTO, RUI CORTES, VITOR TOJEIRA

Receitas e Financiamento

A garantia de sucesso do processo de regionalização depende de as RPA disporem das receitas fiscais cobradas ou geradas nos seus territórios, bem como de uma participação nas receitas tributárias do Estado, estabelecida de acordo com um princípio que assegure a efetiva solidariedade nacional - quando necessário, através da introdução de medidas de discriminação positiva -, derramas e outros impostos regionais, comparticipações atribuídas no âmbito dos contratos-programa; cobrança de taxas e tarifas pela prestação de serviços e utilização de equipamentos, além de rendimento do património próprio e da utilização do domínio público da região e aproveitamento de bens de utilização coletiva.

As transferências do Estado central para as RPA, através de dotação do Orçamento do Estado, deverão cobrir os custos de funcionamento e de desenvolvimento das atribuições transitadas para as regiões e garantir a compensação devida para as regiões com menor capacidade de obtenção de receitas locais. Terá de ser incluído um factor de coesão, à semelhança do que acontece com o Fundo de Coesão (da UE) que combine indicadores de desenvolvimento das regiões (mais alargados que o simples PIB per capita) face à média nacional. Por outras palavras, incluir nas transferências do Estado para as Regiões os custos da periferização das regiões ou da sua baixa densidade humana.

A capacidade cobrança de impostos locais (por exemplo, através da criação de mecanismos que promovam, por via fiscal, a descarbonização das actividades humanas, ou variações de maior amplitude ao nível do imposto sobre os bens imóveis, como forma de combate ao abandono nas área de baixa densidade) deverá ser equacionada, eventualmente de forma partilhada entre as RPAs e os Municípios.

A política fiscal regional deverá ter em conta medidas de atracção de investimento produtivo para a criação e/ou consolidação de fileiras de valor, sem perder de vista a necessidade de manutenção de coesão nacional.

Sendo um dos objectivos da criação das RPAs o aumento da capacidade de gestão do território, através da constituição de massa crítica ao nível do know-how, o recurso ao lançamento de concessões como forma de prestação de serviços às populações e de geração de receitas para as RPAs deve ser acompanhado de medidas de aquisição e desenvolvimento de competências próprias que possibilitem a constituição de operadores internos capazes de, a prazo, exercerem a gestão directa pública desses serviços.

O Bloco de Esquerda considera que a capacidade de gestão territorial ao nível regional depende da criação de mecanismos que garantam os meios para o desenvolvimento das regiões, especialmente as de baixa densidade, através da partilha de atribuições, competências e recursos (humanos, materiais e financeiros) entre os diferentes níveis de gestão (Nacional, Regional e Local) e sem perder de vista a coesão e a equitatividade nacional.

Questões Finais

Deliberadamente existem duas questões-chave às quais se afigura extemporâneo propor qualquer solução: a armadilha do duplo referendo, criada pela coligação negativa à regionalização PS-PSD, nó górdio criado no Parlamento e que só o Parlamento poderá desatar; e o Mapa das regiões, que, nesta fase, mais não faria que inquinhar a discussão, já que só se poderá falar de mapa depois de se estabelecerem com rigor quais as competências que



os Órgãos Regionais terão, com que meios, e como se articulam com o Estado central e com os Municípios - lembremo-nos que as CIMs não são órgãos autárquicos e que a sua manutenção num quadro de regionalização efectiva poderá estar comprometida.

O Bloco de Esquerda tem de se posicionar claramente pela implementação da Regionalização, defendendo regras claras de estabelecimento das Regiões com autonomias política, administrativa e financeira, que promovam a coesão territorial e dotadas dos recursos necessários ao seu desenvolvimento sustentado, aumentando o grau de controlo democrático e da participação cidadã, criando e dinamizando um movimento social em torno no imperativo da Regionalização.



A REVOLUÇÃO SERÁ FEMINISTA, OU NÃO SERÁ

ADRIANA LOPERA, ALEXANDRA VIEIRA, ALMERINDA BENTO, ANA CANSADO, ANA DURÃES, ANA ISABEL SILVA, ANA TERESA SEBASTIÃO, ANABELA MANGAS, ANDREIA PENICHE, ANDREIA QUARTAU, ASSUNÇÃO ROCHA, BEATRIZ GOMES DIAS, BEATRIZ VIEIRA, BRUNO GÓIS, CAROLINA MONTEIRO, CAROLINA VIEIRA, CATARINA OLIVEIRA, CATARINA RODRIGUES, CATARINA VIEIRA, CRISTINA SEMBLANO, DEOLINDA MARTIN, DINA NUNES, FABIÓLA CARDOSO, FÁTIMA BARATA, FÁTIMA PINHEIRO, FILIPA FILIPE, HELENA PINTO, INÊS BOM, ISABEL PIRES, JOANA GRILO, JOANA IDEIAS, JOANA LOUÇÃ, JOANA MORTÁGUA, JULIETA ROCHA, LEONOR ROSAS, LUÍSA TEIXEIRA, MAFALDA BRILHANTE, MARIA ALEXANDRA VALADAS, MARIA HENRIQUE, MARIA MANUEL ROLA, MARIANA AIVECA, MARIANA GONÇALVES DA SILVA, MARISA MATIAS, PATRÍCIA ABRANTES, PATRÍCIA MARTINS, RAQUEL VITORINO, RITA BAPTISTA, RITA SARRICO, SANDRA CUNHA, SANDRA GUERREIRO, SANDRA MALTEZ, SARA SANTOS (AZUL), SOFIA ROQUE, SÓNIA RIBEIRO, TEÓFILA DE MATOS, TESSA GUIMARÃES, VANESSA SOUSA

“Não serei livre enquanto houver uma mulher sem liberdade, mesmo que as correntes que a aprisionam sejam diferentes das minhas.”

Audrey Lorde

Da luta pelo direito ao voto à luta pelo direito ao trabalho, ao aborto ou à paridade, a História está pejada de exemplos da tenacidade e da capacidade revolucionária da luta das mulheres.

Fartas de serem limitadas ao papel de mulher objeto/mãe/esposa/dona de casa, as mulheres recusaram ser domesticadas e entraram em força no mundo do trabalho, estão em todas as profissões, são a maioria no ensino superior e a maioria das diplomadas, conquistaram o direito a decidirem sobre o seu corpo e ocuparam lideranças políticas. Hoje temos instrumentos internacionais e nacionais que impõem a igualdade salarial, a igualdade de oportunidades no acesso ao emprego, a paridade na política, protegem da violência sexual e de género e de inúmeras discriminações.

Mas os progressos e conquistas civilizacionais rumo à igualdade de género não têm acontecido ao mesmo ritmo em todas as regiões do mundo, nem tão pouco sem ameaças de retrocesso. E os avanços não derrubaram a desigualdade. O capitalismo alimenta-se da submissão das mulheres ao poder patriarcal, explora o seu trabalho não pago e não hesita em aliar-se às forças mais reacionárias da sociedade.

A pandemia que atravessa o mundo, a crise do capitalismo e o avanço da extrema-direita são hoje as expressões mais visíveis dessas ameaças. Ressurge o conceito reaccionário de *“ideologia de género”* pela mão da extrema-direita ancorada em estereótipos do sistema patriarcal, que impõe modelos de dever ser, despreza os princípios e valores da igualdade e liberdade e ataca os direitos à autodeterminação sexual e de género.

A feminização do mercado de trabalho tem sido acompanhada pelo aumento das formas flexíveis e precárias de emprego. As mulheres continuam a ganhar menos e são mais precárias. São as mais vulneráveis à pobreza e à exclusão social. Acumulam o trabalho fora de casa com as tarefas domésticas e os cuidados com os filhos. Estão, por isso, menos disponíveis para a vida pública e política, para o associativismo e o ativismo, são por isso afetadas na progressão das suas carreiras e nas carreiras contributivas. São minoritárias nos cargos de liderança, mesmo em setores onde são a maioria dos trabalhadores e permanecem sub-representadas nos cargos políticos. Os crimes sexuais e a violência de género continuam a carregar a marca de género, uma em cada três mulheres já foi ou será vítima de algum tipo de violência. Por trás dos números assustadores dos femicídios, estão mulheres com nomes e rostos como nós. Contam-se frequentemente entre os grupos mais desprotegidos nas situações de conflito, de migração e de deslocação de populações. São as mais vulneráveis e desprotegidas nos campos de detenção às portas da Europa.

Porque a desigualdade persiste, as mulheres partem para qualquer crise em situação de desvantagem cujos impactos as penalizam de forma desproporcional. As desigualdades estruturais reconfiguram-se e agravam-se. A destruição socioeconómica aumenta o risco de violência e pobreza e é especialmente penalizadora para



quem sofre múltiplas discriminações, como as mulheres racializadas, lésbicas, trans ou as pessoas não-binárias. As mulheres mais velhas são mais desprezadas e invisibilizadas, assim como aquelas com deficiência. As trabalhadoras imigrantes e das comunidades racializadas ficam ainda mais expostas à quebra de rendimentos. Trabalhadoras domésticas, trabalhadoras do sexo e outras trabalhadoras informais vêm-se a braços com a falta de proteção social.

Sabemos que não é fácil derrubar um patriarcado multissecular, mas avançaremos com a convicção de que não aceitamos os muros e prisões incapacitantes a que nos confinaram. As mulheres são as mais expostas à violência das crises pandémica, socioeconómica e climática. E simultaneamente têm liderado combates contra o avanço das forças reacionárias e da destruição ecológica e social.

O Bloco de Esquerda defende um feminismo plural, onde cabem todas as lutas sem hierarquias e sem sectarismos. O feminismo que queremos é anticapitalista, antirracista, pela libertação LGBTI+, ecologista e internacionalista. A nossa perspectiva é a da interseccionalidade da luta, pois só dessa forma não deixaremos nenhuma luta para trás ou por fazer.

Combatemos hoje por todas as conquistas feministas que possamos alcançar e não perdemos o horizonte revolucionário de um mundo verdadeiramente livre em todas as dimensões.



A ESCOLHA É TUA

ADRIANO CAMPOS, ANA CAROLINA GOMES, BRUNO MAIA, MAFALDA ESCADA, RICARDO VICENTE

Como sempre, a XII Convenção do Bloco de Esquerda deve afirmar a escolha coletiva de uma direção e um programa para as lutas dos próximos dois anos. Como terceira força política nacional, o Bloco é hoje a referência popular e socialista para as transformações necessárias na resposta à crise e na superação das desigualdades e atrasos. A Convenção é o momento de fazer valer a democracia dessas escolhas, olhando para o futuro.

O processo da Convenção decorre, sem dúvida, num tempo singular. O desconfinamento em Portugal é ensombrado pela subida de novos casos no resto da Europa enquanto persistem os impasses de um plano de vacinação bloqueado pelos interesses privados. Foi por isso sensata a decisão da Mesa Nacional, tomada sem oposição a 6 de março, em reduzir o universo de participantes da Convenção por razões de proteção sanitária, assegurando a proporcionalidade das vozes e representações. Projetar para meados de maio a presença de perto de mil pessoas num espaço fechado não seria compreensível quando o país cumpre restrições.

Registadas as continuidades de plataformas locais, apresentadas como moções, e de moções que repetem o calendário a cada dois anos, salta à vista uma moção que promete um ajuste de contas com o passado. A moção E, “Enfrentar o empobrecimento, polarizar à esquerda”, animada pela plataforma Convergência (já sem uma parte dos seus membros, que subscrevem a moção N), começa por afirmar que “o apoio parlamentar a um Governo minoritário do PS (2015-2019) justificou-se para a reposição dos direitos retirados pelos cortes da troika, impedindo que PSD e CDS voltassem a formar governo” mas que “no caminho até à disputa eleitoral de 2019, o PS tinha de ser confrontado com um novo caderno de encargos” pois “sem essa confrontação política, nas eleições legislativas de 2019 o PS capitalizou a mensagem da estabilidade”.

Ignoremos por momentos a lógica da ideia, a que nos propõe que ao Bloco, que manteve o número de deputados, deve ser assacada a responsabilidade pela redução de votos à esquerda, quando foi o PCP que perdeu. Ora, terá faltado à esquerda capacidade de pressão em 2018 e 2019? Terá faltado confrontação nas eleições de 2019, quando impedimos o PS de ter maioria absoluta? Fragilizou a luta dos trabalhadores precários a afirmação do Bloco pelo cumprimento do PREVPAP? Desprotegeu-se quem menos tem ao acabar-se com a vergonha do corte de 10% no subsídio de desemprego de longa duração? Alguma destas medidas deixou de lado os conflitos estruturais quanto à banca, as leis laborais, a emergência climática? Deveria a esquerda estender o tapete aos esforços da dramatização do PS na busca da maioria absoluta? Percebe-se bem porque é que os autores desta ideia se esqueceram de a propor em 2017 ou na Convenção de 2018, quando o Bloco poderia ter escolhido provocar eleições antecipadas para dar a maioria absoluta ao PS, como agora sugerem.

A Convenção do Bloco não é um ajuste de contas com o passado. É o momento de repensar a organização para o que importa, nas lutas de base, no alargamento da militância, no acolhimento de centenas de novos aderentes. Fazer escolhas com a exigência, conhecimento e competência necessárias na resposta às crises que enfrentamos. E escolher quem dirige o partido. Como afirma a Moção A, “No âmago dos movimentos populares pelo Pão e pelo Clima só uma perspetiva socialista concilia o ecossistema e o trabalho libertado da exploração. A solidariedade humana é a medida do internacionalismo que enfrenta as disputas imperiais. Com frequência, procura contrapor-se a luta pela democracia a uma pretensa inoportunidade da luta socialista. Mas é a luta radical pela democracia que aponta à possibilidade e à urgência do socialismo.”



TODA A ATENÇÃO AOS MOVIMENTOS SOCIAIS

ALBERTO GUIMARÃES, ALEXANDRE CARNEIRO, ANA SOFIA COSTA, ANA SOFIA LIGEIRO, ANTÓNIO RAMOA, CARDOSO MOURA, DOMICILIA MARIA CORREIA COSTA, FERNANDO BESSA, FERNANDO CASTRO, GORETE PIMENTEL, JOAQUIM SOARES LUZ, JOSÉ MANUEL DO CARMO, LEONEL CASTRO, LILIANA RODRIGUES, LUÍS LOPES, MANUEL CARLOS SILVA, PEDRO ABREU, PEDRO MIGUEL CARDOSO, RUI ABREU, SÍLVIA CARREIRA

O sistema capitalista desenvolve um irracional quadro de pobreza e riqueza. São dois mundos que formam quer um panorama social duro e inóspito, quer realidades de consumo excessivo, a partir de uma economia que potencia emissões de gases com efeito de estufa responsáveis por brutais alterações climáticas. Projetar uma sociedade mais justa tem portanto de ser um paradigma alinhado com um pensamento ecológico, com um entendimento das sociedades humanas devidamente adaptadas ao ambiente, aos ecossistemas.

De forma conjuntural ou estrutural, os movimentos sociais têm vindo a intervir no estado das coisas quanto ao ambiente. Interessa salientar o poder transformativo que uma movimentação social em contextura holística pode ter.

No Brasil, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, MST, de forma autónoma de partidos e dos diversos governos, por todo um país historicamente marcado pela concentração fundiária, tem organizado os trabalhadores sem terra por uma reforma agrária. O MST luta para que os trabalhadores tenham direito à terra e assim a uma vida digna, em que além de não viverem na esfera da geopolítica da fome, antes desfrutem de uma alimentação de qualidade. Nas ocupações de terras por parte do MST e nos seus assentamentos, existem todas as preocupações ambientais, desde logo a da não utilização de agrotóxicos, recusados numa opção pela agroecologia. Cuidados por um mundo melhor, na construção da soberania popular. Soberania na forma de autonomia energética, hídrica, alimentar, pedagógica e na saúde, numa perspetiva de não apenas reivindicar do Estado, mas de construir apesar do Estado.

Como salienta José Neto, militante do MST, dirigente estadual da Brigada O Jefferson Santos, do Baixo Sul da Bahia e conselheiro da Teia dos Povos, «o que o MST faz é a luta para ofertar esperança para os trabalhadores, através da posse da terra, e a grande diferença nisso, é que no MST a terra não é propriedade, ela é um bem da humanidade, então não há posse, eu não posso vender. Esse é um processo importante»¹. José Neto lembra que assim se opera para «a possibilidade de existência da humanidade pós-capitalismo. Porque se a terra não está conservada e produzindo comida, não há como existir».

Desde 1984, o MST tem organizado, como consequência das ocupações, 1,5 milhões de pessoas e está articulado com outros movimentos sociais brasileiros. Colocando o dedo na ferida na questão do agronegócio, o MST é reconhecidamente tido como inimigo pelo governo de Bolsonaro, que se desdobra pelo Brasil num afã de distribuir títulos de propriedade a quem nunca os teria, sendo sua intenção neutralizar os caminhos revolucionários propostos pelo MST.

Em Portugal também, de alguma maneira, revelam-se movimentos sociais que denotam rumos de uma democracia participativa. No artigo “Acção colectiva e protesto em Portugal: Os movimentos sociais ao espelho dos media (1992-2002)”, José Manuel Mendes e Ana Maria Seixas debruçam-se sobre o assunto: «A efervescência política e o elevado grau de mobilização detectados contrastam com as habituais afirmações de astenia ou apatia política patentes na sociedade portuguesa»², concluem os autores.

Os movimentos sociais prosseguiram além do período do estudo acima citado. O localismo está muitas vezes na razão desses movimentos, o que pode ser inserido na senda do regionalismo português. Para Alexandre Herculano, defensor do municipalismo, os concelhos ou municípios, são a primeira Pátria de cada cidadão ao nascer³. Esse

¹ <https://www.youtube.com/watch?v=dLUKkHFqxo4&t=167s> Consultado em 15/02/2021.

² José Manuel Mendes e Ana Maria Seixas, «Acção colectiva e protesto em Portugal: Os movimentos sociais ao espelho dos media (1992-2002)», *Revista Crítica de Ciências Sociais* [Online], 72 | 2005, posto online no dia 01 outubro 2012, consultado a 15 fevereiro 2021. URL: <http://journals.openedition.org/rccs/984>; DOI: <https://doi.org/10.4000/rccs.984>

³ Cândido Beirão, *Descentralização - Municipalismo e Cooperativismo*. Editorial Veja, Lisboa, 1978.



sentido da terra onde se nasce e à qual se está ligado, tem recentemente sido causa de movimentos sociais tais e como os contrários às concessões de exploração petrolífera e à mineração do lítio, em oposição ao alargamento dos portos marítimos e ao Aeroporto do Montijo, pela reabilitação de rios ou em torno da crise climática.

Capacitados de demandas verdadeiras, libertos de resguardos burocráticos e de centralismos, os movimentos sociais, no caso os ambientais, são resposta ao que as máquinas partidárias muitas vezes não captam nas sociedades. E um partido de esquerda tem de dar toda a atenção aos movimentos sociais, para se aproximar da real vivência das pessoas. Um partido de esquerda tem de estar em sintonia com esses exercícios de cidadania, apoiando-os sem os querer influenciar, controlar ou deles tirar proveitos, atendendo cabalmente ao chamamento das ruas feito pelos movimentos sociais.

TRANSIÇÃO ECOLÓGICA AGROFLORESTAL E DEMOCRATIZAÇÃO DO TERRITÓRIO

ALBERTO MATOS, FABIÓLA CARDOSO, HELENA FIGUEIREDO, JOÃO RODRIGUES, MARIA MANUEL ROLA, RICARDO VICENTE

Em 2016 existiam 260 mil explorações agrícolas no país, com uma Superfície Agrícola Utilizada (SAU) equivalente a 39,5% do território. As explorações com mais de 50ha representavam 4,2% do total e geriam 66,9% da SAU, enquanto as explorações com menos de 5ha representavam 71,5% do número total e agregavam apenas 9,1% da SAU.

As estatísticas espelham uma realidade de enorme heterogeneidade. 72,8% das explorações agrícolas tinham valores produtivos inferiores a 8 mil euros por ano e representavam 9,5% do valor de produção nacional. Do lado oposto, um centésimo das explorações agrícolas em Portugal, com domínio sobre 21,45% da SAU, acumula de 37% do valor.

De norte a sul do país, do interior ao litoral, é grande a diversidade edafoclimática e socioeconómica, o que tem fortes repercussões na estrutura fundiária, nas culturas e modos de produção e na capacidade de inovação e adaptação da atividade agrícola a novos contextos.

É sobre este cenário heterogéneo que a política pública dirigida à agricultura terá de responder às alterações climáticas. Para o fazer, o Ministério da Agricultura conta com o quadro de pessoal mais reduzido e envelhecido de sempre, situação que se agrava a cada ano, com o número de novos reformados a superar continuamente as novas contratações. A sangria de competências tem sido enorme e será irreparável no curto prazo.

EXTRATIVISMO AGRÍCOLA ESGOTA DINHEIROS PÚBLICOS E RECURSOS NATURAIS

A ideologia de mercado que conduziu consecutivos Governos descapitalizou os serviços públicos agrários e florestais e entregou o território aos interesses financeiros e às agriculturas extrativistas, que delapidam recursos naturais à sombra de financiamentos públicos e sem fiscalização. São exemplo os sistemas intensivos e superintensivos de produção de azeitona, amêndoa e abacates, que transformam paisagens abusivamente com a instalação de monoculturas, com destruição de património e delapidação do bem-estar e da saúde das populações locais. Há também o exemplo das culturas em estufa localizadas no Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, uma área protegida em degradação acelerada.

Além dos impactos ambientais, estes casos apresentam cinco marcas comuns que importa salientar, as duas primeiras com grandes impactos na despesa pública: 1) os promotores instalam-se em territórios que foram fortemente beneficiados com investimento público em regadio, sendo subsidiados através do acesso à água de rega abaixo dos custos de mercado; 2) praticam culturas com elevados custos de instalação e sistematização e que só são viáveis com apoios públicos ao investimento na ordem de 30 a 50%; 3) recorrem a mão-de-obra subcontratada, imigrante, submetida a péssimas condições de trabalho e de habitação; 4) dirigem a sua produção essencialmente para o mercado de exportação, contrariando as necessárias lógicas de proximidade, e pouco contribuem para a soberania alimentar do país; 5) estas atividades tendem a funcionar de forma desarticulada das economias locais, demonstrando-se incapazes de fixar residentes locais de forma permanente, além de que os lucros resultantes da produção tendem a ser expatriados, pois muitos dos investidores em causa são estrangeiros.

LUTAR PELA TRANSIÇÃO ECOLÓGICA

Para responder ao desafio das alterações climáticas é preciso descarbonizar também os sistemas agroflorestais e aumentar a sua resiliência aos eventos extremos. Os agricultores estão na linha da frente quanto à perceção dos



impactos. É crescente a perceção de que os sistemas de produção em monocultura são ainda mais desajustados para esta realidade, mas a política pública continua a ignorar este facto e tem de ser alterada. A diversificação de culturas, a prática de rotações e consociações, é a chave para a redução do consumo de fertilizantes e pesticidas, para a redução das necessidades de rega e reposição da fertilidade dos solos, para a redução de riscos do mercado de bens alimentares, para a redução de danos e prejuízos gerados por fatores bióticos e abióticos, para a prevenção de incêndios rurais e preservação de biodiversidade, para a distribuição das necessidades de trabalho agrícola ao longo do ano e criação de empregos estáveis, para a promoção de circuitos curtos e descarbonização do sistema agroalimentar como um todo.

O país precisa de um programa de transição ecológica agroflorestal que não deixe os pequenos produtores para trás, que integre a agricultura, a pecuária e a produção florestal e possibilite a construção de paisagens heterogéneas e resilientes que sejam uma âncora para o ordenamento do território, mas também para a soberania alimentar, com prioridade aos circuitos curtos e à dieta mediterrânica. De norte a sul do país cresce o movimento social contra os abusos da política extrativista agroflorestal. Luta-se pela democratização do território e do uso dos seus recursos, em especial da terra e da água. O Bloco deve contribuir para o reforço deste movimento e para a construção de respostas concretas.

UMA PROPOSTA ECOSSOCIALISTA PARA A TRANSFORMAÇÃO DO ALGARVE

ALCINDO GRAMACHO, ANA FILIPA SILVESTRE, ANDREIA LOPES BRANCO PAIS, CARLA SOFIA CANEIRO ESCARDUÇA, CARLOS ABOIM DE BRITO, CARLOS ALBERTO ALEXANDRE CABRITA, CÁTIA SOFIA TOMÁZIA DA SILVA, CELIA MARIA ALVES GONÇALVES, CÉLIA MARIA FERREIRA CORREIA ALFARROBA DA SILVA, DAVID EDUARDO VIVENTE ROQUE, FRANCISCO ALBINO NUNES BRÁS, HONÓRIO ALCALDE GONÇALVES MARQUES, JOÃO CARLOS PEREIRA PERES BRANDÃO, JOÃO LUÍS MOREIRA BÁRBARA, JOSÉ ANTÓNIO SOUSA MOREIRA, JOSÉ MANUEL BAPTISTA DO CARMO, JOSÉ MANUEL DIAS DOMINGOS, JOSÉ MANUEL MAIA DOS SANTOS, JOSÉ PEDRO CARAPETO VIEIRA, MARIA LUÍSA VIEIRA PENISGA GONZÁLEZ, MARIA MANUELA MARCELINO, MIGUEL ÂNGELO RODRIGUES PINHEIRO, NADJA SERRA FIRMINO, NELSON MIGUEL IRIA SANTOS MOUTINHO, NUNO ANDRÉ ROSA VIANA, PAULA ALEXANDRA ESTEVES FERREIRA, PAULO SÉRGIO ESTEVES FARIA, ROGÉRIO ROCHINHA JESUS FERREIRA, SANDRA CRISTINA FERREIRA DA COSTA, TIAGO DA CRUZ SIMÃO GROSSO, TOMÁS FILIPE CAVACO RAMOS

O Bloco de Esquerda tem de se afirmar na intervenção política e social no Algarve, pelo aprofundamento de políticas sectoriais e pelo aumento da capacidade de apresentar propostas alternativas baseadas no conhecimento.

A crise pandémica agrava as desigualdades e desproporcionalidades já há muito conhecidas na região, e a extrema-direita não hesitará em reclamar para si os espaços políticos deixados no vazio e sem oposição.

A esquerda socialista é chamada a transformar a realidade com as classes trabalhadoras. A ação política centra-se nas escolhas que em cada tempo somos capazes de fazer. Para responder a este desafio elencamos de forma clara um conjunto de princípios e medidas que devem orientar a ação do Bloco de Esquerda no Algarve.

As Alterações Climáticas são uma questão central!

O aumento da frequência dos fenómenos climáticos extremos, a inevitável subida do nível do mar, o recuo da linha de costa, a desertificação e destruição dos solos, a poluição química e biológica das águas superficiais e subterrâneas, assim como com a escassez de água potável num futuro próximo. Estas são realidades que deverão ser um ponto central da nossa proposta política. É-nos exigida capacidade para propor alternativas que visem a mitigação dos problemas e transitar para uma nova economia, ambientalmente sustentável e tomando o ambiente como um eixo fundamental no desenvolvimento económico e social.

As políticas económicas e o modelo de desenvolvimento têm de compatibilizar de forma clara os serviços dos ecossistemas, como a captação de água, a manutenção da biodiversidade, o sequestro de carbono e a paisagem. Este valor tem de ser contabilizado e suportado pelos utilizadores.

O desenvolvimento da agricultura deve assentar no respeito pela natureza mediterrânea, assente em formas e técnicas que assegurem a sustentabilidade a longo prazo, fomentando o controlo biológico e a fertilização orgânica. Importa criar uma imagem de marca da região que permitirá assegurar a viabilidade económica das explorações sustentáveis orientadas para o mercado local e para o mercado global.

A economia da região, focada monoliticamente na indústria turística é geradora de distorções, tanto pela sazonalidade, como pela importação de mão-de-obra precária com salários baixos, como pelos impactos ambientais negativos, fazendo a região depender de um setor que é altamente vulnerável às conjunturas internacionais. Importa promover alternativas ao modelo de desenvolvimento da região e fazer propostas concretas capazes de assegurarem a autossuficiência estratégica a nível regional.

No sector primário é necessário optar por modelos sustentáveis de acordo com as características naturais do território.

É necessária uma aposta na reindustrialização com base em atividades baseadas em capacidade científica e tecnológica, articulando os setores primários com a indústria transformadora e a produção de energia, com a produção de equipamentos, em articulação com o desenvolvimento científico-tecnológico em cooperação com a Universidade e outros centros de produção de conhecimento.



O interior é um recurso, não um deserto!

É hora de promover uma nova visão estratégica que suporte o combate ao despovoamento e à desertificação do interior algarvio: a visão integrada entre o global e o local, a valorização dos recursos endógenos e do património cultural.

São fatores de desenvolvimento: serviços públicos de proximidade, acessibilidades e habitação; incremento da economia social; fomento de projetos no domínio da agricultura e comercialização em articulação com as economias locais e o ordenamento do território orientado para o desenvolvimento económico produtivo, articulado com sustentabilidade ambiental; integração com o potencial de investigação e desenvolvimento da região com valorização do conhecimento produzido na mesma.

Os Serviços Públicos Universais e Gratuitos são o garante da Igualdade e da Democracia!

O problema das acessibilidades é uma necessidade central no Algarve, a promessa de um grande plano para as acessibilidades no Algarve choca de imediato com a total ausência de iniciativas no que respeita a três aspetos fundamentais: O eixo ferroviário e a sua articulação com os transportes de proximidade, a saturação da EN125 e as portagens da Via do Infante.

Como contribuição para a transição do uso massivo do transporte individual para o coletivo deve o Bloco de Esquerda propor a implementação no próximo mandato autárquico do transporte público de proximidade gratuito!

O acesso à habitação é crítico no Algarve

A especulação chegou a níveis incontroláveis: profissionais recusam lugares por não encontrarem casa; aumenta o aquartelamento em camaratas e contentores de trabalhadores rurais temporários; as novas famílias não encontram casa; os jovens universitários não encontram alojamento.

O Bloco de Esquerda deve em cada autarquia dar passos para a implementação de uma oferta pública de habitações para arrendamento.

A LUTA PELO BEM-ESTAR ANIMAL É UMA LUTA ANTICAPITALISTA

ALEXANDRA MANES, ANA COSTA, ANA ELEUTÉRIO, ARMINDO SILVEIRA, BRUNO MARTINS, DIEGO GARCIA, FABÍOLA CARDOSO, FRANCISCO CORDEIRO, JÉSSICA VASSALO, JOÃO JACINTO, JOÃO RODRIGUES, HUGO EVANGELISTA, MARIA MANUEL ROLA, PAULO REIS, OSA MARIA PEREIRA, RUI RICARDO, VÍTOR FRANCO

Em Portugal existem diversos movimentos sociais ligados à causa animal mas, como o massacre na quinta da Torre Bela mostra, ainda há imenso a fazer para que de facto se garanta o bem-estar animal no nosso país. Também as diversas denúncias sobre pecuárias intensivas ilegais ou com sobrepopulação de animais, além dos problemas evidentes com os animais errantes à guarda do estado ou de associações tem de ser cabalmente respondido.

A agropecuária intensiva é uma atividade que vê os animais apenas como mercadoria, privando-os de luz natural e de espaços suficientes para se deslocarem livremente. Cria animais em condição de sofrimento para que estes sejam maioritariamente exportados. As suiniculturas têm vindo a proliferar pelo país sob a égide de um acordo de exportação de carne para a China. Esta indústria, fomentada por PSD e CDS e mantida e exponenciada pelo Partido Socialista, oprime animais e pessoas - sendo conhecidas as degradantes condições de trabalho das pessoas deste setor - contamina cursos de água, de solos e do ar, diminuindo consideravelmente a qualidade de vida das populações que vivem próximas destas pecuárias, e pode até tornar-se uma ameaça para a saúde pública.

A indústria alimentar tende a movimentar nas cadeias globais cada vez mais carne e a indústria pecuária portuguesa posicionou-se como um dos exportadores. Ao contrário do que esta pandemia nos mostrou que deveria ser a aposta, Portugal tende a fazer depender a sua produção de cadeias internacionais. No caso da pecuária, esta evolução, iniciada em 2015, é evidente. Isto tem impacto a nível das emissões de carbono e reforça a insustentabilidade desta indústria o que se torna por demais evidente no aumento exponencial da exportação de animais vivos. Uma atividade anacrónica, contrária às aprendizagens que temos vindo a fazer sobre as cadeias globais e o impacto destas no caos climático. Está na hora de inverter este modelo.

É certo que tem havido alguns avanços no plano legal, como o estatuto jurídico dos animais, o fim dos animais selvagens nos circos, o encerramento de praças tauromáquicas e a sua conversão para outras atividades ou ainda a criminalização dos maus tratos a animais de companhia. No entanto, existe uma separação cada vez mais visível entre estes animais e os animais de produção, o que ficou patente nas últimas alterações à lei. Também constitui um avanço positivo o fim do abate de animais errantes e a disponibilização de verbas no Orçamento de Estado para a esterilização de animais de rua como forma de controlo da população, assim como verbas para a reconstrução e requalificação de centros de recolha oficiais (canis/gatis municipais). Apesar da disponibilização destas verbas, alguns municípios com necessidades de melhoria dos respetivos canis ou de esterilização dos animais não se candidataram às mesmas.

Ficou evidente, com o incêndio em Santo Tirso e a falta de responsabilização, que há ainda muito a fazer para a garantia de políticas que garantam uma rede de bem-estar e cuidado também a estes animais. O desleixo de décadas, o desmonte do Estado e das respostas públicas e a descentralização sem meios foi uma política, que se compreende nestes desastres, errada. E o Partido Socialista no Governo pouco tem atuado para o reverter. Ilude com uma mudança de ministério, quando esta mudança parece não vir acompanhada de outra política e de uma maior capacidade de resposta, como se viu também, com o massacre na Torre Bela e a atuação, ou a sua total ausência, do ICNF.

As touradas e outras atividades que causem sofrimento físico ou psíquico aos animais devem ser substituídas por iniciativas culturais e desportivas. Não faz sentido haver apoios públicos diretos ou indiretos a estas atividades. Recentemente, o massacre na quinta da Torre Bela provou que a ideia de que a caça tem vindo a ser dinamizada com o intuito da proteção das espécies e da conservação é um mito. Não só várias espécies protegidas e/ou em vias de extinção são alvo dos caçadores, como vários animais são introduzidos para a caça sem qualquer cuidado com os desequilíbrios que provocam nos ecossistemas.



Integrar a luta pelo respeito animal na luta anticapitalista é essencial para acabar com a exploração e as relações de dominação, introduzindo a violência e objetificação com que a indústria encara os animais e quem com eles trabalha. Nos matadouros, nos transportes, nas produções existe uma opressão generalizada de animais e trabalhadores. O papel do Bloco de Esquerda é intervir em todas essas dimensões, não se permitindo soluções fáceis que tenderão a criminalizar trabalhadores em detrimento de melhorias ilusórias das condições de produção dos animais.

Reforçamos a ideia que muito se avançou desde que o Bloco de Esquerda trouxe estas questões para cima da mesa. Ainda assim, está quase tudo por fazer.

A FINANCEIRIZAÇÃO DA FLORESTA

ALEXANDRA RICARDO, ANA SOFIA LIGEIRO, CARLOS MATIAS, MANUEL CARLOS SILVA E RUI CORTES.

Segundo o Programa do governo PS, a criação de floresta com escala rentável e sustentável será assegurada, por um lado, fortalecendo as Organizações de Produtores Florestais (OPFs) onde se incluem as Entidades de Gestão Florestal (EGF), estas podendo conter investidores privados alheios à produção florestal.

Esta política conduz à espoliação dos pequenos e muito pequenos proprietários com a agregação em grandes explorações, à mercê do capital financeiro procurando o produtivismo intensivo especialmente virado para a indústria das celuloses.

Em primeiro lugar, as OPFs não ultrapassam a pulverização da propriedade rural e, portanto, não contribuem para criar maior escala das áreas geridas de forma agregada. A legislação que enquadra a criação de OPFs favorece os grandes proprietários, é demasiado exigente no acesso a financiamento e subalternizando a agregação de pequenos produtores.

Em segundo lugar, nas EGF o que mobiliza o capital financeiro é o lucro, não é a sustentabilidade ambiental ou o respeito pelos pequenos, mas antes a promoção da concentração fundiária de teor ora latifundista ora capitalista e de modelos produtivistas com base em monoculturas, seja ela do pinheiro ou do eucalipto. Por outro lado, esta política do PS defende também a atribuição dos recursos dos Fundos de Investimento Florestais com um tratamento equivalente às ZIF (Zonas de Intervenção Florestal) para a atribuição de apoios públicos, sobrepondo-se a estas, as quais estão descapitalizadas, deixando de ser atrativas. Por isso não há novas ZIFs...

Lembramos que as ZIF são a Norte do Tejo e na serra Algarvia constituídas por pequenos proprietários. Mas os fundos são dos investidores...

Esta política é uma fraude para as expectativas das centenas de milhares de pequeníssimos proprietários, os quais, em vez de apoiados têm sido e continuam a ser, sob vários pretextos, alvo de multas cada vez mais pesadas, visando levá-los a desistir da posse das suas pequenas parcelas. Não promove a sustentabilidade ambiental e, em contrapartida, realimenta o produtivismo florestal intensivo, terreno para incêndios devastadores.

Além disso, a colocação da tutela das florestas no Ministério do Ambiente e da Ação Climática complica a gestão florestal, dado que os subsídios, nomeadamente o PRODER têm origem no Ministério da Agricultura. o que dificulta a imperiosa conjugação de políticas para um mesmo espaço rural.

A colocação de um rótulo ambiental a esta política florestal é uma mistificação, pois não se enquadram nestas opções do governo quaisquer preocupações ambientais sérias, bem pelo contrário.

Surgiu recentemente o designado o Programa de Transformação da Paisagem (PTP), que veio criar grande expectativa. Este programa é dirigido a territórios florestais com elevada perigosidade de incêndio, estando ancorado no Programa de Valorização do Interior.

O PTP implica, entre outros aspetos, a remuneração da transformação da paisagem através de um processo participado de base local. Assim, o proprietário é remunerado por redesenhar a paisagem para promover a desejada floresta multifuncional, biodiversa e resiliente, mais rentável, com maior capacidade de sequestro de carbono e capaz de produzir melhores serviços a partir dos ecossistemas.

Surgem assim as Áreas Integradas de Gestão da Paisagem (AIGP), que definem um modelo de gestão agrupada e o Condomínio de Aldeia, ou seja, um programa de Apoio às Aldeias localizadas em territórios florestais, com o objetivo de assegurar a gestão de combustíveis em redor dos aglomerados populacionais. Neste âmbito foi



criado ainda o Programa *Emparcelar para Ordenar* para fomentar o aumento da dimensão dos prédios rústicos em contexto de minifúndio.

Permanecem, no entanto, muitas dúvidas em relação ao impacto desejado do PTP, nomeadamente o financiamento que permita ultrapassar uma ação pontual e experimental. Para já, os montantes alocados são mais do que insuficientes e a ação não tem passado de projetos-piloto.

As dúvidas estendem-se também à delimitação das áreas vulneráveis, definidas como sendo as mais percorridas por incêndios e não as que acumulam mais material combustível, bem como ao modo como é efetuado o emparcelamento. Por outro lado, programas como o Condomínio de Aldeias sobrepõem-se a programas já existentes.

Acresce, como grande preocupação, o caráter compulsivo e arbitrário em que se prevê que seja realizado o arrendamento forçado para concretizar o PTP, o que torna possível que produtores florestais e agricultores, com propriedades nas áreas de intervenção, vejam os seus terrenos arrendados, a preços incertos e eventualmente irrisórios.

Finalmente, os critérios e respetiva ponderação para seleção dos emparcelamentos a cofinanciar, ao privilegiarem os maiores proprietários, legitimam o receio de estarmos perante mais uma encapotada e inaceitável operação de concentração forçada da propriedade.

UMA POLÍTICA DE ESQUERDA PARA A FLORESTA

ALEXANDRA RICARDO, ANA SOFIA LIGEIRO, CARLOS MATIAS, MANUEL CARLOS SILVA E RUI CORTES.

Uma política florestal de esquerda assenta no investimento público para territórios vulnerabilizados, fomentando um planeamento participado, numa base de gestão associativa e cooperativa dos próprios proprietários-produtores em Unidades de Gestão Florestal (UGF). Visa a mobilização de vontades para não só repovoar o território como para tirar partido duma floresta geradora de serviços de ecossistema, com predomínio de espécies autóctones. Pressupõe a adoção de um conjunto de medidas:

- Forte investimento em recursos humanos, nomeadamente técnicos e financeiros na organização de UGFs, para assegurar a gestão conjunta de pequenas parcelas rurais adjacentes. Nas UGFs, a agregação dos proprietários deve ser livremente estabelecida, com base em incentivos adequados, sem arrendamentos forçados;
- Apoio técnico e financeiro às ZIFs, que não deve cessar após a fase de instalação, facilitando a sua coexistência ou evolução para UGF, desde que os associados o pretendam;
- Aumento das áreas florestais públicas ou sob cogestão pública;
- Criação de um banco público de terras agrícolas destinado a facilitar o acesso à terra por via do arrendamento rural;
- Valorização dos baldios que inclui:
 - a) apoio financeiro ao investimento nas suas infraestruturas, nomeadamente nas faixas de gestão de combustível e pontos de água;
 - b) apoio financeiro ao adensamento e reflorestação, sobretudo com espécies autóctones, com prioridade para as áreas ardidas;
 - c) compensação, com base em resultados concretos previamente acordados com as entidades gestoras dos baldios, pelos serviços ambientais, sociais, paisagísticos e de promoção da biodiversidade;
 - d) formação técnica multidisciplinar dos compartes de baldios e criação de mecanismos que facilitem a cogestão com o Estado;
- Agilização dos processos de habilitação de herdeiros e de resolução de partilhas, bem como a imposição de limites temporais à permanência de heranças indivisas em prédios rústicos;
- Estabelecimento de normas em que, após elaboração de cadastro, se não for possível identificar o dono, possam ser incluídas em UGF adjacente para gestão, por declaração de interesse público;
- Terras com dono conhecido consideradas abandonadas poderão igualmente ser integradas em UGF adjacente mediante arrendamento compulsivo. Se não forem reclamadas pelos proprietários no prazo de 20 anos, passarão definitivamente para a respetiva UGF, por usucapião;
- Criação de contratos-programa para uma floresta biodiversa, com o correspondente financiamento público, designadamente através da implementação dos Planos de Transformação da Paisagem, com prioridade para as áreas que integrem baldios, ZIFs ou UGFs;
- Inclusão nos órgãos de gestão do Fundo Florestal Permanente e do Fundo Ambiental de representantes das associações de produtores florestais, dos baldios e das associações ambientais;
- Adoção de esquemas de financiamento multifundo, remunerando a maximização dos serviços de ecossistema;



- Elaboração e implementação de um Plano de Ação Nacional para a Vigilância e Controlo das espécies florestais exóticas invasoras;
- Recuperação das matas litorais, afeadas pelos fogos de 2017, em especial a Mata Nacional de Leiria;
- Redefinição da PAC pós 2020 para incluir um conjunto de diretrizes desenhadas para responder aos problemas específicos do sector florestal, ou seja:
 - a) planeamento e financiamento regionalizado;
 - b) financiamento dirigido apenas a espécies autóctones;
 - c) as medidas de apoio à gestão deverão ter em conta o interesse público da boa gestão florestal e serem pagas com base em indicadores ambientais;
 - d) criação de um programa específico para a preservação do montado alentejano;
 - e) promover a produção de pequenos ruminantes em regime extensivo, criando valor e assegurando a gestão da vegetação no sob coberto;
- Elaboração e financiamento de programas multidisciplinares, integrando em rede investigação, formação e extensão, com articulação entre academia, organizações de produtores, associativismo rural e reforçados serviços do Estado;
- Aplicação de avançadas práticas de gestão e ordenamento às áreas públicas florestadas, promovendo a sua multifuncionalidade e biodiversidade;
- Assunção por parte do ICNF da função de formação das equipas de Sapadores Florestais (eSF) e criação dum quadro próprio que permita a sua valorização;
- Pagamento célere às entidades gestoras das eSF de todas as tranches financeiras contratualizadas, aumento do montante anual pago por equipa e renovação atempada de equipamentos e de viaturas. Criação de novas equipas;
- Criação e financiamento de mecanismos céleres destinados à estabilização de emergência pós-fogo, para reduzir os processos erosivos e promoção da restauração das áreas ardidas;
- Remuneração dos proprietários dedicados a uma floresta que favoreça o serviço de ecossistemas;
- Revisão os Planos Regionais de Ordenamento Florestal a partir de inventários florestais atualizados, diminuindo a monocultura, particularmente do eucalipto.

UMA POLÍTICA DE ESQUERDA PARA UMA AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

ALEXANDRA RICARDO, ANA SOFIA LIGEIRO, CARLOS MATIAS, MANUEL CARLOS SILVA E RUI CORTES.

As mais recentes iniciativas da UE e do governo (como a “Estratégia do Prado ao Prato”) procuram responder a problemas reais, mas não configuram uma nova visão para a agricultura. As opções da UE e do governo apontam para um mundo rural sem lugar para a pequena propriedade agrícola e/ou florestal.

Na lógica das políticas propostas e num quadro de crescentes exigências ambientais, apenas sobreviverá o complexo agroindustrial, a agricultura e a silvicultura empresarial competitiva. Os “mais pequenos” não têm respostas nem quem os ajude e, neste cenário, irão desaparecer. Os acordos de livre comércio acentuam a dimensão global desta estratégia tendencialmente monopolista.

O governo continua a privilegiar a canalização dos fundos comunitários para os grandes proprietários do Sul e para a agricultura tecnologicamente mais avançada. Ao discurso governamental de apoio à pequena agricultura não corresponde uma prática efetiva.

A saída para a defesa da pequena agricultura terá de assentar, primeiro, na organização e mobilização dos pequenos agricultores com base nas suas organizações e associações locais, a nível nacional, na Confederação Nacional de Agricultores (CNA) e, a nível internacional, em organizações como a *Via Campesina* que procura organizar pequenos e médios produtores, tendo em vista a soberania alimentar e a defendê-los perante os interesses das grandes companhias que praticam uma agricultura super intensiva e ambientalmente insustentável.

Porém, é imprescindível a aliança com outras organizações de trabalhadores dos vários setores, de modo a reforçar a sua capacidade de reivindicação política, contando com o apoio e a ação de movimentos sociais e de partidos como o Bloco de Esquerda.

O Bloco de Esquerda deverá bater-se por:

- Desenvolvimento da agroecologia: substituição dos pesticidas e outros químicos de síntese por dinâmicas ecológicas, para a conservação da biodiversidade, dos recursos hídricos e dos próprios solos;
- Consideração do papel insubstituível da agricultura familiar, atendendo às suas especificidades próprias e às exigências da sua manutenção e desenvolvimento;
- Garantia do princípio do interesse público, ou seja, do proveito de toda a sociedade sobre os bens da natureza, água e biodiversidade e remuneração dos serviços de ecossistema;
- Proteção e desenvolvimento dos mercados locais, promovendo circuitos curtos de produtos agroalimentares, garantindo uma política de preços em conformidade com os custos de produção, de modo a garantir um nível de vida adequado aos produtores e o acesso a alimentos pelos consumidores;
- Rejeição da importação de produtos agrícolas a partir de países que não assegurem o cumprimento de normas ambientais, laborais e sociais justas;
- Regulamentação urgente da Lei n.º 34/2019 de 22 de maio, para promoção do consumo de produtos agrícolas locais, oriundos da pequena agricultura e/ou biológicos, na rede de cantinas públicas;
- Revisão do Código da Contratação Pública (CCP) para efetiva proteção da produção agrícola local e familiar, no acesso aos concursos de fornecimentos ao Estado;
- Reforço do papel do Estado na regulação da produção, de modo a concretizar o conceito de soberania alimentar.
- Estabelecimento de um programa de apoio às pequenas e médias agroindústrias instaladas ou a instalar em



todos as regiões do país, nomeadamente as que assumam a forma de cooperativa, potencializando os recursos dos territórios;

- Reconhecimento legal do “Direito Humano a uma Alimentação e Nutrição Adequadas”;
- Regulação pelo Estado dos stocks de alimentos essenciais, regulando o mercado, prevenindo vulnerabilidades das cadeias logísticas e garantindo o acesso de alimentos saudáveis à população;
- Garantia do livre uso das sementes tradicionais, nomeadamente das variedades regionais, como forma de garantir a biodiversidade das espécies;
- Garantir a preservação das raças autóctones,
- Aprovação de uma “Lei da Cadeia Alimentar” como ferramenta para acabar contra os abusos contra os agricultores e os criadores de gado e para remunerar justamente os produtores;
- Proibição e forte penalização do *dumping* imposto aos produtores pelas grandes cadeias de distribuição;
- Associação dos apoios aos agricultores à garantia dos direitos dos trabalhadores;
- Enquadramento legal de Organizações de produtores (OPs) Multiproduto
- Criação de centrais agregadoras da produção agrícola proveniente de pequenas explorações;
- Simplificação da fiscalidade aplicável aos pequenos produtores, facilitando o comércio direto;
- Revitalização dos serviços de extensão, destinados aos pequenos agricultores, especialmente aos jovens agricultores, proporcionando conhecimentos científicos, práticas agrícolas rentáveis e amigas do ambiente, capacidade de gestão e associativismo;
- Dotação dos Bancos de Germoplasma Vegetal e Animal de recursos suficientes.
- Revisão da PAC tendo em conta as especificidades das diversas agriculturas, no País.

DESAFIOS NA EDUCAÇÃO

ALEXANDRA VIEIRA, JORGE HUMBERTO NOGUEIRA, MARIA HELENA AMARAL, MARIA JOSÉ VITORINO, NUNO PINHEIRO, PAULA CRISTINA BRUM

Um laborioso exercício legislativo, de décadas, teve o seu ponto alto com Lurdes Rodrigues e Nuno Crato, e, apesar da Geringonça, não foi sequer beliscado nos governos de António Costa, que tem vindo a impor uma visão produtivista e instrumental da Educação.

Esta forma de ver a Educação impõe salários baixos, sobrecarga de trabalho, limitação de autonomia e exclusão da gestão das escolas aos professores e às professoras. Exclui, ainda mais, demais profissionais da educação, famílias, encarregados de educação, e alunos e alunas de uma participação ativa na gestão do processo educativo.

Os objetivos são econômicos: gastar o mínimo possível com a Educação. Também se pretende mantê-la como forma de controle social e de manutenção das desigualdades. A manutenção de sistemas seletivo (que a direita quer sempre reforçar, visível na defesa da “meritocracia” e do conceito de elevador social, de um sistema educativo pouco inclusivo, assim como a fragilidade dos sistemas de proteção social (ex. ação social escolar) ou a timidez do apoio a zonas mais pobres e em que impera a exclusão social, contribuem para esses não confessados objetivos. Medidas como a gratuidade dos manuais escolares atenuaram, mas não resolveram os problemas.

Este é um edifício composto por “Lei de Bases do Sistema Educativo”, “Estatuto da Carreira Docente”, “Estatuto do aluno”, “Gestão Escolar”, “Grupos de Recrutamento”, “Estrutura Curricular”, “Metas Curriculares”, “Regras de Avaliação”, “Perfil do aluno”, “Avaliação de Professores” e completa-se pela “Ação Social Escolar”, “Territórios Educativos de Intervenção Prioritária” e ainda regulamentos internos. A “Municipalização da Educação” trará, inevitavelmente, a tentação de uma maior limitação de autonomia das escolas e do seu controle por interesses políticos locais. O concurso de professores não resolve o grave problema do rejuvenescimento da classe docente, nem integra os professores precários há décadas e que tanta falta fazem ao sistema educativo.

Todo o circuito da discriminação passa ainda pelos rankings, pelos colégios privados para ricos, pelas “escolas de prestígio” e as inscrições fraudulentas, por contratos de associação que recuaram em 2015, mas que depois se mantêm inalterados e por um sistema de ensino profissional que reproduz a desigualdade. Os exames e provas nacionais também são um instrumento dessa desigualdade.

Democratizar a escola significa desmontar o edifício legislativo rodriguista e cratista que institui o poder pessoal do diretor que cada vez mais se isola do corpo docente, para se tornar numa entidade política local. Democratizar também é dismantlar o estatuto da carreira docente, os modos de recrutamento, e o sistema de avaliação e formação que servem para desvalorizar economicamente o trabalho dos professores. Problemas semelhantes, e outros, existem com os outros profissionais das escolas. Democratizar também é derrubar um estatuto do aluno centrado na punição e um sistema de avaliação pensado para a seleção. Democratizar é igualmente acabar com os laços de dependência em relação à exploração feita por colégios a professores e ao estado.

Descolonizar os currículos é importante, mas também o é descomplicar, dar-lhes coerência interna, articulação horizontal e vertical em face de reformas e contrarreformas que ao longo de quase 30 anos os transformaram num emaranhado incoerente.

Aos desafios correntes junta-se o da municipalização. Assistimos já à tentativa de alguns municípios para controlar a escola.

A pandemia tornou mais visíveis dificuldades e desigualdades. Não houve capacidade para reorganizar a escola. Também mostrou as desigualdades sociais de um país em que nem todas as crianças têm uma alimentação decente, quanto mais meios informáticos para o ensino à distância. Constatou-se a existência de problemas, mas pouco se fez e não se atacaram profundamente os problemas. Porém, as escolas foram conseguindo evitar a catástrofe.



Nem os recursos e décadas de experiência de Telescola foram aproveitados, quando o podiam ter sido de forma a apoiar o presente e criar recursos audiovisuais que podiam ser usados no futuro. O Ministério da Educação demitiu-se de qualquer papel nesta crise que já dura há mais de um ano e que revela dificuldades e resistência à transformação.

A situação do Ensino Superior e das Universidades e a Educação não formal e ao longo da vida, exige, igualmente, políticas diferentes. Por muito agreste que seja o nosso presente, recordemos que falhar na Educação é falhar o futuro.

É importante repensar a Educação e a Escola, sempre tendo em conta os doze anos de escolaridade obrigatória, sem esquecer a educação pré-escolar. Queremos uma escola para todos e todas, integrando e valorizando a diversidade da comunidade educativa, Uma escola que seja um instrumento para a sociedade que queremos construir. Esta é e continuará a ser uma das nossas lutas.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA SÓ COM UMA MUDANÇA GLOBAL NO SISTEMA EDUCATIVO

ALEXANDRA VIEIRA, JORGE HUMBERTO NOGUEIRA

1. HÁ MUITO POR FAZER PARA PORTUGAL CAMINHAR PARA UMA EDUCAÇÃO MAIS INCLUSIVA.

A Educação Inclusiva deve propor-se através de um ensino globalmente diferenciado, que saiba educar na diferença e acolha a diversidade como uma riqueza, num processo de transformação qualitativa de toda a escola. Pode-se ter uma lei que queira promover uma maior inclusão dos alunos com Necessidades Educativas Especiais, mas não se pode fazer crer que este diploma intitulado “Regime Jurídico da Educação Inclusiva”, implementa a Inclusão no sistema educativo.

A Inclusão não é um processo retórico, é uma transformação real das práticas e da organização da escola e a sua implementação mede-se pela forma como é vivida em cada dia para todos os alunos. Espera-se que, desta forma, venha a ter especial impacto nos que estão em desvantagem, pois terá de ser uma escola com equidade, respeito pelos direitos humanos e democrática.

Não só para os alunos com deficiência e/ou com Necessidades Educativas Especiais, que apresentam insucesso e risco de exclusão e que podem ou não necessitar de Educação Especial; mas também para os alunos com famílias desfavorecidas do ponto de vista socioeconómico, que os colocam como tendo maior risco de insucesso e de não conseguir desenvolver o seu potencial; os alunos imigrantes de diferentes gerações, refugiados, alunos LGBTQI, alunos emocionalmente frágeis, doentes, alunos abusados, vítimas de violência familiar, bullying, em risco social, de etnias, minorias religiosas, culturais ... ou até, aqueles a quem a escola falhou.

Não podemos adormecer, ou contentar porque em Portugal há uma lei que se autointitula Regime Jurídico da Educação Inclusiva, para nos levar a crer que algo muda, para que afinal, tudo continue na mesma em todo o sistema.

2. TODOS OS PROFESSORES SÃO PROFESSORES DE INCLUSÃO: FORMAÇÃO DE PROFESSORES.

Uma prática inclusiva é transversal e reflete-se nas metodologias de ensino, na gestão de sala de aula, na avaliação, numa ação de cooperação entre professores e entre os alunos, bem como no apoio, não só aos alunos, mas também aos professores, nomeadamente no investimento, nos recursos e na criação de condições de trabalho para inovar, experimentar e criar. Pensar que se pode promover a Inclusão sem formar docentes para tal, já é uma ideia derrotada à partida.

Duvidamos do que está a ser feito em termos de investimento na formação inicial em particular e contínua, para a generalidade dos professores. As reformas educativas globais necessárias para a Inclusão não avançam se os docentes não sabem do que se está a falar.

3. ESPECIFICIDADES DILUÍDAS EM NOME DE UMA FALSA INCLUSÃO

Ensaíram-se diversas formas de semântica para fazer crer que estamos em estado de inclusão, deixando de haver crianças e jovens com deficiência, com transtornos no desenvolvimento, com Necessidades Educativas Especiais mais acentuadas, o que coloca em risco a afetação de recursos específicos e de saberes especializados, que alavanquem o indivíduo e uma correta organização do sistema. Isto coloca num grande saco todos os alunos, sem a correção científica e até pedagógica de caracterização de condições intrínsecas e esconde alunos que necessitam de uma especial atenção.



4. UMA ESCOLA MAIS INCLUSIVA NÃO SE CONSEGUE SEM INVESTIMENTO.

A construção de uma Escola Inclusiva requer a revisão de prioridades nos investimentos e diversas dimensões do sistema e não podemos andar constantemente a apregoar a Inclusão e pensar que este caminho se implementa a custo zero, forçando mudanças marginais apenas naquilo que não exige custos, mas não apostado onde seria imprescindível.

5. AVALIAR E REFORMULAR, SEM MEDO DE ASSUMIR OS ERROS.

Contradições e falta de rigor científico que fragilizam o diploma e comprometem a sua real implementação. Conceitos como Desenho Universal, Diferenciação Pedagógica e Educação Multinível, deveriam fazer parte de uma estratégia mais global para todos os alunos, tendo como resultado uma disparidade de interpretações e práticas pelo país.

Sabemos que há grandes disparidades na aplicação da lei, na implementação de estruturas e modelos nela contidos, no acesso a recursos essenciais e nas nomenclaturas, que ocultam necessidades especializadas.

Tudo isto aumenta o risco dos pais, ao não encontrarem na escola o apoio especializado que os seus filhos necessitam, procurem o privado e as instituições, aumentando as desigualdades e fragilizando as respostas públicas.

É essencial avaliar os investimentos e a aplicação nas escolas da nova legislação, no sentido de aferir se esta realmente está a contribuir para melhorar a inclusão e para um sistema educativo mais equitativo para todos os alunos.

25 REFLEXÕES PARA UMA DEMOCRACIA RADICAL NO BLOCO DE ESQUERDA

ALEXANDRE BONILHA, FREDERICO MIRA GEORGE, JOSÉ DIAS, JOSEPH DA SILVA, PAULO PICA

Propomos 25 reflexões sobre as alterações ao regulamento da XII Convenção do Bloco de Esquerda e refletir se essas alterações são:

- a) Ilegítimas, porquanto intempestivas, posto que a presente Mesa Nacional é interina;
- b) Eliminam substancialmente a democracia, a pluralidade e promovem auto-eleição;
- c) São temerárias quanto à segurança sanitária, posto que não há ciência prévia de qual será o estado do alerta pandémico em fins de maio, e a manutenção de um encontro presencial é certeza de difusão do vírus.
- d) As deliberações da presente MN interina ocorreram por voto electrónico, recurso que a MN nega aos delegados da Convenção e nega aos aderentes, de forma que, ou o voto electrónico é legitimado a todos os aderentes e delegados, ou as votações da MN por meio electrónico devem ser anuladas.

Segundo parecer da MN de 07/06/2020:

“CONSIDERANDO [...] c) a eleição de cerca de seis centenas de delegadas e delegados para a XII Convenção Nacional, de acordo com o regulamento anteriormente aprovado e a prática consolidada do Bloco;

d) a gravíssima compressão da democracia interna, quer da representação territorial quer da participação alargada das e dos aderentes do Bloco de Esquerda, e a limitação objetiva da expressão de sensibilidades diversas se houver uma alteração ao regulamento no sentido de obter uma contração das delegadas e dos delegados a eleger. No limite, atribuindo a uma centena de delegadas e delegados a eleição de 80 membros efetivos para a MN e 7 membros efetivos para a Comissão de Direitos, pressupondo a manutenção dos números atuais, o que quase configura uma auto-eleição;

e) o término dos mandatos da Mesa Nacional e da Comissão de Direitos a 11/11/2020;

f) a omissão dos Estatutos quanto a dificuldades extraordinárias, não atribuíveis ao próprio partido, que possam provocar o adiamento de uma Convenção e conseqüente extensão dos mandatos cessantes, necessariamente interinos;

i) a XII Convenção, soberana nas suas competências, deve pronunciar-se sobre a avaliação de uma extensão interina dos mandatos nacionais e sobre a adequação dessa decisão por esta Mesa Nacional”;

PORTANTO, indagamos:

1. Foi outorgado uma extensão do mandato interino à MN, encerrado em novembro de 2020?
2. Quem o outorgou?
3. A outorga deriva de qual artigo estatutário?
4. A MN tem a prerrogativa de deliberar duas vezes sobre regulamento de uma mesma Convenção?
5. Uma deliberação da MN interina prevalece sobre a deliberação de uma MN no vigor de seu mandato, limitado pela Convenção que a elegeu?



- 6) Com uma COC eleita e instalada, um regulamento consolidado e aprovado pela MN pode ter depois esse regulamento alterado por uma MN interina?
- 7) Uma MN com mandato encerrado pode auto-proclamar a extensão temporal de seus poderes e deliberar com os mesmos poderes que uma MN em mandato vigente?
- 8) A redução de delegados representa cerceamento à pluralidade e à democracia?
- 9) A redução de delegados representa auto-eleição, como diz parecer da MN?
- 10) Segundo a Lei dos Partidos, a Convenção é a assembleia dos filiados?
- 11) É possível um partido ter dois órgãos máximos e em períodos temporais distintos?
- 12) A Convenção é o órgão máximo, do qual deriva a MN?
- 13) A MN interina pode adiar quantas vezes uma Convenção?
- 14) É possível dizer que este novo regulamento, aprovado pela MN interina garante que, com a redução de delegados, e com reunião presencial, haverá essa segurança pretendida, para os delegados, funcionários e demais participantes?
- 15) A MN sabe qual nível de alerta pandémico estará vigente na data da Convenção?
- 16) A questão da legitimidade da presente MN é matéria admissível no tribunal constitucional, instância fiscalizadora da Lei dos Partidos, caso fosse julgado seu mandato interino?
- 17) Em algum momento de sua história a Comissão de Direitos divergiu da MN, reparou suas decisões, orientou para que o estatuto fosse obedecido, reprovou algum ato da MN?
- 18) Mandatos da AR, ou da presidência, ou do parlamento europeu, ou de qualquer entidade política podem ser estendidos quando houver ausência de estatuto ou lei que regulamente situações imprevistas e omissas?
- 19) O estatuto exige que as votações deliberativas sejam presenciais?
- 20) O estatuto exige que as eleições para cargos sejam presenciais?
- 21) As votações da MN, durante a pandemia, foram presenciais?
- 22) Votações virtuais são votações eletrónicas?
- 23) Nas votações virtuais da MN, houve conferência da identidade de todos os votantes, isto é, todos abriram a câmara na hora da votação?
- 24) A MN tem como garantir sem sombra de dúvidas de que quem votou virtualmente era o titular eleito para a MN ao qual foi eleito?
- 25) Em nome da transparência a MN pode publicizar quem propôs a alteração do regulamento, a redução de delegados, a reunião presencial e os que votaram a favor, contra e se abstiveram?

ECOSSOCIALISMO

ALEXANDRE CARNEIRO, ANA SOFIA LIGEIRO, CARLOS ALBERTO DA SILVA RODRIGUES, ELISA ANTUNES, FERNANDO CASTRO, JOSÉ CARDOSO MOURA, JOSÉ MANUEL CARMO, DOMICILIA MARIA CORREIA COSTA, LEONEL CASTRO, GORETE PIMENTEL, ANTÓNIO RAMOA, ANA FILIPA COSTA, MANUEL CARLOS SILVA, ALEXANDRE CARNEIRO, LILIANA RODRIGUES, FERNANDO BESSA, LUÍS LOPES, LUÍS XAVIER, PEDRO ABREU, PEDRO MIGUEL CARDOSO, RUI ABREU, RUI CORTES, SÍLVIA CARREIRA.

1. O agudizar das contradições nas sociedades baseadas no valor de troca e que não valorizam o valor de uso e o meio ambiente.

O regime capitalista é incapaz de resolver os actuais impactes brutais sobre o meio ambiente, nomeadamente a contaminação atmosférica com gases de efeito de estufa e consequentes alterações climáticas, a contaminação aquática pelos efluentes e resíduos sólidos, a ocorrência de catástrofes geradas pelos incêndios e a contaminação dos solos e das massas de água pelas incorrectas práticas agrícolas.

A resposta capitalista contra o agravamento ambiental não funciona porque:

- O modo de produção capitalista necessita, para manter a apropriação das mais-valias decorrentes do aumento de produtividade, dum permanente aumento da produção e dum aumento dos consumos de materiais e de energia e o consequente agravamento da poluição.
- A eliminação da queima de combustíveis fósseis apenas se vai processar na exacta medida em que as mais-valias dos novos equipamentos de energia renovável compensem os investimentos feitos na sua produção e manutenção. A substituição da queima de combustíveis fósseis é muito limitada e prossegue com a produção eléctrica em caldeiras de ciclo combinado, nos transportes cuja migração para modo eléctrico e a generalização dos transportes públicos é muito lenta e desigual consoante os países e regiões do globo.
- A desigual riqueza entre os países mais desenvolvidos e os países dominados do terceiro mundo, impede que, nestes, se possam alterar em tempo útil a utilização dos combustíveis fósseis e a deflorestação das florestas tropicais.

O capitalismo conduz assim a uma progressiva degradação ambiental interligada ao seu específico modo de produção.

Também no Capitalismo de Estado, apesar da derrota dos detentores do capital e da aparente apropriação colectiva dos meios de produção, subsistiu a divisão de classes entre uma nova classe dirigente constituída pelos detentores do poder e os restantes trabalhadores. Derrotados os trabalhadores pelos ditames da nova classe, o planeamento central ditou o progressivo domínio das chamadas leis de mercado que retroalimentaram a divisão de classes e o desrespeito pelo controlo da poluição.

Os desperdícios dessa produção tornada anárquica, porque apenas determinada pela libertação de quaisquer restrições ambientais e pela exploração dos trabalhadores, geraram enormes consequências ambientais e a utilização indiscriminada dos combustíveis fósseis.

2. Ecosocialismo numa sociedade que respeita o meio ambiente e sem classes

A atual democracia representativa constitui a barriga de aluguer da futura divisão de classes entre os dirigentes e os restantes trabalhadores.

Na sociedade ecosocialista, a democracia terá de ser exercida em permanência de forma participativa, e deverá:

- Ser em permanência exercida e não apenas de forma temporizada entre os actos eleitorais;
- Substituir o actual planeamento central, por uma nova e revolucionária forma de planeamento, em que o valor



de uso quer de todo o ambiente natural quer de maximização do bem-estar social, sejam dominantes;

- Potenciar os conhecimentos avançados dos trabalhadores, assim como a utilização de meios de deliberação distribuídos que tenham em atenção os níveis já muito elevados de conhecimento;
- Democratizar de forma profunda os partidos políticos representativos dos trabalhadores, impedindo a reprodução duma classe dirigente burocrática e parlamentarista, que se substitua ao poder deliberativo das massas populares.

Uma outra forma de organização social emergirá das cinzas da aniquilação do capitalismo, baseada na tomada do real poder pelos trabalhadores, que não serão de novo traídos por uma classe dirigente como no passado ocorreu no Capitalismo de Estado.

Libertada dos espartilhos classistas a democracia ecossocialista permitirá maximizar o desenvolvimento social, ambiental, cultural e humanista da sociedade em equilíbrio com todos os outros seres vivos que nos acompanham no planeta.

A maximização de objetivos de produção serão condicionados pelas limitações impostas pelo respeito pelo ambiente, minimizando a emissão de poluentes, por uma agricultura não poluente, no respeito pelas florestas sequestradoras de CO₂ e perfeitamente adaptadas às características climáticas da região onde se inserem, pela produção energética com base em recursos renováveis, pelos transportes colectivos optimizados, pela indústria optimizada do ponto de vista da minimização do esforço humano e pela minimização da produção de desperdícios gasosos, líquidos e sólidos.

Este novo tipo de Socialismo, o Ecossocialismo, no respeito pelo Internacionalismo de todos os trabalhadores, será o único capaz de responder à actual crise da sociedade humana e em cada sector de actividade humana, a democracia participativa permitirá superar os novos desafios que se colocam à actividade humana, no respeito integral por todos as pessoas assim como pelo respeito do ambiente e de todos os outros seres vivos.

A TRANSIÇÃO ENERGÉTICA NECESSÁRIA

ALEXANDRE CARNEIRO, ANA FILIPA COSTA, ANA SOFIA LIGEIRO, ANTÓNIO MARIA RAMOS RICARDO, ANTÓNIO RAMOA, DOMICILIA MARIA CORREIA COSTA, FERNANDO BESSA, FERNANDO CASTRO, GORETE PIMENTEL, JOÃO CARVALHO, JOSÉ CARDOSO MOURA, JOSÉ CARLOS GOMES LOPES, LEONEL CASTRO, LILIANA RODRIGUES, LUÍS LOPES, LURDES GOMES, MANUEL CARLOS SILVA, PEDRO ABREU, PEDRO MIGUEL CARDOSO, RUI ABREU, SÍLVIA CARREIRA.

Portugal é um país com uma enorme dependência energética do exterior, importando quase 80% da energia que consome, com grande predominância de combustíveis fósseis. Uma grande percentagem das pessoas em Portugal vive num estado de crónica pobreza energética. Enquanto isso, a indústria da energia vive de um negócio rentista, dominado por grandes empresas e capital maioritariamente estrangeiro, e desconectado quer das necessidades da economia do país, quer da garantia do bem-estar das populações.

Esta indústria é, para além disso, ecologicamente insustentável, assente em fontes e modelos de produção, distribuição e consumo de energia destruidores do meio ambiente e ecossistemas. São bem conhecidos os impactos negativos da matriz energética actual na qualidade do ar, nos ciclos hidrológicos, nos solos, na biodiversidade, bem como nas actividades económicas locais.

A necessária transição energética tem de ser ecologicamente sustentável, socialmente justa e garantir energia às populações como direito fundamental.

As propostas de transformação da matriz energética têm em conta três princípios basilares:

- **É urgente a transição energética assente no princípio da descarbonização (e electrificação) da economia.** A matriz da produção, distribuição e consumo de energia é fundamental para atingir os objectivos de contenção das alterações climáticas.
- **O acesso à energia é fundamental para a vida humana, e deve ser um direito básico para as pessoas.** A democracia energética, implica para além deste acesso, uma produção e distribuição diversificadas e descentralizadas, com o envolvimento das populações nas decisões. Para além do impacto positivo na redução da nossa pegada ecológica como sociedade, este investimento permitirá uma significativa criação de emprego qualificado.
- **Portugal deve aumentar substancialmente a sua soberania e independência energética.** O país possui vastos recursos de energia solar e eólica, quer em terra quer no mar. Outras formas de energia renováveis: geotermal, energia dos oceanos e hidroeléctrica podem ser consideradas como soluções complementares. A dimensão dos projectos e a utilização das fontes energéticas disponíveis devem ser equacionadas de acordo com as realidades locais geográficas, ambientais e sócio-económicas.

PROPOSTAS:

As necessidades de hidrocarbonetos devem ser drasticamente reduzidas através de um programa concertado de descarbonização e electrificação da economia, e baseado na promoção da eficiência, e descentralização da produção e distribuição.

À escala local deve ser criada uma rede de Comunidades de Energia Renovável (CER). Os Projectos de maior dimensão de produção e distribuição eléctricas, como a da produção de hidrogénio verde em Sines, devem ter como objectivo a produção para consumo nacional e a descarbonização de sectores específicos, como a indústria cimenteira, agro-alimentar ou transportes colectivos. Sines, para além de mão-de-obra qualificada, oferece condições para a produção de energia a partir de fonte solar e eólica offshore, bem como de ligação ferroviária nacional para transporte do hidrogénio produzido.



Medidas para a transição energética:

- Massificação do acesso a programas públicos CER de incentivo à auto-produção e de criação de redes locais de co-produção e de distribuição de electricidade:
- Implementação de “Net-metering” como mecanismo de regulação de preço e de incentivo à micro e co-produção de electricidade.
- Desprivatizar a Galp e re-dimensionar a sua estrutura de produção e distribuição de hidrocarbonetos para as necessidades do país, adaptando-as a uma progressiva redução.
- Os trabalhadores da indústria petrolífera devem receber formação para trabalhar em outros domínios de utilização de produtos petrolíferos e em energias renováveis.
- Recuperação do controlo público da REN.
- Re-activação da produção de painéis solares e outras soluções fotovoltaicas na fábrica em Moura.
- Programa de massificação da utilização de células fotovoltaicas na cobertura do topo de edifícios públicos.
- Exploração de lítio com vista ao fabrico de baterias em Portugal. Esta actividade deverá ocorrer sob estrito controlo público, tendo por base o menor dano ambiental possível e a preservação da qualidade de vida das comunidades locais.
- Utilização preferencial de soluções em offshore para a implementação de parques eólicos de maior dimensão.
- Optimização do aproveitamento do Alqueva para geração de energia eléctrica através da instalação de parques fotovoltaicos.
- Utilização dos actuais resíduos verdes da agricultura e florestas como fonte de energia.
- Desativação urgente de todas as centrais termoeléctricas com base em carvão.
- Revogação dos contratos de prospecção e/ou exploração petrolífera.
- Suspensão do projecto de aumento de capacidade do terminal de gás natural liquefeito na central de Sines.
- Progressiva desativação de algumas das mega-barragens com vista à reposição dos transportes naturais de sedimentos até à foz.

A ALTERNATIVA À ESQUERDA PARA A REGIÃO DE SANTARÉM

ANA COSTA, ANA ELEUTÉRIO, ASCENSÃO PEREIRA, BALTAZAR TAFUL, DUARTE ARSÉNIO, FABIÓLA CARDOSO, FILIPA FILIPE, FRANCISCO CORDEIRO, GRAÇA MARTINS, HELENA PINTO, JÉSSICA VASSALO, JOÃO JACINTO, JOSÉ FILIPE, JOSÉ GABRIEL, LEONEL PEREIRA, LUÍS GRÁCIO, LUÍS SANTOS, MARIANA VARELA, PAULO REIS, ROBERTO BARATA, RODRIGO TEIXEIRA, TERESA NASCIMENTO, TERESINA PAZ, TOMÁS INÁCIO, VÍTOR FRANCO

No nosso entender a análise e as propostas de “Sair da crise, lutar contra a desigualdade” da Moção A são as que melhor respondem ao contexto em que vivemos. No entanto, há especificidades do distrito de Santarém que consideramos importante partilhar.

A nossa região sofre, como grande parte do território nacional, de tendências de despovoamento graves (a NUT III do Médio Tejo verificou um decréscimo da população residente entre 2011 e 2019 de 5,4%, enquanto a Lezíria do Tejo verificou um decréscimo de 3,9%). O país não se resume a Lisboa: urge assim que haja uma política de proximidade e de valorização do território. A existência de serviços públicos é essencial, assim como a existência de transportes coletivos dentro de cada concelho e entre eles (sempre que possível ferroviário) e a capacidade dos municípios para atrair empresas e emprego qualificado e bem remunerado.

O Plano Nacional de Investimentos 2020-2030 deixa de fora investimentos importantes para o distrito de Santarém, tendo sido retirado, por exemplo, o investimento anteriormente previsto na linha ferroviária, no troço Santarém-Entroncamento. É urgente o desvio da linha do norte, junto às barreiras da cidade de Santarém, assim como a requalificação da estação de comboios no Entroncamento. Exige-se uma linha moderna, segura e facilitadora dos movimentos pendulares com a capital, com a Beira Baixa e o restante território nacional.

Ao contrário da CIMT afirmamo-nos contra a adaptação do aeroporto militar de Tancos a aeroporto civil. O ambiente assim o exige, a luta contra as alterações climáticas assim o aconselha e não precisamos, a economia não precisa de outro aeroporto a 100 Km do aeroporto de Lisboa, já temos demasiados focos de poluição no distrito. O que precisamos é de transportes coletivos amigos do ambiente.

O rio Tejo e todos os rios e ribeiras devem suscitar a nossa mobilização. As centrais nucleares e os transvases, em Espanha; no nosso país as tentativas de privatização do rio Tejo, como é exemplo o projeto Tejo, assim como os problemas ambientais causados pelas indústrias da celulose e dos óleos vegetais merecem a nossa oposição. O governo e as várias autarquias têm de defender um rio Tejo para usufruto de todas e todos, assim como proteger a biodiversidade possibilitada por este recurso natural estruturante na nossa região. Estamos num distrito em que quase todas as linhas de água são sacrificadas ao poder do lucro, esta realidade tem de mudar sob pena de a curto prazo esta bacia hidrográfica entrar em colapso.

Precisamos de proteger o ambiente, alterando o paradigma de agricultura, substituindo as agropecuárias intensivas por formas extensivas e sustentáveis de produzir alimentos e substituir também as outras indústrias que poluem os vários cursos de água, tal como o ar e o solo.

O Eco Parque do Relvão, centro de tratamento de resíduos do distrito, mas também do país e inclusive de resíduos importados, precisa de um olhar atento: situam-se aqui os únicos CIRVER nacionais (tratamento de resíduos perigosos). O transporte destes resíduos atravessa as localidades de Almeirim, Alpiarça, Vale de Cavalos, Chamusca, Pinheiro Grande e Carregueira, criando sérios problemas de segurança e de saúde das populações. Os governos têm feito orelhas moucas aos protestos das populações e autarcas da região. A conclusão do IC3/A13 entre Almeirim e Vila Nova da Barquinha é uma urgência que não pode mais ser adiada. Devem também ser tomadas medidas para resolver os problemas de tratamento e armazenamento de lixiviados. Uma nova política deve ser implementada sem demora, os resíduos devem ser recolhidos seletivamente porta a porta, desta forma estamos a reduzir os resíduos para aterro e a valorizá-los.



O conservadorismo continua a limitar a vida de muitas pessoas. Assim é urgente avançar na inclusão da comunidade LGBTI+ e na igualdade de género, reforçando as respostas locais de apoio.

Outra realidade infeliz consiste na exploração de mão de obra imigrante, principalmente por parte de empresários que promovem a agricultura intensiva. Os mesmos empresários que pretendem um rio Tejo atrofiado e que sirva apenas os seus interesses ignoram os mais básicos direitos humanos.

As atividades tauromáquicas na região devem caminhar para o fim. As câmaras municipais destas localidades devem deixar de oferecer dinheiro público a estas atividades.

O Bloco de Esquerda deve estar próximo dos vários movimentos sociais na região, assim como apoiar e dinamizar a criação de novos movimentos. Unidas e unidos podemos mudar a realidade da nossa região.

Continuamos a pugnar pela Regionalização como forma de aproximar as decisões dos cidadãos e cidadãs e valorizar a democracia. O distrito de Santarém deve autonomizar-se de Lisboa, deve ganhar essa autonomia para se afirmar e ganhar visibilidade.

Estes, entre outros, são temas que devem marcar a agenda das próximas eleições autárquicas e o Bloco deve apresentar candidaturas abertas à cidadania.

O país precisa de um Bloco de Esquerda forte e combativo.

A Moção A agora em debate para a convenção abre-nos este caminho, estas expectativas.



DIREITOS TRANS SÃO DIREITOS HUMANOS

ANA (AAN) GOMES BRANCO, JOSÉ DIAS, JOÃO PATROCÍNIO, PAULO PICA, ALEXANDRE CUNHA, SAMUEL CARDOSO

Gisberta Salce Junior foi morta no Porto em 2006. Tinha 45 anos. Tinha fugido 25 anos antes de uma vaga de homicídios a pessoas trans em São Paulo. Volvidos 15 anos da sua morte, o que mudou em Portugal?

O aumento da extrema-direita e de retórica populista racista, homofóbica, misógina e transfóbica impõe a necessidade de revermos a forma como o fazemos o combate contra estes discursos. E não só – é preciso uma campanha que eduque as pessoas em relação a estes temas tão “fraturantes” para a sociedade. Que o são desde sempre. Mesmo em 2021. Mesmo após 15 a morte de Gisberta.

Em 2019 o relatório anual do Observatório da Discriminação da ILGA apontava para 171 denúncias de discriminação. As vítimas, na sua maioria, jovens. Grande parte das vítimas eram homens ou pessoas identificadas como. A segunda tranche de género mais afetada foi intitulada de Outra e só depois mulheres ou pessoas identificadas como mulheres. É de relevância a violência que os homens gays e bissexuais enfrentam no dia-a-dia. Mas curioso refletir no facto que as pessoas identificadas como trans ou “Outra” totalizam 33.13% das denúncias. A proporção da violência contra as pessoas trans é gritante.

Quanto a onde essa discriminação ocorre é também importante para olhar para a tabela de regiões. Lisboa chefia as regiões com 32.75% das denúncias, seguido por online/comunicação social, Porto e Aveiro. É importante reconhecer os locais onde essas discriminações ocorreram: na rua, online, na escola e em casa. Como tornamos as nossas escolas e ruas seguras? Como podemos garantir a segurança das pessoas LGBTQIA+ online? São tudo questões pertinentes para o combate à discriminação na sociedade atual.

E não é só da violência anti-trans que as pessoas trans sofrem. De acordo com a US Transgender Survey, 40% dos adultos trans já se tentou suicidar, comparativamente com 5% da população americana como um todo. De acordo com um estudo americano de 2016 descobriu que as pessoas trans tinham mais probabilidade de distúrbios mentais (20%) e depressão (27%). Um artigo da Nova Zelândia refere que resultados semelhantes se podem encontrar em todos os continentes. Esse mesmo artigo refere que alguns estudos sobre juventude trans apontam para as pessoas não-binárias terem maior incidência de uma saúde mental mais debilitada enquanto outros com participantes trans de todas as idades revelam o contrário.

Em Portugal são poucos os estudos sobre a população trans portuguesa o que impossibilita uma reflexão sobre o impacto da discriminação e saúde mental nas pessoas trans. No entanto sabemos que a sociedade continua enraizada nas suas convicções homofóbicas e transfóbica e que, aliado à lentidão da resposta do SNS às necessidades de uma população trans que têm vindo a crescer, mas também à violência da linguagem burocrática binária (especialmente nos documentos de identificação oficiais), torna a posição da população trans portuguesa cada vez mais fragilizada.

Ainda há muito caminho para percorrer na luta pelos direitos trans, que são, no fundo, direitos de todos e todas. O direito a utilizar a casa-de-banho adequada ao género com que nos identificamos, o direito a sermos chamados pelos nossos nomes verdadeiros e não os nomes mortos, o direito a sermos tratados com dignidade e respeito e com os pronomes corretos, o direito a não sermos discriminados, a não sermos violentados. O direito à representatividade.

E é nesta vertente que teremos de lutar: não só pela via legal, por leis que tornem a transfobia não só crime de ódio quando existe violência verbal ou física, mas também quando não se respeita a identidade de género da pessoa (como acontece no Reino Unido), na rua, no emprego, na escola, em casa; mas também por via da educação das pessoas sobre o que é ser-se pessoa trans, desmistificando o medo e as perceções falsas que grande parte da população ainda tem sobre as questões trans. E passa por ser uma luta verdadeiramente interseccional. É impor-



tante saber que maior parte das pessoas trans são pessoas que historicamente são de classe operária. E que as pessoas trans racializadas são proporcionalmente mais sujeitas de violência verbal e física, como os dados de mulheres negras trans assassinadas nos EUA nos mostram. Só uma luta por direitos trans que seja ao mesmo tempo antirracista, feminista, anticapitalista e internacional poderá de facto mudar a sociedade para todos e todas, especialmente pessoas pertencentes a grupos oprimidos na sociedade heteronormativa patriarcal. É por isso que o Bloco precisa de fazer mais e melhor.

Porque Portugal continua uma sociedade transfóbica onde as pessoas trans são motivo de chacota. E porque Gisberta Salce Junior, mulher trans, seropositiva, imigrante brasileira e trabalhadora do sexo, ainda não têm a Rua com o seu nome, uma homenagem que seria o mínimo que se pediria a uma sociedade que a martirizou.



ORGANIZAÇÃO DE JOVENS DO BLOCO DE ESQUERDA

ANA ISABEL SILVA, ANA PARDAL, ANDREIA GALVÃO, ANDRÉ FRANCISQUINHO, EDUARDO COUTO, LEONOR ROSAS, MIGUEL MARTINS, RAQUEL VITORINO, RODRIGO SOUSA, TOMÁS MARQUES.

A pandemia e as suas consequências permeiam todas as dimensões da vida económica, social e política. As já existentes dificuldades às quais os jovens estavam sujeitos, causadas por décadas de soluções neoliberais, vieram apenas ser agravadas e alargadas pela atual crise pandémica. Sendo uma das fatias mais vulneráveis da sociedade atual, a população jovem viu-se obrigada a confinar ao mesmo tempo que já se via sujeitada a habitação precária e/ou a preços inacessíveis; viu-se obrigada a estar em teletrabalho ao mesmo tempo que já se via sujeitada a contratos precários e sem proteção social. Muitos, por força da sua situação precária, ou pela natureza do seu trabalho, viram-se impossibilitados de confinar, pondo-se assim em risco a si mesmos e aos que os rodeiam. Somos a geração à qual o futuro foi hipotecado, uma e outra vez, por crises sucessivas do capitalismo, e a geração com a força para construir um futuro melhor.

Com a consciência de que este sistema sócio-económico nunca serviu, saíram milhares de jovens às ruas para exigir justiça climática. A conjuntura e mobilização internacional que se gerou em torno desta pauta demarcou um entendimento crescente entre as camadas mais jovens em torno da necessidade de superar este sistema sócio-económico. Sabemos que temos menos de sete anos até chegarmos a um ponto de irreversibilidade relativamente às emissões carbónicas a nível global. Vemos na resolução desta crise a responsabilidade das nossas gerações. Queremos colocar a vida no centro da ação política.

Os tempos de incerteza que vivemos são tempos de ataques aos nossos direitos e rendimentos, com a população jovem a ser das mais afetadas. É o Bloco de Esquerda que está na frente desta luta, propondo uma alternativa socialista que não deixa ninguém para trás. A luta que o Bloco trava é a luta das e dos jovens: desde a defesa da Escola Pública até ao combate à precariedade, sabemos que uma sociedade mais justa e igual tem que ouvir todas as pessoas.

No momento em que lutamos para que sejam dadas respostas aos problemas e que se enfrente a crise, vemos cada vez mais jovens a aderirem ao Bloco porque sabem que é este o projeto político que os representa e lhes dá voz. Muitos são os desafios que temos pela frente, mas as e os Jovens do Bloco querem estar na frente destas lutas.

Os Jovens do Bloco não são uma juventude partidária: não aceitamos o acantonamento e o paternalismo. No entanto, somos um setor fundamental dentro do Bloco de Esquerda. Organizando-nos distritalmente, procuramos chegar a jovens estudantes e trabalhadores para que, em conjunto, possamos construir uma alternativa socialista. A nível nacional, a Coordenadora Nacional de Jovens terá, nos próximos anos, o desafio de chegar a mais jovens, em mais distritos do país, contribuindo para a construção de uma organização mais forte, capaz de fazer a luta toda e alargando a base de militância jovem do Bloco de Esquerda. Sabemos que só juntos e juntas, numa organização sólida, democrática e militante poderemos dar forma a uma alternativa capaz de transformar a sociedade. Nas escolas, faculdades e politécnicos, temos um espaço que precisamos de disputar mais que nunca na luta por um Ensino público, gratuito, democrático e livre de opressões. É fundamental que os Jovens do Bloco sejam militantes nos seus locais de estudo, construindo projetos alternativos nos mais diversos ativismos. Simultaneamente, é nosso dever travar o combate antifascista, em todas as frentes, com o reforço de uma política inclusiva, antirracista e feminista.

Os jovens serão, hoje mais do que nunca, uma parte importante na mobilização para as próximas eleições autárquicas. Temos o papel fundamental de encabeçar o combate contra a precariedade e exigir que o direito à habitação e à educação sejam universais. Precisamos de repensar a forma como nos deslocamos e de garantir que as nossas cidades promovam políticas inclusivas e de combate à discriminação étnico-racial e à violência com base no género e orientação sexual.



Deste modo, como Jovens do Bloco de Esquerda, sabemos que temos um programa político para os nossos municípios que é capaz de ser a alternativa socialista, que apresente um projeto democrático e plural capaz de transformar os nossos concelhos, arrancando-os das mãos do privilégio e da exclusão e devolvendo-os às pessoas que nelas habitam, trabalham e estudam. Será, nos próximos meses, como bloquistas e ativistas, a nossa tarefa construir um programa transformador que dê corpo à cidade pela qual lutamos.

“A EMANCIPAÇÃO NÃO É UM PRAZER SOLITÁRIO”: PÔR UM ANTIFASCISMO ESTUDANTIL QUE REVOLUCIONE A ACADEMIA

ABEL RODRIGUES, AMARU AMESTAS, ANA MARIA PARDAL, ANA SOFIA LOPES, ANDREIA GALVÃO, ANTÓNIO FIGUEIRA, BEATRIZ PEDROSO, CAROLINA LEITE, CONSTANÇA PORTELA, GUILHERME MENDONÇA, INÊS SENA, JORGE MIGUEL ALBUQUERQUE, JOSÉ RICARDO, MAFALDA ESCADA, MARIA CUNHA, MARIA FRANCISCA, MARIANA GARRIDO, PATRÍCIA MARRAFA, RAQUEL LINDNER, RITA SILVA, RODRIGO SOUSA

A nova vaga da extrema-direita machista, xenófoba e racista entrou abruptamente na nossa vida política, como resultado das sucessivas crises do neoliberalismo selvagem e do descontentamento com o capital. Entrou também nas Universidades, visível na crescente normalização e branqueamento de personalidades ou acontecimentos marcadamente antidemocráticos. Desde a manifestação do PNR em frente à NOVA-FCSH, após o cancelamento de uma conferência de Jaime Nogueira Pinto; os comentários de Riccardo Marchi, professor e investigador do ISCTE-IUL, a defender o partido Chega; até, mais recentemente, a 30 de outubro de 2020, quando algumas instituições de ensino superior de Lisboa, como o ISCTE-IUL e a Universidade Católica, acordaram com pichagens racistas.

Da parte das Instituições de Ensino Superior, nenhuma ou pouca aversão parece haver a este tipo de violências. É aí que, enquanto jovens estudantes, entra a urgência da nossa luta. As Universidades reproduzem e aceitam esta cultura de violência, xenofobia e discriminação, ao deixá-los entrar e não os condenando quando mostram as suas verdadeiras cores. São necessárias respostas institucionais imediatas e narrativas intransigentes. O silêncio institucional gera sentimentos de insegurança junto da comunidade estudantil afetada e possibilita a penetração de ideias discriminatórias de forma mais ampla no tecido da comunidade educativa.

Uma produção de conhecimento académico que se preze não pode legitimar comportamentos de ódio dentro do perímetro das universidades. Muitas vezes, a inação perante estas narrativas mascara-se de “liberdade política”, “liberdade de expressão”, “neutralidade científica” ou de muitos outros chavões usados unicamente para servir um propósito: perpetuar estruturas de pensamento, não tomar posições que nos retirem do nosso lugar de privilégio e não pensar criticamente acerca do estado atual dentro das escolas.

Acreditamos convictamente que o antifascismo vai ser o lugar da convergência das mais diversas lutas contra a exploração capitalista, o patriarcado e a opressão colonial, dentro e fora das escolas. Além disso, temos de mobilizar massivamente o nosso ativismo para que o movimento estudantil se reanime, repensando a sua organização e as suas lutas, passando ainda pela antipropina, pela habitação estudantil digna, olhando criticamente para Bolonha, o RJIES e as cada vez mais numerosas fundações públicas com regime de direito privado. A descolonização dos currículos e a integração de mulheres, pessoas racializadas e LGBT+ nos corpos docentes crescem-se agora, mais que nunca, à nossa frente de luta antifascista dentro das nossas faculdades. Unindo toda a gente que se bate por estas reivindicações, não deixando ninguém para trás, de forma a criar uma unidade forte e intransigente enquanto estudantes antifascistas.

A mobilização estudantil é, por isso, importante, não numa lógica “corporativista” – rejeitando que quem estuda apenas conseguisse defender os seus interesses próprios -, mas na perceção de que representa um futuro próximo e de que nessa mobilização reivindicativa está definido um caminho a seguir.

Importa saber que a organização entre estudantes não começa e acaba na sua mobilização para ocupação das ruas. Criar movimento estudantil é muito mais do que a busca pelo mediatismo no espaço público. Os espaços que frequentamos no dia a dia, dentro da própria faculdade, são também ocupáveis e úteis e, como tal, de importante valorização. É obrigação de um ativista usar esses lugares para promover a discussão, o diálogo e a partilha; é importante que, na difusão de ideais antifascistas e democráticos, consigamos compreender e conhecer quem nos ouve. Só assim conseguiremos, por um lado, desconstruir preconceitos que existam em relação às nossas lutas e, por outro, perceber o que move o Outro.



Para ser eficaz, o movimento tem de prolongar-se no tempo e alargar-se no espaço. Tal só é alcançável se integrarmos, numa lógica unitária, quem quer estar do lado certo desta luta. Isto não invalida que, ao termos iniciativa, consigamos balizar o espaço de discussão e definir à priori ideias fortes que devem ser respeitadas e a partir das quais parte a restante discussão; porém, a construção tem de ser coletiva, quer na discussão programática e reivindicativa - em que se procura sintetizar a discussão de várias perspetivas -, quer na própria lógica organizativa, em que as tarefas têm de ser partilhadas e cada um e cada uma sabe a sua função no espaço de luta.

A luta estudantil tem de ter continuidade nas cidades de quem estuda. Tem de permanecer dentro e fora de todas as instituições de ensino, desde que nos lembramos de estudar e aprender. É urgente continuar a trazer a luta antifascista para as nossas escolas, universidades, politécnicos e locais de trabalho. É urgente todas/os nós trazermos as lutas para as ruas e juntar os/as estudantes nos movimentos sociais em todos os seus espaços de ensino, de trabalho e culturais.

É necessária e indispensável a integração de todos e todas as estudantes nos seus espaços de ensino e fazer garantir a sua representatividade e voz nos mesmos. É imprescindível garantir o acesso de todos e todas ao ensino, democratizando-o e tornando-o efetivamente público, gratuito, livre, igual e universal - O ensino superior não pode ser um privilégio.

Nas ruas e instituições os/as estudantes fazem-se ouvir nas lutas antipropina, anticapitalista, feminista, LGBTQ+, antirracista, ambientalista, antifascista e pelo direito à habitação - ontem, hoje e sempre os/as estudantes serão resistência e as ruas ocuparão!



ECOFEMINISMO OU BARBÁRIE: POR UMA VIDA QUE VALE A PENA SER VIVIDA

ADRIANA FERREIRA, ADRIANA LOPERA, ANA PARDAL, ANDREA PENICHE, ANDREIA GALVÃO, ANDREIA QUARTAU, BEATRIZ PEDROSO, CARMO MARQUES, CAROLINA ALMEIDA, CAROLINA GOMES, CATARINA RAMALHO, CATHERINE BOUTAUD, CECÍLIA HONÓRIO, CLÁUDIA BRAGA, DINA NUNES, INÊS COLAÇO, INÊS SENA, JOANA GRILO, JOANA LOUÇÃ, JOANA TEIXEIRA, LEONOR FIGUEIREDO, MAFALDA ARAÚJO, MAFALDA BRILHANTE, MARIA FRANCISCA FERREIRA, MARIA MANUEL ROLA, MARIANA FALCATO, PAULA SEQUEIROS, RAQUEL AZEVEDO, SOFIA LOPES, SOFIA ROQUE, TATIANA MOUTINHO

Estamos, mais uma vez, a viver uma crise. Será uma crise diferente, com origens e consequências diferentes da última?

De onde olhamos, as crises que vivemos são múltiplas, não são de agora, alastram-se e agravam-se: a crise ecológica, a crise da saúde, a crise dos cuidados, e, agora, a crise pandémica.

Todas estas crises são multidimensionais e consequência deste sistema patriarcal, capitalista, capacitista, racialmente estruturado, (neo)colonialista e antropocêntrico que explora e ataca as vidas.

Tal como as crises, a exploração e as violências também são múltiplas, generaliza-se a precariedade da vida, institucionaliza-se esta insegurança com a falta de direitos, aumentam-se as situações de exclusão e hipersegmentação social. As desigualdades multiplicam-se e as linhas de inclusão/exclusão tornam-se ainda mais complexas. Acresce que os avanços da extrema-direita (em aliança com as direitas clássicas em reconfiguração) colocaram na ordem do dia uma agenda reacionária de combate aos direitos conquistados pelas lutas feminista, lgbt+, antirracista, potenciando o aumento das desigualdades e da exclusão.

Não basta recuperar a produção, o emprego, o estado social para superar a crise. Necessitamos de centrar o conflito no eixo capital-vida, e compreendê-lo como um problema coletivo que nos ataca a todas e a todos de formas diferentes.

Esta crise dá-nos muitas pistas para este outro caminho, ao expor muito do que é invisibilizado por este sistema: “Fique em casa” foi a máxima mais ouvida nos últimos meses, o que levanta algumas questões: Quem é que não pode ficar em casa? O que acontece em casa?

Sabemos que quem realiza trabalhos essenciais - limpezas; saúde; produção, distribuição e venda alimentar; ensino; cuidados - não pode parar, pois a sociedade assim o exige. E o que têm em comum estes trabalhos? São realizados maioritariamente por mulheres, em grande parte precárias.

Por outro lado, temos a casa como o lugar por excelência do trabalho invisível, enquanto é ele que sustenta e mantém toda a vida: todo o trabalho de reprodução social, de cuidados, doméstico. Mais uma vez, realizado maioritariamente por mulheres, que acumulam este trabalho ao assalariado. Esta acumulação transformou-se em sobreposição, para as mulheres que passaram para o teletrabalho, todo o trabalho, remunerado ou não, passou a acontecer ao mesmo tempo e no mesmo local, a casa: trabalhar, cuidar das pessoas mais novas ou mais velhas, limpar, cozinhar. A casa é, também, o espaço onde a violência doméstica cresce e, tantas vezes, se mantém silenciada, pelo medo de fazer uma denúncia que acrescente crise à crise.

Ou seja, as mulheres são as mais afetadas por este sistema e também pelas crises deste.

Façamos mais uma pergunta: de que depende a nossa sobrevivência? Por um lado, do nosso corpo, que precisa de ser cuidado ao longo da vida o que nos torna seres interdependentes. Por outro, do meio ambiente em que vivemos, dos recursos que extraímos da natureza como alimentos, água, minerais, entre outros, recursos que são finitos, o que nos torna seres ecodependentes. Esta análise conjunta torna evidente a necessidade de construir políticas económicas, sociais e culturais que coloquem a vida no centro e que a dignifiquem.



Esta deve ser a nossa agenda. Propomos o ecofeminismo como programa de ação, pois é o único caminho para sobrevivermos e para vivermos uma vida que realmente vale a pena ser vivida.

Precisamos de um partido que se assume como ecofeminista, tanto na narrativa como na ação, tanto no parlamento como na rua. Sabemos o quão importante é a matéria legislativa na conquista de direitos, na construção de um caminho de autodeterminação, na garantia de dignidade e justiça. Mas sabemos, também, como são precárias estas conquistas, dependendo sempre da configuração de poder no momento.

Vemos no Bloco um projeto político para a revolução, um verdadeiro partido movimento, que sabe que a mudança vem dos encontros coletivos, que cresce das diferentes visões, onde todas as vozes contam, que instiga à organização, à partilha e mostra através da ação que um outro mundo é possível.

Porque a precariedade e a exclusão não podem ser a norma, afirmamos - não deixamos nem uma para trás: das cuidadoras informais, sem acesso a direitos fundamentais, às mulheres em teletrabalho, cuja exploração se agravou; das pessoas trans, das racializadas e das migrantes, que continuam a ser alvo de tantas violências, às trabalhadoras do sexo, reduzidas à penumbra e cujas condições de vida se agravaram e precarizaram; das trabalhadoras precárias, afastadas dos seus direitos, às que com contrato recebem salários miseráveis.

A questão hoje não é se as coisas vão mudar, porque elas vão (estão) a mudar, queiramos ou não. A pergunta é se queremos dirigir essa transição com critérios de dignidade e justiça, tendo em conta todas as dimensões da vida, ou se deixamos que mais uma vez, os critérios de mercado imperem.

O SNS SÓ PODE SER FUTURO!

AFONSO MOREIRA, ANA CAMPOS, ANDRÉ BEJA, ANTÓNIO RODRIGUES, BRUNO MAIA, CAROLINA MONTEIRO, CÉLIA RODRIGUES, DIANA PEREIRA, JOÃO RODRIGUES, JOSÉ MANUEL BOAVIDA, LUÍS MÓS, MÁRIO MACEDO, MOISÉS FERREIRA, NUNO MALAFAIA, PEDRO ALVES FERREIRA, PEDRO GRILLO DIOGO, RUI SEIXAS, TÂNIA RUSSO, TIAGO GONÇALVES PEREIRA, VASCO INGLÉZ

A pandemia impôs ao SNS uma pressão extraordinária, à qual ele tem respondido com uma resiliência extraordinária. Ficou claro que é a sua “natureza” de serviço público que fez com que o SNS se mostrasse a pedra basilar na resposta à pandemia. Ficou também claro que não podemos contar com o setor privado quando está em causa a saúde pública. As seguradoras não cobrem epidemias. Os hospitais privados fecham portas ou correm a exigir que o Estado financie as suas perdas.

A pandemia surge depois de anos de desinvestimento, fuga de profissionais e transferência de serviços para o sector privado. Apontar as falhas do SNS, exagerando-as ao ridículo, tem sido a estratégia de quem quer a sua privatização: se se repetir muitas vezes que o SNS é um projeto falido, assume-se que é verdade e tomam-se decisões políticas que o enfraquecem. No Bloco de Esquerda sabemos que o SNS é ainda o serviço preferido de todas e todos. É para o reforçar e prepará-lo para o futuro que aqui estamos.

Na procura de soluções para tornar o SNS sustentável a longo prazo, há um caminho que já começou a ser feito: a nova lei de bases, lançada por António Arnaut e João Semedo, que recoloca o SNS no centro e abre espaço para as tarefas que aqui enunciamos.

A despesa da saúde em percentagem do PIB é menor do que há 10 anos e os encargos das famílias têm aumentado, em média 10% superiores aos restantes países da zona euro. Quanto menos financiamento tem o SNS, mais dependente de convenções com privados se torna, que crescem à custa das rendas do Estado. Quase metade do orçamento da saúde vai parar aos bolsos dos privados. Não basta mais dinheiro, é preciso investir no SNS, para o tornar auto-suficiente e internalizar aquilo que agora contrata aos privados.

Precisamos de estruturar carreiras e aumentar salários, desenvolver planos de apoio à formação profissional e melhorar a investigação em saúde para fixar profissionais. No SNS todos contam: médicos, enfermeiros, fisioterapeutas, psicólogos, nutricionistas, assistentes sociais; temos de recuperar carreiras esquecidas e criar novas onde elas hoje não existem, como é o caso dos auxiliares de ação médica. Cumprindo a nova Lei de Bases, deve ser implementada a exclusividade devidamente remunerada dos profissionais e combatidos os abusos laborais.

A reforma dos cuidados primários morreu na praia. Com ganhos em saúde e económicos estabelecidos, a generalização do modelo USF ficou esquecida. Investir nos cuidados primários é investir em mais saúde e menos doença, deslocando o foco do tratamento da doença para a promoção da saúde. Qualquer plano de futuro para o SNS tem de incluir o redimensionamento e autonomia dos ACES, o impulso à criação de novas USF, a “montagem” das URAP, a densificação da rede de saúde pública, o fortalecimento das UCC, a criação de centros de diagnóstico e o estabelecimento de consultadorias de técnicos hospitalares, em cooperação com os hospitais de zona.

Precisamos de um novo olhar sobre a gestão pública da saúde, para além do modelo empresarial das EPE, modificando o paradigma de financiamento hospitalar que tem sido baseado na produção de atos médicos, sem objetivos em saúde claramente definidos. A autonomia deve ser promovida e participada por cidadãos e profissionais. Deve ser reequacionada a organização vertical do SNS e o papel das ARS, da DGS e da ACSS, com definição clara de funções, em proveito de uma organização de proximidade e mais matricial. É inadiável a criação dos Sistemas Locais de Saúde já consignada na nova Lei de Bases da Saúde.

É necessário investir na remodelação do parque tecnológico e na simplificação das plataformas informáticas para profissionais e cidadãos, concretizando a unificação dos sistemas de informação, colocando hospitais e cuidados



primários em rede. É urgente inverter a tendência de envelhecimento dos equipamentos no SNS que tem permitido aos privados captar convenções e serviços que no SNS se tornaram obsoletos.

A reforma da saúde mental previa menos institucionalização dos doentes, promovendo a sua integração na comunidade. A parte fácil do plano, encerrar hospitais e serviços, foi efetuada. Ficou por fazer o mais difícil e útil: equipamento e recursos para os centros na comunidade.

Na maioria dos hospitais ainda não há serviços de epidemiologia hospitalar, nem equipas ou unidades de internamento de cuidados paliativos, como prevê a sua Lei de Bases. Temos apenas metade das camas e menos de metade das equipas comunitárias necessárias. O mesmo nos cuidados continuados, entregues ao sector social e privado. A crise dos lares durante a pandemia mostrou que o SNS deve construir e gerir estruturas de cuidados domiciliários para colmatar a brutal lacuna de resposta pública.

A lei de bases da Saúde de Semedo e Arnaut deixou as sementes necessárias para um SNS do futuro, que seja verdadeiramente universal, moderno e de excelência. Agora precisamos de meter as mãos à obra e concretizar essa lei. É para isso que aqui estamos.



ANTIRRACISMO E A NECESSIDADE DE DISPUTAR A MEMÓRIA COLETIVA

AUTORA: ANDREIA GALVÃO

SUBSCRITORES: AMARU ARESTAS, ANA PARDAL, ANDRÉ SOARES, ANDREIA QUARTAU, ANTÓNIO FIGUEIRA, ABEL RODRIGUES, BEATRIZ DIAS, BEATRIZ PEDROSO, CONSTANÇA PORTELA, INÊS CAEIRO, INÊS SENA, MAFALDA ESCADA, MARIANA GARRIDO, MIGUEL MARTINS, RODRIGO SOUSA, RAQUEL VITORINO, RAQUEL LINDNER, TOMÁS MARQUES, LEONOR ROSAS, JORGE ALBUQUERQUE, JOSÉ MANUEL VALENTE, JOSÉ RICARDO, JOSÉ FALCÃO, RITA SILVA

Pierra Nora, uma referência no quadro dos historiadores franceses, considerava a como *“a memória, ou o conjunto de memórias, mais ou menos conscientes de uma experiência vivida ou mitificada por uma comunidade, cuja identidade é parte integrante do sentimento do passado”*.

As percepções subjetivas do real vão de encontro à política de silenciamento e dos “lugares de esquecimento” de figuras e discursos oficiais, levando-nos a concluir a importância do campo ficcional para a realização de um processo doloroso de luto, imprescindível para endereçar não só os treze anos de guerra, mas os quarenta anos de repressão instauradas pelo Estado Novo.

O momento histórico do 25 de Abril veio revolucionar diversos aspetos da sociedade, mas manteve o silenciamento deste marco, deixando por analisar, contextualizar e criticar séculos de horrores coloniais. Conseguimos manter a imagem de “bons colonizadores”, agentes da propagação da multiculturalidade e diplomatas de brandos costumes, uma visão que não podia estar mais afastada da realidade concreta da história.

Quando falamos sobre a necessidade de disputar a história, refletimos sobre a importância de um palco de debate que conteste as narrativas perpetuadas durante o período da ditadura. Parece clara a importância e a necessidade do conflito para fazer emergir uma cena pública, na qual nos tornamos visíveis.

A disputa que tem ganho mais espaço nas últimas décadas tem sido denominada “memória autêntica” ou “pós memória” e alberga as experiências de pessoas que carregam as cicatrizes deste período e a memória da geração subsequente, memória herdada, ouvida e não vivida.

Urge descolonizar a memória, pois esta sustenta o racismo estrutural que se embrenha nas nossas sociedades. Estes legados de repressão política, do autoritarismo, da impunidade e da naturalização da violência que resultaram das práticas de normalização da sociedade e da política, também foram responsáveis por políticas de esquecimento. Encontramos frequentemente nos manuais escolares discursos pedagógicos que sustentam uma naturalização da escravatura e das relações opressivas e de dominação. O colonialismo é um processo exposto como uma missão civilizatória, que dá “novos mundos ao mundo”. Esta forma atual como concebemos os currículos escolares, o modo como olhamos para a história nacional refletem ainda essa visão pouco inclusiva sobre a nossa nação. Apagamos a resistência da história que contamos sobre nós próprios enquanto país. Impera trazer as nossas escolas para o século XXI, tornar as salas de aula palco de diálogo entre grupos sociais hegemónicos e grupos subalternizados.

Combater por Abril é lutar por um país de todas e todos, que torne inclusiva a portugalidade e que reconheça as dívidas históricas, olhando-as como base para resolver os desafios contemporâneos, que exigem uma defesa inequívoca da liberdade. Garantir a emancipação social e intelectual é a luta que todos os bloquistas devem procurar travar na sociedade.

A CENTRALIDADE DOS CUIDADOS NA AÇÃO POLÍTICA DA ESQUERDA

ANDREA PENICHE, ANDREIA QUARTAU, DEOLINDA MARTIN, HELGA CALÇADO, ISABEL VENTURA, JOSÉ SOEIRO, LEONOR FIGUEIREDO, MAFALDA ARAÚJO, MAFALDA BRILHANTE, SOFIA LOPES, SOFIA FIGUEIREDO, TÂNIA LEÃO, TERESA SALSELAS

A nossa vida depende do cuidado, desde que nascemos até que morremos. É nele que assenta o quotidiano, é ele que permite a manutenção e a reprodução da vida, do corpo, das comunidades, das casas. O cuidado não é um tema sectorial, o problema de um determinado grupo social nem uma mera dimensão das políticas sociais. É o reconhecimento essencial da nossa interdependência. Por isso, os cuidados devem estar no centro da ação política da esquerda.

Com a pandemia, tornou-se mais visível a crise dos cuidados. As infraestruturas de cuidados de que dispomos são insuficientes para fazer face às necessidades. Os cuidados continuam a não ser definidos como um direito social e constitucional. As desigualdades de género, de classe e de origem territorial agravam-se. O trabalho reprodutivo não remunerado, feito essencialmente pelas mulheres, tem um gigantesco valor social e económico que continua por reconhecer. Se o calculássemos com os critérios prevalecentes na economia, corresponderia a 9% do PIB mundial. Em Portugal, estima-se em 4 mil milhões de euros anuais o valor dos cuidados informais. A diferença entre homens e mulheres na responsabilidade por este trabalho é tão grande que, ao ritmo da transformação atual, precisaríamos de cerca de 200 anos para atingir uma partilha paritária.

A esquerda deve ir muito além de pequenas medidas de reconhecimento, de conciliação ou da exigência de mais investimento público nas mesmas políticas. A centralidade dos cuidados implica uma política transformadora que visibilize, valorize e redistribua o trabalho reprodutivo, que socialize os custos e desfamiliarize a prestação de cuidados, que aposte numa reconversão económica capaz de criar empregos que transfiram grande parte dos cuidados para o campo da provisão pública e do trabalho com direitos. Reconhecer as nossas vulnerabilidades e interdependências mútuas obriga-nos a repensar as prestações sociais e reinventar as políticas públicas, contrariando os modelos institucionais de externalização das respostas para o setor social privado.

Entendemos por isso que uma política de cuidados deve ser prioritária na ação da esquerda. Ela passa pela redução do horário de trabalho formal e pelo alargamento das licenças para cuidados, estimulando a partilha entre sexos e estendendo-as além das relações familiares. Passa, ainda, pela inscrição dos cuidados como direito constitucional a ser realizado pelo Estado, integrando a educação para a infância no sistema público de ensino, promovendo a internalização destas funções na rede pública de segurança social, universalizando a provisão pública de cuidados continuados integrados, privilegiando-se o apoio domiciliário, tornando este tipo de cuidados acessíveis em todo o território.

Para esta política, é necessário um investimento público de grande dimensão, capaz de criar dezenas de milhares de empregos nesta área. Nesse processo, é central garantir que estes empregos não continuam a reproduzir as divisões e hierarquias de género e que passam a ser valorizados, com bons salários, contratação coletiva, formação e reconhecimento profissional, acabando-se com a discriminação atualmente existente no enquadramento legal e na proteção social dos empregos do “serviço doméstico”. Paralelamente, o reconhecimento dos cuidados informais tem de ser aprofundado, nomeadamente pelo alargamento do Estatuto dos Cuidadores e Cuidadoras, cuja concretização pelo Governo tem sido marcada pela exclusão de milhares de cuidadores e cuidadoras por causa da condição de recursos, dos critérios burocráticos de residência, do vínculo familiar, para além de continuar a não haver nenhum mecanismo de consideração dos cuidados informais prestados ao longo de décadas por tantas pessoas, sobretudo mulheres, que não encontraram nenhuma alternativa de política pública para apoiar os seus familiares dependentes. Não queremos estimular esse modelo de cuidados informais para o futuro, mas não podemos deixar de reconhecer esse passado de trabalho não pago.

Uma política de cuidados de esquerda deve, finalmente, repensar os próprios modelos de intervenção, pondo fim a um modelo de respostas sociais monopolizado por IPSS, à prevalência da institucionalização, à segregação



etária e social das respostas e das instituições sociais. Para isso, é prioritário um plano de desinstitucionalização, assente na defesa da autonomia das pessoas e na criação de figuras de cuidadores profissionais capazes de garantir a vida independente de todas as pessoas.

O cuidado deve ser um princípio organizador da transformação da economia e de organização da nossa vida social, em alternativa ao despotismo do mercado e à lógica da competição. Aprendendo e cruzando as agendas do feminismo, da justiça climática, do movimento pela vida independente, do sindicalismo e do movimento de precários, podemos tomar a política do cuidado como princípio de superação do capitalismo e do patriarcado. Estamos perante um desafio gigante, que convoca toda a energia da nossa militância social e política.



NEGAÇÃO E BENEFÍCIOS DA BRANQUITUDE, QUEM CALA CONSENTE...

ANDRÉ SOARES, ANDREIA GALVÃO

Ao longos destas quatro décadas de democracia a sociedade portuguesa não foi capaz de reconhecer o racismo como importante gerador de desigualdades. O ambiente pós-colonial e a mirada europeia vieram desviar o olhar sobre a importância de reflectir criticamente num passado que estava ali atrás, na sala, como elefante numa loja de porcelana. O passado escravocrata, a exploração dos povos e dos recursos, o racismo científico tardio, o lusotropicalismo e a ideia de brandura e excepcionalismo português foram ganhando sedimento nas mentes, nos discursos e nas práticas. O outro, o diferente passou a ser enquadrado de acordo com os interesses da maioria não racializada de forma a manter os seus interesses e benefícios. A negação do papel de Portugal na construção das hierarquias raciais mantém sob a pedra um conjunto de discussões necessárias ao reconhecimento e ao assumir das culpas de um passado que tem implicações no presente. Como referiu o grande precursor do anti racismo americano, W.E.B. DuBois, qual é a sensação de ser um problema?

O silêncio da sociedade portuguesa em relação às injustiças provocadas pelos racismo tem sido um pacto e solidariedade branca que torna a vida das pessoas racializadas muito mais difícil. Porque impede o diálogo de um problema que perpassa as nossas comunidades. O privilégio de uns assenta na miséria e falta de oportunidades de outros. No desvio dos alunos para turmas racializadas e mais pobres para os cursos profissionalizantes, na falta de apoio ao acesso à Universidade, na impossibilidade de recrutamento por parte das empresas criando um ambiente pós colonial que mantém as vivências sociais e políticas coloniais - o poder e o conhecimento continua a ser dominado pela branquitude e mentalidade eurocêntrica; a exploração e a opressão anda colado no corpo dos cidadãos racializados.

Quem tem interesse em manter os benefícios da branquitude? Quem tem interesse em manter estas desigualdades?

É urgente fazer-se um amplo debate sobre a injustiça racial em Portugal. As escolas e as universidades podem ter aqui um papel fundamental propondo a revisão de currículos, a adoção de cotas para pessoas racializadas, a criação de bolsas de estudo, a promoção de programas descoloniais e promoção de autores e bibliografias críticas dos heróis do mar apresentando as várias perspectivas e não a permanente dicotomia de quem ganha e perde. Como se com o racismo ganhassem alguma coisa. Não ganhamos nada, só perdemos.

O Bloco de Esquerda tem a sua fundação assente no anti-racismo e ao longo dos anos tem sido capaz de inscrever pequenas alterações para uma maior igualdade. É tempo de abraçar mais um desafio da denúncia do poder da branquitude enquanto mentalidade que beneficia alguns e algumas em detrimento de outros tantos. O Bloco pode e sabe fazer este caminho. Porque o racismo mata e quem fica calado acaba por se tornar cúmplice. Não nos podemos calar contra o racismo.

CONTRA A MARGINALIZAÇÃO DAS PESSOAS IDOSAS

ANTÓNIO BAIÃO, BERTA ALVES, DEOLINDA MARTIN, FILOMENA GALVÃO, ISABEL VENTURA, JAIME MESTRE, LUÍS DE CASTRO, ROMANA SOUSA

Em 2013, houve um epíteto que soou como uma ameaça aos ouvidos dos mais velhos que, na atualidade, representam aproximadamente 22% da população portuguesa mas que são, em percentagem muito mais elevada em determinadas zonas, sobretudo no interior. O deputado social democrata Carlos Peixoto chamou-os “peste grisalha”.

Essa ameaça, no entanto, é bastante real. Apesar de terem trabalhado toda uma vida, terem construído este país, terem criado as gerações futuras e contribuído para a sua educação, terem suportado e lutado contra a ditadura e uma guerra que teve como consequências mortes e deficiências, os mais idosos e idosas vivem com reformas de miséria, como de miséria eram os seus salários no tempo do fascismo.

As reformas dos mais velhos não são esmolas mas parece que são. O que são 200 euros, 300 euros, 400 euros, todos valores abaixo do limiar de pobreza que, em 2021, é de 540 euros?

Sabemos que as reformas resultam das contribuições feitas durante o percurso profissional. Mas estão essas gerações condenadas a viver da caridade? A terem de ver as suas vidas vasculhadas para terem direito a alimentação e medicamentos por esmola de uma IPSS qualquer?

Não tem o Estado obrigação de cuidar dessa população que devia ser merecedora de respeito e consideração por um passado de sofrimento e de ausência dos direitos mais elementares como saúde, habitação digna, educação e alimentação saudável?

A pandemia do COVID-19 trouxe ainda outra realidade que existia apenas na penumbra, naquela realidade cinzenta que a sociedade faz por esquecer.

Tornou visível a realidade dos chamados lares onde muitos idosos são armazenados, sem privacidade nem liberdade, tratados como se fossem crianças, longe do seu ambiente e daqueles que amam e a quem dedicaram a vida com frequentes sacrifícios e abnegação. O Estado demite-se das suas obrigações. Financia mas não fiscaliza. Com reformas baixas, muitos deles não têm acesso a lares com condições mínimas que seriam alimentação, higiene e medicação.

Mas isso não chega. Mesmo quando essas condições mínimas são boas, qual foi a participação dos idosos na criação das regras desses lares? Que é feito da sua privacidade, da sua liberdade e dos seus direitos enquanto indivíduos e cidadãos? Os idosos não são crianças embora sejam frequentemente tratados como tal.

No quadro destas condições precárias, assistimos estupefactos aos inúmeros óbitos em lares. O que não é de admirar, dada a falta de condições de privacidade que facilitam os contágios.

Há já quem faça contas para ver quanto o Estado vai poupar por não ter de pagar as reformas dos que morreram na pandemia...

É nossa obrigação contribuir para consciencializar os mais idosos de que a situação e a marginalização em que vivem não é justa, que não estão condenados a uma vida tão difícil depois de outra que não foi mais fácil.

Muitos deles ainda apoiam filhos e netos com as suas baixas reformas e habitação. Outros saem dos lares porque a sua reforma é necessária a filhos e netos. E não estão imunes à violência doméstica de que por vezes são vítimas.

Perante este quadro, que não podemos aceitar como partido que quer construir um mundo melhor, respondemos que o combate pela igualdade social passa, também, por defender os direitos das pessoas mais velhas. Assim, propomos:



- Aproximação, numa primeira fase, das reformas/pensões que se situam abaixo do limiar da pobreza desse valor que é considerado mínimo para a sobrevivência de qualquer cidadão/ã. Numa segunda fase, a aproximação ao salário mínimo. Estes apoios devem sair do Orçamento do Estado;
- Criação de uma rede pública de lares com construção e gestão PPP (parceria público público) entre entidades públicas (autarquias, segurança social e ministério da saúde) com capacidade de resposta na área das demências;
- Reforço da rede pública de apoios domiciliários que possibilite a permanência das pessoas mais idosas nas suas casas e comunidades;
- É tempo de serem devidamente legitimados os cuidadores/as informais que cuidam de idosos em termos de direitos como horários de trabalho, férias e retribuição justa;
- Devem ser apoiados os centros de dia, não para “entreterem” os idosos/as com atividades infantis mas para contribuir para que mantenham as suas capacidades físicas e mentais;
- Criação em todas as freguesias gabinetes de apoio aos idosos/as nas suas várias valências e que referenciem os que vivem isolados ou sozinhos;
- Deve haver programas públicos para adaptação das habitações para que o idoso/a tenha condições para lá viver de uma forma independente;
- Deve haver apoio público em terrenos e construção à habitação colaborativa/Cohousing, alternativa que possibilita aos seniores viverem em habitações de uso individual e partilharem zonas comunitárias se for a sua opção.

Os e as subscritoras do presente texto defendem que estas propostas devem ser defendidas nas várias frentes de intervenção do Bloco numa perspetiva de solidariedade intergeracional.

DESBLOQUEAR A DEMOCRACIA INTERNA DO BLOCO

ANTÓNIO RICARDO

Um Bloco acrítico internamente, é um Bloco que caminha no sentido da acomodação ao poder e aos lugares, nem que seja para lambar os dedos com o que possa sobrar no fundo do tacho desse poder...

Desde a X Convenção Nacional do Bloco de Esquerda que se vem sentindo mais a nível da Direção nacional, na sua Comissão Política e no Secretariado Nacional, um desvio na forma de dirigir o Bloco.

Entre a X e XI Convenção, houve da parte de uma das tendências a captura da direção da Plataforma Unitária com o “afastamento” de camaradas que pudessem ser entraves aos possíveis “entendimentos” com a outra tendência para a partilha de lugares no Bloco e no parlamento e assim mataram a PU. A partir dessa altura desenvolveu-se uma série de “joginhos de poder” entre as duas tendências no repartirem entre si o aparelho partidário e com pressões no período das eleições autárquicas de 2017 sobre estruturas e candidaturas fizeram-se sentir, em particular em concelhos onde o Bloco tinha a expectativa da eleição de autarcas nomeadamente vereadores.

A XI Convenção Nacional foi a confirmação do caminho traçado na anterior Convenção: 1º no completar da purga na Mesa Nacional, depois a limpeza na Comissão Política e no secretariado e a “punição” sobre estruturas distritais e camaradas dessas estruturas que não eram afetos às duas tendências dominantes da direção ao mesmo tempo a Comissão Política tomava decisões que competiam ao órgão máximo entre duas Convenções, a MN e, o secretariado assumia decisões da Comissão Política. Isto é: afunilou-se a democracia!

Este caminho levou que nas legislativas de 2019 a falta de vergonha na imposição de uma candidatura pelo Distrito de Santarém contra a vontade da respetiva estrutura distrital e da esmagadora maioria dos aderentes desse Distrito que envergonhou todas e todos aderentes do Bloco de Esquerda. Para já não falar do processo de Braga que se preparava no mesmo sentido...

A maioria da Mesa Nacional está anestesiada politicamente e sem reação aos desmandos de uma comissão política que faz do secretariado nacional o seu núcleo para as decisões em substituição da própria C.P., saindo de lá todas as orientações para as e os funcionarias/os, estas e estes substituem as distritais e concelhias deixando estes órgãos apenas como executantes das ordens transmitidas pelos/as funcionários/as... Onde é que já vimos isto?... e eu a pensar que era passado e só de alguns outros partidos...

Num partido/movimento que no seu nascimento procurou por pugnar pela ética na política, hoje a maioria da direção do Bloco de Esquerda na prática colocou de lado esse valor e apenas tem agido de acordo com os interesses das duas tendências que entre si condicionam a democracia interna a toda a organização tendo com isso comportamentos que condenavam aos outros e que na sua/nossa casa a prática está à vista...

A prática da intriga e da mentira ganhou terreno na maioria da direção e tudo vale na calúnia sobre camaradas que têm um histórico de luta e de entrega aos valores da liberdade e dos direitos dos trabalhadores, fazendo da diferença de opiniões dentro do Bloco o seu inimigo. O oportunismo político e carreirista tomou conta do rumo do Bloco. Hoje no essencial não se discute política mas apenas as tarefas a levar à prática emanadas pela direção nacional utilizando aderentes como claque das respetivas tendências. Ao que isto chegou!...

O golpe dado na democracia interna e participativa com a redução em 50% dos delegados e delegadas à XII Convenção Nacional, foi o último passo para perpetuar a distribuição de lugares entre as tendências envolvendo alguns/mas subservientes que apenas procuram satisfazer os seus egos pessoais nem que seja apenas com algumas fotos de “família” e aqui não escapam alguns antigos dirigentes de lutas operárias e populares que no passado tiveram papel relevante mas que hoje rendidos/as aos novos parâmetros políticos da “social democracia”, consi-



deram que as “novas” lutas não fazem sentido e que essas ideias são “coisas do passado”, é o aburguesamento de uma parte do Bloco em troca de migalhas do poder...

A XII Convenção Nacional tem de responder a esta situação interna sob pena quando muitas e muitos acordarem da sua anestesia política para a realidade já será tarde e que a “serização” do Bloco já não tem retorno. Três medidas são essenciais para a regeneração do Bloco de Esquerda a nível interno:

1ª limitação de mandatos nos cargos: Mesa Nacional, Comissão Política, Secretariado Nacional e CCD/R.

2ª Limitação de mandatos de deputado/a na A.R., P.E. e de vereadores, independentemente da legislação nacional.

3ª Nenhum/a aderente poderá acumular mais que dois cargos eletivos a nível interno do Bloco de Esquerda, exemplo: CCD/R-MN, CCC-CCD/R e CCC/MN. Também quem é deputado/a não acumulará com outros cargos de vereadores ou de membros de executivos de Juntas de Freguesia e Assembleias Municipais de Lisboa e do Porto.



A VIRAR O INTERIOR DO AVESSO!

BÁRBARA XAVIER, CAROLINA GOMES, CARLOS COUTO, CATARINA PENICHE, CRISTINA BORGES GUEDES, DIEGO GARCIA, JÓNI LEDO, MARCO MENDONÇA, PEDRO OLIVEIRA, ROGÉRIO MARTINS, TIAGO RESENDE

O Interior do Avesso é uma plataforma que cria um espaço online de divulgação e fomento de pensamento sobre a interioridade, as dicotomias entre litoral e interior, entre regiões de alta e baixa densidade, entre urbano e rural. Tem servido como ferramenta agregadora de ativistas e coletivos das mais variadas causas nestes territórios, com foco nos distritos de Bragança, Castelo Branco, Guarda, Vila Real e Viseu, constituindo uma ferramenta essencial para a criação de pontes com pessoas e locais, anteriormente inacessíveis ao Movimento Bloco de Esquerda.

O portal de informação foi oficialmente lançado a 8 de abril de 2019. Desde então tem-se reinventado e procurado vias de crescimento, através do desenvolvimento de conteúdos diversificados, num exercício crescente de proximidade com as populações e agentes locais.

O projeto procura comunicar as ideias, propostas e iniciativas do Bloco, muitas vezes substituindo os órgãos de comunicação social quando estes boicotam conteúdo do Movimento, de sindicatos ou de movimentos sociais, ambientais e animalistas. Constitui-se ainda como intermediário no contacto e diálogo com pessoas e coletivos.

À medida que o projeto cresce e se desenvolve, é cada vez mais evidente a sua importância, assim como o seu potencial para ser assumido como uma ferramenta essencial no reforço do trabalho das estruturas locais do Bloco de Esquerda, potenciando o reconhecimento e facilitando os contactos com movimentos, sindicatos, associações e pessoas locais.

Pretendemos privilegiar, cada vez mais, conteúdos próprios e exclusivos, nomeadamente a divulgação de denúncias que nos cheguem (abusos laborais, crimes ambientais, etc.), mas também através da promoção de iniciativas e do diálogo próximo com agentes locais.

O Interior do Avesso tem sido uma plataforma de denúncia de atentados ambientais nos rios e ribeiras, nas emissões para a atmosfera, na pulverização de glifosato nas nossas ruas, no abate indiscriminado de árvores saudáveis, maus-tratos animais, exploração de recursos naturais sem respeitar as populações, entre outras ações contra o ambiente e a saúde pública. É neste seguimento que em março deste ano foi lançado o Portal de Denúncias Ambientais.

A primeira iniciativa do Avesso foi a apresentação do projeto e lançamento do site com a presença da Catarina Martins em 2019 em Viseu. Cerca de um ano depois, começaram a ser promovidas iniciativas online com transmissão em direto no facebook. A primeira em parceria com o Esquerda.net (Soluções Para o Interior - Ao Encontro), as seguintes de forma autónoma, designadas Encontros do Avesso, sobre temas tão diversos como cultura (Nun hai beiles ne l'interior?), ambiente (Ambiente do Avesso? O panorama ambiental do interior), transportes (Caminhos do Interior - Que estratégia para os Transportes Públicos no Interior?), e crise (Resposta à Crise no Interior: Crise Social).

O Interior do Avesso também constituiu parcerias com outras plataformas e projetos, das mais diversas áreas, cujo objetivo é a troca de conteúdos. É o exemplo das parcerias com o Cinema Sétima Arte, Palombar, Movimento Estrela Viva e Portal Galego da Língua.

Produziram-se ainda conteúdos audiovisuais especiais, através de parcerias, como os testemunhos sobre os 15 anos da manifestação STOP Homofobia em 2020 (Plataforma Já Marchavas) e as 6 atuações das Sessões Sementeira - Apoio Marisa Matias, com a Sementeira, no âmbito da campanha das Presidenciais 2021.

Além daquilo que é o acompanhamento diário das estruturas do Bloco, das parcerias com movimentos e dos textos de opinião, o Avesso divulga assuntos ignorados pela comunicação social local. Temos ainda promovido várias entrevistas e reportagens a profissionais de saúde dentro do primeiro confinamento, agentes culturais do interior



e ativistas ambientais, por exemplo.

Também acompanhamos as lutas populares contra a extração mineira de lítio em Covas do Barroso e na Serra da Argemela, ou contra a destruição de qualidade de vida que a Central de Biomassa do Fundão representa; as reivindicações de sindicatos como o SNPC e o SITE; a resiliência do Movimento Cultural das Terras de Miranda, que reclama justiça territorial, e do Club de Vila Real, que mesmo sem sede cria condições para que a cultura aconteça; tal como as Greves Climáticas, as Greves Feministas e as Marchas Pelos Direitos LGBTI+, que não acontecem apenas no litoral.

No primeiro ano, 2019, desde 31 de março, o site teve 57466 visualizações e 5053 gostos no facebook. Em 2020 houve reformulação do projeto que potenciou o alcance levando a um total de 369297 visualizações no site e a 12831 gostos no facebook. Nos dois primeiros meses de 2021 conta com 41498 visualizações e 13298 gostos na página do facebook. O Interior do Aveso tem ainda contas no Instagram, Twitter e Youtube.

A CULTURA É UM BEM ESSENCIAL

BEATRIZ GOMES DIAS, ALEXANDRA VIEIRA

O setor cultural foi dos primeiros a ser afetado pela pandemia de Covid-19. Os espetáculos foram cancelados, os museus fecharam portas, os cinemas pararam as exibições. A paralisação da Cultura começou na segunda semana de março de 2020. Quase um ano depois de ter sido declarado o primeiro estado de emergência, a situação dos trabalhadores e das estruturas do setor tem-se agravado significativamente.

As medidas de prevenção e contenção do contágio exacerbaram os problemas estruturais provocados por décadas de falta de investimento num serviço público de cultura.

Num setor com estruturas de produção caracterizadas por micro e pequenas empresas, profundamente marcado pela precariedade laboral e pela inexistência de um regime de trabalho e proteção social específicos, a desproteção das/os trabalhadoras/es é total.

Os apoios desenhados pelo governo são insuficientes e não chegam a todas/os. Trabalhadoras/es do circo, artesãs/ãos, artistas visuais, atrizes e atores, músicas/os, educadoras/es ou técnicas/os de várias especialidades estão há quase um ano sem conseguir trabalhar e sem rendimentos. Com a vida suspensa, muitas pessoas estão na situação dramática de não saber como pagar as contas e de ter de recorrer a cabazes solidários para sobreviver.

A mobilização das/os profissionais da cultura, através de manifestações e outras iniciativas, tem denunciado os problemas estruturais, a situação de crise económica e social que se aprofunda, o baixo valor dos apoios e tempos demasiados longos para a sua atribuição. Reivindicam a implementação de medidas mais abrangentes, menos burocráticas e que efetivamente cheguem a todas/os as/os trabalhadoras/es.

Apesar das múltiplas evidências dos efeitos nefastos da pandemia no setor, da contestação social e das reivindicações das/os profissionais, a cultura continua a ser relegada para um plano secundário na estratégia do Governo.

Se a inação do Governo persistir, a destruição do tecido cultural será irreparável. É urgente a mobilização de instrumentos que garantam uma resposta adequada à situação de calamidade que se vive no setor. São necessárias medidas robustas que permitam recuperar da atual crise provocada pela pandemia, garantindo que os apoios não deixem ninguém de fora e corrijam os problemas estruturais.

A precariedade e o subfinanciamento afetam também o património e quem nela trabalha. Desde os arqueólogos, vigilantes, assistentes, aos técnicos do serviço educativo e das várias áreas do restauro, a precariedade e a externalização imperam. Este problema associa-se a um outro: a necessidade urgente de rejuvenescer os trabalhadores do património. Décadas de conhecimento adquirido pela prática perder-se-ão para sempre sem que haja transmissão de saberes de uma geração para outra.

Estruturas fundamentais à preservação da memória e da identidade, os museus, palácios, monumentos, bibliotecas e laboratórios sentem os efeitos de anos de cortes de financiamento e de recursos humanos. As coleções, os acervos, os arquivos, os materiais assim como o edificado estão em risco de desaparecimento e de colapso por falta de manutenção, de obras de reabilitação, de condições de preservação e de segurança.

O caráter caleidoscópico e de entrecruzamento com outras áreas de atividades da arte, da cultura e do património e a noção de que há uma parte pública substancial na atividade cultural que tem de ser garantida, quer pela questão da preservação, registo e memória, que exige trabalho técnico especializado e espaços especialmente concebidos para o efeito, quer, ainda, no financiamento, que só pode ser público, de outras manifestações que por serem projetos de vanguarda, ou por serem grandes estruturas, coloca o Estado como primeiro financiador, ou, melhor dizendo, primeiro investidor.



Uma pandemia devastadora tornou evidente, sem margens para dúvidas, que, por um lado, as pessoas precisam de cultura para viver, sobretudo nas alturas em que a sua resiliência é posta à prova; por outro, a atividade cultural, na sua multiplicidade e diversidade, ocupa largos milhares de pessoas e de famílias que dedicam a sua vida a tornar melhor a nossa existência, em múltiplas dimensões e formas de expressão artística e de preservação da memória.

É tarefa fundamental do Estado garantir o direito constitucional à fruição e criação cultural. Cabe, assim, ao Governo, ao Ministério da Cultura, assegurar que, quando estes tempos sombrios se dissiparem, teremos ainda uma comunidade cultural capaz de garantir a possibilidade de acesso à cultura a todas as pessoas que vivem em Portugal e de promover a diversidade cultural. Para tal, é fundamental responder à crise de subsistência e precariedade crónica que historicamente afeta o setor. Tal implicará necessariamente uma alteração do modelo de financiamento da produção cultural e o reforço do orçamento da cultura.

Numa verdadeira democracia progressista, a Cultura deve ser um bem essencial a preservar e estimular.

ANTIRRACISMO: COMBATER A NEGAÇÃO, AFIRMAR A AÇÃO

BEATRIZ GOMES DIAS, ACKSSANA SILVA, ANDREIA GALVÃO

Nos últimos tempos, temos assistido ao crescimento do discurso de ódio no espaço público, com maior expressão nas redes sociais. Este recrudescimento tem ocorrido em todo o mundo, incluindo em Portugal, e é apenas a face mais visível do racismo estrutural.

O racismo é um sistema de opressão e discriminação que permeia as estruturas de poder, as instituições, as relações sociais e os comportamentos individuais. Enquanto tal, ele cria e reproduz desigualdades que afetam desproporcionalmente pessoas racializadas como negras, ciganas e de outros grupos sociais, condicionando o lugar que cada pessoa ou comunidade ocupa na sociedade em função da sua pertença étnico-racial. Tal como acontece noutros sistemas de dominação, como o capitalismo ou o heteropatriarcado, há quem beneficie deste sistema, conscientemente ou não, e há quem seja por ele oprimida/o, explorada/o, mantida/o em situação de desvantagem.

Este processo de discriminação tem um longo lastro histórico, marcado pela exploração capitalista e alicerçado na escravatura e no projeto colonial português. Uma história de subjugação cujos efeitos ainda se fazem sentir na organização da sociedade e na divisão do trabalho. Alimenta-a um discurso identitário e supremacista que separa os que pertencem, aqueles que são os verdadeiros cidadãos e cidadãs, e os outros, aqueles que não fazem parte, tornados cidadãos de segunda categoria.

Neste processo de hierarquização da sociedade, as pessoas racializadas são continuamente representadas e tratadas como estranhas ao corpo da Nação, subalternizadas nas margens da vida coletiva, mantidas nas periferias materiais e simbólicas, enfrentando maiores obstáculos que dificultam ou impedem o acesso a direitos fundamentais, como o direito à segurança, à saúde, à educação de qualidade, à habitação, à justiça, ao trabalho com direitos e a um salário justo.

A superação desta discriminação tem esbarrado numa obstinada negação do problema e, conseqüentemente, numa gritante ausência de políticas públicas para o seu combate, apesar dos estudos e relatórios que revelam as desigualdades e os preconceitos que afetam as pessoas racializadas.

O mito da tolerância da sociedade portuguesa, um dos pilares da narrativa identitária nacional, tem impedido o reconhecimento explícito do racismo enquanto uma prática sistémica e estrutural. Há sectores da sociedade portuguesa que procuram impor a narrativa de que vivemos numa democracia racial, de que “Portugal não é racista”, resistindo à implementação de medidas que corrijam as desigualdades com base nas características étnico-raciais.

O desafio que temos pela frente é enorme: vencer a negação do racismo e conquistar a igualdade de direitos para todas as pessoas que vivem em Portugal, independentemente da nacionalidade ou pertença étnico-racial.

Desmantelar o edifício que sustenta o racismo é um imperativo de um projeto socialista do século XXI e requer, desde logo, o reconhecimento de que ele existe e se intersecta, mas não confunde, com outros fatores de exclusão e de desigualdade. É preciso conhecermos a sua natureza, os seus processos, os seus efeitos, as suas múltiplas manifestações, a sua relação com outras categorias de opressão com as quais concorre para produzir desigualdades.

O racismo não é uma opinião, é um ataque à democracia e à liberdade individual e coletiva.

Por isso, a luta antirracista, é também a luta pela defesa intransigente da democracia, uma democracia sem desigualdade, sem opressão, sem privilégio, sem preconceito, sem as narrativas que estigmatizam e inferiorizam as pessoas negras e de outros grupos racializados.



É a luta por justiça e igualdade, pela eliminação dos obstáculos que historicamente são colocados a estas populações.

As lutas das pessoas racializadas que vivem em Portugal, destas centenas de milhar de pessoas que vivem do seu trabalho, ocuparam o espaço público com as suas reivindicações, inscrevendo de uma forma indelével o combate ao racismo e a luta por direitos iguais na agenda política.

O Bloco de Esquerda aliou-se a estas lutas, empenhando-se em defender que todas as pessoas que aqui vivem tenham os mesmos direitos e oportunidades, seja qual for a sua origem étnico-racial, nacionalidade ou condição legal.

A crescente visibilidade desta luta e o trabalho realizado no parlamento foram decisivos para reverter alguns obstáculos. No entanto, sabemos que a igualdade ainda não está conquistada, há que continuar a lutar por ela com determinação.

O Bloco está empenhado em conferir às políticas de promoção de igualdade e de combate ao racismo a centralidade que elas merecem e exigem. A consecução deste projeto emancipatório exige a implementação de medidas sistémicas e transversais que promovam o seu combate e prevenção em todas as dimensões, da escola ao trabalho, da habitação à saúde, da justiça à cultura.

Rejeitamos a negação, comprometemo-nos com a ação.

LISBOA: BALANÇO E PERSPECTIVAS

BEATRIZ GOMES DIAS, ISABEL PIRES, MANUEL GRILO, RICARDO MOREIRA, VASCO BARATA

O Bloco mudou a política na capital com a eleição de um vereador em 2017 que acabou com uma década de maiorias absolutas do PS e permitiu espaço para um acordo de governação para responder aos grandes problemas da cidade. Esse acordo foi uma decisão acertada.

Na cidade mais desigual do país, a pandemia aumentou a pobreza. Os trabalhadores informais, os desempregados, os precários e quem tem salários mais baixos sofreram primeiro e com maior intensidade a crise social. Se tivermos em conta os diversos fatores de discriminação, constatamos que os efeitos da crise afetaram desproporcionalmente as mulheres, as pessoas racializadas, as pessoas LGBTQI+, as pessoas com deficiência, as pessoas em situação de sem abrigo e as pessoas migrantes e refugiadas, agravando as desigualdade que já existiam.

O Bloco foi responsável por criar uma resposta social de emergência em Lisboa, com uma rede municipal de apoio alimentar para milhares de famílias, para as crianças e jovens, para as mulheres vítimas de violência doméstica, para as pessoas em situação de sem abrigo e para as pessoas que precisavam de apoio psicossocial.

Já antes da crise pandémica, os pelouros da Educação e dos Direitos Sociais tinham avançado com medidas importantes como os manuais escolares gratuitos do 1º ao 12º ano, as mais de 800 vagas de pré escolar, as refeições escolares sem plástico e de confecção local, ou nos programas de saúde, nos séniores, na juventude, no antirracismo, no acolhimento dos refugiados, nos direitos LGBTI+ ou nas pessoas com consumos.

Essa diferença aconteceu não só nos pelouros do Bloco, mas também na política da cidade, onde face à doutrina de Medina de não haver “turismo a mais”, foi possível duplicar a taxa turística, regular o Alojamento Local, investir na Carris, criar um novo Programa de Renda Acessível (PRA) 100% Público, implementar a Tarifa Social da Água automática e iniciar o caminho de redução do preço dos transportes públicos.

O Bloco Lisboa apresentou recentemente uma candidatura forte à autarquia que é herdeira do trabalho dos últimos 4 anos e que apresenta um programa transformador para resolver os problemas da habitação e da mobilidade, que coloque a agenda climática no centro e que assuma o compromisso de combater as desigualdades e promover a igualdade plena para todas as pessoas que vivem e trabalham na capital.

Sabemos que o maior adversário que vamos ter de enfrentar em Lisboa é a crise social. Sabemos que a solução da direita e do seu candidato para as crises sociais é sempre o empobrecimento e não acreditamos na iniciativa de um PS com maioria absoluta.

Queremos garantir o Direito à Habitação e sabemos que isso só é possível com um PRA 100% Público para disponibilizar casas que as pessoas possam pagar e controlar o mercado da habitação, com a reabilitação dos bairros camarários e com a quota de 25% de Renda Acessível como contrapartida de novas construções. A Câmara Municipal de Lisboa tem os recursos para o fazer e tem de mobilizar os fundos do Programa de Recuperação e Resiliência para aumentar o stock de casas municipais. Para além disso, é necessário alterar a lei das rendas que foi considerada inconstitucional em vários artigos, ou acabar com os vistos gold, políticas que o PS teima em não querer alterar e que o candidato da direita Carlos Moedas elogiou recentemente.

A pandemia só veio acentuar a crise na habitação e o fim das moratórias dos empréstimos para comprar casa vai criar uma situação insustentável e a lei das rendas da direita em 2022 volta à sua força total, atacando as pessoas mais velhas primeiro. Só a alteração das leis e a oferta de habitação pública a preços acessíveis para as famílias de Lisboa pode .

Queremos garantir transportes públicos de qualidade e gratuitos, começando com as pessoas mais vulneráveis, como os desempregados. Só essa medida permite levar a sério a crise climática, diminuir a dependência do auto-



móvel e parar a entrada de 380 mil carros diários na capital. Enfrentar a crise climática quer também dizer que os edifícios públicos, incluindo as escolas e os bairros municipais, têm de combater a pobreza energética e produzir a energia que consomem, através de produção solar descentralizada baseada no autoconsumo partilhado e da municipalização da energia. Precisamos destas medidas de justiça climática para fazer uma transição que tenha justiça social.

Queremos garantir a igualdade plena para quem vive e trabalha em Lisboa. Essa é a linha transversal a todas as políticas que defendemos, uma vez que a problemas estruturais devem corresponder respostas estruturais. O Bloco será irredutível na defesa de políticas feministas, na defesa dos direitos das pessoas LGBTI+, das pessoas com deficiência e das pessoas racializadas e migrantes. Ninguém pode ficar de fora.

Só uma cidade solidária pode garantir Direito à Cidade, responder às políticas da direita e à política do medo.

IMPUNIDADE DE GRUPO

BRUNO MAIA, JOSÉ GUSMÃO, JOSÉ MIRANDA, MARISA MATIAS, MOISÉS FERREIRA

Há meses que dura o naufrágio da estratégia de vacinação Europeia. A União financiou as vacinas, assumiu todas as responsabilidades e avançou com compromissos de compras. Ficou com os custos e os riscos em troca de contratos que não garantem nada. O resultado é confrangedor. A Europa, que não consegue assegurar a produção e distribuição de vacinas para si própria em tempo útil, opõe-se ao apelo do segundo maior produtor mundial de vacinas, a Índia, para que sejam suspensos os direitos de propriedade industrial (DPI) associados à Covid-19. Não produz nem deixa produzir. Assiste, de um lado, ao egoísmo competente de britânicos e norte-americanos e, do outro, à diplomacia da vacina de Russos e Chineses, que já entrou pela UE adentro. A Presidente da Comissão irrita-se, ordena, ameaça e, a cada bravata, denuncia a uma impotência auto-imposta. Mesmo perante a calamidade, a Comissão protege o negócio, inventando objeções à defesa do interesse público.

De todas as objeções levantadas, a mais frágil é a que assenta em argumentos legais. Na realidade, a suspensão dos DPI está claramente prevista no direito comunitário e nos direitos nacionais dos Estados. A Organização Mundial de Comércio, prevê no acordo TRIPS a emissão de licenças compulsórias por parte dos Estados, desde que justificadas para cada situação específica. Essa autorização foi depois alargada à possibilidade de exportação em crises de saúde pública, através da Declaração de Doha. Os Estados Unidos, que são um dos países que se opõe, em conjunto com a EU, ao pedido de Índia e África do Sul para acionar estas cláusulas, é o maior utilizador das mesmas, para defender a saúde pública, a concorrência ou a segurança nacional. Fizeram-no muitas vezes sob a forma de ameaça, e quando as ameaças não foram suficientes, concretizaram-nas com o pragmatismo habitual.

Foi a fragilidade dos argumentos legais que levou os opositores à partilha da tecnologia Covid a refugiarem-se na dificuldade de produção. Há vários meses que esse se tornou o seu único trunfo. Um bluff, como lhe chamou lapidarmente Aranda da Silva, com sinais bastante evidentes. Se mais ninguém consegue produzir as vacinas, porque não partilharam as empresas a sua tecnologia na plataforma da OMS? Se mais ninguém as consegue produzir, o que teriam a perder? Porque e como fizeram parcerias de produção com outras empresas, enquanto repetiam que mais ninguém conseguia produzir? Como sustentar essa tese perante a Índia, que tem uma das maiores e mais sofisticadas indústrias farmacêuticas do Mundo?

Neste cenário, a passividade da Comissão não é fácil de atribuir, porque as explicações são várias: o lobby das farmacêuticas, a pressão dos países que têm cavalos nesta corrida, a estupidez e obstinação ideológica. Todos candidatos plausíveis. E, claro, a inimizabilidade democrática dos líderes europeus. A Presidente da Comissão pode ficar ou até ser demitida no rescaldo desta barraca, sem que isso tenha consequências políticas. Talvez por isso, a unidade Europeia esteja em completa desagregação, desde os países que vão às compras sozinhos até ao triste episódio da suspensão da AstraZeneca, que fez as delícias dos negociantes de todas as estirpes.

Por cá, o atraso na vacinação aumenta as dificuldades na resposta à pandemia. Sem garantias de imunidade de grupo em breve, novos ciclos de medidas restritivas, encerramentos e estados de emergência não podem ser descartados, colocando uma espada de Dâmocles sobre toda a atividade económica. O SNS suspendeu atividades não urgentes por dois períodos, acumulando atrasos nas consultas, nas cirurgias ou nos tratamentos oncológicos, comprometeu metas de saúde para os próximos anos e deixou os profissionais de saúde de rastos. Para recuperar os milhões de consultas e as centenas de milhares de cirurgias em atraso, o governo precisa de desenvolver um plano ambicioso que implica investimento em requalificação do SNS, reforço das carreiras dos profissionais que evite a sua saída para o privado e novas contratações, com incentivos à recuperação das listas de espera. Nenhum plano de recuperação pode funcionar se continuarem a persistir vagas de infeção enquanto a maioria da população não está vacinada.

A grande diferença desta pandemia é que o egoísmo do mundo desenvolvido está a fazer vítimas entre os seus



próprios habitantes. Talvez por isso, o apoio à suspensão dos DPI cresce a cada dia que passa. É responsabilidade da esquerda construir as alianças que lhe dêem força e consequência, e o conduzam para a solidariedade global que é, por definição, a única forma de vencer uma pandemia. Precisamos de adensar as iniciativas internacionais pela abertura das patentes que surgem no espaço europeu, apoiadas nos apelos da OMS e da ONU, ao mesmo tempo que, em Portugal, exigimos que o governo e António Costa saiam da seguidismo habitual e sejam uma voz ativa pela partilha da tecnologia Covid, seguindo a mensagem forte que António Guterres se tem empenhado em difundir.

O QUE É UMA CONVENÇÃO?

CARLOS CARUJO

A resposta parece evidente e a pergunta desinteressante. Toda a gente saberia. Afinal, todos os partidos têm uma coisa assim, chame-se como se chamar.

Contudo, questione-se. Até para começar por dizer o que não é ou não devia ser. Uma convenção não é um palco. Não devia servir apenas para dirigentes e protagonistas do costume (ou candidatos a isso) aparecerem ou mostrarem serviço. Não é um espetáculo que se oferece ao grande público para exhibir democracia, passar ideias decididas em pequeno comité ou fabricar notícias. Não é uma negociação feita entre dois (ou três) grupos que determinam lugares. Não é uma cerimónia de poder para nos ligarmos mais ao grupo nem uma reiteração de ideias para nos tranquilizarmos que estamos certos.

Como com isto não chegamos a uma resposta, socorramo-nos dos estatutos. Na letra, a convenção é “o órgão máximo do partido”. Só que há aí um vazio. A única competência fixada claramente é que esta “vota a adesão ou desvinculação do Bloco de Esquerda de organizações internacionais interpartidárias”. Apesar disso, não é evidente que é aí que se fazem as “escolhas fundamentais” para dois anos? Dizer isto é ainda demasiado pouco porque as conjunturas mudam. Lembrem-se de quando “a conjuntura” mudou tanto que numa convenção se jurava que nunca se iria apoiar um governo PS, e quem o dissesse era um ovo podre, e meses depois nasceu uma geringonça? “Os setores que se aproximam do Partido Socialista e com ele pretendem governar abdicam de responder ao principal desafio colocado ao país: desobedecer às imposições da UE como condição para cumprir qualquer objetivo da esquerda em Portugal”, lia-se na moção que então guiava o partido. Com tanta escolha decisiva tomada fora do seu espaço, a dúvida é mais que legítima: o que significa dizer que a Convenção é o órgão máximo e que as decisões centrais aí são tomadas?

Para mim, uma convenção só faz sentido se for um debate profundo sobre alternativas a seguir. Se houver, em vez do defensismo do “tivemos sempre razão”, capacidade de auto-crítica sobre conteúdos e formas de fazer política. E, sim, ainda é preciso repetir que essa crítica não divide nem o enfraquece o partido.

As últimas convenções têm tido o seu quê de paradoxal. Momentos em que toda a gente é chamada a participar, as taxas de abstenção são gigantescas. E ainda assim é das poucas alturas em que um/a militante de base pode dizer algo para todo partido o ouvir (isto se, enquadrado numa moção ou plataforma, for eleito e lhe derem tempo para falar). Assim como este boletim é das raras oportunidades em que um militante de base pode escrever nos meios do partido e ser lido por todxs. Há quem o abra e ache que há muita letra. A mim surpreende-me que não haja muitas mais. E mais diversas.

Eu que sou mais velho do que sou, lembro-me que faz vinte anos que numa convenção decidimos que era preciso “um Bloco mais democrático e vivo, capaz de estimular a participação de todas e de todos os aderentes nas escolhas fundamentais de orientação. Capaz de corrigir e melhorar a sua actuação e de estimular a sua vida e aprendizagem coletiva”. Por isso se decidia criar “um sistema de informação on line e em suporte papel, regular e aberto”. Eu que sou tão casmurro como sou, continuo a acreditar nisto. E lamento que em vinte anos nunca se tenha implementado qualquer órgão de debate interno permanente.

Dito isto, se quisermos que a convenção seja tudo o que não deve ser, então a decisão de diminuir o número de delegadxs para metade não é importante e faz boa imprensa pelos seus motivos proclamadamente sanitários. Se acreditarmos que deve ser diferente, é gravíssima. Desde logo porque não acredito que este partido seja incompetente e incapaz de organizar em segurança um encontro com 600 pessoas. Depois porque o seu resultado prático é beneficiar a maioria, diminuir representatividade, esmagar moções e plataformas mais pequenas, empobrecer a discussão.



Num partido que precisa de mais e não de menos participação, uma convenção precisa de acolher as vozes diferentes. Essas vozes que não são ouvidas. E, porém, existem, insistem, resistem.

Talvez o rolo compressor desta decisão se possa tornar um pretexto para perguntar não só o que é uma convenção mas, para lá da espuma dos dias, das redes mais ou menos pessoais, do mediatismo, do parlamentarismo, como se deve organizar um partido? Que democracia nele cabe?

Começar de novo. Dava mais do que um bom slogan. Se quisermos começar por casa, dava para fazer movimento discutindo porque é que é este que quis ser um partido-movimento acabou por se tornar uma estrutura política tradicional. Dava para fazer uma discussão ampla, aberta, descomplexada sobre como enfrentar problemas organizativos, uma reestruturação estatutária não de circunstância mas estrutural. Dava para ousar caminhos novos porque afinal uma democracia de alta intensidade é uma exigência mínima do comunismo que queremos e não pode ficar à espera.

UNIDADE, SOLIDARIEDADE, CONSCIÊNCIA DE CLASSE

CARLOS CARUJO

DESCONHECEMOS A FORMA DA CRISE QUE VIRÁ

Mas podemos antever que será profunda porque se sobrepõem a crise sanitária e económica à ambiental e política que tem levado à erosão da democracia liberal e ao crescimento dos ultra-conservadorismos. A mistura é explosiva e a situação indefinida. Face a ela, parafraseando Gramsci, a única certeza que podemos ter é a luta.

PARA ENFRENTAR A CRISE PRECISAMOS DE MAIS DO QUE MAIS DO MESMO

Mais do mesmo, à esquerda, será insistir ou no partido doutrinário, transmissor acomodado de ideologia, em busca da pureza revolucionária e remetido à denúncia ou afirmação do programa máximo, ou o pseudo-realista que repete formas de fazer política dominantes, mediático, institucionalizado, acomodado ao “possível” e navegando à deriva da agenda do momento.

FACE À EMERGÊNCIA SOCIAL, UNIDADE E MOBILIZAÇÃO

Em causa estará quem paga a crise e o possível regresso à austeridade na forma mais dura. A primeira tarefa será a construção de um programa de emergência social que não pode ficar pelas receitas do costume, nem deve ser construído em competição pelos de sempre. É preciso abertura na construção, diálogo entre partidos, ativistas e movimentos sociais.

ANTICAPITALISMO E ECOSOCIALISMO SÃO PRINCÍPIOS-PONTE

Ao discutir questões sociais dramáticas, a crise climática corre o risco grave de voltar a ser minorizada. Só que o combate à crise ambiental não pode ficar para depois, em nome da tentação de resolver primeiro o mais grave a curto prazo. Não temos tempo. O ecossocialismo é agora ou nunca.

Da mesma forma, o anticapitalismo não pode ser só chavão para dias de festa ou referente identitário longínquo, tem de ser horizonte que guia a política concreta. Até porque quando se tentou acumular forças em momentos defensivos relegando para as calendas gregas a ideia de transformação profunda da sociedade isso não resultou em vitórias. E o papel de um partido anticapitalista é ir além da tentativa de provar que a social-democracia tradicional conseguiria resolver a situação se não tivesse dado lugar ao social-liberalismo.

O PARTIDO DAS SOLIDARIEDADES É UMA HIPÓTESE PARA ENFRENTAR A DUREZA DOS TEMPOS

Face à crise é preciso não só radicalizar discurso mas também mudar a forma de fazer política e prioridades organizativas. É preciso apoiar as formas de auto-organização solidárias que emergem a partir de baixo. Fazê-lo é essencial para quem precisa e reforça sem controleirismos experiências que mostram que a política não é apenas um programa de televisão, uma publicação “indignada” numa rede social. É aquilo que conseguirmos fazer em comum.

EXCURSO:

Isto não é novidade. Em “Estratégia e Partido” (1987), Daniel Bensaïd refletia sobre a necessidade de não ficar à



espera da grande noite revolucionária e do brotar espontâneo da auto-organização de massas. Para ele, havia que obter antes legitimidade através da “reconquista de funções sociais quotidianas”, da afirmação de “uma autoridade social e moral alternativa à do Estado”.

Defendia que “quem se apresente seriamente para dirigir a nação com a finalidade de superar uma profunda crise da sociedade não pode subtrair-se a esta prova: nos bairros periféricos do Brasil ou do México, podemos exigir o abastecimento de água, créditos para clínicas médicas, para a formação profissional etc. mas, ao mesmo tempo, o assumir do controlo destas tarefas pelos movimentos populares assenta a sua autoridade política e moral numa prática social.” Num contexto de crise, acrescenta, o mesmo se devia passar na Europa: “Face ao retorno da pobreza, ou o movimento dos trabalhadores tem sucesso a reapropriar-se da solidariedade social ou esta será mediatizada por operações espetaculares do tipo dos restaurantes do coração”. Agora, ou a esquerda anticapitalista se envolve neste trabalho ou outros o farão em benefício de agendas sinistras.

HÁ QUE REINVENTAR UMA RADICALIDADE AUTÊNTICA E A CONSCIÊNCIA DE CLASSE

A extrema-direita impõe uma narrativa que reclama ser anti-sistema para melhor servir os mestres do capitalismo, lançando trabalhadores contra setores mais desfavorecidos e outros alvos do conservadorismo. Contra ela há não só que desmascarar os seus interesses e construir unidade mas também diferenciar-se dos partidos de regime.

A radicalidade autêntica confronta o fascismo através da consciência de classe, atacada nos últimos anos pelas derrotas dos movimentos dos trabalhadores, assimilação entre socialismo e poder burguês e comunismo e estalinismo, novas formas de organização do mundo do trabalho, ideologias individualizantes e destruição da memória. Reconstruir consciência de classe passa por reivindicar uma história, restabelecer práticas, organizar para além das redes sociais. Não é coisa que se programe, que se torne viral. Contudo, é uma tarefa crucial.

Texto escrito em setembro passado para lançar uma discussão, republicado aqui em versão curta porque talvez ainda seja atual.

UM MANIFESTO PELA VISIBILIDADE DO INTERIOR

CAROLINA GOMES, DAVID SANTOS, CARLOS COUTO, CAROLINA LEITE, ANA PARDAL, SÓNIA REIS, TIAGO RESENDE, CATARINA PENICHE, RODRIGO SOUSA, CRISTINA BORGES GUEDES, MARCO MENDONÇA, ROGÉRIO MARTINS

Para o interior, as políticas de sucessivos governos têm sido de continuidade no abandono e na ausência de uma visão estratégica para a coesão territorial. A cristalização de uma postura política que, ao longo dos anos e das governações, tem devastado os territórios interiores, despindo-os de serviços, de oportunidades, de qualidade de vida, tem permitido que este continue a ser território invisível de gentes votadas ao esquecimento.

São vários os exemplos que materializam o vazio que têm sido as políticas para o interior: inexistência de serviços postais satisfatórios, movidos pela ambição da gestão privada de lucro fácil e rápido, sem interesse pelo serviço às populações, ferrovia insuficiente ou inexistente, transportes públicos erráticos, ausência de coesão de oportunidades, estradas cortadas como se a ninguém servissem ou fizessem falta, isolando ainda mais as povoações e as pessoas, para nomear apenas alguns.

O que está 'em voga' é assumir o interior como um armazém de matérias-primas, de minas a ser exploradas, de floresta a ser alimento para centrais de biomassa e de terrenos a mono-cultivar. Até se esquece que aqui há gente merecedora das mesmas condições e oportunidades que qualquer pessoa neste país.

No interior, ao longo dos anos, encerraram escolas, tribunais, serviços de saúde, balcões de bancos, estações dos correios... Encerramentos, extinções e "reorganizações" que apenas foram contribuindo para o despovoamento das nossas aldeias, vilas e cidades, colocando cada vez mais em causa a qualidade de vida das pessoas que as habitam, mas não só! Este desequilíbrio não afeta apenas os territórios do interior.

Impera perceber uma coisa: enquanto o paradigma sobre o interior de Portugal não se alterar, enquanto a extração mineira não for seriamente ponderada, tendo em conta as populações locais, enquanto a solução para a biomassa for somente alimentar centrais, em vez de a aproveitar para regenerar os solos exaustos da monocultura, enquanto perspectivas economicistas prevalecerem em relação a perspectivas que coloquem as pessoas em primeiro plano, o discurso do combate às alterações climáticas e da necessária transição energética não passará disso mesmo: um discurso, longe de ser efetivado.

O despovoamento do interior do país cria problemas de vulnerabilidade territorial e desigualdade social, algo que ninguém nega, pois por algum motivo se criou um Ministério da Coesão Territorial. Segundo os últimos censos, de 2011, 45% da população concentrava-se nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, mas esta tendência de concentração só terá aumentado, com o interior fronteiriço a ficar cada vez mais desabitado e uma grande maioria das cidades a perderem dimensão.

É urgente alterar o paradigma. Se queremos um país e uma sociedade mais resiliente a crises como as que temos tão presentes, sejam elas sanitárias ou económicas, necessitamos de coesão territorial. Concentrar metade da população nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, está provado, não é uma solução viável!

Os problemas do interior são já estruturais e não solucionáveis com medidas ou investimentos estilo 'penso rápido' ou com ministérios de 'faz de conta'. É preciso perceber, em proximidade, os obstáculos que existem e o que leva as pessoas a terem de sair do interior, dando visibilidade à realidade destas populações e construindo uma resposta séria, estruturada e integral.

No Bloco de Esquerda, este trabalho deve continuar a ser feito articulando a dimensão nacional do Movimento com as suas estruturas locais, no sentido de criar uma capacidade cada vez maior de acompanhamento de movimentos e lutas das populações.

É fundamental defender a implementação de um programa de reabertura gradual de serviços públicos, acompanhado de incentivos à fixação de trabalhadoras e trabalhadores.



É fundamental pugnar por uma lógica de proximidade e valorização, dos centros de saúde, tribunais, museus, escolas e instituições de ensino superior.

É fundamental reconhecer, esmiuçar e propor soluções para os problemas de mobilidade que permitem que o cenário neste momento seja de uma ferrovia inexistente ou ineficiente, ex-SCUT convertidas nas autoestradas mais caras do país, circuitos e horários de autocarros insuficientes.

Para esta crise crónica da assimetria territorial e para um país mais resiliente é fundamental uma resposta à Esquerda!

COMBATES CONTRA A EXTREMA-DIREITA

CECÍLIA HONÓRIO, FABIAN FIGUEIREDO, FÁBIO SALGADO, FERNANDO ROSAS, JOANA LOUÇÃ, JOÃO MINEIRO, SOFIA ROQUE, TATIANA MOUTINHO

Em Portugal, diversamente de há 30 anos, eles não chegaram com estrondo, atacando e assassinando militantes de esquerda, mas mansamente e de dentro do sistema, do comentário televisivo desportivo para a AR. Com efeito, a imunidade de Portugal e Espanha à representação parlamentar da extrema-direita quebrou, apenas, nos últimos dois anos, com o Vox e o Chega a furarem os tampões das memórias das longevas ditaduras, afirmando-se como expressões desta “nova” extrema-direita.

“Nova” porque não são bandos de criminosos, mesmo que continuem a integrar as suas fileiras. “Nova” porque a História não se repete, e as condições históricas dos anos 20 e 30 também não, pelo que a ameaça revolucionária não é, para já, uma evidência. “Nova” porque ela não é marginal, é engravatada, não está fora do sistema, diz-se antissistema, comendo e bebendo do sistema, o que nos dois casos colheu da vantagem de serem criaturas saídas dos partidos da direita tradicional. Estes contaram, também por isso, com a “normalização”, em parte a expensas de uma comunicação social que os viu como criaturas do sistema e aos seus partidos como partidos do sistema.

A afirmação desta extrema-direita corresponde a um novo autoritarismo que seduz a elite neoliberal do capitalismo e que arrasta setores médios da burguesia e das classes trabalhadoras, com um eleitorado maioritariamente masculino, menos escolarizados, e preocupado com a “ameaça” da imigração, mas cujo espectro social alarga quando falamos de maiorias, como as de Trump ou Bolsonaro. Mas foi preciso que as elites vissem vantagens para Trump e Bolsonaro serem os chefes de Estado normalizadores da aberração. As vantagens da aliança entre a direita oligárquica e a nova extrema-direita (como aconteceu nos Açores) estão na desvalorização da política, no ataque às lutas e conquistas da democracia, aos mais pobres, ao estado social, na defesa da concentração de capital...

O caldo que dão a beber é o do medo, da raiva, do ressentimento, na construção de uma gigantesca burla com dimensão política apenas porque pretende esvaziá-la. A sua linguagem, na propaganda, no debate, nas redes sociais, manipula emoções e juízos morais, vive da mentira e da difamação, para desacreditar a política e estimular a raiva dos “bons” contra os “maus”, na construção de inimigos, dos quais carecem para se afirmarem.

Apesar dos sinais de intrusão que atingem, tantas vezes, o poder judicial, a sua mira, até ver, é menos desconfigurar a arquitetura do demoliberalismo do que promover um ataque cerrado às conquistas que relevam das lutas sociais, colocando a democracia sob ameaça da lógica autoritária, seduzida pela penumbra da ditadura. Aqui se inscreve a ferocidade da oposição às lutas e conquistas LGBT+, antirracistas, feministas, num complexo narcísico, misógino, patriarcal que se afirma sem reservas através de líderes que cultivam o ódio e falam em nome do povo. Neste quadro também se inscreve a revisão da História, consagrada nos programas do Chega e do CDS, para a reabilitação de um Portugal grande e glorioso, branqueador da violência, da escravização, da exploração, num ensaio nacionalista serôdio.

Por todas as razões, o combate contra esta nova extrema-direita é exigente, e mais difícil do que há 30 anos. A linha entre a denúncia e o eco é muito ténue. Nem o silêncio nem a vozearia servem, porque arriscam reforçar o seu espaço de afirmação. O clamor antifascista, se prescinde de uma disputa anticapitalista, arrisca favorecer o centrão, porque o convoca quando ele tem vivido da defesa da especularidade perigosa dos “extremos” (direito e esquerdo) contra os quais se entende como vedante da democracia. Não há, ainda, qualquer disputa minimamente equilibrada nos campos da comunicação/argumentação, porque não mentimos, não difamamos, não estimulamos o ódio, nem temos líderes messiânicos.

Este combate exige que a esquerda anticapitalista esteja em todas as lutas, a dar voz a todos/as os/as trabalhadores e trabalhadoras, a todos/as os/as excluídas e marginalizados/as do capitalismo neoliberal. Exige rigor na defesa da escola pública e do SNS, e denúncia de que querem entregar a saúde e as escolas aos privados, libertar



os ricos dos impostos, mandar para fora do país migrantes e refugiados, e que olham para as mulheres e para as pessoas LGBT+ com os mesmos olhos do “Estado Novo”. Exige, também, disputa do espaço da investigação para ultrapassar a cisão de papéis que lhes é favorável: a investigação sobre eles para a direita e a propaganda para a esquerda. É preciso compará-los, e como estas formações são fenómenos globais reféns de especificidades nacionais, é preciso conhecê-las para as combater. Exige, ainda, que nas escolas e nas universidades o debate antirracista e feminista se promova de todas as formas, envolvendo redes de professoras/es e, sobretudo, de pessoas mais jovens que partilhem a memória antifascista e anticolonialista, e que promovam todas as lutas em defesa da democracia.

O INTERIOR NO FUTURO DO ENSINO SUPERIOR

DAVID SANTOS, CARLOS COUTO, SIMÃO CABRAL, ROGÉRIO MARTINS, RODRIGO SOUSA, CAROLINA GOMES, JÓNI LEDO, CÂNDIDO SILVA, EDUARDO MARQUES, CRISTINA BORGES GUEDES, PEDRO MESQUITA, CARLOS MOTACO, SÓNIA REIS, CATARINA PENICHE, TIAGO RESENDE, MARCO MENDONÇA

Contrariar as assimetrias entre o Interior e o Litoral e assumir a necessidade da promoção de políticas públicas de coesão territorial e social é um desafio para todos e todas nós. A coesão social depende da coesão territorial e estas formas de coesão dependem, por sua vez, de estratégias económicas assentes em empregos qualificados, nomeadamente de nível superior, social e economicamente valorizados enquanto tais.

Assim se ao nível do panorama global da investigação e do emprego científico em Portugal o cenário é desolador, já os efeitos do investimento na formação superior em respeito à sua distribuição territorial – particularmente no seu recorte Litoral/Interior – são ao mesmo tempo desafiantes e promissores.

Com o investimento do ensino superior na realidade do Interior – a partir da implantação de universidades e politécnicos nestes territórios – a demonstrar o sucesso da qualificação superior no combate às desigualdades na sua forma tripartida: social, territorial e económica.

A este propósito um estudo da Edugol (2019), coordenado por Alberto Amaral, fornece-nos uma pista interessante. Numa realidade socioeconómica que nos diz que o acesso ao Ensino Superior e aos melhores cursos (com maior taxa de empregabilidade e melhores condições laborais) depende de fatores exógenos como a escolaridade dos pais e mães dos estudantes (“...73,2% dos estudantes de Medicina são filhos de pais e mães que concluíram o ensino superior, ao passo que 73% dos estudantes de Enfermagem são filhos de pais com qualificações inferiores – ensino secundário ou menos”) e as condições económicas dos respetivos agregados (“apenas 15% dos estudantes inscritos em Medicina vêm de agregados familiares mais pobres”), a UBI, e a título de exemplo, como Universidade situada no Interior, destaca-se por contrariar esta tendência (“a única exceção é a UBI, na Covilhã, onde apenas 20% dos pais dos estudantes de Medicina têm qualificações superiores”).

A implementação da Universidade e do Politécnico no Interior é o símbolo do sucesso do investimento público no garante 1) da coesão territorial, 2) da coesão social e 3) na concretização do ideal democrático da igualdade de oportunidades. Da coesão territorial porque contraria as dinâmicas de alocação e concentração de recursos (infraestruturais, tecnológicos e humanos) no Litoral e respetivos grandes centros, porque fixa pessoas e cria emprego de qualidade no Interior.

Da coesão social porque contraria a tendência das condições socioeconómicas a montante (a escolaridade dos pais e a riqueza do agregado) distorcerem, mais do que a escolha dos cursos com maior empregabilidade, o próprio acesso à Universidade/Politécnico.

Por último, o Ensino Público situado no Interior do país reflete institucionalmente a emancipação dos seus alunos relativamente às suas origens socioeconómicas. As universidades e os politécnicos situados no Interior são a prova viva de que é possível rompermos com os ciclos intergeracionais da pobreza ou de desfavorecimento socioeconómico. Proteger o investimento público no Ensino Superior Público é fazer deste investimento o pilar para que as Universidades e Politécnicos do Interior possam prosseguir a sua missão: a da coesão social e territorial. Alinhar este investimento com políticas públicas consequentes é o imperativo para quem pensa a o Ensino Superior no seu desígnio universal e no seu enraizamento democrático.

Tendo em conta a importância disruptiva das Universidades e Politécnicos do Interior no quadro da realidade do Ensino Superior, não podemos deixar de denunciar a suborçamentação da Universidade e Politécnico por resultado do subfinanciamento crónico no ensino superior. Urge repensar o modelo de financiamento das universidades e politécnicos de modo a corrigir desequilíbrios nesta distribuição, a tal ponto que universidades e politécnicos em



condições económicas mais privilegiadas acabam por receber mais dinheiro do que universidades/politécnicos em contextos menos favoráveis – como é o caso das universidades/politécnicos do interior do país. Cabe-nos também pensar a distribuição do ensino superior pelos territórios de baixa densidade como consequente com políticas de coesão territorial atuando sobre a melhor distribuição de alunos e alunas pelo território nacional e decorrente fixação.

Perante este cenário o Bloco de Esquerda não pode deixar de continuar a apresentar-se como essa força política de democratização do acesso ao ensino superior, bem como de garante da coesão social e territorial, devendo, assim, aprofundar as suas propostas no sentido de inverter as condições concretas de perpetuação das desigualdades, nomeadamente as territorial e socialmente baseadas como as que aqui foram abordadas.

A CENTRALIDADE DA LUTA DE CLASSES

EDUARDO COUTO, JOÃO MONIZ, LUÍS GRILO, BIANCA DE ALMEIDA, CLÁUDIA AFONSO, DIANA MOREIRA MARTINS, SANDRA FERREIRA

Enquanto agravou a exploração e desigualdades, a pandemia expôs o esgotamento do sistema capitalista. Em Portugal, demonstrou que é o horizonte neoliberal que inspira o governo minoritário do PS.

Antes de fevereiro de 2020, a falência do capitalismo era evidente: o agravamento de assimetrias e o esmagamento da população; a ausência de respostas à catástrofe climática e o atraso na transição energética; a crise demográfica; os efeitos nefastos da automatização dos processos produtivos, feita segundo os interesses do capital; o drama humanitário das migrações; a desregulação do espaço digital; entre tantas outras falências. Tal como a pandemia, estas intimamente ligadas à lógica do capitalismo, que assenta na exploração e na crença de crescimento económico infinito num mundo onde os recursos são finitos.

Estas crises assombram o futuro, mas são ignoradas pela burguesia e pelos seus representantes políticos, que as protegem. Os monopólios e oligopólios continuam a acumular fortunas. Os seus interesses foram salvaguardados das restrições a que a maioria foi sujeita. Em Portugal, a burguesia agradece as benesses concedidas e não se faz rogada na hora de pedir apoios. Alguns demonstraram a sua gratidão ao distribuir dividendos pelos acionistas, depois de períodos de lay-off. Não perderam um minuto de sono, graças à falta de fiscalização que mina as relações laborais e aos projetos políticos que apostam na atomização da classe trabalhadora, mantendo-a desunida e enfraquecida na hora de exigir a justa redistribuição da riqueza.

Enquanto isso, recibos verdes, o setor cultural, estudantes, bolseiros, trabalhadores essenciais, comércio e micro e pequenos empresários foram deixados à sua sorte. O governo do PS anunciou apoios a conta gotas, insuflando parangonas e preenchendo noticiários. Quem estava distraído, pensou que se estava a fazer alguma coisa. Mas a realidade é outra. A exclusão dos apoios sociais é o novo normal, seja pela burocracia, pela insuficiência, ou pela inexistência.

Aos anticapitalistas e progressistas cabe combater o modelo económico da desigualdade e exploração. Esse combate é feito contra quem defende o status quo, o que inclui o PS. Quando confrontado com o conflito entre trabalho e capital, o PS escolheu as elites. Fá-lo ao não reforçar os meios da ACT; ao rejeitar alterações de fundo no código laboral e ao não defender a contratação coletiva.

Os fundamentos do PS revelam-se também quando: decide isentar a Engie e a EDP de impostos; recusa a requisição civil dos meios de saúde privados, em plena crise sanitária; insiste no aeroporto no Montijo; injeta milhões de euros no Novo Banco sem auditar a gestão; deixa milhares de trabalhadores sem apoios sociais; impede o desvio de centenas de milhões de euros do OE para os privados da saúde; não garante meios tecnológicos às escolas; não contrata assistentes operacionais e profissionais de saúde para o SNS; poupa 7 mil milhões de euros durante a grave crise que atravessamos; não defende os direitos de quem passou a estar em teletrabalho. Ao longo dos anos, ficou provada a permeabilidade do PS aos grandes grupos económicos, prejudicando quem trabalha e estuda.

Em 2015, o pragmatismo político do Bloco, na defesa dos trabalhadores, permitiu afastar a direita do poder. Esse sentido de compromisso leva-nos, agora, a assumir o papel de oposição de esquerda.

Hoje a situação política é distinta. A direita reorganiza-se, explorando discursos de ódio para avançar com o projeto ultraliberal. Esta reconfiguração reforça o PS, que se sente à vontade para ocupar o centro, na ausência do PSD.

O PS desertou da esquerda para assumir o social liberalismo, governando com políticas de direita.

À esquerda não lhe cabe dar a mão a projetos sociais-liberais, mas sim construir uma alternativa socialista que coloque no centro: a redistribuição da riqueza e quem a produz; a defesa dos serviços públicos, a transição ecológica com justiça social; e a decência no debate público que recusa a normalização do ódio.



Em suma, um projeto que reconheça a centralidade da luta de classes sem a truncar pelo reducionismo, nem excluir outras formas de opressão como o racismo, a misoginia ou a homofobia, assumindo um pacto com explorados e oprimidos, contra exploradores e opressores.

Nada disto se faz sem convergências com outras forças políticas e sociais. Há que recusar o sectarismo. Porém, as convergências, nacionais ou locais, devem ser norteadas pela defesa da maioria e não por calculismos circunstanciais que não protegem os interesses da população.

Defender o legado antifacista do 25 de abril é estar do lado certo da luta de classes. Quem publicamente louva Marcelino da Mata, ou quem equipara racistas a antirracistas, é quem se sente confortável com o revisionismo histórico. E quem o faz, não é socialista. Aqueles que combatem a exploração capitalista devem combater também o PS, pois trilham caminhos comuns.

POR UMA PAC QUE RESPONDA AO INTERESSE PÚBLICO

FABIOLA CARDOSO, JOSÉ GUSMÃO, JOSÉ MARIA CARDOSO, MARIA MANUEL ROLA, RICARDO VICENTE

Prepara-se neste momento, em cada país da União Europeia, a transposição de uma nova Política Agrícola Comum (PAC) para o período 2021-2027. Devido a condicionantes várias, as novas regras da PAC só iniciarão aplicação em 2023. Até lá, prevê-se um período excecional de aplicação das suas verbas, mantendo-se a estrutura do quadro anterior – o PDR. Nos próximos dois anos o Governo terá de produzir e consolidar um Plano Estratégico (PEPAC) que conduzirá a sua transposição, havendo hoje mais margem nacional do que nunca para definir as medidas a aplicar e destinadas a promover os objetivos específicos comunitários.

Ao longo dos anos, a PAC foi promotora de imensas desigualdades entre agricultores e entre países, favorecendo atividades agrícolas típicas do centro e norte da Europa e as explorações agrícolas melhor posicionadas no mercado liberalizado, com imensos custos socioeconómicos e ambientais. Portugal, como os restantes países do sul, foi e continua a ser prejudicado pelo desajustamento estrutural da PAC às agriculturas do mediterrâneo, mas isso não justifica totalmente a grande desadequação da PAC à agricultura portuguesa em toda a sua diversidade. Mais de 40% das explorações agrícolas nacionais não beneficiam de qualquer subsídio da PAC, havendo regiões como a Estremadura e o Algarve, onde mais de dois terços não tiveram financiamento ao longo dos últimos dois quadros comunitários.

Estudos recentes demonstram que, em média, os subsídios da PAC representam mais de metade do rendimento agrícola anual do alto Alentejo. O antigo Regime de Pagamento Único (RPU), atual Regime de Pagamento Base (RPB), desligado do emprego e da produção e indexado a direitos históricos, representa mais de 1/3 da despesa pública da PAC e trata-se de uma renda dedicada essencialmente a grandes proprietários. Um regime de privilégio que consecutivos Governos têm defendido, num amplo acordo entre o Partido Socialista e a direita. A manutenção deste modelo de pagamento, a exclusão de novos agricultores e a igual dependência de histórico para aceder aos pagamentos ecológicos/greening e a algumas medidas agroambientais, foram decisões da exclusiva responsabilidade dos Governos anteriores. Estas opções não resultaram da regulamentação da PAC nem de qualquer outra condicionante comunitária, foram produto da promiscuidade entre os decisores políticos e os interesses privados, com prejuízo para o interesse público.

Ignorando o emprego familiar e assalariado criado ou mantido, assim como as suas condições, mais de metade da despesa pública da PAC é aplicada em medidas que dependem essencialmente da área agrícola, beneficiando grandes proprietários que se especializaram a capturar subsídios. O descaramento é tal que muitas áreas beneficiárias do RPB nem sequer são cultivadas. Boa parte dos apoios destinados à agricultura biológica são capturados por pastagens que não produzem carne biológica. As ajudas à Produção Integrada e outras medidas agroambientais são igualmente entregues em função da área, sem estabelecimento e monitorização de metas progressivas.

Tudo indica que o Governo se prepara para continuar o regabofe. Há entrada da década onde se decide o sucesso das políticas públicas na resposta às alterações climáticas, o mau uso dos apoios públicos na política agrícola, pecuária e florestal será não só uma oportunidade perdida como um fator de agravamento da crise climática. É por isso essencial que o país se mobilize para exigir que a aplicação da PAC a nível nacional responda ao interesse público. No início do anterior quadro comunitário, o Governo de Passos Coelho e Assunção Cristas possibilitou um overbooking de 250 milhões de euros para a Produção Integrada, transferindo verbas de outras medidas para engrossar rendas de latifundiários. O atual Governo, prepara-se para diminuir 85 milhões de euros por ano às medidas de desenvolvimento rural para engrossar o financiamento do RPB, garantindo desta forma a manutenção da renda depois dos cortes de financiamento comunitário. Nunca faltou criatividade aos governos do PS e da direita para defender o privilégio.

O Bloco de Esquerda deve lutar por uma PAC que:



- Condicione os apoios às unidades de produção que integrem um programa nacional de transição ecológica agro-florestal capaz de reforçar a soberania alimentar, prevenir incêndios rurais e responder ao desafio das alterações climáticas, com estabelecimento de metas progressivas e monitorizadas;
- Abandone o modelo de pagamentos baseado em históricos de produção, substituindo-o por um regime de pagamentos regionalizado e aberto a todos os agricultores em condições de igualdade;
- Reconheça a multifuncionalidade da agricultura, as especificidades de cada região e o papel das agriculturas familiares na coesão territorial;
- Considere o trabalho familiar e as condições do trabalho assalariado como critérios de aplicação de apoios e promoção da equidade territorial e social.



APOIO AOS INQUILINOS DE ARRENDAMENTOS ANTERIORES A 1990

FILOMENA GALVÃO

Há décadas que os senhorios se têm substituído ao Estado nos arrendamentos antigos. Devido às baixas reformas dos inquilinos, o Estado, muito convenientemente, tem travado o aumento das rendas antigas. Muito embora a alteração do NRAU, a maior parte dos senhorios não conseguem ver actualizadas as rendas dos inquilinos mais idosos visto as mesmos estarem sujeitos a normas de protecção, ou pela idade, ou pelos baixos rendimentos ou pelos anos de transição que se traduzem numa década. A verdade é que são os senhorios desses idosos que continuam a ser há décadas muito sacrificados. É importante não esquecer que a maioria destes senhorios são tão ou mais pobres que os seus inquilinos. Com o pagamento dos impostos: IVA sobre a renda e o IMI do imóvel, passando pela manutenção do mesmo, estes senhorios pouco ou nada recebem de excedente dificultando a sua vida muitas vezes de baixos rendimentos para além do prejuízo pela dificuldade na venda dos imóveis que a venderem será sempre por um preço muitíssimo mais baixo dos valores de mercado e muitas vezes nem assim têm comprador. Quantos destes senhorios nem casa própria de habitação possuem, muito embora a lei o permita, mas nem todos conseguem libertar esses imóveis para seu usufruto por isso implicar um problema que em consciência a todo o custo, desejam evitar, que é despejar esses idosos. É pois importante pensar nesses apoios ao arrendamento desses inquilinos seniores, à semelhança dos apoios já praticados ao arrendamento dos jovens. É de elementar justiça que esses senhorios, que não são nem capitalistas nem fundos imobiliários, possam ver finalmente actualizadas as suas rendas e o Estado apoie os inquilinos a quem paga tão baixas reformas.



ABRIR A FRENTE LESTE

FRANCISCO SAGORRO DA SILVA

Bom é, por vezes, dar um passo atrás para termos uma perspectiva menos caótica da realidade e podermos apreciar melhor aquilo que temos. Começo por aqui: temos um grande partido. O Bloco de Esquerda é hoje uma força capaz de influenciar a política nacional e de ter uma voz activa nas lutas que se vão travando em todo o país. É sempre possível melhorar, mas o nosso partido é um movimento suficientemente forte para acomodar diversas tendências e para proporcionar um espaço de debate único à esquerda. Outros há que não têm tanta sorte.

Na Roménia não existe crise da esquerda à moda portuguesa, não existem comentadores a decretar freneticamente a enésima morte do partido comunista local. Aqui, refundar o Partido Comunista Romeno é ilegal – teve de ser Partido Comunitário da Roménia. Também aqui, o Partido Socialista Romeno, hipotético companheiro de bancada do BE no Parlamento Europeu, ainda anda às voltas com o legado dos Ceauşescu. Escrevo hipotético porque, nas últimas eleições europeias, o PSR obteve 0,45% dos votos. Nas legislativas, realizadas em Dezembro de 2020, conseguiu 0,33%, 19.695 votos. Num país um pouco acima dos 19 milhões de habitantes, o PSR ficou um pouco abaixo dos 20 mil votos.

No parlamento e senado romenos, o partido mais à esquerda é o Partido Social Democrata, que é de centro-esquerda e pertence à Internacional Socialista. Venceu até as eleições, mas uma coligação entre o Partido Nacional Liberal, a União para Salvar a Roménia/Partido Liberdade, Unidade e Solidariedade e a União Democrática dos Húngaros na Roménia (UDMR) logrou a caranguejola necessária para a direita manter-se no poder. De fora, por agora, ficou a Aliança para a Unidade dos Romenos, na sua estreia em legislativas este partido de extrema-direita chegou aos 9%, elegendo 32 deputados e 14 senadores (entretanto, um deputado e uma senadora viraram dissidentes). Com uma economia cada vez mais centrada no sector dos serviços, a AUR distingue-se dos congéneres europeus pelas propostas de nacionalização das empresas estratégicas. O partido vai ganhando assim tracção junto dos trabalhadores esquecidos após a adesão à União Europeia, em 2007. A última greve dos mineiros, que se encerraram nas minas de carvão em protesto pelos salários em atraso, proporcionou novo ensejo para os oportunistas instrumentalizarem uma luta legítima, tornando-a numa plataforma para a difusão de dislates, como a negação da COVID-19. O que pode a esquerda fazer quando vê um PSD de comunistas recauchutados em sociais-democratas, um PNL e uma USR-PLUS neoliberais, uma UDMR simpática a Viktor Orbán e uma AUR que ainda há pouco insurgiu-se contra o primeiro futebolista naturalizado (por sinal um português de origem) na selecção nacional? Lutar sem grandes estados de alma e esperar algum apoio vindo de fora.

O BE, pela influência que já exerce na Esquerda Unitária Europeia, deve levantar este problema junto das restantes forças políticas: é preciso apoiar mais a esquerda na Europa de Leste, promover iniciativas que a tornem visível nos seus países, organizar, sempre que seja possível, eventos em Bucareste, mas também em Sófia, em Varsóvia, ou mesmo em Budapeste. Apenas com uma alteração radical desta correlação de forças poderá a esquerda assegurar mudanças duradouras no funcionamento das instituições europeias, situação tanto mais premente quando verificamos que o alargamento da UE só pode continuar para leste, e quanto mais para leste avançar, atingindo países como a Ucrânia ou a Bielorrússia, maior será o desequilíbrio a favor da direita.

A criação da UE, ao aprofundar a união política e ao transformar as anteriores Comunidades Europeias no seu primeiro pilar, fez com que as crises anteriormente circunscritas às organizações sectoriais pudessem representar uma ameaça existencial ao próprio projecto europeu. Agora vemos que, além dessa ameaça, a crescente integração deixou de compartimentar tanto a política nacional de cada estado, comportando essa mudança, por força das políticas adoptadas por Bruxelas, uma barreira quase intransponível à afirmação da esquerda – os limites foram traçados em Atenas. Todo este cenário torna-se mais desolador quando assistimos à complacência reinante para com os dirigentes húngaros. A saída do Fidesz do Partido Popular Europeu espelha essa realidade: o parasita manteve-se enquanto foi assegurado o seu crescimento, esgotado esse papel, o parasita, que foi dando alento à



criação de outros grupos populistas na Europa, considera-se suficientemente forte para congregá-los sob a sua liderança.

Somos afortunados por termos em Portugal um espaço de intervenção bastante maior do que aquele que teríamos em qualquer país da Europa de Leste. Mais afortunados somos por esse espaço traduzir-se numa representação do nosso partido a nível europeu. Cabe-nos, portanto, a responsabilidade de darmos também expressão àqueles que não estão a conseguir dar voz às suas lutas.



BLOCO DE ESQUERDA, PARTIDO-MOVIMENTO PARA TODOS OS MOMENTOS

HIGINO MAROTO

Aproximam-se as eleições autárquicas, primeiro patamar de decisão coletiva, se assim quisermos designar a importância dos órgãos autárquicos, na vida política. É óbvio que o que em primeiro lugar liga as pessoas aos assuntos de todos é o que se passa no seu bairro, na sua aldeia, vila ou cidade. O que se passa na sua empresa, na sua escola, universidade, na sua coletividade, círculo de amigos, que se unem e mobilizam na organização de uma atividade comum. Isso é a vida real das pessoas, o seu dia a dia. Lisboa ou o Porto ficam muito longe, porque essas distâncias são aumentadas propositadamente. Distantes ficam os deputados, o parlamento, os ministros, o governo, quem nega isto ou não lhe dá importância é porque está numa retoma por si construída ou nunca saiu do aconchego da sua cátedra.

Assim sendo é de primordial importância o Bloco de Esquerda estar junto às populações e às várias formas de organização económica, social, cultural, caso contrário, a sua importância e real capacidade de influência política é fugaz, dependendo de momentos ou de conjunturas e de jogos de oportunidade. Se dúvidas houve basta olhar para o partido do governo, que tem núcleos, concelhias, distritais por todo o território nacional, conseguindo assim intervir em todos os momentos e sobre todos os assuntos, da simples questão da de um lavadouro público ao problema mais complexo.

O elemento essencial de organização do Bloco de Esquerda, como partido movimento que luta pela transformação da sociedade e por uma sociedade eco-socialista tem que ser o núcleo: núcleo de localidade, empresa, coletividade, escola, etc. É aí que o aderente desenvolve o seu trabalho político e é conhecido pela população que o circunda.

As Comissões Coordenadores Concelhias e Distritais não podem ser o aglomerado nebuloso que hoje são, de um número substancial de aderentes que apenas executam orientações vinda de cima, fechadas e burocráticas, sem ligação à vida e às realidades e necessidades reais da base. Sem iniciativa própria e ligação aos problemas concretos.

Neste quadro os aderentes transformam-se em apenas e só votantes, quando o órgão acima lhe solicita o voto ou meros executantes do decidido, sem serem dados nem achados. Isto é o paraíso de poucos e a apatia geral de muitos.

A importância e influência de uma organização deste tipo, o que temos será sempre efémera, consoante o momento ao contrário uma organização política que está junto das pessoas, que se organiza nos locais onde elas estão, que está em todos os momentos com elas, tem reais possibilidades das suas propostas serem aceites e levadas à prática e mudarem o estado de coisas e a vida a quem se destinam.

NOVOS E VELHOS DESAFIOS PARA UMA ESCOLA DEMOCRÁTICA

HUGO MONTEIRO, MARIA JOSÉ ARAÚJO, SUSANA CONSTANTE PEREIRA, JOANA CRUZ, PEDRO DANIEL FERREIRA

O direito à educação, concretizado numa escola pública e democrática, é um dos patrimónios revolucionários que importa revalidar. Desde o 25 de Abril de 1974, o acesso universal à educação, extensível a todo o território e a todas as classes sociais, conheceu impulsos importantes, mas também alguns retrocessos notórios. Tanto os impulsos como os retrocessos demonstram a necessidade de uma política educativa à esquerda, que dispute a tendência gestonária e excludente das políticas educativas vindas de vários governos, sem excluir executivos do Partido Socialista. Esta disputa passa também pela cultura escolar, hoje invadida pela retórica da meritocracia, pelo modelo clientelar de relação com os/as estudantes ou pela hierarquização cega dos rankings. Os novos desafios da educação revalidam, com os sinais do presente, alguns dos velhos desígnios da escola democrática.

Participação, Cidadania e Associativismo. É importante que as instituições educativas sejam lugares de promoção da participação democrática, favorecendo tomadas de decisão plurais num ambiente cívico e crítico. Mais do que uma mera designação curricular, a Cidadania deve estar presente no espaço escolar e em conexão com os territórios extra-escolares. Garantir presença representativa da comunidade estudantil, bem como da restante comunidade, valorizando e favorecendo Associações de Estudantes, Associações de Encarregados/as de Educação ou outros órgãos associativos é fundamental para a democracia nas escolas e para as escolas na democracia. Garantir a presença destas Associações nos processos decisórios mais relevantes da vida escolar é um passo fundamental para a intensificação da democracia da/na escola. A inspiração colaborativa, fulcro de uma cidadania democrática, deve estar presente na totalidade dos processos educativos, em estreita e permeável conexão com a comunidade.

Desburocratização da profissionalidade docente. A educação democrática é relacional, pelo que a Escola pública deve ser um território de relações equilibradas pelo diálogo, pela democracia e pela horizontalidade. Entre docentes, como entre professores/as e alunos/as, o trabalho pedagógico colaborativo e em equipa deve ser o centro do trabalho e o motor do progresso. A burocratização do trabalho escolar atomiza trabalhadores/as e isola profissionais, contaminando a reflexão/ação científica e pedagógica como foco central do trabalho docente. O regresso ao Trabalho de Projeto e o reforço da relação entre Projetos Educativos de Escola/Agrupamento e o trabalho pedagógico no seu todo devem ser garantidos, como forma de proporcionar colaboração interpessoal e interdisciplinar, favorecendo processos educativos geradores de solidariedade, de espírito investigativo e de progressos que não se centrem, nem exclusivamente nem principalmente, em resultados.

Pensamento crítico e descolonização do currículo. O retrato social das escolas e das salas de aula na atual realidade portuguesa torna urgente o que já há muito era necessário: ultrapassar o eurocentrismo e a ideologia colonial nos currículos escolares, como dispositivos de exclusão e de menosprezo cultural legitimados pelas instituições educativas. É importante que os objetivos de favorecer a multiplicidade de posições, a visão crítica sobre contextos, dinâmicas de poder e assimetrias económicas e simbólicas entre povos sejam perspetivados a partir das escolas. A formação inicial e contínua de professores, bem como o diálogo com organizações e movimentos sociais, devem contemplar e acompanhar uma mudança estrutural nos currículos, permitindo um debate democrático fundamental. A escola pública, enquanto instituição diversa e democrática, deve acompanhar e refletir, com todos os seus recursos, o debate público.

Competências escolares fundamentais para o século XXI. A reconfiguração do espaço público, com a presença das redes sociais como instâncias de disseminação de opinião, difundida como verdade, deve ser uma forma de revalidar os territórios educativos como formadores de cidadãos/ãs competentes, críticos e reflexivos. Hoje, mais do que nunca, os/as estudantes devem ser encarados/as como sujeitos de conhecimento, mais do que meros reprodutores de informação. A escola deve ser um laboratório de gestão de curiosidade e de investigação, trabalhando competências alicerçadas na partilha de conhecimento como forma de combate ao fanatismo, ao obscu-



rantismo e às fake-news. Perante a proliferação acrítica de informação numa sociedade mediatizada, é necessário construir recursos capazes de centrar na escola a responsabilidade de dotar cidadãos/ãs de instrumentos de leitura eficazes e de interpretação esclarecida da sociedade e do mundo. Cabe à escola esta responsabilidade, que acresce ao desafio de se construir outras ferramentas de avaliação, que não os exames ou as provas sumativas, e outras formas de trabalho, que não o da insularidade do estudo ou o da competição implícita.

TOMA UM XANAX QUE ISSO PASSA: A PANDEMIA DA SAÚDE MENTAL EM PORTUGAL

INÊS RIBEIRO SANTOS, MOISÉS FERREIRA, MAFALDA ESCADA, SARA SANTOS, ANA MARTINS, IZAURA SOLIPA, SAMUEL CARDOSO, ANA GOMES BRANCO, JOÃO PATROCÍNIO, JOSÉ DIAS, PAULO PICA, ANDREIA GALVÃO, INÊS BOM, RAQUEL LINDNER, MARIA FRANCISCA FERREIRA

Em Portugal, como em todo o mundo, a pandemia da covid-19 obrigou à tomada de medidas extraordinárias que alteraram profundamente os espaços de socialização. Para além do isolamento social, a pandemia impactou a fronteira entre o espaço público e o privado, em que a casa se tornou para muitos lugar de trabalho, mas também de ativismo e de fruição cultural limitada. Este impacto, bem como a alteração de rotinas, afeta a saúde mental, especialmente de quem já sofria de distúrbios e doenças do foro mental. Apesar de saudarmos a criação da linha de apoio da Saúde 24 – que há muito já deveria ter sido criada – esta é uma medida insuficiente.

As listas de espera para o Serviço Nacional de Saúde, e mesmo de algumas clínicas privadas, têm vindo a crescer, acompanhando o aumento progressivo da venda de ansiolíticos e antidepressivos, levando mesmo ao esgotamento de dois dos ansiolíticos mais prescritos em Portugal no ano de 2020: o Xanax e o Victan.

A postura de prescrição de medicamentos sem ir à causa dos sintomas e arranjar formas de ação e de prevenção pela saúde mental, prática já corrente em consultas relâmpago, e indisponibilidade financeira para pagar outras terapias que não medicamentosas, piorou com a pandemia. Sem as devidas condições, o lema da abordagem à saúde mental tornou-se “toma um xanax que isso passa”, sem o acompanhamento psicológico e as ferramentas necessárias que o tratamento psiquiátrico e psicológico exigem.

A par disto, a pandemia agravou a precariedade em Portugal: aumento do desemprego, quebra de rendimentos. A insegurança fruto da precariedade não só dificulta o acesso a tratamento, como agrava sintomas pré-existentes. Recentemente foi ainda publicado um estudo¹ no Reino Unido que demonstra que Portugal é o país com maior incidência de esgotamento devido à precariedade, abuso e assédio moral nos locais de trabalho.

A crise de saúde mental está, há muito, instalada em Portugal. A pandemia veio a agravá-la e muitos dos seus efeitos a longo prazo são ainda imprevisíveis. Mas alguns dos efeitos da atual precariedade nos cuidados de saúde mental são já conhecidos. Portugal é um dos países da OCDE com os níveis mais altos de consumo de antidepressivos, ansiolíticos, sedativos e hipnóticos, medicamentos cuja toma prolongada resulta em perda de função cognitiva, memória e causa dependência não só psicológica, mas também física. Importa, por exemplo, referir a grande prevalência de doenças cardíacas em Portugal.

A saúde mental não pode continuar a ser o parente pobre do SNS e é necessário um combate acérrimo ao estigma, de forma a incluir socialmente quem sofre de problemas relacionados com a saúde mental e garantir o seu tratamento. Assim, propomos que o Bloco de Esquerda batalhe, numa perspetiva integrada:

1. Pelo reforço significativo de profissionais de saúde mental nos cuidados de saúde primários (e também nos cuidados hospitalares), criando gabinetes específico de prevenção e tratamento de ansiedade e depressão nos centros de saúde; e equipas comunitárias de saúde mental em todo o país;
3. Pelo acompanhamento regular dos utentes com diagnóstico de saúde mental na comunidade, através de equipas comunitárias de saúde mental e, nos casos em que seja necessário, através de uma rede de cuidados continuados e de projetos de reabilitação psicossocial e de promoção da independência
4. Pelo aumento de profissionais de saúde mental nas escolas, lares e locais de trabalho;

¹ <https://rfm.sapo.pt/content/9638/portugal-e-o-pais-da-ue-com-o-maior-risco-de-burnout>



5. Por ações de comunicação que abordem a saúde mental num lugar tão ou mais importante que a saúde física, incentivando à sua promoção e monitorização, uma vez que boa saúde mental não é apenas ausência de doença mental;
6. Por mudanças estruturais na lei laboral que tenham em vista um equilíbrio entre a vida pessoal e profissional, precavendo não apenas as situações relacionadas com a saúde mental, mas que também aumentem a produtividade, o bem-estar e a satisfação no local do trabalho.

ALGUMAS CRÍTICAS À MOÇÃO E: “ENFRENTAR O EMPOBRECIMENTO/POLARIZAR À ESQUERDA”

ISABEL VENTURA, PEDRO SOUSA, BERTA ALVES

Iremos apenas realçar alguns aspetos que reputamos mais importantes porque o espaço disponível não permite uma análise mais profunda.

No ponto 1.3, afirma-se: “A limitação de direitos cívicos e laborais, a proibição das greves e do direito à resistência, que foram impostos em sucessivos estados de emergência,…”

É uma afirmação muito grave. Não é verdade que tenha existido proibição de greves e do direito à resistência. Registaram-se várias greves, manifestações sindicais e políticas. Lembremos a Festa do Avante, as manifestações da CGTP, as manifestações contra o racismo e a presença da Le Pen, as concentrações de trabalhadores em situações de despedimento ou de falta de pagamento de salários, como as últimas da Groundforce em defesa do salário e da Eurest contra os despedimentos de 122 trabalhadores. O que temos de considerar é que é forçoso cumprir determinadas regras sanitárias porque estamos em pandemia. Não somos negacionistas, o vírus existe, custa vidas e há que definir regras para impedir a sua propagação.

Contudo, há outras afirmações que no mínimo são graves, como por exemplo dizer que “pelo menos a meio da legislatura, ficou claro que os acordos parlamentares eram apenas os dos propósitos do Governo”. Fazer esta afirmação diminui as conquistas e o papel do Bloco como força de diálogo à esquerda, que tornou possível, ao longo de 4 anos, por exemplo, aumentar o SMN e o fim de alguns cortes nos rendimentos da função pública e dos reformados. Também se defende que deveríamos ter apresentado um novo caderno de encargos a meio da anterior legislatura. Um novo caderno de encargos a meio de uma legislatura não teria “polarizado”, porque, na nossa opinião, um Acordo não é uma lista de verificação de tarefas, mas sim um conjunto de medidas articuladas entre si. É verdade que o PS ensaiou crises políticas, nomeadamente a dos professores, mas o Bloco sempre conseguiu mostrar que não seria por culpa da esquerda que o país viveria uma crise política. Ainda neste ponto se afirma que o PS capitalizou, nas eleições de 2019, o contentamento popular com a “geringonça” mas o Bloco manteve o seu grupo Parlamentar de 19 deputados, reafirmando-se como terceira força política tendência evidenciada, também, nas Europeias de maio de 2019 nas quais o Bloco duplicou o seu número de votos, elegendo como eurodeputados Marisa Matias e José Gusmão.

Acusa-se o Bloco de ter orientado a sua ação política para a submissão ao PS. Mas não é verdade. O Bloco apresentou-se às eleições de 2019 para ser a força à esquerda que impediria a maioria absoluta socialista e conseguiu-o, apesar de não ter tido força para impor um governo diferente. A ação política do Bloco não é de submissão, mas sim de confrontar o PS com algo que este não aprecia muito - uma esquerda pronta para fazer diferente, pronta para mudar o país. O PS não gosta desta esquerda porque o seu objetivo de governar à direita se torna claro. Ainda na noite eleitoral Catarina Martins assumiu um alinhamento à esquerda e propôs um Acordo para 4 anos, proposta rejeitada pelo Governo. A política do Bloco é de diálogo e compromisso, não numa ótica de submissão ao PS mas por mais políticas públicas e de bem estar social e económico para os cidadãos.

Ainda no ponto 2, lê-se “O contrato secreto e predatório com a Lone Star não foi denunciado”. Mais uma afirmação falsa. O Bloco fez essa denúncia. A 31 de março de 2017, Mariana Mortágua criticou a venda do Novo Banco à Lone Star, uma “privatização que é paga pelo Estado com uma garantia indireta de 4 mil milhões”, acrescentando que “o assunto tem de vir ao parlamento e o governo tem de ser confrontado com a possibilidade da nacionalização.” Em 3 de fevereiro de 2017, foi rejeitada a proposta de nacionalização do Banco, tendo sido votada favoravelmente apenas pelo BE, pelo PCP e pelos Verdes.



A 5 de agosto de 2019, Catarina Martins afirmou: “estamos a colocar dinheiro público num banco privado que foi entregue a um fundo abutre que fará o máximo dinheiro no mínimo tempo possível deixando a fatura para os contribuintes portugueses”, o que é “uma situação inaceitável”. E acrescentou: está assim a acontecer “o que o Bloco de Esquerda disse que aconteceria”.

O direito à crítica não se pode confundir com a invenção de narrativas falsas acerca da realidade.

AS AMBIGUIDADES DA MOÇÃO E

ISABEL VENTURA, PEDRO SOUSA, BERTA ALVES

O Bloco de Esquerda tem defendido, de forma firme e coerente, os serviços públicos de acesso universal e de qualidade, propondo medidas concretas de reforço do SNS e da Escola Pública, considerados pilares de uma democracia social.

A Moção E desconhece esta ação do Bloco:

No ponto 2.2 - “Os limites de uma legislatura capturada” afirma-se: “As dificuldades no SNS agravaram-se, tornadas evidentes nas situações de rutura no combate à pandemia e na prestação de cuidados aos doentes não Covid”.

Não houve rutura no SNS. Os médicos são perentórios, à exceção do Bastonário da Ordem dos Médicos, Miguel Guimarães. Todas as urgências, COVID ou não COVID são atendidas. O que ficou adiado foram as intervenções não prioritárias. Quem esteve em rutura foram as clínicas privadas e as IPSS (como a Santa Casa) que encerraram portas, não atendendo os doentes.

O reforço de profissionais é essencial para recuperar a atividade programada que a pandemia adiou e só pode ser conseguido com as medidas para fixar profissionais, impedindo a permanente sangria para o privado. A criação e redefinição de carreiras, com incentivos à dedicação em exclusivo ao trabalho no SNS, é o caminho para garantir direitos de profissionais e utentes. O investimento em infraestruturas e a reorganização dos serviços são fundamentais para a modernização do SNS.

No mesmo ponto, afirma-se que “a Escola pública foi desprezada”, mas temos de valorizar o papel do nosso vereador Manuel Grilo e da sua equipa na prossecução do Acordo assinado com o PS na área da Educação, o que permitiu o fornecimento de computadores/tablets gratuitos aos alunos e a melhoria das refeições escolares. Tudo conquistado a pulso, no cumprimento do Acordo com o PS, com o bom trabalho dos nossos camaradas. Ficou demonstrado que a eleição de um vereador do Bloco e de três deputados municipais em Lisboa foi fundamental para a melhoria das escolas públicas em Lisboa. E as conquistas conseguidas tiveram influência em medidas semelhantes noutros distritos. A pandemia expôs os estrangulamentos estruturais da Escola Pública que urge eliminar.

No ponto 2.7, em relação ao OE 2021, critica-se a demora da declaração do sentido de voto do BE, dizendo que o voto contra foi válido mas que não se preparou o terreno para isso. Vejamos: a decisão de votar contra o OE para 2021 não foi fácil porque, anteriormente, para possibilitar as negociações, o BE apresentou 12 medidas chave para o viabilizar e o voto contra refletiu uma negociação intensa, difícil e bloqueada pelo governo PS.

O ponto 2.9 faz uma análise redutora da Candidatura Presidencial de Marisa Matias. Assume o esforço da campanha, mas diz que a perda de 300 000 votos se deveu a uma fraca afirmação e a um apelo constante a acordos com o PS. Sejamos honestos. O resultado de Marisa Matias pode explicar-se:

1. Pela polarização entre Ana Gomes e André Ventura. A afirmação de André Ventura de que se demitiria se Ana Gomes ficasse à sua frente levou a que a esquerda fosse votar em Ana Gomes, não compreendendo que ela representava a luta, dentro do PS, contra António Costa;
2. Pelo apoio de António Costa à candidatura de Marcelo Rebelo de Sousa;
3. Pela pouca ação de rua, em que Marisa é exímia, devido à pandemia.

A campanha de Marisa Matias foi brilhante e mobilizadora, nomeadamente entre o pessoal da cultura e apesar das condicionantes.



No ponto 3.2, a moção E volta a falar, tal como já o fez no ponto 1.3, nas “limitações do direito à greve, à manifestação ou à resistência”, acusando o BE de apoio a essas medidas. Todos sabemos que os direitos políticos e sindicais não foram suspensos, embora devam respeitar as regras sanitárias para impedir a propagação do vírus. O BE nunca apoiaria a diminuição de direitos dos trabalhadores como a greve, a manifestação e a resistência. Esses direitos nunca estiveram em causa em nenhum dos estados de emergência.

No subtítulo “O Bloco reforça-se com ativismo e Militância Crítica”, a moção E afirma: “O Bloco reforça-se incentivando uma militância crítica nas grandes campanhas políticas e não apenas mera executora de tarefas ou angariadora de nomes quando há eleições ou em processo de Convenção.”

Há reuniões bimestrais de plenários concelhios e distritais onde os militantes do BE debatem a atividade política e as campanhas propostas sem qualquer censura ou limitação, a que não se deve faltar sem ser por um motivo de força maior. As listas para os órgãos do BE são propostas e votadas. Aquilo a que assistimos, algumas vezes, é a discussões prolongadas à volta de casos e não a discussão das políticas, afastando aderentes desses plenários. As acusações de falta de democracia não são verdadeiras e verifica-se frequentemente que em plenários os que acusam o Bloco de falta de democracia ou não comparecem ou não dizem nada.

RESGATAR O DESPORTO DA CRISE O DESPORTO E O SEU PAPEL ESQUECIDO NA SOCIEDADE

AUTOR: JOÃO BÁRBARA

SUBSCRITORES: ANA MASSAS, CRISTINA HERCULANO, FRANCISCO COLAÇO, HONÓRIO MARQUES, JOAQUIM CLARO, JOSÉ MOREIRA, JOSÉ SEMEDO, MANUELA MARCELINO, MIGUEL OLIVEIRA, PAULA PEREIRA, PAULA ROSA, PEDRO PEREIRA NETO, TOMÁS R. CALMEIRO

A pandemia da COVID-19 tem tido ao nível do mundo do desporto um impacto negativo altamente significativo, tanto a nível desportivo propriamente dito, como económico e social.

Em todo o Mundo, as competições desportivas têm sido suspensas ou canceladas, incluindo os maiores eventos desportivos agendados para 2020 e mesmo 2021.

É sabido, que estas medidas de suspensão da atividade desportiva, incluindo a formação, têm carácter preventivo, procurando com a minimização do contacto entre atletas, equipas técnicas, adeptos e respeitando a quarentena, minimizar a disseminação da COVID-19 no âmbito desportivo, quer nos treinos, quer nas competições.

Em Portugal, à semelhança da realidade mundial, a atual pandemia deixou o desporto de quarentena. As diferentes federações anunciaram a suspensão das respetivas competições, tendo um impacto maior nas modalidades coletivas.

Tal como referido do ponto de vista da sociedade em geral, também os atletas e os clubes desportivos estão a sofrer o impacto financeiro da interrupção da atividade desportiva, o que em alguns casos poderá colocar em causa a viabilidade económica, e mesmo a existência de muitas associações e clubes. Brevemente, poderemos também verificar o nível desportivo, físico e mental dos atletas portugueses.

Mas, não é só uma questão económica que pode estar em causa, também a saúde pública, incidindo de forma particularmente nefasta nas camadas jovens da população portuguesa.

Os efeitos da suspensão de atividade desportiva no bem-estar físico e mental dos jovens, vai ter um impacto significativo no futuro.

A pandemia, e a obrigatoriedade do isolamento social, pode levar a ocorrência de problemas de mobilidade, assim como no foro da saúde mental. O estar isolado em casa é cada vez mais difícil. A privação da liberdade, do contacto direto com os amigos e familiares, levanta problemas no tema das relações sociais. Torna-se assim, cada vez mais difícil de contrariar o desenvolvimento de sentimentos de tristeza, revolta, ansiedade ou mesmo frustração, que podem ser crescentes com o evoluir do tempo.

É sabido que o desporto provoca bem-estar físico e mental, combate a sedentariedade, a obesidade, e suas doenças conexas, ajuda na melhoria dos relacionamentos sociais, assim como a lidar com problemas de ansiedade e sintomas depressivos.

É aconselhável por todos os setores, por diretrizes internacionais, mas em Portugal o desporto tem sido considerado uma atividade paranormal, e assume-se mesmo que a sua retoma parece poder esperar uma eternidade. Urge mudar esta situação, é possível a retoma, mantendo todas as condições de segurança e saúde pública.

Analisando os vários planos desenvolvidos de apoio à pandemia, revelam um total desprezo pelo desporto e pela atividade física em geral.

O próprio Plano de Recuperação e Resiliência colocado recentemente à discussão pública, e que pretende ser um instrumento enquadrador da política pública para os próximos anos, revela que o desporto em Portugal, não é



considerado estratégico, nem faz parte do plano de recuperação do Governo português.

Esta postura do Governo português vai contra o valor que o desporto tem na sociedade e na sua promoção da saúde e na prevenção da doença.

Exige-se algumas medidas, que quero aqui enumerar, e que merecem a atenção de todos nós no Bloco de Esquerda.

Deixo à consideração de todos, e como sugestão para discussão local, da preparação de documento que possa ser apresentado em conjunto, em todas as Assembleias de Freguesia e/ou Municipais.

- Definição do desporto como pilar da sociedade, por ser uma atividade essencial para a saúde física e mental
- Dinamização do Desporto Escolar, como veículo de combate ao sedentarismo e promotor da saúde pública e mental
- Exigir das autarquias e/ou freguesias, a criação de espaços informais, ao ar livre, para a prática de exercício físico
- Criação e Apoio de Programas Comunitários de Bairro, para o desenvolvimento da atividade física e do desporto, em especial junto dos mais desfavorecidos, e com a ajuda dos clubes e associações locais
- Criação do Gabinete do Desporto Municipal, para apoio local e direto aos Clubes, Associação e Atletas, no período pós-pandemia
- Desenvolvimento de Programas de apoio social, que permitam a mais jovens a prática do desporto
- Desenvolvimento de Programas de apoio ao Alto Rendimento, e seus intervenientes, de forma a colmatar uma lacuna que vai haver daqui a uns anos na chamada Alta competição

É tempo de dizer: **Nada nem Ninguém pode ficar para trás nesta pandemia**



IGUALDADE, MULHERES E GÉNERO: A EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA

JORGETE TEIXEIRA

Ao olharmos para trás, damos conta de que muito se evoluiu, em direitos humanos, durante estes milénios em que nos conhecemos como gente.

No entanto, de vez em quando, somos confrontados com retrocessos civilizacionais, a retoma de velhos preconceitos, ideologias nefastas e ódios, genocídios, torturas, violações, atentados à vida e dignidade das pessoas, como se a humanidade nada tivesse aprendido com os erros cometidos anteriormente.

Há uma ideologia antiga que dorme à espreita de oportunidade e à mínima brecha entra, cavalgando o descontentamento popular e fazendo emergir figuras populistas e perigosas. Do mesmo modo essas ideologias estão por detrás de comportamentos de violência contra tudo o que foge ao que consideram padrão da “sua” civilização: a raça pura, a cultura certa. É a tentativa do regresso de forças obscuras, de ideologias nazis e fascistas.

Nessas alturas em que toda a solidariedade e empatia parece ter-se esvaído do âmago das pessoas, pergunta-mo-nos em que falhámos como sociedade. É urgente um efectivo exercício de uma cidadania consciente e solidária para reverter esta onda.

Há mais de 200 anos que as mulheres aspiram à Cidadania. Há mais de 200 anos elas se rebelam contra os poderes vigentes.

Foi assim com Olympe de Gouges em plena Revolução Francesa. E, por isso, foi guilhotinada.

Foi assim com as sufragistas inglesas no século XIX. E, para isso tiveram de fazer greve de fome, assaltar o parlamento inglês e cortarem linhas telefónicas.

Foi assim com as ativistas anti-esclavagistas nos EUA também no século XIX e com as negras Rosa Parks que se recusou dar o lugar a um homem no autocarro, em 1955, e com Ângela Davis que, na década de 1970, reclamou com muitas outras mulheres negras a igualdade de direitos, assim como a serem cidadãos em plena igualdade com as mulheres brancas.

Foi assim com Carolina Beatriz Ângelo, a primeira mulher, em Portugal, a exercer o direito de voto e que perante a proibição do estado português, leva o caso a tribunal e acaba por conseguiu recensear-se e votar. Foram assim as três Marias, Velho da Costa, Isabel Barreno e Teresa Horta ao rebelar-se contra a moral bafienta e hipócrita do Estado Novo. Foram assim muitas outras mulheres das mais conhecidas às mais incógnitas.

Actualmente as mulheres continuam a reclamar a cidadania, uma cidadania ainda mais exigente, que requer o direito a não ser agredida, a não ser discriminada no trabalho, a ter salário igual para trabalho igual, a não ser discriminada pela sua cor, origem étnica ou geográfica, orientação sexual. O direito a decidir sobre a sua sexualidade e o seu próprio corpo.

Apesar da evolução do estatuto das mulheres, em Portugal, após o 25 de abril, esta cidadania dos direitos pode ter retrocessos com o avanço das forças de extrema-direita na Europa e também no nosso país.

O caminho para a igualdade e democracia, livre de xenofobismos, racismos, homofobismos, machismos, só pode ser feito de raiz, através da educação. Em família, desde os primeiros anos, quebrando estereótipos de género que atribui às meninas determinadas brincadeiras e aos meninos outras. Que não educam no sentido da divisão das tarefas domésticas sem distinção de género, que acham que os meninos não choram e que o destino das meninas é serem mães. Que consideram que as meninas são mais medrosas e os meninos mais valentes e nunca podem perder.



Depois vêm as escolas. A mudança passa também pela formação de professores, a sensibilização para lidar com a diferença, a passagem de valores como a liberdade e a igualdade de direitos e deveres. E isto tanto poderá ser feito nas aulas de cidadania, como também deve ser uma constante nas aulas de outras disciplinas. O que se passa em valores é muitas vezes mais durável que os conteúdos que se leccionam.

Quando há quem coloque em causa a disciplina de Cidadania e Desenvolvimento nas escolas só se pode “compreender” tal atitude por pura ignorância do papel da Cidadania nas sociedades ou porque as ideias de conservadorismo cego impedem que vejam a educação como uma forma de reflexão e de análise crítica do mundo em que vivemos.

Não queremos uma escola amorfa onde o conhecimento, muitas vezes desatualizado, seja impingido em doses que servem apenas para descarregar em testes e exames.

Temos de investir numa escola em que se formem pessoas e não apenas quadros reprodutores do sistema. Escolas que cospem cá para fora homens e mulheres como autómatos, exigindo-se-lhes que tenham sucesso em vez de lhes mostrar que a vida só vale a pena se se viver com afecto e respeito pelos outros e suas diferenças.

Os e as jovens têm de ser cidadãs e cidadãos informados e capacitados para poderem decidir por si próprios os seus destinos e os da sociedade onde vivem.

Pugnar por uma educação pública e gratuita não reprodutora de estereótipos e papéis de género, aberta e inclusiva, com currículos pedagógicos que tornem visíveis a História e as Lutas das Mulheres.

AUTO EMPREGO: DESMONTAR O MITO, REDEFINIR PARA QUALIFICAR (TRABALHADOR INDEPENDENTE OU INDIVIDUAL?)

JORGE PEREIRA

Começando pelo fim, não defendemos uma sociedade de auto empregados, mas que eles existem, existem! Uma grande questão que se coloca, mas quantos são? E quem são estes auto empregados? (que exercem uma atividade de forma individual).

A pergunta faz sentido porque é muitas vezes conotada com empreendedorismo, isso deve-se ao facto de não haver uma definição exata para ambos os termos e por via disso eles muitas vezes se sobrepõem e querem parecer a mesma coisa, embora por vezes em contextos completamente diferentes. Ora é importante saber que devem ser considerados e ter uma diferenciação entre si, e se empreendedorismo pode querer dizer daqueles ou daquelas que pretendem ter a propriedade do negócio/empresa, já auto empregado é um termo que deve ser aplicado só para quem exerce uma atividade por conta própria mas de forma completamente individual (ou seja nem é patrão nem empregado).

Então vamos à raiz do problema e, pôr no debate a urgente necessidade de redefinir micro empresa. No quadro atual uma micro empresa comporta de um a dez elementos (sócios ou patrão empregados) isto levou aquele que trabalha de forma individual, mas sozinho, ficasse aqui neste enquadramento de micro empresário. Ora o que se propõe é que a micro empresa seja considerada a partir de dois elementos, sócios ou patrão empregado. Este novo enquadramento legislativo ao ser adotado vai simplesmente repor a verdadeira dimensão do auto emprego, vai colocar a questão da criação de estatuto próprio, que apesar de todas as suas especificidades o vai considerar trabalhador, porque a sua única propriedade é o seu trabalho e a consequente remuneração, independentemente do tipo de atividade, ou setor em que esteja inserido (produção, comércio ou serviços). A partir desta diferenciação começamos a separar as águas e a deixar de confundir empreendedor com auto emprego, e simultaneamente a poder criar enquadramentos legais para o exercício da atividade, com forte incidência na prestação de serviços e comércio de proximidade, de produção nas áreas das artes e dos ofícios de grande cariz cultural e social. São urgentes políticas fiscais mais condizentes com a condição socioeconómica. Ao contribuir com esta nova abordagem, não deixamos ninguém para trás. Se é verdade que o dito "Auto emprego" (trabalhador independente) é muitas vezes fator de subdesenvolvimento verificável com maior taxa em países subdesenvolvidos, porque vem associado ao subemprego/subcontratação, já nos países desenvolvidos a sua existência tem mais a ver com a queda do emprego por um lado e muitos procurarem uma via alternativa de sobrevivência, mas também com a necessidade de combater os baixos salários provocados pela crise do capitalismo. No entanto, em muitos outros casos com as alterações no mundo do trabalho, com o aparecimento de novas tecnologias, a tomada de consciência por parte de muitos que o rendimento do trabalho já não é só importante pela via salarial mas também pela qualidade de vida pessoal/familiar como seja um maior controlo sobre o tempo, bem como a tomada de consciência de que é preciso mudar comportamentos. Este facto originou o aparecimento de mais pessoas com ligações de trabalho na área das medicinas alternativas, macrobióticas, agricultura biológica, tecnologias de informação, na cultura, no pequeno comércio local, nos serviços pessoais, e nas numerosas atividades das artes e ofícios denominadas artesanais. Nesta área há já um trabalho feito com a criação do estatuto do artesão e da carta de unidade produtiva artesanal (UPA), bem como, do relatório dessas atividades plasmado em decreto lei, que é preciso aprofundar.

A partir dos anos 80 todas estas questões se tornaram mais evidentes, vão fazer o seu caminho e nós temos que lhes dar a importância devida e, se por um lado não queremos uma sociedade de auto empregados, a verdade é que também queremos uma sociedade em que o indivíduo possa escolher fazer a sua opção, muitas vezes tão



importante por transportar raízes e tradições culturais, outras vezes tão somente porque acabam por criar laços entre o trabalho e a função social. Criando um verdadeiro estatuto de auto emprego também se contribuiria para combater um fator de economia informal fomentando-se as novas necessidades de associação/cooperativa. Um debate que precisamos fazer.

A ESQUERDA, A JUSTIÇA E A SOBERANIA FISCAL

JOSÉ GUSMÃO

A evasão e injustiça fiscal no espaço europeu é um tema que tem merecido uma atenção cada vez maior nos últimos anos, por força de sucessivos escândalos que envolveram paraísos fiscais, alguns dos quais Estados-membros da UE. Esses escândalos deram origem a várias comissões eventuais do Parlamento Europeu, que caracterizaram a atuação dos paraísos fiscais e apontaram dedos em várias direções, mas não concretizaram, por não terem poderes para tal, as transformações necessárias. Durante esse anos, cresceu também a pressão para a criação de uma comissão permanente para tratar estas matérias, que foi finalmente criada no início deste mandato.

Os níveis de tributação do capital têm assistido a uma queda generalizada ao longo das últimas décadas, com particular intensidade a partir da década de 90. O desenho da União Económica e Monetária, nomeadamente a livre circulação de capitais, favoreceu essa evolução que corrói a base de financiamento de serviços públicos e transfere a carga fiscal dos rendimentos do capital para os rendimentos do trabalho. O mesmo acontece com a regra de deliberação por unanimidade para as questões fiscais, que tem inviabilizado sistematicamente medidas que limitassem a evasão fiscal.

O discurso liberal de apoio a esta dinâmica é construído em cima do conceito de competitividade fiscal. De acordo com essa teoria, a prática de reduzir a tributação dos rendimentos das empresa atrairia o investimento para os países que o fizessem. Esse raciocínio tem duas falhas muito evidentes:

1. Num contexto de corrida para o fundo, em que esses níveis de tributação descem de forma generalizada, nenhum Estado ganha competitividade. A única consequência é a redução da tributação dos rendimentos do capital.
2. Os fluxos de investimento real obedecem a muitos outros critérios, alguns dos quais bem mais relevantes. O dumping fiscal tem sobretudo alimentado a expropriação fiscal de umas jurisdições por outras e, sobretudo, a redução massiva da tributação das multinacionais.

A integração europeia tem sido marcada pelo que vários autores caracterizaram como uma regulação assimétrica. Os Estados perderam as políticas monetárias e cambial e ficaram fortemente limitados nas suas políticas orçamental e industrial. Essa regulação assimétrica criou uma enorme pressão sobre dois fatores: os salários e a fiscalidade, nomeadamente a fiscalidade relativa aos rendimentos com maior mobilidade.

É neste contexto que as necessidades do combate à evasão fiscal criam um debate complexo à esquerda, sobretudo à esquerda que considera que é preciso recuperar algumas áreas de política económica para a democracia nacional, como acontece com a política orçamental ou industrial. Deve essa lógica estender-se à área das políticas fiscais?

Na realidade, a soberania fiscal tem sido muito mais um presente envenenado do que uma liberdade. Convém perceber que a soberania fiscal, quando nasce, é para todos. E num regime de livre circulação de capitais, isso significa que Estados como a Holanda ou o Luxemburgo podem criar esquemas de favor fiscal que lhes permitem apropriar-se de receita fiscal relativa a atividade económica que tem lugar noutros países. Portugal, de resto, também usa estratégias desse tipo, desde o offshore da Madeira até ao regime de residentes não habituais. E assim se corre para o fundo.

Há medidas nacionais que permitam combater algumas destas dinâmicas? Há, o Bloco tem defendido algumas dessas medidas e o Parlamento Europeu aprovou recentemente uma resolução, apoiada por nós, que dá apoio a medidas defensivas a implementar pelos Estados-membros para se protegerem da ação de paraísos fiscais. Além disso, muitas medidas nacionais serão provavelmente necessárias para pressionar as instituições europeias para concretizar as decisões europeias que estão há anos em suspenso.



Outras medidas, de combate à evasão fiscal ou de tributação de empresas multinacionais, sistema financeiro ou economia digital, exigem ou beneficiam de coordenação internacional. A estratégia habitual da direita tem sido a de exigir um acordo global, o que é obviamente uma forma de sabotar qualquer proposta. A posição da esquerda deve ser a de apoiar todas as medidas que promovam a justiça fiscal, seja qual for a escala em que ocorrem, desde que não sirvam como pretexto para passos federalistas, o que, até agora, não tem acontecido.

É nesse contexto que temos apoiado propostas que vão desde os relatórios públicos por país (CBCR) ou a Cooperação Administrativa (DAC) até ao Imposto Digital ou o Imposto sobre as Transações Financeiras (FTT), passando por propostas de tributação das multinacionais que combatam a transferência de lucros para jurisdições mais favoráveis (CCCTB). Há uma dimensão da disputa pela justiça fiscal que passa por medidas de coordenação internacional. A esquerda tem de estar presente nessa disputa, que é parte do combate pela distribuição de rendimento entre capital e trabalho.

REGIONALIZAÇÃO: POR E PARA-QUÊ?

JOSÉ MARIA CARDOSO

Consagrada na CRP desde 1976, a regionalização é uma promessa perene que ciclicamente vem a debate com fugazes disputas de bastidores sem contenda pública capaz de inscrever a matéria na agenda política. Na verdade, os partidos de alternância do poder (PS e PSD) nunca manifestaram grande entusiasmo pelo apuramento de fundamentação que oficialize tomada de posição. A coberto de um Presidente convictamente antirregionalista, estes partidos vão mantendo a indefinição por tacticismo de não crispação interna. As eleições autárquicas deverão ser um momento marcante para trazer o tema à liça política confrontando, aclarando e comprometendo posições.

É legítimo pensar que a Regionalização acarreta controvérsia e que há dúvidas sobre as vantagens e desvantagens, tanto sobre o modo de funcionamento e produção de efeitos, quanto pela transparência e conivência de interesses. Em caso algum teremos uma situação ótima imune a perversidades. Temos é de colocar as questões no exato ponto do que é discutível e anular a redutora e provocatória opinião cavalgada pelos difusores da demagogia populista que só servirá para arranjar “tachos”, assim como desmontar os fundamentos derrotistas com uma resposta pedagógica que assente num modelo que minimize hipotéticos riscos.

Como escreveu Jorge Martins e sistematizou João Ferrão, aquando do Encontro em Coimbra, os antirregionalistas assentam as suas ideias em três princípios: ideia da perversidade - vai ter efeitos contrários aos pretendidos e vai aumentar as assimetrias; ideia da futilidade - somos um país tão pequeno que nunca teve essa tradição; ideia do risco - tem vários perigos associados e vai pôr em causa a unidade nacional com eclosão de conflitos.

A resposta às dúvidas e os modos de afirmação ter-se-ão de colocar em diferentes patamares que promovam e consolidem um debate aberto, elevado e esclarecedor das posições. Precisamos de fortalecer argumentos para coletivamente construir uma sólida proposta capaz de mobilizar e alargar apoios para engrossar reivindicação e conquistar maioria social.

O primeiro argumento é lapidar. Respeitar e aplicar um imperativo consagrado de forma inequívoca na constituição que os partidos maioritários na AR teimam em não cumprir com o logro de sucessivos adiamentos. É uma forma democrática de descentralização que importa colocar na agenda política e dar-lhe a relevância devida sem pressões, mas considerando que é tempo de fazer este debate sério e rigoroso que tem sido propositadamente secundarizado e arrastado. Não basta falar de coesão territorial, é preciso construir essa coesão com uma organização administrativa que lhe dê sustentação.

O segundo argumento é o de criar uma verdadeira estrutura intermédia de autarquias locais. Portugal é um dos países mais centralistas da UE e mesmo da OCDE e não tem a ver somente com a dimensão territorial e/ou populacional. Falta-nos um poder intermédio de base regional com visão subnacional que atenua a decalagem entre centralismo e localismo e desenvolva políticas de escala supramunicipal que ultrapasse a visão redutora do município.

Esta necessidade tornou-se tão premente nos tempos de pandemia que correm, onde faltou e falta uma entidade de coordenação com a visão de complementaridade e solidariedade regional.

Por outro lado, não basta haver pluralismo jurídico de entidades administrativas, é preciso constituí-las com uma base democrática de participação cidadã e isto obriga a que haja um processo eleitoral de sufrágio universal como forma de reconhecimento dos órgãos eleitos. Assim se faz para os municípios e freguesias, assim se terá de fazer para as regiões administrativas.

O terceiro argumento é o nível de desenvolvimento e de equidade regional. A realidade da disparidade territorial, tem de nos fazer refletir. Há décadas que falamos de potenciação de oportunidades, de valorização do interior, de correção de assimetrias, enquanto os indicadores dessas pretensões nos evidenciam um aumento das desigual-



dades. O problema agudizou-se nas últimas décadas devido a negligentes políticas de encerramento de serviços que esvaziaram de funções os territórios de baixa densidade gerando um perigoso sentimento de abandono.

E se construir o erro foi desastroso, mantê-lo é penoso, é um crime social. Sucessivos governos aceitaram passivamente esta intolerável situação como premissa da fatura do progresso. As discriminações produzidas e alimentadas têm responsáveis. Não se trata de um fatalismo natural ancorado nas características físicas do território como uma espécie de ironia do destino. A resposta a estes desequilíbrios tem de ser estrutural e consistente e não circunstancial com pontuais benefícios fiscais ou desesperadas iniciativas municipais.

Perante esta alarmante realidade, não é de considerar que a regionalização, como projeto pensado e como reforma do Estado, pode ser o modo mais eficaz de inverter esta tendência? Que pode contribuir decisivamente para outras políticas que passem a atender mais à especificidade de cada território, dando harmonia a um desenvolvimento sustentável no meio e sustentado no espaço concreto? Pelo menos a dúvida, dentro de uma certeza: não há efetiva descentralização sem haver regionalização.

UMA POSTURA INEQUIVOCAMENTE ANTIRRACISTA I UMA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO POLÍTICA

AUTOR: JOSÉ SEMEDO

SUBSCRITORES: ANA MASSAS, CRISTINA HERCULANO, FRANCISCO COLAÇO, HONÓRIO MARQUES, JOAQUIM CLARO, JOÃO BÁRBARA, JOSÉ MOREIRA, MANUELA MARCELINO, MIGUEL OLIVEIRA, PAULA PEREIRA, PAULA ROSA, PEDRO PEREIRA NETO, TOMÁS R. CALMEIRO

O racismo é gerador e produto de desigualdades, é sinónimo da existência um deficit democrático, é um mal que tarda a ser erradicado. É uma forma de opressão que não desaparece por si só e que pede uma oposição imediata e constante.

A luta antirracista levada a cabo de forma consistente por africanos, afrodescendentes, ciganos e associações de migrantes, é tradicionalmente apoiada pelo BE. No entanto, a chegada do discurso racista populista ao parlamento pede uma postura mais contundente e que não deixe lugar a ambiguidades quanto à postura do partido ou indefinições quanto à decisão e assertividade da resposta.

O racismo existe na sociedade portuguesa como uma questão estrutural e é como tal que deverá ser tratado: com a centralidade que merece e a par do combate ao machismo, à misoginia, à desigualdade de género, de classe e de outras formas de opressão, que persistem também na linguagem e nos costumes, e que devem deixar de ser naturalizadas ou propagadas.

O partido deve estar automaticamente convocado para o combate antirracista, já que uma atuação tibia nesta luta favorece os racistas e perpétua um atraso civilizacional que perdura e que coloca o país no último lugar da Europa, segundo o European Social Survey, quanto à percentagem de pessoas que não possuem qualquer traço de racismo.

As nossas propostas para eliminar o racismo são:

Na Educação

- Reforçar a importância da Educação Antirracista na disciplina de cidadania, nomeadamente, introduzindo nos conteúdos um módulo obrigatório de tratamento de temas relacionados especificamente com o racismo.
- Investigar, recolhendo dados étnico-raciais, a existência de desigualdades estruturais na oferta escolar para africanos, ciganos e migrantes.
- Promover a monitorização ou estudo comparativo dos percursos escolares, de forma a determinar desequilíbrios relacionados com cultura ou proveniência étnica.
- Incluir formação obrigatória para os docentes, assistentes operacionais e de ação educativa e assistentes administrativos de todos os agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas de conteúdos relacionados com racismo e integração. Ultrapassar uma abordagem mais generalista relacionada com os direitos humanos, para adotar uma mais incisiva em relação às questões étnico-raciais.
- Criação de medidas de discriminação positivas (cotas) ao acesso ensino superior e ao acesso a cargos na função pública para grupos etnicamente sub-representados.
- Igualdade de Acesso a todos os graus de Ensino.
- Revisão dos manuais escolares, nomeadamente no que diz respeito à representação de negros, ciganos e outras culturas e etnias.
- Fim das turmas segregadas,



- Revisão específica dos manuais de história, relativamente à representação da história dos povos africanos e com inclusão da história dos povos roma em Portugal.
- Introdução nos curricula escolares dos três primeiros ciclos da História das Minorias (Negra e Cigana);
- Criação de curso superior de História da Comunidade Negra portuguesa e outro de História da Comunidade Cigana portuguesa;
- Incluir Professores negros e ciganos nos territórios escolares em que aquelas populações estão mais representadas.
- Programa de contratos bolsas de estudo para afrodescendentes nas Instituições de Ensino Superior e Ciência.
- Estudar o impacto pandémico na escolaridade de quem já era desfavorecido. (Um jornalista em TV, disse que a classe alta perdeu 2 meses e os desfavorecidos perderam 7 meses de escolaridade), são precisos dados étnico raciais para fundamentar estas afirmações.

Nacionalidade

- Passar o todo o processo de emissão de documentos a imigrantes para o Registo Civil que já emitem documentos de identificação de nacionais e extinção do SEF;
- Abandonar o modelo exageradamente militarizado de receção e conferência dos documentos legais para os migrantes que entram em Portugal e que são uma mais valia para a estabilidade dos sistemas de segurança social.
- Transferência do controlo da entrada e saída de pessoas para o Ministério dos Negócios Estrangeiros.
- Alterar a Lei da Nacionalidade – quem nasce em Portugal deve ser português, sem outras considerações, que fragilizam e criam desigualdade para os cidadãos.
- Não devem ser excluídos da nacionalidade jovens que possam ter cometido infrações/crimes;
- Acesso à nacionalidade portuguesa de outras comunidades expulsas no século XV / XVI nas mesmas condições que hoje tem a comunidade judia.

Conhecimento efetivo da realidade – Estatísticas

- Conhecimento da realidade da pertença étnica na população portuguesa, o seu perfil (etário, educacional, linguístico, etc.) e as suas condições de vida (habitação, saúde, educação, profissional, etc.).
- Inclusão da opção de identificação da pertença étnico racial em próximos censos, para além de outros estudos.
- Criação de Comissão permanente da Assembleia da República para acompanhamento das minorias étnicas.
- Criação do Provedor das Minorias Étnicas.

(Continua no Texto II)

UMA POSTURA INEQUIVOCAMENTE ANTIRRACISTA II UMA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO POLÍTICA

AUTOR: JOSÉ SEMEDO

SUBSCRITORES: ANA MASSAS, CRISTINA HERCULANO, FRANCISCO COLAÇO, HONÓRIO MARQUES, JOAQUIM CLARO, JOÃO BÁRBARA, JOSÉ MOREIRA, MANUELA MARCELINO, MIGUEL OLIVEIRA, PAULA PEREIRA, PAULA ROSA, PEDRO PEREIRA NETO, TOMÁS R. CALMEIRO

(Continuação do Texto I)

Língua

- Reconhecimento da Língua Cabo-verdiana como língua nacional, já que é língua mais falada depois do português, sendo língua materna de milhares de portugueses. Incluir o caboverdiano no leque das opções dos currículos escolares.
- Ensino de outras línguas africanas.

Habitação

- Garantir o Direito à habitação Alojamento urgente condigno de todos os que vivem em Bairros degradados, barracas ou acampamentos;
- Demolição faseada dos guetos camarários e integração dos moradores na malha urbana;
- Acesso a juros bonificados para compra de habitação para os membros das comunidades que vivem em zonas degradadas ou bairros municipais.
- Isenção de IMI para os membros das comunidades discriminadas que comprem casa própria;
- Alargamento da construção e oferta estatal e camarária de habitação.
- Proibição da política de Demolições sem alternativa.
- Bolsa imobiliária social voltada para o arrendamento.

Memória e Identidade

- Criação de Comissão para escrever a História da Comunidade Negra Portuguesa.
- Criação de Comissão para escrever a História da Comunidade Cigana Portuguesa.
- Eliminação da exibição em espaços museológicos ou públicos sem um enquadramento explicativo da toponímia e estatuária com referências a glorificação de indivíduos ou atos lesivos para os direitos humanos ou memória de parte da população nacional. Não se propõe um apagamento da história, mas, sim um enquadramento dos factos.

Media

- Na RTP e RDP – contratação de jornalistas e apresentadores/as das comunidades Negra e Cigana;
- Direito de resposta aos cidadãos/ãs discriminados/as nos órgãos de imprensa.



- Definição concreta do Papel da ERC no combate à discriminação étnico racial
- Definição concreta do que é ou não discurso racista ou potenciador de ódio na media, para que as queixas à ERC não se tornem numa rotina inócua.

Trabalho Emprego

- Cotas na Função Pública e empresas com apoio estatal ou camarário.
- Inclusão dos imigrantes racializados no mercado de trabalho
- Maior proteção para quem faz trabalho doméstico interno e fiscalização das condições de trabalho efetivas das empregadas domésticas.
- Fiscalização de segregação e de situações discriminatórias no acesso ao emprego ou a progressões relativamente à populações racializadas.

Acesso à Saúde

- Promover estudos sobre as doenças ou condições específicas ou mais frequentes das populações racializadas e qualidade dos serviços disponibilizados.
- Que impacto tem a Covid 19 nestas comunidades?
- Consultas para imigrantes não regularizados nos centros de saúde com isenção das taxas. Outras formas de atendimento, como agentes de saúde nos bairros.

Acesso à Justiça

- Amnistia para jovens menores presos em instituições por pequenos delitos e não averbamento das condenações no registo criminal.
- Clarificação, tipificação, definição objetiva do que é um crime Racista, para que não dependa dos humores das pessoas envolvidas nos processos.
- Clarificação do que são provas de crimes racistas, para que seja possível a produção de prova em sede de julgamento.
- Cotas para aumentar o número de juízes oriundos de comunidades racializadas;
- Dispor de advogados que permitam que o preço da justiça não se torne proibitivo
- Formação antirracista para a magistratura e técnicos da CPCJ para que entendam as especificidades de grupos sociais como o das mães requerentes de asilo que não têm condições de cumprir os mesmos critérios no que diz respeito ao bem-estar material das crianças.

Polícia

- Formação obrigatória anual para elementos das forças policiais sobre racismo e discriminação.
- Fiscalização da infiltração das forças policiais pela extrema direita racista e de discursos de ódio por parte de agentes.



- Punição e afastamento de polícias e outras autoridades envolvidos em casos de racismo.
- Estudo da representação de negros e ciganos nas polícias.
- Investigação de atuações abusivas mantendo os suspeitos impedidos de contacto com as alegadas vítimas,
- Investigação urgente do sobre encarceramento das populações racializadas e da existência ou não da prática de perfilização racial.
- Polícia descartada do acompanhamento dos processos de imigrantes na sua receção aeroportuária (não adianta retirar o SEF e colocar a PSP).
- Criação de Centro de Pesquisa de Boas Práticas Policiais, com ênfase numa perspetiva de bom enquadramento comunitário e social.
- Verificar a qualidade de processamento das queixas feitas à Comissão para a Igualdade Contra a Discriminação Racial.
- Afastar o IGAI da investigação de processos envolvendo racismo, com a criação de um organismo independente.
- Afastar a direção da PSP das investigações que envolvem os seus próprios agentes. Efetiva investigação das más práticas policiais feita por comissões independentes.



FEMINISMOS – OS DESAFIOS PARA OS “NOVOS” TEMPOS

MARIA DO CARMO BICA*, ADELINO GRANJA, ALICE BRITO, ANA FILIPA AFONSECA, ANA PESSOA, ANA SARTÓRIS, ANA SOFIA LIGEIRO, BEATRIZ MAIA, CONCEIÇÃO NOGUEIRA, CRISTIANA SOUSA, CRISTINA BANDEIRA, DOMICÍLIA COSTA, DANIELA BORGES, ELISA ANTUNES, ESMERALDA MATEUS, FERNANDO CASTRO, HELENA NEVES, ILDA AFONSO, ILDA BARBOSA, JOANA TOPA, JORGETE TEIXEIRA, LILIANA RODRIGUES, LURDES GOMES, MANUELA MARIA COELHO ANTUNES, MANUELA TAVARES, MARIA FRANCISCA FERREIRA, MARIA JOÃO GOMES, MARIA JOSÉ MAGALHÃES, NUNO SANTOS CARNEIRO, SANDRA DA COSTA, SÍLVIA CARREIRA, SÓNIA ALEXANDRA FERREIRA LAMACHÃ, TERESA SALES

Há quem afirme que os feminismos são coisas do passado. Que a Igualdade entre mulheres e homens está de certo modo alcançada, que só faltará aplicar as leis de governos e instituições internacionais. Esta perspetiva de Feminismo da Igualdade¹ alimentada por um Feminismo Institucional² não é suficiente para a emancipação das mulheres. Esta depende de mudanças mais profundas na sociedade que ponham em causa o modelo capitalista, patriarcal e racista em que vivemos, especialmente no contexto de sucessivos ataques aos direitos das mulheres, como aconteceu na campanha presidencial com provocações fascistas.

Apesar dos avanços e conquistas, ainda há muito a fazer em prol da efetiva emancipação das mulheres. Elas são ainda, mundialmente, as mais vulneráveis: nas estepes onde grassa a fome, nos campos de refugiados/as onde são violentadas, nos palcos de guerra, nos países onde caem sobre elas as pedras da discriminação, onde ardem em fogueiras de preconceitos milenares, onde, ainda meninas, lhes é retirado ou mutilado o órgão genital do prazer, porque isso só é permitido ao homem, onde são rejeitadas à nascença só por serem mulheres, onde são casadas à força ainda crianças, onde são lapidadas por qualquer comportamento que não segue os cânones do patriarcado.

As mulheres são em todo o mundo as pessoas mais expostas à pobreza, às alterações climáticas e às violações em cenário de guerra, sendo as mulheres indígenas as mais atacadas nos seus direitos fundamentais.

A exploração do trabalho das mulheres operárias tem-se vindo a acentuar com o aumento do desemprego, precariedade, desigualdades salariais e sobrecarga de tarefas do cuidado ou da esfera da reprodução da força de trabalho.

A atual crise pandémica, económica e social tem vindo a agravar brutalmente as múltiplas discriminações que pesam sobre as mulheres em termos de classe social, raça, etnia, orientação sexual, deficiência/diversidade funcional, imigração/emigração, especialmente nas mulheres ligadas à cultura, ao turismo e à restauração.

As mulheres são diferentes e, como tal, sentem de forma diferente os impactos da crise sobre elas.

Se forem ou não migrantes; se trabalharem na economia informal sem quaisquer direitos, como é o caso das empregadas domésticas, de limpeza, das trabalhadoras sexuais, das mulheres camponesas e trabalhadoras agrícolas; se forem mães sós; se forem mulheres mais velhas, com poucos apoios ou sem família; se forem mulheres refugiadas a sobreviver nas condições mais precárias; se viverem em grandes cidades ou em zonas desertificadas do interior do país; se forem vítimas de violência de género sujeitas a serem assassinadas; se tiverem ou não uma casa para viver; se forem mulheres com diversidade funcional; se sofrerem assédio e violação sexual; se forem ou não sujeitas a situações de racismo, lesbofobia ou transfobia.

¹ Feminismo que assenta na ideia de que alcançada a Igualdade de Género a emancipação das mulheres é real no quadro do atual sistema económico e político.

² Feminismo Institucional baseia-se num conjunto de políticas e medidas para a Igualdade elaboradas por governos e instituições internacionais. Sendo importantes estas leis e medidas podem causar a ideia de que tudo está alcançado e neutralizar a ação dos movimentos feministas, se estes não tiverem uma reflexão crítica sobre essas leis e medidas.

* Maria do Carmo Bica esteve na génese deste texto nos primeiros debates, que fizemos sobre ele e fez propostas que constam do mesmo. Por isso achámos de toda a justiça incluir o seu nome, embora já não esteja entre nós.



A sociedade capitalista é agressiva e destruidora da biodiversidade, destruidora de ecossistemas e agrava as violências e todo o tipo de discriminações.

O Feminismo que defendemos não é um feminismo de slogans. Tem de ter uma base de contestação profunda, que não iluda as mulheres em torno de uma igualdade inalcançável no capitalismo, porque este sistema constrói as desigualdades de que se alimenta o sexismo.

O Feminismo que defendemos analisa de forma conjunta trabalho, exploração, dominação e emancipação, ou seja, interessa-se pelas relações de poder na sociedade, relações de exploração do capital sobre o trabalho, de opressão e dominação dos homens sobre as mulheres.

O trabalho reprodutivo das mulheres nunca foi valorizado a não ser com elogios de “mães de família” e de “boas esposas” e não é isso que queremos. As tarefas ligadas ao cuidado devem ser partilhadas e apoiadas por serviços sociais públicos.

O Feminismo que defendemos é também ecologista, porque são as mulheres que estão na linha da frente dos efeitos devastadores da crise ambiental.

Nesta longa luta anticapitalista, necessária à mudança radical da sociedade, reforçamos as alianças por causas específicas e com os movimentos antirracistas, ecologistas, LGBTQIA+, sindicalistas assentes na pluralidade, liberdade de expressão e pensamento anti colonial, articulando teoria e ativismo feminista.

É na luta de classes contra o capitalismo, o fascismo, o patriarcado e o racismo que se alicerça o feminismo que defendemos: um feminismo crítico interseccional que desafia os “novos” tempos com agência das mulheres na atualidade.



O ALGARVE E OS ARTISTAS

MIGUEL PINHEIRO

O Algarve tem uma particularidade na área da cultura que talvez só se observe também na Madeira. Xs artistas têm a sua actividade directamente ligada ao turismo. Xs músicxs, atorxs, dançarinx e animadorxs culturais desenvolvem as suas actividades culturais em espaços direccionados ao turismo, quer sejam bares, hotéis, casinos ou nas ruas das cidades. Estxs artistas têm, como diferença dxs restantes, uma actividade condicionada pelo turismo, tendo períodos de trabalho coincidentes com os picos de turismo, estando desprotegidxs pela legislação existente para a área, que presume um trabalho maioritariamente em salas de espectáculo, com contratos de prestação de serviços e assente na produção original ou adaptada de obra cultural. De modo grosso, a actividade cultural no Algarve é composta por animação em hotéis e casinos, bem como em bares, com artistas que fazem versões de trabalhos culturais já existentes (xs chamadx "músicxs de covers"). Com a pandemia, o Governo do PS avançou com um plano de apoio axs artistas (já fraco por si só), apenas tendo em conta essa realidade, apoiando xs artistas na produção intelectual e apoiando directamente as salas de espectáculos. Para xs artistas do Algarve, a concretização desse apoio cultural é reduzido, já que grande parte do trabalho cultural é precário, em regime de trabalhadx independente, sem contrato de prestação de serviço, fora das salas de espectáculo.

A legislação de trabalhadx independente, como existe atualmente, penaliza os artistas, já que o modelo declarativo da Segurança Social prevê a tributação trimestral. Isto quer dizer que no quarto trimestre do ano, em que a actividade turística é reduzida ao mínimo, xs artistas são tributados sobre os três meses anteriores, Julho, Agosto e Setembro, que coincide com a época alta do turismo.

Com o surgimento da crise social e económica, provocada pela pandemia, xs artistas veem ainda a tributação a atacá-lxs duplamente, já que, se tivermos um verão com algum trabalho, vamos ver a tributação do quarto trimestre a ser agravada pela majoração das contribuições, consequência das regras para acesso aos apoios axs trabalhadorxs independentes, impossibilitadx de trabalhar devido às restrições impostas em resposta à pandemia. Ou seja, em cima da tributação desajustada e injusta, acrescentem 45,73€ a esse valor, durante 30 meses a partir do final da atribuição dos apoios, sendo obrigadx durante período de tempo a manterem-se inscritos na segurança social, pagando contribuições, com ou sem trabalho. Imaginando um cenário em que xs artistas consigam trabalhar desde de junho/julho deste ano, a partir de outubro, o final da época, vão ter contribuições de Segurança Social referentes aos 3 meses anteriores para pagar, acrescentando o valor majorado, enquanto estão em situação de desemprego. Vamos ser multadx por trabalhar. É urgente alterar este sistema, para que seja automatizada a declaração mensal, cruzando os dados com a Autoridade Tributária, e que que o pagamento das contribuições de um mês incida só sobre o mês anterior, ou corremos o risco de ter um inverno muito longo e frio na classe artística do Algarve.

CLIMA, DESIGUALDADE E TRABALHO: DESATAR OS NÓS

NELSON PERALTA

A pandemia e depois, de forma quase caricatural, um navio encalhado no Suez colocaram em evidência como a economia está organizada, com uma tamanha concentração da produção que a torna pouco resiliente. A divisão internacional do trabalho para baixos salários, assim como a extração contínua de recursos naturais são parte essencial desta economia. Os seus ciclos são tão longos que é retirada matéria-prima de um continente, transformada noutra e comercializada num terceiro. Muitas vezes a guerra também assume papel no controlo de recursos naturais.

Vejamos um outro caso concreto dos nossos dias. Poucos defenderiam que a vacinação fosse executada com critérios de mercado: quem pode pagar mais por um bem precioso e escasso passa à frente na fila. De igual modo, o levantamento das patentes para garantir que este bem deixa de ser escasso tem apoio popular maioritário. É simples perceber que naquilo que conta para a nossa vida coletiva, é a organização solidária e não a economia de mercado que nos protege.

É também assim que compreendemos que a prevalência do interesse coletivo sobre o interesse de alguns é a chave para as nossas vidas. Num exemplo climático, o desmatamento de florestas tropicais para produção pecuária ou de óleo de palma pode ser uma excelente ideia de negócio para alguns. Mas a boa ideia para a Humanidade é a proteção dos ecossistemas, da biodiversidade e dos bens comuns.

Precisamos, pois, nos vários aspetos da nossa vida social, de uma organização baseada na solidariedade, na supressão das necessidades sociais, na repartição da natureza, no pleno emprego e na sustentabilidade do planeta.

É neste cruzamento que se insere a política climática do Bloco, nomeadamente a sua Lei de Bases do Clima. Colocamos em cima da mesa as metas mais ambiciosas. E propomos que as metas sejam de redução efetiva de emissões (ou seja, não incluindo os sumidouros ou mecanismos artificiais de captura de carbono). Esta é a exigência que obriga à mudança estrutural da economia.

E, se o capitalismo cria desigualdade social e crise climática, não basta tornar a economia mais resiliente, mas a servir os mesmos propósitos. É precisa uma resposta integrada: quando desatamos os nós dos problemas climáticos devemos também desatar os da desigualdade.

O desenvolvimento tecnológico permite hoje produzir muito mais por hora. E qual foi a sequência? A jornada laboral manteve-se inalterada, mas a acumulação de capital aumentou. Precisamos, pois, de uma resposta diferente. Responder ao clima é também garantir um modelo de consumo e produção mais sustentável e ligado às necessidades sociais, é reduzir o horário de trabalho, é garantir uma justa repartição da riqueza e é criar emprego para as imensas tarefas que são necessárias na transição ecológica e energética na supressão das desigualdades.

A economia de mercado criou o problema e não o vai resolver. É por isso que recusamos a financeirização da resposta climática. O Comércio Europeu de Licenças de Emissão trouxe bonança aos grandes poluidores, que podem comercializar os seus direitos de poluição e criou mercados especulativos. Cumpriu o seu objetivo: manter a organização da economia tal como a conhecemos. Mas esse não deve ser o objetivo da política climática.

O programa do atual governo declara como urgente “apostar na fiscalidade verde (com neutralidade em termos de receita, isto é, sem implicar um aumento global do esforço fiscal), que incida sobre a utilização dos recursos e liberte a carga fiscal sobre o trabalho (...)”. Se os impostos sobre os salários são elevados, trocar a progressividade por taxas de bom comportamento ambiental pode ser fiscalmente neutro, mas será tudo menos socialmente neutro. Afetará as camadas da população com menores rendimentos e não resolve o problema: é mesmo necessário mudar a forma como produzimos e criar alternativas. Recusamos, pois, este caminho de transformar a política ambiental em mero ato de despejar taxas em cima da população.



É ainda necessário reconhecer que um conjunto de países se “desenvolveu” à custa do paradigma de energias fósseis, que não será repetível. Há, portanto, uma desigualdade e uma dívida histórica. É por isso que cooperação internacional, a solidariedade na resposta a fenómenos climáticos extremos, o reconhecimento do estatuto de refugiado climático e a livre transferência de conhecimento e tecnologia entre países têm de fazer parte da resposta climática: porque é justo e porque é a melhor forma de coletivamente nos protegermos da crise climática.

A organização da economia para a acumulação de capital aprofundou a desigualdade social e criou uma imensa crise climática. As populações mais pobres, que contribuíram menos para as alterações climáticas, são precisamente as que mais sofrem os seus efeitos. É necessária uma reposta de justiça social e climática. E só existe uma transformação global, baseada na igualdade e no respeito pelo planeta com o socialismo.

CONSTRUIR TERRITÓRIO À ESQUERDA, RESGATAR A UE AO OPORTUNISMO “EUROPEISTA”

NUNO CASIMIRO

Se a acção do Bloco acompanha os desafios que enfrentamos enquanto sociedade, trazendo para o centro do debate temas cuja pertinência é indiscutível, as implicações territoriais que estes engendram parecem ser, com frequência, descuradas.

Face à constatação, urge repensar as nossas propostas sob um prisma territorial por forma a defendê-las e ampliá-las considerando duas dimensões:

- Integrar sistematicamente uma lógica territorial, adaptando as medidas propostas às competências de cada nível administrativo, e, inversamente, repensar a organização administrativa para melhor responder aos desafios territoriais na construção de uma sociedade mais coesa e democrática.
- Participar e influenciar os projectos, programas e dispositivos da UE que nos permitem mobilizar recursos e agilizar a transformação urgente dos mecanismos e atavismos que controlam a sociedade.

Destacaria, na dimensão territorial, três níveis que, em múltiplas circunstâncias, se interpenetram: local, ibérico e europeu.

Ao nível **local**, em particular por tudo o que se relaciona com as políticas urbanas, urge pensar a articulação entre espaços contíguos, nas figuras das áreas metropolitanas e das comunidades interurbanas. Até pelo peso crescente destas figuras (NUTs 3) na definição das políticas europeias e de acesso aos fundos que permitem testar políticas públicas ambiciosas, a articulação entre municípios vizinhos em matérias como os transportes públicos, a recolha e tratamento de resíduos ou a gestão de equipamentos desportivos tem de ser o marco conceptual da nossa intervenção. Mas esta visão supramunicipal estende-se e é subsidiária de aspectos mais “intangíveis” como a programação cultural, a assistência às pessoas em situação de vulnerabilidade, o desenvolvimento de circuitos curtos. E, se esta necessidade em espaços urbanos é particularmente óbvia na faixa urbanizada contínua no litoral que une Caminha a Lisboa, ela é premente nas áreas metropolitanas de Lisboa ou Porto, para as quais uma política metropolitana de esquerda, radicalmente ambiciosa deve ser pensada.

Nas zonas do interior, a míngua de visão integrada é reforçada pelo acesso dificultado aos serviços públicos, com impactos significativos na qualidade de vida, associados à mobilidade ou à gestão de infraestrutura (a recente pandemia deixou bem patentes as fragilíssimas costuras destes territórios, a usura do tecido de infraestruturas, em particular a digital).

Todas estas fragilidades das zonas do interior do país são ainda mais agravadas pelo efeito fronteira e apelam a uma articulação à escala da **Península Ibérica**.

Se a fronteira entre países é uma construção administrativa com consequências tangíveis na gestão do território e no quotidiano dos indivíduos, ela não fornece a mínima impermeabilidade aos riscos naturais, às doenças ou aos efeitos do aquecimento global. O território transfronteiriço, com as populações que aí residem e trabalham, tem de ser pensado e gerido de acordo com as unidades ecológicas que o conformam, o que exige a definição de instrumentos partilhados entre administrações de ambos os países (protocolos de intervenção, partilha de dados, integração de sistemas de comunicação, gestão conjunta de infraestruturas, harmonização de procedimentos legais, etc.). Obviamente, parte desta coordenação só é possível através de conciliação ao nível estatal (por exemplo, para a gestão das bacias hidrográficas ou da rede ferroviária de curta como de longa distância), mas tem de ser alimentada e conformada pela aproximação à escala local. Considerar a singularidade ibérica depende, a todos os efeitos, de uma concepção transnacional das estratégias e políticas de desenvolvimento. Nesse âmbito, a União



Europeia fornece instrumentos preciosos, de que se destacam figuras legais (como os Agrupamentos Europeus de Cooperação Territorial) e programas (sendo o mais óbvio o Programa Operativo de Cooperação Territorial Espanha-Portugal). Ora, umas e outros dependem da mobilização de estruturas infranacionais (dos municípios às CCDR) e a definição de estratégias que tenham em conta o potencial de alavancagem que estes mecanismos oferecem, o que implica também integrar a dimensão europeia nas propostas do Bloco para a acção local. Aliás, a escala **europeia** não se limita ao espaço transfronteiriço, ela cobre todos os âmbitos das políticas públicas locais e consagra um catálogo vasto de programas e instrumentos de financiamento da EU, mas também de organizações e redes de colaboração entre entidades através das quais é possível ampliar o alcance das alternativas que propomos. A bateria de instrumentos de cooperação criados pela UE pode assim ser o grande acelerador de muitas das transformações pelas quais nos batemos. Seria, do ponto de vista estratégico como político, irresponsável continuar a deixar o discurso e o aproveitamento de todo este potencial nas mãos dos “europeístas” do oportunismo.

ENCRUZILHADAS 1 NEM LOUCOS, NEM COBARDES

NUNO PINHEIRO

*Like Romans neither foolish in our stands
Nor cowardly in retire, believe me sirs
We shall be charg'd again.*

Shakespeare, Coriolanus, cena 6

*Como Romanos, nem loucos nas nossas posições
Nem covardes para retirar, acreditem, senhores
Seremos atacados novamente*

Um grande agradecimento aos camaradas da COC que permitiram que o entusiasmo de velho combatente e o excesso de palavras se dividisse em dois textos.

Ao fim de 22 anos o Bloco está na sua maturidade. Até ao ano passado tinha estabelecido um patamar eleitoral próximo dos 10%, tem uma implantação e dirigentes reconhecidos. Estes já não correspondem à geração inicial vinda da ditadura, do Prec e que esteve em inúmeras lutas do período democrático. O Bloco também tem sido a força política mais consequente e diversificada na sua intervenção. Até à geringonça em 2015 o Bloco era visto como a mais importante força contestatária. Em política não há inevitáveis, mas a geringonça aproximou-se muito disso, e era imperativo aproveitar a oportunidade de influenciar o governo no sentido da recuperação de rendimentos e serviços públicos. Porém, mais inevitável ainda, era o papel do PS de travão à mudança. A recuperação de rendimentos foi limitada (ver por exemplo a recusa da recuperação do tempo de serviço dos professores, o congelamento de salários na função pública), as leis laborais da Troika mantiveram-se, os investimentos públicos continuaram a níveis muito baixos.

O poder influenciar as decisões políticas a um nível superior à votação existente deu origem a alguns avanços importantes e a uma sensação interna de capacidade de influenciar o poder. Porém, essa capacidade também significou uma dependência bastante grande em relação ao grupo parlamentar. No exterior o Bloco passou a ser visto como partido do sistema, até mesmo do governo e responsável pela sua política. A situação mudou em 2019, quando António Costa matou a Geringonça para se desembaraçar de quem impedia políticas antipopulares, mas, a transição para uma oposição mais aberta, tem apresentado as suas dificuldades.

O maior sinal dessa mudança foi o voto contra o orçamento que decorreu da falta de vontade do PS na continuação das políticas da legislatura anterior. Porém, houve alguma dificuldade em afirmar e justificar essa posição, mesmo sendo esta completamente justificada e consensual internamente. Fomos defensivos, quando devíamos ser ofensivos em relação a uma posição absolutamente correta. Chegou a criar-se a ideia de que o Bloco não seria de confiança, quando como sempre, foi o PS a não ser de confiança. O voto justificava-se pelo próprio orçamento, por uma política de mentira do PS, por aquilo que foi prometido e ficou na gaveta, pelo congelamento de salários, por leis anti laborais inalteradas, pelo arrastar de pés no SNS e nos apoios sociais.

O voto contra o orçamento que devia ser um trunfo, tornou-se num handicap e foi assim que foi tratado nas presidenciais. Este foi o primeiro de muitos problemas da campanha, que foi defensiva, centrada em autojustificar



a sua existência face à candidatura de Ana Gomes e o voto contra o orçamento. Organizativamente também foi uma campanha completamente centralizada que não procurou contar com ativistas e organizações locais. Para quê fazer “comícios virtuais” em vários locais do país sem contar com, nem que fosse um pequeno número de camaradas locais, o que seria uma forma de participação local e ajudaria ao reconhecimento da candidatura. Era uma campanha difícil, a Mariza fez um esforço hercúleo, mas era possível fazer melhor. O resultado muito mau e isso não se deve só às dificuldades da campanha, mas também à forma como foi feita, sem abertura dentro do Bloco, muito menos para o exterior. Isso explica parte do mau resultado. Podemos comparar com a campanha do PCP que apesar da casete da constituição e do vazio de ideias, foi mais mobilizadora e conseguiu quase o pleno dos votos do PCP.

Um balanço público sério dessas eleições podia ser um instrumento minimizar o impacto do mau resultado, mas isso não aconteceu. No rescaldo, há sondagens sem grandes perdas e sobretudo entrada de novos aderentes, mas a verdade é que estamos na encruzilhada entre um caminho de fechamento e um caminho de abertura, só o último levará ao crescimento do Bloco.

Nesta situação complexa, partimos para os desafios futuros com uma estrutura que será a mais forte que alguma vez tivemos, mas também com resultados eleitorais dos mais baixos na vida do Bloco. Essa é o dilema. Acredito num partido de ativistas e não vejo muitos sinais de desmobilização nos ativistas do Bloco. Porém, é necessário que se aposte em mais abertura, mais mobilização, mais participação, também é assim que podemos garantir a permanência dos novos aderentes. Esta é a chave interna para que estejamos perante um percalço e não uma tendência.

ENCRUZILHADAS 2 A FELICIDADE DAS PEDRAS E O UIVAR DOS LOBOS

NUNO PINHEIRO

A existência de várias moções à convenção é um sinal de vitalidade, o Bloco deve discutir política e deve discutir-se, repensar-se, aceitar a diversidade, para uma maior unidade na ação. Temos um ótimo instrumento para nos dirigir ao exterior no Esquerda. Net, temos também uma presença consistente nas redes sociais, mas precisamos de instrumentos para o debate interno. É preciso continuar a dar espaço às diferenças e impedir que se sectarizem. O “Debates” que se publica antes das convenções poderia ter uma maior periodicidade, mas pode haver outras soluções.

A pandemia quase impôs uma pausa política. A mobilização é difícil, mas as lutas não acabaram, até há novas relacionadas com a crise que se iniciou e que não vai parar quando a população estiver vacinada. O desemprego cresce e vai crescer, quase todos os sectores são afetados, mas alguns de forma muito forte, como todos os ligados ao turismo e indústrias culturais, mas todo o “comércio e indústria não essencial” também passam por uma enorme crise. Alguns destes sectores muito atomizados e é mais difícil organizar lutas. Muitas vezes será preciso inventar novas formas de luta, ninguém o pode fazer além do Bloco.

Falências, desemprego, famílias que não conseguem pagar as casas, serão os sinais de uma crise que pode ter o efeito de uma pequena guerra. O capitalismo irá tentar recompor-se, e a nossa luta é sobre essa recomposição. Podemos contar com tentativas de maior concentração de capital, com o aproveitar o teletrabalho e o desemprego para impor mais desregulação. Também sabemos que não podemos contar com a social-democracia nacional e internacional como força de oposição a essas tendências. São novos desafios aos quais teremos que responder.

Serão inevitáveis as tentativas de maior controle da população indo da utilização de redes e aplicações informáticas (como o stay-away covid) como controle ou influenciador às proibições puras e simples. Muitas proibições cujo acolhimento parecia impossível foi aceite e, sem dúvida, isso será usado quando necessário. Aqui a social-democracia não só não será uma força de oposição como serão os primeiros a aplicá-las.

Não menos importante, é o facto de, pela primeira vez depois do 25 de abril, a extrema-direita ganhar apoio de massas. Isso corresponde a uma recomposição de uma direita em profunda crise, ao renovar de velhos traumas como os dos retornados, mas também ao descrédito do sistema democrático que além dos escândalos de corrupção, não foi capaz de melhorar as condições de vida nos últimos 20 anos.

Vamos estar sozinhos nesta luta, sabemos que o PS vai tomar o partido do patronato, do estado policial, de uma austeridade disfarçada. Isso é duro, mas é uma oportunidade, se a soubermos aproveitar. Precisamos de não perder de vista nem a árvore, nem a floresta, de intervir nas lutas diárias e imediatas, fazer o dia a dia. Porém, e é um risco, temos que ter em conta a “luta final” e que o nosso objetivo ultrapassa gerir o capitalismo.

É uma luta económica e social, mas também cultural e estática queremos uma vida digna para toda a humanidade (por isso somos internacionalistas e não nacionalistas), uma vida em que todos tenham direito a ler Shakespeare ou a ouvir opera, mas também uma vida em que novos Shakespeare não sejam limitados pela miséria material ou cultural.

Essa luta também se faz dentro do Bloco. Somos diferentes dos partidos de barões e caciques em que vaidades e interesses pessoais se digladiam. Somos diferentes de partidos centralizados obedientes à voz do chefe. Os ativistas mais antigos têm uma enorme variedade de experiências, muitas vindas do tempo da ditadura e que passaram pelas lutas de 74/75 e posteriores. Outras gerações passaram pelas propinas ou pelos precários inflexíveis e temos agora (e esperamos ter mais) uma geração que vem das greves climáticas e da luta antirracista e antifascista. A capacidade política, a formação e o debate interno conduzem à maior autonomia de cada ativista,



isso deve ser a diferença do Bloco. Porém não acontece por si, grandes iniciativas nacionais, como a que tem sido feita anualmente no fim do Verão, são importantes, mas é preciso atuar também em mais pequena escala, a nível distrital concelhio e sectorial. É preciso fomentar o debate permanente.

O Bloco é a grande ferramenta da mudança na sociedade portuguesa, aos ativistas do bloco não pertence a felicidade das pedras (como dizia Camus), mas sim o ser atores permanentes da vida interna do Bloco e da sua relação com a sociedade. Uivar como os lobos, diria Eça.

TEXTO CONTRIBUTO ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS

PAULO PICA

Aproxima-se mais uma eleição autárquica em Portugal. Desde a revolução dos cravos que o poder autárquico tem evoluído democraticamente a par do poder central com as suas vicissitudes. As autarquias são ou deveriam ser o primeiro contacto do povo com o poder político e vice-versa, uma simbiose no âmbito da vida local.

O partido-movimento bloco de esquerda tem que quebrar correntes.

O partido-movimento bloco de esquerda tem que assumir um papel de inovação e rigor na participação política autárquica, formar quadros e mostrar abertura na participação de independentes. Os cargos de poder, deveriam ser atribuídos por competência, neste processo revolucionário e não apenas “pessoas de confiança política”. Para se ganhar a confiança do povo tem que se mostrar trabalho e a melhor forma de o fazer é romper com a política corrupta, compadrio, favorecimento de pessoas e instituições, denunciando as ilegalidades que se praticam em todas as autarquias, mas não cair nos mesmos erros. Sermos exigentes connosco, criar um código de conduta pessoal de transparência sócio-económica do autarca e regras democráticas de rotatividade de cargos por exemplo.

Temos cada vez mais e melhores quadros superiores femininos, há que incentivar e apoiar a mulher, poder ter uma carreira profissional, ser mãe e ter condições de poder participar ativamente na política local. A mulher-autarca tem que ter um estatuto próprio, a bem da comunidade.

Aos jovens pertence-lhes o futuro de Portugal, as autarquias deveriam ter as portas abertas, como se de uma segunda casa se tratasse, ser um núcleo de reação contra o desemprego e o trabalho precário, um interface com as escolas, centros de formação e as empresas locais.

Os mais velhos podem e devem participar, trocar experiências e ideias. Serem ouvidos, sem formalismos ou obrigações na discussão de problemas concretos. Inclusão social na participação autárquica não será fácil de realizar mas necessária, tem que se apoiar as minorias desfavorecidas com os próprios a fazerem parte do processo.

A assimetria regional é acentuada, a desertificação populacional do interior é um problema sistêmico a nível do poder central, mas uma autarquia bem estruturada e que saiba promover as suas mais valias, recursos naturais, históricos, patrimoniais e culturais podem fazer a diferença e chamar a si novas oportunidades, esta exposição é hoje global.

A corrupção, a xenofobia, o populismo de extrema direita, a pobreza, a exclusão social, têm de ser combatidos na nossa rua, no nosso bairro, na nossa freguesia, onde estes conceitos têm rosto, são pessoas que vivem na nossa terra.

Foi para isto que aderi ao partido-movimento bloco de esquerda, por estar farto de inércia cívica.



SAÚDE MENTAL – O PARENTE POBRE DO SNS

PAULO PINA DA SILVA

A saúde mental só é tratada no SNS em casos muito graves em que há lugar a internamento e ambulatório subsequente. Mesmo nestes casos o acompanhamento é demasiado burocrático e pouco eficaz.

Atualmente a saúde mental não é promovida como são a cura ou tratamento de outras doenças, como o cancro ou os diabetes. Há um enorme descuido por parte do Estado em aceitar que estes doentes, que durante a pandemia se multiplicaram, são doentes que precisam de cuidados médicos.

Os próprios doentes vivem com “vergonha” de mostrar sinais das suas patologias ou pedir ajuda. Quando pedem são muitas vezes excluídos pelo sistema, sendo a própria Segurança Social a primeira instituição a não dar apoio.

Algumas medidas podiam ser propostas:

1. Inclusão do acompanhamento por psicólogos quando há sintomas de doença mental evitando internamentos;
2. Aumentar o número de médicos psiquiatras;
3. Dar apoio à reinserção. O apoio existente é insuficiente: casas de acolhimento, inscrição no centro de emprego e apoio à vida ativa são quase inexistentes.
4. Uma campanha esclarecedora e informativa a promover a saúde mental a nível nacional.

A saúde mental dos Portugueses é essencial para a sua vida, para tomar decisões e para os cidadãos cumprirem efetivamente os seus deveres, nomeadamente para a boa prossecução dos seu dia-a-dia, incluindo a sua vida laboral. Sem saúde mental individual não se pode desenvolver um coletivo funcional. Fica aqui o apelo para que o BE se manifeste nesta luta!

NÃO NOS OBRIGUEM A IR EMBORA

RODRIGO SOUSA, ANA PARDAL, MARTA TEIXEIRA, GONÇALO CARVALHO, INÉS CHAVES, CAROLINA LEITE, BEATRIZ FARIAS, RAFAEL MOURÃO, SOFIA TEIXEIRA GUEDES, INES SENA

Nos últimos anos existem 2 temas que de tempos a tempos conseguem proliferar na opinião pública, temas esses que são a adesão de jovens à política e, a questão das assimetrias regionais num Portugal ainda tão desigual. Para além de terem essa característica em comum, a de tempos em tempos voltarem ao debate público, existe também outra característica que os une, que é: a pouca vontade política que o centrão tem de os discutir com seriedade.

É mais que óbvio que os jovens estão cada vez mais politizados e podemos ver isso em diferentes esferas, desde o ativismo político que cada vez mais é predominante jovem (exemplo disso são as Greves Climáticas que trouxeram tantos jovens às ruas) até no próprio Bloco em si, onde cada vez vemos mais jovens a aderir ao nosso Movimento. No entanto, muitos dos partidos políticos tradicionais continuam a ignorar essa crescente força ativista e as formas menos “tradicionais” de se fazer política promovendo uma grande resistência de se falar desses tópicos dentro dos estabelecimentos de ensino, estabelecimentos esses que moldam a nossa socialização.

Já na questão do combate às assimetrias regionais, a falta de vontade política desse centrão também é óbvia. Muito se fala de como podemos promover uma maior coesão territorial e como podemos apoiar os diversos “Portugais” dentro de Portugal quando as respostas a esses problemas são óbvias e o Bloco tem vindo, desde sempre, a reivindicar essas soluções: uma maior aposta nos serviços públicos, serviços esses que tragam de volta ao Interior um serviço postal satisfatório, uma ferrovia que seja realmente feita a pensar nas pessoas junto de uma rede de transportes públicos que responda às necessidades dessas pessoas e ainda uma forte aposta no investimento em centros de saúde, tribunais, museus, escolas e instituições de ensino superior que liguem as pessoas a estes territórios.

No entanto, uma análise pertinente e que geralmente não é feita é a interseccionalidade desses 2 problemas, ou seja, o que é que os jovens do Interior acham do futuro da sua região e os impactos que isso tem nas suas perspetivas de vida.

Durante as diversas sessões que o grupo de Jovens do Bloco do Interior realizou sobre experiências ativistas nesta região tão particular, houve algo que se destacou: dezenas desses jovens tinham entre si um ponto de ligação bastante específico.

Muitas e muitos deles gostam do seu território, no entanto, a sua perspetiva de futuro não passa por esse território. Existe uma conjuntura de fatores que os impede de permanecer, conjuntura essa constituída não só pelas condições materiais já referidas mas também por questões sociais como o conservadorismo instalado nestas regiões, projeto social esse com o qual os jovens não se revêem.

Os efeitos dessa conjuntura são bastante óbvias: não só criam uma desigualdade tremenda de oportunidades entre jovens do interior vs jovens do litoral, desigualdade essa que oprime diariamente tantas e tantos jovens como também o conservadorismo oprime ainda mais muitas e muitos desses jovens que quebram normas sociais irrealistas impostas por uma sociedade conservadora. Todos esses sentimentos causados por essa opressão, opressão essa relacionada com o centralismo institucional do nosso país, acaba por fazer as e os jovens fugirem para as Áreas Metropolitanas localizadas no litoral, criando assim muitas vezes uma aversão ao território que os viu crescer, aversão essa reproduzida pelos próprios oprimidos, que é uma reflexão do paradigma sufocante do Interior para tanta gente.

Como é que podemos, então, responder a estes anseios?

Responde-se a esses anseios alterando-se as condições materiais dessas populações. No entanto, enquanto ade-



rentes deste Movimento, sabemos melhor que ninguém que não existe mudança nas condições materiais sem uma transformação social, transformação essa feita pela proximidade e no ativismo de rua que crie uma reflexão sobre o estado atual das coisas e que mostre às pessoas que existe sim uma alternativa que responda aos problemas que elas sentem. Como podemos, no entanto, nos aproximarmos dessas pessoas que estão tão afastadas da política devido à mercantilização dos serviços, do trabalho, da vida e, pela crescente alienação promovida por um sistema económico apático, acrítico, e desigual? Na nossa perspectiva, a forma de chegar a essas pessoas é fazer a cultura, a informação e a política chegar ao interior, democratizando e universalizando esse acesso, ainda tão desigual. Através daí, podemos aproximar as comunidades à política que realmente as representa, e sem isso não conseguiremos a descentralização que tanto desejamos. É preciso fazer com que todas as pessoas compreendam as nossas bandeiras, lutas e movimentos. Se isso é difícil? É. No entanto, não podemos deixar que esta população já tão isolada desacredite ainda mais na política, e conseqüentemente, no nosso projeto político. Façamos então essa luta.

ELEIÇÕES LEGISLATIVAS REGIONAIS E NACIONAIS NA MADEIRA: UMA (OUTRA) PERSPETIVA!

RODRIGO TRANCOSO

No decurso do presente mandato desta Direção Nacional, ocorreram em setembro e outubro de 2019 as eleições legislativas regionais na Madeira e as eleições legislativas nacionais.

Pretendo com este texto apresentar uma (outra) perspetiva de análise dos resultados obtidos pelo BE-Madeira nestas duas eleições, em contraposição à que foi publicamente exposta pelo atual coordenador regional através de declarações suas prestadas ao Diário de Notícias da Madeira no dia 23 de outubro de 2019 e à apresentada pela moção C. Nessas declarações foram alvo de destaque três notas: “Paulino atira contra facção interna”; “Paulino dispara contra divisionistas” e “Não há um erro estratégico (do BE-M) que possa ser apontado como o erro fatal”, bem como, para a moção C, o voto útil e a campanha contra o bloco promovida por alguns aderentes justificam a derrota.

Resumidamente, na opinião do atual coordenador regional e dos subscritores da moção C a culpa da hecatombe eleitoral não é da direção regional, não é de quem elaborou a lista, não é de quem fez parte da lista, não é de quem delineou e implementou a estratégia de ação desde março de 2018 até setembro de 2019. A culpa é sim dos divisionistas.

Passando agora à minha análise, começo então pela alusão à facção interna. Se hoje em dia, no seio do BE-Madeira existem divisionistas, tal deve-se exclusivamente ao atual coordenador regional que no processo de preparação da Convenção Regional de março de 2018, recusou uma lista conjunta, na qual manteria o lugar cimeiro, mas onde estariam incluídos todos os aderentes que desejassem ser candidatos à direção. Paulino Ascensão (PA) não aceitou esta proposta, o que fez com que Roberto Almada (RA) concorresse numa outra lista por si encabeçada. A divisão tem assim origem nesta recusa de PA, a qual foi intensificada durante o processo eleitoral com calúnias e difamações sobre a honorabilidade e honestidade de RA e de outros seus apoiantes. PA optou por uma renovação que excluiu à partida aderentes que não pensassem da mesma forma que ele próprio. Ou seja, a diversidade de opiniões e pluralidade de ideias era e foi motivo para colocar de parte aderentes.

Reportando-me agora à ausência de qualquer erro estratégico, discordo totalmente desta visão. Desde logo, o facto de PA ter sido cabeça de lista para a ALRAM, foi um autêntico “tiro na cabeça”. Se o mesmo PA, pelas razões que todos conhecemos, foi obrigado pela Direção Nacional do BE a renunciar ao mandato de deputado na AR, jamais poderia ter sido candidato (quanto mais cabeça de lista) a deputado na ALRAM. O exercício do cargo de deputado, implica condições e requisitos que são transversais aos diversos parlamentos. Se não servia na AR, também não podia servir para a ALRAM. Os eleitores madeirenses simplesmente não aceitaram que a ALRAM se tornasse o “caixote do lixo” da AR. Acresce ainda o facto de a Direção Regional não ter querido incluir na lista o líder parlamentar RA, que fez objetivamente um excelente trabalho na anterior legislatura.

Quanto ao resultado do BE no círculo eleitoral da Madeira para a AR, dois grandes erros ocorreram: durante o exercício do mandato pelo deputado Ernesto Ferraz (EF) que substituiu PA, este pecou por não divulgar e não ter prestado contas do que foi o seu trabalho na AR. Poucas foram as iniciativas públicas para a Comunicação Social realizadas na Madeira, onde poderia ter abordado muitas temáticas, na linha do que foi feito pelos restantes cinco deputados do PSD e PS eleitos pelo círculo eleitoral da Madeira. A acrescer a esta imperdoável omissão, uma atitude incompreensível que EF teve durante a campanha eleitoral: no debate promovido pela RTP-Madeira, quando questionado pelo moderador do mesmo sobre quais eram as propostas relativas à Madeira contidas no programa eleitoral nacional do BE, respondeu dizendo que esse programa valia pelo seu todo e que era redutor estar a limitá-



-lo aos aspetos meramente regionais. A ideia que passou foi a de que esse programa era omissivo relativamente às questões madeirenses. No dia seguinte o Diário de Notícias da Madeira traz uma reportagem escrita, onde esmiuçou o teor dos programas nacionais dos diferentes partidos e salientou que o do BE era o mais propositivo no que à Madeira dizia respeito e listou um conjunto significativo de propostas sobre questões madeirenses. Ora, ficou claro que EF não quis, ou não foi capaz, de destacar a componente regional no programa nacional, ao contrário do que fizeram os candidatos do PSD e PS. Um erro, assim, tremendamente grave e básico, com repercussões óbvias e imediatas na votação subsequente.

Fica assim bem evidente, que o desastre eleitoral do BE-Madeira teve culpados bem identificados e que esses não foram seguramente os divisionistas a quem depois de os colocarem de parte e ostracizarem, quiseram imputar culpas por algo ao qual foram objetiva e manifestamente alheios!

UNIÃO PELA REGIONALIZAÇÃO

ROGÉRIO MARTINS, CÂNDIDO SILVA, DIEGO GARCIA, JÓNI LEDO, CRISTINA BORGES GUEDES, CARLOS MOTACO, SÓNIA REIS, CAROLINA LEITE, CATARINA PENICHE, RAQUEL TEIXEIRA, CAROLINA GOMES, MARCO MENDONÇA, RUI LEDO

Pretendemos expor a urgente necessidade da Regionalização, conforme a compreendemos, acreditando que seja premente, antes de qualquer discussão de modelos e mapas, conseguir transparecer para a opinião pública a urgência da divisão administrativa, para uma unidade «plurigovernativa» descentralizada. É fundamental contrariar o debate obtuso e dúbio, descendente do referendo de 1998, impondo-se, desde logo, ao BE a carência de um discurso que, não sendo maçador e demasiado técnico, permita esclarecer junto da população, pelo menos, o que está em debate e o porquê de o Movimento o encarar com tal importância, desmistificando o argumentário antirregionalista.

Ainda que sendo assunto na agenda do BE, o tabu relativo a este tema relega-o para uma discussão envergonhada. Como questão estruturante para a coesão territorial no continente, promotora de desenvolvimento recto e igualitário do país e da população, e como garante de maior justiça social, esta deveria ser uma bandeira fulcral, na agenda do Movimento. A actual situação sanitária e, conseqüente, crise económica, realçou a necessidade objectiva de, uma maior e mais presente, intervenção das autoridades locais; veio pôr em evidência, a obrigação e valor prático da articulação enraizada de poderes locais, complementados por uma distribuição equitativa e organizada dos meios logísticos. Tanto nos recursos financeiros como humanos.

Será desnecessário enunciar as assimetrias territoriais do continente, e expô-las como inconstitucionais, uma vez que a Regionalização está consagrada na Constituição da República Portuguesa. Estas assimetrias, revelam-se – numa análise, deveras, enviesada – como um propalar da eterna luta de classes, onde os territórios do Interior se vêem condenados a ser explorados, desmesuradamente, em servilismo pelos interesses centralistas. Sem respeito para com as populações, a sua cultura e património, os equipamentos sociais, o desenvolvimento económico-social, ou o ordenamento do território, entre tantas injustiças sofridas pelos habitantes das regiões desertificadas e desindustrializadas.

Mesmo a conjuntura presente de ascensão de forças e ideais antidemocráticos, evidências de desigualdades sociais e territoriais, impele à desmistificação e erradicação dos fantasmas da Regionalização, espalhados pela direita com a ajuda do PS, com vista a uma mais forte coesão territorial e justiça social que impeçam, na fonte, a possibilidade de crescimento e propagação descontrolada de mentiras por parte de tão infelizes e demagogas ideologias, que alimentando-se do desespero dos mais oprimidos, os instigam contra a sua própria conveniência. Como móbil de justiça social, a Regionalização tem de ser do BE e uma vitória do Movimento junto da população e para esta. Assim, a Regionalização impõe-se, não só, como um modelo governativo mais democrático, aproximando as populações do centro de decisão, como dá um passo importantíssimo no trilho do socialismo e de um país mais justo para todos.

O apoio à Regionalização de agentes autárquicos não afectos ao BE, e o número reduzido de autarquias que responderam positivamente ao apelo de delegação de poderes, sob falso pretexto de descentralização, uma vez mais conivência do PS com a direita, impera que seja o Movimento a hastear esta luta como bandeira sua, aproximando-se das populações na luta pela plenitude democrática. A delegação de uma secretaria ministerial na cidade de Bragança, não teve, até ver e independentemente das circunstâncias excepcionais, um reflexo visível e positivo no combate das assimetrias entre o Litoral industrializado e usurpador financeiro, do Interior empobrecido e desertificado, porém pleno de riqueza.

Desde a vitória do Não, a 8 de Novembro de 1998, que as dicotomias locais, regionais e nacionais, no território continental, têm aumentado. O encerramento e deslocalização de serviços acentuou o, já promovido, asfixiamento do Interior, tendo-se agravado com a destruição e agremiação de serviços, a par de privatizações, e extinção de freguesias, numa cegueira e desprezo centralistas, durante o governo, PSD-CDS, de Pedro Passos Coelho e Paulo



Portas. Localidades, outrora, prósperas e orgulhosas, encontram-se hoje numa espiral recessiva de perda de equipamentos e pessoas, condenadas a alimentar os interesses centralistas.

No seio do movimento, o debate tem sido feito e as linhas gerais traçadas e delimitadas. São, portanto, evidentes as armas existentes, para combater pela Regionalização e para, empunhando-as, fazer a sua luta toda.

E SE A ESQUERDA NÃO TIVESSE MEDO DE SER ANTI-SISTEMA?

SAMUEL CARDOSO

Cada pessoa que faz parte deste Bloco tem uma história singular que a trouxe aqui. Existem, contudo, muitas razões comuns que nos fizeram e fazem envolver-nos politicamente, remando contra a maré da indiferença, da atomização, da desistência. E essas razões comuns prendem-se genericamente, creio, com a ideia de que é preciso construir uma sociedade em que se pode viver de outro modo, em que as necessidades de todas são supridas, em que a competição dá lugar à cooperação, em que a replicação cega de uma forma de vida que é a “suposta” é substituída por uma efetiva construção da individualidade em que os nossos sonhos podem ser perseguidos.

Sem um sonho, a política será sempre o mecanicismo da técnica, a prossecução de objetivos que já não sabemos com que intuito foram estabelecidos inicialmente. Sem um plano, sem reflexão estratégica, a política será sempre pouco mais do que um espetáculo que nunca poderá aspirar a uma efetiva reinvenção profunda do mundo em que vivemos.

E é aqui que vale a pena refletirmos, com frontalidade e camaradagem, sobre as grandes escolhas que se nos apresentam. Uma Convenção é uma oportunidade para repensar de novo, para planear de novo, para começar de novo.

Achamos que medidas gradualistas nos permitirão chegar a uma sociedade em que valha a pena viver, ou achamos que o domínio do capital é tão profundo que é preciso uma rutura com todas as formas de organizar sociedade que o capital impõe? Achamos que é preciso privilegiar o trabalho parlamentar, recusá-lo ou combiná-lo com a construção de um movimento insubmisso? Encaramos as pequenas conquistas como um fim em si mesmo ou enquadramo-as num programa de luta mais vasto, que estas alimentam e impulsionam?

Quando entrei no Bloco era sobretudo social-democrata, considerando que a construção de uma maioria social transformadora teria sempre de passar pela reforma do próprio sistema que vemos como problemático. O contacto com perspectivas diferentes, a evolução da minha própria experiência de vida e das experiências de outros que me chegam quotidianamente, começou a pôr em causa esta possibilidade: hoje, acredito que são necessários momentos de interrupção da história, revoluções, para construirmos um mundo novo.

Não é dramático ser social-democrata: respeito muito quem é e a pessoa que eu próprio era há uns anos atrás. Acho que, numa infinidade de coisas, acabaremos por estar do mesmo lado da barricada, e a diversidade pode ser uma força e não uma debilidade. No entanto, ser socialdemocrata tornou-se o posicionamento “por omissão” do e no Bloco – com ou mais radicalidade discursiva, a tendência é para a atuação do Bloco ver no sistema a possibilidade de uma sociedade mais justa, sem contruir um plano para a superar. Só que esta realidade não corresponde a uma qualquer teorização de como alcançar os próprios objetivos que permita ser avaliada, nomeadamente face às alternativas de um socialismo revolucionário que pretende construir movimento para derrubar o capitalismo e o substituir por uma sociedade de iguais.

A hipótese que avanço, correndo o risco de soar historicamente determinista, é que a possibilidade de a social-democracia levar a uma sociedade sem amos foi muito enfraquecida no século XX, e que a ampliação dos conflitos políticos e sociais e a degradação dos ecossistemas travam totalmente a sua potência neste século XXI. Se os socialismos realmente existentes se demonstraram igualmente incapazes de construir uma sociedade de iguais, subsumindo-se a máquinas burocratas alheias a uma ideia de democracia popular, a hipótese do socialismo para o século XXI parece-me, contudo, manter-se em cima da mesa como possível e desejável. Porque na verdade o socialismo realmente existente apenas procurou reapropriar aquilo que é produzido; e é preciso transformar desde logo toda a dinâmica de produção, acabando com o trabalho como o conhecemos e criando uma comunidade em que produção e reprodução, conceção e execução são categorias que se fundem entre si e desaparecem, dando lugar a uma vida efetivamente partilhada.



Se esta hipótese tiver alguma validade, então vale a pena repensar a trajetória que o Bloco quer traçar daqui para a frente, discutindo seriamente, não só em dias de festa, que formas poderá tomar o projeto eco-socialista.

Estou consciente que quando as e os camaradas lerem este texto, aqueles que o fizerem, já terão na sua esmagadora maioria decidido que moção ou plataforma apoiam, e não é para os “convencer” a mudar que ele é escrito. É para provocar inquietações, saudáveis, sobre os rumos que queremos que o nosso partido-movimento tome.

Perante o esgotamento do mundo em que vivemos, juntar forças em torno de uma alternativa que o supere não foi, em muitas décadas, tão urgente e possível. Se for para aí que envidarmos os nossos esforços, é um pouco mais provável que a sociedade de iguais não seja só uma expressão bonita mas que possa fazer história e abrir caminhos.

POR UM INTERIOR ATIVO!

TIAGO RESENDE, CAROLINA GOMES, DANIEL MORAIS, RODRIGO SOUSA, PEDRO GUEDES DE OLIVEIRA, CARLOS COUTO, CÂNDIDO SILVA, DAVID SANTOS, EDUARDO MARQUES, JÓNI LEDO, ROGÉRIO MARTINS, CÉLIA RODRIGUES, CATARINA PENICHE, FÁTIMA TELES, CRISTINA BORGES GUEDES, MARCO MENDONÇA

Frank Barat perguntava numa entrevista a Angela Davis se a luta não tinha fim. A ativista e ícone da luta pelos direitos humanos respondeu que “à medida que amadurecem, as nossas lutas geram novas ideias, novas questões e novos terrenos nos quais nos empenhamos na demanda pela liberdade. Tal como Nelson Mandela, devemos estar dispostos a abraçar o longo caminho para a liberdade.”

Apesar das várias conquistas de direitos humanos alcançadas com o 25 de abril, sendo que muitas só se realizaram no início do século XXI com a evolução dos movimentos sociais em Portugal, ainda há um longo caminho para a liberdade de todas as pessoas.

Os movimentos sociais proliferam nos anos 1960 nos EUA, mas em Portugal só começaram a ganhar corpo e voz ativa na década de 1990. As grandes cidades do litoral (Porto e Lisboa) reúnem uma série de condições que lhes permite a criação destes movimentos, afirmando-se perante o resto do país como exemplos de espírito de luta, de participação e de cidadania. Houve sempre, e continua haver, uma tentação para que as grandes mobilizações sociais, manifestações e protestos devam acontecer em Lisboa. A ideia de que tudo acontece em Lisboa e que o resto do país se deve mobilizar para a capital é recorrente.

Focando na luta pelos direitos LGBTI+, a primeira marcha surge em 2000 em Lisboa e a segunda em 2006 no Porto. Seguiram-se Coimbra (em 2010) e Braga (em 2013). E no Interior? Levou alguns anos até que se fizessem marchas em cidades mais pequenas como Vila Real, Bragança ou Viseu.

Não que no Interior não existisse ativismo, movimentos, coletivos, que estivessem já no terreno a lutar e a reivindicar direitos humanos. O que se passa é que o Interior, devido a ‘ene’ fatores de desvalorização, abandono e desinvestimento durante décadas, leva um atraso de quase 10 anos, ou até mais, se tivermos em conta que a Marcha do Orgulho LGBTI+ de Lisboa foi em 2000 e a primeira marcha numa cidade do Interior foi em 2017, em Vila Real, organizada pela Catarse - Movimento Social.

A segunda cidade no Interior a ter uma marcha foi Bragança, em maio de 2018, organizada pelo Movimento LGBTIQ de Bragança. No mesmo ano, em outubro, Viseu foi a terceira cidade a receber uma marcha LGBTI+, organizada pela Plataforma Já Marchavas. Em 2020 contavam-se 17 cidades em Portugal com marchas pelos direitos LGBTI+.

Sendo “tradicionalmente” o Interior visto como conservador, fechado e isolado, é de realçar a importância de haver já três cidades onde ocorreram marchas. A população do Interior é tendencialmente mais envelhecida, mais conservadora e tem acesso dificultado à cultura e a um tipo de vida mais aberto e dinâmico como nas grandes cidades. A mudança de mentalidades dá-se de forma lenta, a passo de formiga, e no Interior esses passos são ainda mais lentos e escassos. É preciso continuar a construir o movimento social, explicar a importância das marchas, que são o caminho para a mudança da sociedade. Daí que o papel do Bloco de Esquerda seja o de formar, dar espaço, de criar debate e criar condições para que estes movimentos sociais surjam e se expandam.

O Bloco tem apoiado, desde sempre, as marchas LGBTI+ e, sobretudo nos últimos três anos, a Greve Feminista, a Greve Climática e as manifestações antirracistas. Ou seja, tem dado palco à participação cívica na arena dos direitos humanos, de um ativismo que promove os direitos sociais e de uma luta interseccional. Passar esta mensagem (da interseccionalidade da luta) é fundamental para a construção de uma sociedade consciente, reivindicativa e libertadora.

Se o Estado não faz o seu papel na educação, nas escolas, para que estas sejam um espaço político e social, que contribuam para práticas igualitárias e de espírito crítico, o Bloco deve fazê-lo e tem tido esse papel.



Andamos a falar das mesmas coisas há décadas. A luta Feminista, LGBTI+, Ecologista, Antirracista, Antifascista e Anticapitalista não foi inventada agora. Andamos a lutar há décadas pelo mesmo e continuaremos a fazê-lo. O que mudou ao longo dos tempos foram as prioridades de cada luta e criaram-se novas formas de comunicar e de ocupar o espaço público.

Estas lutas não têm, nem devem ter, um cunho partidário. Mas uma coisa é certa, o Bloco de Esquerda tem sido um instrumento fundamental, desde a sua fundação, para dinamizar e ajudar a construir estes movimentos sociais. As estruturas locais do Bloco são essenciais para dar força a esses movimentos, sobretudo no Interior.

Um Interior ativo é um Interior crítico, aberto e mobilizador de cidadãs e de cidadãos que não se conformam com o conservadorismo e com o medo. É um Interior com futuro, capaz de lutar e de se desenvolver pela sua população.

CONSTRUIR O DIREITO A TER UMA CASA

VASCO BARATA, ISABEL PIRES, LAURA DIOGO, MARIA ESCAJA, MARIA MANUEL ROLA, RICARDO MOREIRA

O Estado Social, que Abril construiu, não olhou para o direito a ter uma casa. A opção de entregar ao mercado a regulação deste direito fundamental, de incentivar a compra de casa própria facilitando o acesso ao crédito à habitação e a falta de investimento num parque habitacional público, criaram os fundamentos do que se tornou um verdadeiro pesadelo. Quando a direita, com o braço armado da troika, liberalizou os despejos e os aumentos de renda, diminuiu o prazo dos contratos de arrendamento e criou os mecanismos legais para que a especulação imobiliária fosse a regra, Portugal estava desprotegido e descobriu um problema que já existia, mas que nunca tinha sido tão evidente: o acesso a uma casa é dos fatores de maior desigualdade social e não há políticas públicas relevantes que façam frente a este problema.

Este é um problema que ganha força este ano. Os Municípios são decisivos nas políticas públicas de habitação e, por todo o país, muito do nosso futuro coletivo passará pela resposta aos problemas habitacionais. O debate deste pilar que falta construir faz-se combatendo a direita que despejou as pessoas mais idosas – numa lei que o Tribunal Constitucional, tardiamente, julgou inconstitucional – mas também apontando a incapacidade do Partido Socialista em olhar para este problema com a dignidade que ele merece. O caso de Lisboa demonstra bem as contradições do Partido Socialista: apesar de algumas cedências à esquerda, nunca estiveram dispostos a mudar o jogo, a olhar para a habitação como um direito e não como um negócio. É por isso que insistiram em parcerias público-privadas como programa de habitação, que não conseguem divorciar-se dos Vistos Gold e que, entre outras coisas, insistem em programas que perpetuam a lógica liberal que se instalou nas políticas públicas de habitação, quando deviam, isso sim, colocar aquela lógica na gaveta.

O direito a ter uma casa digna e a preços decentes passará por políticas públicas que, efetivamente, mudem o paradigma. Muito do que se terá de fazer, como por exemplo exigir que todas as (re)construções tenham uma percentagem para habitação acessível ou o reforço do parque público, será um programa de longo prazo mas que já devia ter começado há 40 anos. Há, no entanto, medidas urgentes que podem ter um efeito imediato. É urgente tirar a Lei de Bases da Habitação do papel e garantir que, de facto, não há despejos sem alternativa habitacional, assim como temos de ter uma estratégia imediata para que os alojamentos locais – que a pandemia colocou temporariamente em causa – possam regressar ao arrendamento. Por fim, e talvez mais importante, sim, temos de implementar um sobre controlo do valor das rendas. Este é um caminho inevitável, não sendo admissível que a habitação seja a concretização do sonho liberal.

O caminho é exigente e sabemos que, ao contrário de outros campos, a falta de uma casa é muitas vezes vista como um problema individual. Não é. Este é um problema coletivo, da incapacidade do Estado em ter tido programas e políticas que respondam às pessoas e que, pela sua gravidade e carácter estrutural, exige uma centralidade na ação e no discurso. Ninguém tem a vida cheia sem uma casa digna.



colorir os termos, mais ou menos nos tons dos partidos nacionais. Porém, tal não é possível no grafismo determinado para os Cadernos preparatórios na nossa Convenção, que são apenas a preto e branco. (Felizmente, não é o que acontece com as ideias no seio do Bloco).

Assim, terão os leitores que colorir a mente e imaginar as palavras “esquerda radical”, “centro” “centro-direita”, “extrema-direita”, etc., multi coloridas nas cores em que habitualmente são pintadas. O vermelho, o rosa, o laranja e o azul e o negro...

Agora, no Portugal da covid, confinado e alquebrado, mas cheio de reconfigurações partidárias à direita, com a “direita civilizada” a aconchegar-se toda à “direita radicalizada”, com o PS a “expandir-se” pelo centro, de tal modo que o acha todo seu, a coloração estará já um pouco diferente:

Os mesmos tons na esquerda radical e na direita e extrema-direita, embora estas os tenham escurecido ainda mais. No centro, está ficando só o rosa.

No entanto, o mais ou menos mono color “centro político” é que não prescinde do encosto à direita, nem esta à extrema-direita.

Dá para perceber, ou é preciso fazer um desenho (a cores)? Não será já tempo de ajustar as palavras ao seu conteúdo?

(*) Os camaradas editores dos Cadernos preparatórios da Convenção alertaram-me para que não dá meter cores no artigo, como era na minha primeira versão. E para que tenha cuidado com o suporte informático em que é enviado, pois também pode não ser editável. E um editável pode desconjuntar as semi-rectas ao fazer-se a edição.

Fiquei bastante agradecido aos camaradas editores pelos seus alertas, mas resolvi, mesmo assim, arriscar a publicação. Seja o que a informática quiser!

SOBRE O RELATÓRIO DA MESA NACIONAL - I

VÍTOR RUIVO

1. Seja sobre o actual Relatório, seja sobre os que vêm sendo feitos desde há várias convenções, verifico que os documentos de Relatório do mandato, efectuados pelas MN cessantes, **são documentos com interesse mas que, tanto como me apercebo, não são alvo de qualquer apreciação colectiva do partido.** Nem na sessão final, nem nos debates, nem tão pouco em artigos que façam a sua apreciação.

Desse modo o seu papel fica muito reduzido, talvez apenas a um formalismo que a MN cumpre. No entanto, se fosse um pouco mais desenvolvido, e se tivesse o carácter de “Balanço” da actividade desenvolvida durante o mandato, o que quanto a mim é mais necessário e importante do que, basicamente, apenas um relato do que foi feito, seria um documento de análise, quer sobre a actividade realizada pela MN e pelo partido durante cada mandato, quer sobre a perspectiva em que essa actividade foi assumida, permitindo apreciações favoráveis ou críticas e pistas para a actividade futura.

Sugiro que esta questão seja analisada e dada outra importância e função a estes Relatórios de mandato.

De igual modo, deveria ser dado relevo e importância aos balanços de mandato realizados (ou que deveriam sê-lo) pelas CCDs e pelas CCCs, em cada distrito e concelho. A sua apreciação, valorizando os aspectos negativos e positivos, como aprendizagem para o trabalho futuro, deveria ser um elemento fundamental no debate do trabalho realizado e um instrumento de peso para que se trave, ou a inércia no activismo partidário, ou, no polo oposto, a exacerbação da disputa entre listas concorrentes, com o correspondente prejuízo da “contagem de espingardas” e incompatibilidades pessoais extremadas.

No actual Relatório, apenas as Regiões (Madeira e Açores) estão presentes com brevíssimas sínteses, na Madeira sobre os momentos de maior significado, nos Açores, sobre a actuação do grupo parlamentar. **Porque não consta nada em relação a cada distrito do continente?**

Lendo o conjunto dos pontos abordados, verifica-se que é quase em exclusivo o “relatório” daquilo que foi realizado, sem qualquer apreciação valorizadora de aspectos mais positivos ou mais negativos da actividade desenvolvida, o que, como disse atrás, retira valor a estes relatórios.

2. No ponto 2. do Relatório “Reuniões e deliberações da MN” é indicado que a MN reuniu 17 vezes, no entanto, **só são abordadas 16 reuniões, tendo sido omitida a reunião de 04/10/20. Porquê?** Ainda mais quando essa omissão levou a que não tenha havido neste Relatório qualquer referência à aprovação pela MN da candidatura da camarada Marisa Matias às eleições presidenciais de Janeiro de 2021. Aprovação que foi precisamente realizada nessa reunião da MN.

Esta omissão junta-se ao facto de que, nem a resolução da MN em que as presidenciais são apreciadas, nem posteriores artigos no esquerda.net, para além na referência factual aos resultados, fazem uma análise ao lançamento da candidatura da M. Matias, com exclusão de quaisquer outras hipóteses, do modo como foi e de que ensinamentos tirar dos resultados eleitorais. O mesmo ocorrendo com a crescente abstenção eleitoral, que nestas presidenciais atingiu, mesmo que em valores corrigidos, a cifra dos 50%.

Sugiro que a omissão da referida reunião da MN seja corrigida e algo se avance mais sobre a apreciação das eleições presidenciais.

3. Sobre as edições do Jornal Bloco e dos folhetos das campanhas tem significado conhecer, além dos números



de exemplares editados, quais os distribuídos e correspondentes sobras. E tanto quanto possível, as respectivas proporções pelos vários distritos, regiões e concelhos. Até porque há a noção de que em bastantes locais as sobras são muitas... Daqui resultaria uma ideia bem mais real de qual o relevo e uso dos folhetos editados.

Igualmente significativo seria conhecer qual a produção existente e a sua distribuição de folhetos distritais e locais.

Também para as páginas na Net e Facebook, seria importante conhecer a sua produção e manutenção distrital e local, que, ao que suponho por alguma observação na página do bloco.org, é muito desigual de umas zonas para outras, indo desde as que mantêm uma razoável regularidade até às que têm atrasos inaceitáveis. Isto acontece com as próprias secções que fazem parte do Bloco.org nacional.

Sem pôr em causa, antes louvando, os avanços alcançados no Facebook e nas redes sociais e a diversidade de rubricas no esquerda.net, e mesmo que a comparação com outros sítios partidários nos seja favorável, as falhas existentes actualmente são suficientes para se procurar alcançar uma melhoria significativa nesses aspectos em falta.

Em minha opinião, sendo esta uma área cada vez mais importante, ainda mais neste período de pandemia, não devemos ter a ilusão de que ela alguma vez venha a substituir com vantagem o contacto e a conversa presencial com as pessoas. Sobretudo as mais desfavorecidas económica, social e culturalmente.



SOBRE O RELATÓRIO DA MESA NACIONAL - II

VÍTOR RUIVO

1. O sítio *Despedimentos.pt* foi uma boa iniciativa para nos ajudar a intervir no mundo laborar, principalmente neste tempo de pandemia. Mas também não nos deve iludir de que substitua o trabalho sindical e de acção concreta junto dos trabalhadores e dos seus locais de trabalho. Intervenção em que, julgo, estamos muito aquém do que é necessário para o Bloco cumprir os seus objectivos de luta. Sintoma claro disso é o nível de sindicalização muito baixo entre os aderentes do partido.

A iniciativa o *Interior do Avesso*, por algumas visitas que tenho feito à página e pelo seu noticiário e acções parece bastante positiva e de continuar.

2. A produção do grupo parlamentar, em termos de intervenções em plenário e nas comissões, bem como na apresentação de recomendações, projecto- lei e perguntas ao governo, tem sido bastante positiva. Juntamente com as diferentes acções dos principais dirigentes e dos deputados, junto de trabalhadores e diversas entidades, tem sido a base da divulgação e da afirmação do Bloco perante a opinião pública nacional e distrital.

No entanto, todo esse manancial de trabalho, legislativo e de intervenção, parece-me que não tem o desejável acompanhamento, nem aproveitamento, no seu desdobramento pelo país, em cada distrito e concelho. O que lhe retira boa parte da força e influência que a justeza dos posicionamentos poderia e deveria ter. **Quanto a mim, tais deficiências devem-se à ausência de planos de acção distritais bem articulados com a acção do grupo parlamentar e dos respectivos deputados.** Dá a impressão que, em geral, estes têm uma agenda própria, pessoal ou debatida no grupo parlamentar, mas que não é devidamente articulada com cada distrito de que fazem parte, através de prioridades mutuamente decididas com as CCDs e destas com as CCCs para o acompanhamento e activismo em cada núcleo.

Um outro aspecto da intervenção do Bloco na actualidade, desde a “geringonça”, mas sobretudo após ela, **é que, quanto a mim, se concentra demasiado nas propostas, críticas e ataques ao Governo.** É natural e justo fazê-lo, mas, na medida em que este é apenas um representante político de interesses que o comandam ou a que se submete - o Capital nacional e internacional e as instituições que o servem, implícita ou explicitamente, em Portugal, na UE, ou para além desta, em organismos como o FMI, a NATO, os tratados comerciais da OMC ou outros, seria importante apoiar e desenvolver lutas directamente contra estes mandantes, com mobilização popular de manifestações de rua, etc.. Que passam em Portugal, pela defesa do SNS contra os negócios dos Melos e dos outros grupos da medicina privada, contra as farmacêuticas assassinas e as cumplicidades da UE; pela defesa da Habitação social e barata, contra a especulação imobiliária e os fundos especulativos; pela defesa da Água, da electricidade e das comunicações sob controlo público, contra os monopólios da gestão privatizada, da GALP, da EDP, dos CCTs e das operadoras, das PPPs; pelo controlo público da Banca, contra a especulação financeira, o roubo das comissões, etc., etc..

3. Julgo que o trabalho do Grupo Executivo de Apoio Autárquico, tem vindo a ser um apoio cada vez mais importante e significativo às múltiplas solicitações dos autarcas por todo o país e com iniciativas próprias úteis na formação em muitas das matérias sobre que eles têm de se posicionar.

A pouco e pouco a intervenção autárquica vai sendo um pouco mais estruturada e mais regular. Mas, ao que me parece, muito desigual de uns concelhos para outros. Alguns terão agendas próprias de intervenção, com alguma visibilidade, talvez mais naqueles em que há vereadores eleitos.



Mas muitos, têm pouco mais do que a participação nas reuniões dos órgãos em que estamos representados, muito ao sabor das OTs dessas reuniões, das agendas alheias e dos acontecimentos que vão surgindo. Os activistas são muito poucos e grande parte do trabalho recai quase só sobre os eleitos, sem dinâmicas regulares e estruturadas dos núcleos.

Julgo que para romper essas situações, é muito importante que as CCDs procurem dinamizar e apoiar o trabalho local e das CCCs, onde existam. **E que a MN e a CP se preocupem muito mais com a organização do partido em todo o país.** As duas conferências nacionais de organização, já realizadas, tiveram bonitas intervenções, boas intenções, e algumas medidas que, ou não chegaram a ser postas em prática, ou rapidamente se desleixaram.

As próximas eleições autárquicas, de Setembro/Outubro, são um importante momento para, sendo preparadas desde já, e é tarde, reforçar o trabalho local do Bloco.

Algumas considerações que poderia adiantar sobre isso, já as fui fazendo noutras oportunidades, e fá-las-ei de novo, na ajuda que me for possível dar ao trabalho local no meu distrito e concelho.

SOBRE O RELATÓRIO DA MESA NACIONAL - III

VÍTOR RUIVO

1. Foi preciso chegar à leitura deste Relatório para tomar conhecimento de que a actual **Coordenadora Nacional do Trabalho (CNT)**, eleita pela MN a 16/02/2019, é composta por 50 camaradas de diferentes sectores de actividade laboral, tendo um secretariado de 12.

Tal não consta na secção do Trabalho, na página do Bloco.org., nem nas notícias, nem no item da própria CNT. Aliás nem esta eleição é referida em nenhum artigo aí publicado. Em 28/02/19, por leitura da minuta duma anterior reunião da MN, escrevi à CP solicitando que me informassem quantos e quais eram os camaradas eleitos para a CNT e se havia algum documento daí resultante ou algum plano de trabalho da CNT. A resposta, involuntária, foi-me dada agora no Relatório da MN.

E não se trata de curiosidade mórbida, pois desde que, no início do Bloco, se começaram a constituir Grupos de Trabalho, que, no Algarve, sempre integrei o grupo referente ao trabalho laboral, que tem vindo a ser repegado, sobretudo nas alturas de reeleição das CCDs, passando por fases de estagnação completa a momentos, curtos, de alguma actividade.

Solicito que a composição da CNT e do respectivo Secretariado seja rapidamente divulgada, como aliás aconteceu para anteriores CNTs. Poderá sê-lo em notícia publicada na secção do Trabalho, na página do Bloco.org, que bem precisa de ser actualizada e mantida regularmente.

Não ponho em causa o trabalho desenvolvido pela CNT e pelo Bloco. No entanto, sobretudo a incapacidade de levar a todo o partido, em todo o país, a dinâmica de acção regular com planos de trabalho continuados nesta área tão importante, é uma falha grave que precisamos de ir corrigindo, ainda mais neste período de pandemia, de grande quebra económica, com efeitos tão nefastos sobre os trabalhadores.

Esta falha resulta, por um lado, dessa incapacidade central (MN, CP, CNT...), e por outro, da incapacidade em boa parte dos distritos, em desenvolver o trabalho laboral e sindical. É preciso que os grupos de trabalho para o Trabalho, de facto funcionem e os seus membros não se alheiem dessa tarefa, seja por inacção, seja porque a partilham com outras mais (autarquias, etc.) que fazem com que a parte laboral fique ao abandono.

Além disto, a disposição da generalidade dos aderentes para a luta laboral tem vindo a diminuir, predominando a ideia de que é ineficaz e de que só os sectores com um peso específico muito forte é que alcançam qualquer coisa, dominados, também muitos de nós, pelo individualismo reinante, pela ilusão da meritocracia e pelos dogmas capitalistas de que as empresas e o empreendedorismo, são a base económica das sociedades, o seu sustentáculo inatacável.

Para enfrentar este problema de pouco servem os Encontros sobre a economia digital, o teletrabalho, etc. Sobre tudo porque neles só participa quem já é dirigente ou delegado, ou, pelo menos, activista sindical e já está ganho para a luta laboral, o enfrentamento aos patrões, a oposição entre Capital e Trabalho, etc..

No que se refere aos aderentes do Bloco, tenho vindo a propor, seja para o distrito de Faro, seja para o todo nacional, que se retome a **Campanha de Sindicalização**. A realizada anteriormente, julgo que entre meados de 2017 e início de 2018, foi um insucesso significativo na medida em que constou do envio de um mail aos aderentes em geral, com um apelo à sindicalização e inquirindo também qual a participação de cada um na intervenção laboral. Ao que então me foi informado, responderam apenas cinquenta e tal camaradas, embora tenha permitido saber de alguns dirigentes e activistas. E por aí se ficou a Campanha.

Quanto a mim, deve ser retomada, e persistir através do contacto pessoal (telefónico ou presencial) com todos os aderentes em condições de sindicalização. Deveria ser feita, concelho a concelho, por camaradas das CCCs, ou



dos Grupos do Trabalho e acompanhada pelas CCDs e coordenada pela CNT. A campanha deveria ser encarada como o meio directo de enfrentar toda a influência da ideologia neoliberal, no campo económico, sobre os aderentes do BE. Por isso, em cada distrito, os Grupos do Trabalho, ou as CCDs, deveriam, além da conversa pessoal, **organizar acções de formação e debates político/sindicais** dirigidos as aderentes e aos activistas laborais já existentes. E que nesses debates se discutissem as realidades locais da precariedade, do desemprego, da busca de um trabalho, das situações concretas dos abusos patronais, da legislação, da argumentação patronal e burguesa, das reflexões e dos medos dos trabalhadores, da luta e das dificuldades e erros dos sindicatos, etc. Tudo isto com a troca de ideias sobre o pensamento proletário anticapitalista e as propostas do Bloco para a luta laboral.

Além destas iniciativas, há questões elementares de organização, na área laboral, de que o Bloco nunca tratou. Quantos somos, que profissões, em que empresas e sectores, no todo nacional e em cada distrito? Quantos sindicalizados, quantos delegados e dirigentes sindicais no todo nacional e em cada distrito? (...)

Isto deveria ser o ponto de partida. Que seja antes tarde do que nunca!

SOBRE O RELATÓRIO DA MESA NACIONAL - IV

VÍTOR RUIVO

1. Saúdo as informações prestadas pela síntese apresentada no ponto (11º) sobre a actividade do Departamento Internacional do BE. Nem todos os actos referidos foram noticiados em artigos do Esquerda.net, ou serei eu que não me recordo bem...

Digo isto para justificar a minha opinião de que essa actividade deveria ser mais regularmente e com mais substância noticiada e informada aos aderentes em geral. Talvez também através de uma secção própria no site do Bloco.org, como acontece com outras frentes de trabalho. A dinâmica e o grande número de acções desenvolvidas pelo Departamento justificam plenamente essa tarefa informativa a bem da “intensidade democrática” na vida do Bloco.

2. Renovo a saudação no que respeita às informações sobre as actividades da Delegação do BE no Parlamento Europeu. Desde há vários Relatórios da MN que fico assombrado com a quantidade de iniciativas, quer as promovidas pelos deputados do Bloco e outras em que são relatores, quer outras nas mais diversas matérias em que participam.

De algumas fui tendo conhecimento, mas a sensação é que a grande maioria me foi desconhecida. Bem mais do que eu, que me procuro manter informado, será a situação da generalidade dos aderentes. Julgo importante que isso possa ser alterado. Por um lado, porque esse desconhecimento é uma forma de todo o trabalho desta Delegação não ser minimamente valorizado pelo partido, e ainda menos aproveitado, se não na acção nacional, pelo menos nas actividades distritais, locais e de divulgação pública. Por outro lado, o desconhecimento impossibilita que se possa formar opinião sobre o trabalho realizado. Ou então, fica-se com opiniões que correm o risco de ser muito parciais ou até erróneas.

Por isso, **toda esta actividade deveria ser divulgada regularmente numa secção própria, talvez na página do Bloco.org, juntamente ou não, com a do Departamento Internacional.** Dos acontecimentos referidos, uma boa parte deles merecia, só por si, a feitura de artigos e a organização de debates abertos aos aderentes interessados. Só assim é possível que a generalidade do partido vá formando opinião sobre os temas internacionais, que, cada vez mais influenciam, ou dominam até, a própria realidade portuguesa. Sobre a nossa relação com os mais diversos partidos da Europa e do mundo e sobre os pontos comuns e as discordâncias que existem entre todos. E essa é a base para obter e sustentar a visão internacionalista, geoestratégica, que pretendemos ter na luta anticapitalista e contra o terrorismo imperialista, para a emancipação e cooperação entre os povos.

Pessoalmente, no semi desconhecimento em que me encontro, verifico pela leitura dos assuntos abordados, quer pelo Departamento Internacional, quer pela Delegação no PE, quer ainda pela participação dos dirigentes centrais em visitas, encontros, acções, que estão quase ausentes iniciativas em que esteja presente a luta pela Paz e pelo desarmamento, na denúncia e enfrentamento da NATO, contra as guerras imperialistas, contra as sanções e a interferência directa ou indirecta dos EUA nos diferentes países, como principal potência que procura manter, por diferentes formas de violência, a sua hegemonia militar e geoestratégica.

Houve algumas acções de apoio aos imigrantes e refugiados, ao povo curdo. No âmbito do PE, foram debatidas em Plenário várias propostas do BE de apoio ao povo do Saara Ocidental, à Palestina, à situação em Moçambique, na Bolívia, à situação na fronteira México-EUA. Foram dirigidas perguntas à Comissão Europeia sobre a ocupação dos territórios palestinos, sobre os push-back (?) de refugiados na fronteira com a Croácia, o envolvimento da Frontex em push-backs ilegais (?), sobre a BlackRock, sobre a Covid-19 na faixa de Gaza. Missões da Marisa Matias ao Sri Lanka e aos campos de refugiados na Grécia.



São todas estas e outras, acções meritórias, mas, nas dúvidas que mantenho sobre alguns destes temas, **sobressai, por falta de abordagem, a perspectiva da luta pela Paz, no enfrentamento da disputa entre as principais potências mundiais (EUA, China, Rússia...)** e seus respectivos aliados, em que actualmente, mesmo com a substituição de Trump por Biden, nos EUA, não se vêem sintomas de abrandamento, apenas alguma moderação e cinismo na linguagem, mantendo-se os mesmos desígnios e acções para manter a todo o custo a hegemonia mundial.

Em minha opinião, é cada vez mais importante que o Bloco se empenhe em contribuir para a **formação e crescimento de um amplo movimento internacionalista, independente de umas e outras potências, com rumo, propostas e acções próprias**, que tenha em conta essas disputas e a perigosidade relativa de cada uma delas. E que saia do que me parece ser um impasse em que só se analisa, se opina sobre cada potência e as suas maleitas, mas não se cria movimento nem acção própria, a única via que verdadeiramente pode contribuir para a emancipação dos povos.



ABSTENÇÃO I – NÚMEROS E NECESSÁRIA CORRECÇÃO

VÍTOR RUIVO

GRADUAL CRESCIMENTO

A abstenção nas presidenciais de 2021 foi, em valor oficial, de 60,74%: Total de inscritos – 100% (10.847.434) subtraídos de aproximadamente 40% de votantes (4.258.356).

A abstenção deste ano, nos valores oficiais, foi claramente a maior de todas. Ao longo das dez eleições já realizadas (em 1986 houve 1ª e 2ª volta), a tendência tem sido de um aumento gradual da abstenção, com alguns recuos e avanços entre elas, desde os valores mais baixos em 1976 e 1980, respectivamente de 24,6% e **15,8%** (este é o valor mais baixo da abstenção em todas as eleições presidenciais) até aos **60,7%** de agora.

Igual tendência de crescimento se verifica tanto nas eleições legislativas, como nas autárquicas e nas europeias.

Considerando os valores oficiais divulgados, **nas 16 eleições legislativas** já ocorridas, incluindo as primeiras para a Assembleia Constituinte após o 25 de Abril de 1974, a abstenção foi sempre crescendo até à última em 2019, com pequenos recuos em 1980 e em 2002 e 2003. Também o número de inscritos tem vindo sempre a aumentar. Na Constituinte foram inscritos 6.231.372 eleitores e a abstenção foi a menor de sempre – **8,34%** (a menor em todos os tipos de eleição). Em 2019 foram inscritos 10.811.436 eleitores, tendo a abstenção sido de **51,43%**, superando pela primeira vez 50% dos eleitores.

Desde o 25 de Abril realizaram-se **12 eleições autárquicas**. Considerando as votações para as Câmaras Municipais, nas primeiras eleições em 1976 estavam inscritos 6.460.494 eleitores, sendo a abstenção de 35,45%. A tendência tem sido igualmente de aumento da abstenção, embora com menos amplitude do que nas legislativas e nas presidenciais. Coloca-se aqui a sua evolução de eleição para eleição: 1979 - **26,23%**; 1982 - 28,58%; 1985 - 36,1%; 1989 - 39,09%; 1993 - 36,6%; 1997 - 39,9%; 2001-39,88%; 2005 - 39,02%; 2009 - 40,09%; 2013 - 47,4%; 2017 - **45,03%**. A mais baixa foi em 1979, a mais elevada em 2017. O número de eleitores inscritos foi sempre aumentando sendo o maior número em 2013, um pouco mais do que os 9.411.540 de 2017.

Quanto às **eleições para o Parlamento Europeu, Portugal participou em 8 eleições**, desde 1987 até 2019. Na primeira estavam inscritos 7.787.603 eleitores, na última 10.786.068, numa tendência sempre crescente. Em 1987 a abstenção foi de 27,42%. Em 2019 a abstenção foi de 68,99%. Após a primeira, a evolução da abstenção foi: 1989 - 48,9%; 1994 - 64,46%; 1999 - 60,07%; 2004 - 61,4%; 2009 - 63,22%; 2014 - 66,16%. Portanto, a menor abstenção foi na primeira eleição e a maior na última.

VALORES OFICIAIS INFLACIONADOS

Vários factores justificam que o valor da abstenção, na realidade, se deva considerar como menor do que o valor oficial. Esses factores têm-se manifestado na generalidade das eleições e desde há bastantes anos. Provavelmente de forma crescente até hoje.

O método oficial utilizado para a determinação da abstenção faz-se subtraindo o número de votantes em cada eleição ao número total de possíveis votantes (os inscritos nos cadernos eleitorais). Porém, sobre este número total de inscritos existem muitas incertezas quanto ao seu rigor devido às diferentes formas de recolha de dados, pelas várias entidades que o fazem, seja para a avaliação da população residente em Portugal, seja para o recenseamento eleitoral, sobretudo no que refere à contabilidade dos emigrados no estrangeiro, e até para os imigrantes a residir no país. Chega-se ao cúmulo de o número estabelecido de eleitores ser superior ao número considerado de adultos em idade de votar.



Juntamente com a necessária correcção desses aspectos, julgo válido considerar que os principais factores que, corrigidos, levariam a determinar-se para a abstenção um número menor do que têm sido os números “oficiais”, são:

Por um lado, a rectificação dos cadernos eleitorais no que respeita aos falecimentos e outras pequenas falhas. Por outro, o acerto em relação ao número de emigrantes que devem ser considerados como eleitores e em cada um dos tipos de eleições. Devido ao recenseamento automático dos emigrantes decorrente da Lei nº 47/2018 (para estas eleições foram recenseados em Portugal 9.314.947 eleitores e no estrangeiro 1.208.536), grande parte deles era potencial votante mas, ao não o fazerem, face às várias e enormes dificuldades para votar, os valores da sua abstenção ficaram muito elevados. Por outro lado ainda, nas presidenciais deste ano, houve uns largos milhares, talvez mais de 100 mil potenciais votantes, que não o puderam fazer devido a estarem em confinamento.

Porém, todos estes aspectos somados, se fossem praticamente eliminados, ainda assim não evitariam, nestas presidenciais, uma percentagem de abstenção, talvez nunca inferior a **50%**. De igual modo, quanto aos restantes tipos de eleições, a diminuição do valor real da abstenção mantém-na em níveis também muito preocupantes.

ABSTENÇÃO II – CAUSAS DA ABSTENÇÃO

VÍTOR RUIVO

Embora o crescimento do número dos inscritos e o aumento da abstenção surjam mais ou menos num crescendo em paralelo, o crescimento de um não deve ser visto em relação directa com o outro.

Julgo que o crescimento do número de inscritos resulta, por um lado, da falta de limpeza dos cadernos eleitorais, por outro, de algum aumento da população residente até cerca de 2009, por via do aumento da natalidade e da paulatina inclusão de alguns imigrantes radicados e nacionalizados portugueses e, sobretudo, do recente recenseamento automático dos nossos emigrantes que compensou os efeitos da diminuição da população nacional em virtude da diminuição da natalidade.

Por seu lado, o aumento da abstenção tem outras causas. Um recente estudo bastante elogiado nos meios dominantes (Portugal Talks 2018, iniciativa da Câmara de Cascais) e de cariz liberal, serve-me, neste artigo, para abordar alguns dos aspectos técnicos ligados à abstenção, bem como para observar as suas considerações de carácter mais político.

Abstraindo das comparações que o estudo faz entre diferentes países e da influência no nível da abstenção em resultado da dimensão dos países, da sua homogeneidade étnica ou desigualdade social, e jogando um olhar às outras considerações, o estudo realça o que para diversos autores parecem ser as principais motivações para a abstenção.

Para uns, a perda de relevância e capacidade de mobilização dos sindicatos e dos partidos políticos na representação dos trabalhadores e dos estratos mais baixos da população tem-nos levado à descrença na participação política. Para outros, é a entrada no universo dos eleitores de camadas de população de gerações mais novas e que iniciaram o voto em eleições pouco competitivas, como as de 80 e 90 do século passado, sobretudo eleições para o Parlamento Europeu, pouco chamativas. Ou então, que a visão dessas novas gerações não entende as eleições como um dever cívico, mas como um direito sem qualquer imperativo normativo, ou moral. Para outros ainda, dado que o repertório de participação cívica é actualmente mais amplo que em décadas anteriores (petições, manifestações, movimentos sectoriais e minorias, discussão política online, etc.) os mais jovens sentem-se mais atraídos por essas novas formas de participação e são os que mais as usam.

Na minha modesta e pouco aprofundada opinião, sendo que todas estas razões estão presentes nos motivos para o aumento da abstenção também em Portugal, as razões maiores têm que ver com a desilusão do eleitorado perante as promessas repetidamente por cumprir.

Os partidos dominantes, desde que o 25 de Novembro de 1975 acabou com as utopias de Abril, e que sucessivamente, sozinhos ou coligados, formaram os Governos até hoje, guerreiam muito entre si, mas, de igual modo, nas campanhas eleitorais jogam todas as culpas para os adversários e prometem sempre que, com eles, será muito diferente. Mas depois, no poder, voltam sempre à mesma música de todos os favores e toda a protecção aos lucros dos ricos e, a custo, a concessão de algumas migalhas, quando não cortes e mais cortes, para os pobres e remediados.

Esta opção política foi-os levando a abrir todas as portas às privatizações, ao reforço do domínio do poder dos grandes grupos privados e dos seus negócios, e à estagnação e descrédito, ou destruição completa, de muitos serviços e empresas públicas. Assim cresceu a corrupção, a prepotência e o autoritarismo.

Assim cresceu a hipocrisia e o cinismo dos mandantes, rolando as cabeças mais pequenas ou mais estúpidas, uma vez por outra de algum nome mais sonante, para que alguma coisa mude e tudo fique na mesma. A esta espiral tem-se juntado cada vez com mais impacto, a parafernália da mídia e das redes sociais ao serviço do sistema, fazendo que as mentiras mais descaradas valham o mesmo que as simples verdades dos factos, ou que estes desapareçam ocultos na manipulação das gentes ou na total barragem desinformativa.



A descrença e a repulsa popular por tudo isto vai crescendo. Com pouca ou nenhuma consciência da razão de ser destas políticas, cresce a raiva, a indiferença ou a resignação. E assim cresce a abstenção, que “os políticos são todos iguais”, “que “a minha política é o trabalho” (quando o tenho), que “cada um que se safe por si”, etc., etc.



ABSTENÇÃO III – QUE FAZER PARA DIMINUIR A ABSTENÇÃO

VÍTOR RUIVO

Conforme o peso e a simpatia que se tem pelas diferentes motivações que levam ao crescimento da abstenção assim difere a relevância que é dada às diferentes medidas possíveis para combatê-la.

Os autores e os apaniguados do estudo referido em Abstenção II, senhores da sua visão liberal, diminuem ou até ignoram a importância das causas a que as esquerdas, à esquerda do PS, dão maior relevo, apontando as indispensáveis medidas que, por si, farão diminuir a abstenção. Para os liberais, onde inclui o PS, desejáveis e mais viáveis são as medidas de carácter técnico-administrativo. Ainda assim, sob a perspectiva de que essas medidas lhes sirvam os intentos de se manterem no poder, no serviço a um esforço de dar estabilidade ao funcionamento do capitalismo e de contenção e subjugação dos protestos e revoltas populares. Que, fora disso, até não lhes incomoda nada ganharem eleições com 20 ou 30% de votos...

Sobre essas possíveis inovações, adianto uma opinião, ainda que pouco aprofundada.

Sobre o voto obrigatório, à partida não é desejável, se se considerar que a votação deve ser, o mais possível, resultado da participação livre e consciente dos cidadãos. O seu carácter obrigatório e punitivo, alimenta opções políticas autoritárias e tendentes à distanciação entre os poderes e os cidadãos. A observação empírica do resultado da sua aplicação não é unívoca sobre se resolve a crescente abstenção. Talvez mais onde as punições são efectivamente aplicadas, o que reforça o carácter autoritário e prepotente do poder, desleixado e ineficaz, se não há punição ou ela não é aplicada.

A realização simultânea de eleições para várias instituições e matérias a eleger, como acontece em alguns países para presidente e deputados, ou órgãos autárquicos, ou ainda para o salário mínimo, ou outras propostas sociais de carácter geral, é algo que pode ser estudado pelas esquerdas, sempre sob o ponto de vista de se serão válidas para uma muito maior participação cidadã mais consciente e com mais poder efectivo.

A adopção de um sistema eleitoral baseado na proporcionalidade directa, julgo que ainda é mais benéfica do que a actual proporcionalidade do método de Hondt, para levar a um menor desperdício de votos e a uma maior representação de todo o espectro de opções de voto, favorecendo mais os menores partidos face aos maiores. Têm sido nesse sentido as propostas das esquerdas, à esquerda do PS. Pelo contrário, quer o PSD, quer o PS, têm defendido, sem ainda avançarem, alterações para a criação de círculos uninominais, com o falso pretexto de aproximação aos eleitores mas que, na prática, levariam à concentração do voto nos dois maiores partidos. Assim como defendem alterações nas autárquicas para um sistema presidencialista que reduz a participação democrática dos cidadãos.

A antecipação do voto já existe em Portugal, com diferentes características conforme o tipo de eleições. Nas legislativas, para os recenseados no continente ou nas regiões autónomas (excluem-se os emigrantes no estrangeiro), pode ser exercido “em mobilidade”, ou seja, escolhendo o eleitor, previamente, o local de voto em que pretende votar. Ou no local de voto em que está recenseado, ou no hospital se estiver hospitalizado, ou na prisão em que esteja preso. Nas presidenciais, o voto antecipado beneficia das situações anteriores e também os emigrantes desde que estejam recenseados em território nacional. Nas autárquicas, o voto antecipado não pode ser exercido na forma “em mobilidade”. O voto antecipado tem sido usado por bastantes eleitores consoante as suas necessidades circunstanciais, o que recomenda a sua continuação, embora dê mais trabalho organizativo e de segurança da verdade do voto, exigindo maior prevenção dos cidadãos para não sofrerem percalços no seu exercício (atrasos dos CTT, rigor nos procedimentos para a validade do voto, etc.).

Finalmente, o voto electrónico é defendido por muitos opinadores, embora ainda não tenha cobertura legal para existir no nosso país. O problema maior que se levanta é o da segurança e sigilo do voto. Desde logo porque actualmente a sua realização passaria pela execução técnica através das grandes multinacionais privadas que



comandam a internet e os processos digitais (Microsoft, Apple, Google, etc., etc.). Que ficariam controlando todo esse processo, sendo que as garantias de não interferência, sonegação de dados, etc., não dão confiança absoluta, antes pelo contrário. A sua execução por meios informáticos de propriedade e controlo estatal, diminuiria a facilidade dessas interferências, ainda que as características de cada regime estatal são sempre um risco para a democraticidade efectiva dos votos, mas estes riscos estão presentes também nos votos presenciais em urna. (Este é um tema de importância fundamental, mas não abordado aqui). Por outro lado, a possibilidade de interferências por hackers individuais ou de grupos organizados, também é algo apontado como possível e difícil de evitar.

Apesar de todas estas condicionantes, actualmente, existem bastantes países (cerca de 35) onde se levam a efeito experimentações piloto, parciais ou gerais, do uso do voto electrónico. As esquerdas radicais deverão aprofundar o estudo deste assunto e apresentar propostas de rejeição, ou não, e em que condições, fundamentando os seus posicionamentos.



ABSTENÇÃO IV - O BUSÍLIQ DO COMBATE À ABSTENÇÃO

VÍTOR RUIVO

Se olharmos para as causas da abstenção, o seu mais legítimo e verdadeiro combate, do ponto de vista dos interesses populares, está na adopção de políticas e medidas económicas e sociais que melhorem radicalmente as condições de vida da maioria da população, sobretudo dos seus estratos mais pobres. Políticas que façam dessa melhoria algo constante e em progressão. Um progresso libertado do comando do lucro máximo, conduzido para a preservação da natureza e a transição energética, formas únicas de parar a subversão humana sobre o equilíbrio ecológico, na luta pelo desarmamento geral, num mundo pacífico e de cooperação entre os povos. Políticas e medidas que, simultaneamente, sejam tomadas, não apenas com a participação e ouvindo os cidadãos, mas cada vez mais como decisão e administração dos próprios cidadãos, através das organizações dos trabalhadores e dos outros movimentos sociais.

É evidente que este rumo só será possível sem ter no comando do poder político e económico os partidos e organizações do sistema capitalista. Só governos e instituições resultantes de amplas coligações das esquerdas radicais com os movimentos sociais dos trabalhadores e das diferentes expressões emancipatórias de toda a sociedade poderão sustentar tal caminho.

Neste caminho, a diminuição da abstenção eleitoral, em primeiro lugar da grande maioria populacional nele interessada, é não só um objectivo para a obtenção da hegemonia social pelas esquerdas radicais, como algo que será cada vez mais natural no seu justo desenvolvimento.

Em Portugal, para além dos diversos movimentos sociais progressistas, dois principais partidos políticos exprimem actualmente, entre erros e qualidades de um e do outro, a possibilidade desse rumo e do necessário combate à abstenção - o Bloco de Esquerda e o Partido Comunista Português. Ambos lamentam a expressão crescente da abstenção eleitoral e de participação política, mas ambos têm muito que melhorar no efectivo combate à abstenção.

O PCP necessita de recuperar o que foi a sua grande influência no movimento sindical e nas autarquias. É certo que a CGTP, onde pontificam os seus quadros e militantes, continua sendo a maior e mais representativa central sindical, mas tem sido muito grande a perda de força dos sindicatos e muito grande a desindicalização ou a não sindicalização de novos trabalhadores. Em minha opinião, essa recuperação não se fará nos velhos termos do domínio quase total e exclusivo partidário, mas, pelo contrário, na abertura e pluralismo dos sindicatos a todas as expressões de movimentos laborais que neles queiram participar de forma democrática. Na sua renovação com mais sindicalização e eleição de novos delegados e dirigentes, sobretudo jovens trabalhadores, tanto efectivos como precários e mesmo com o reforço do trabalho junto dos desempregados, dos não sindicalizados e na solidariedade com os trabalhadores mais pobres.

Também nas autarquias a recuperação passará por renovar a velha coligação da CDU, perspectivando novos acordos e coligações no campo das esquerdas radicais e dos movimentos sociais e uma ligação maior aos problemas concretos das populações e às novas expressões identitárias e emancipatórias que têm ganhado relevo sobretudo nas camadas mais jovens.

Por seu lado, o BE sofre, desde a sua formação, de escassa ligação aos sectores mais desfavorecidos da população, seja no âmbito laboral e sindical, seja no campo autárquico. Vê-se isso, na escassez de sindicalização dos seus aderentes, no número reduzido de delegados e dirigentes sindicais seus adeptos, bem como nos resultados autárquicos sempre muito abaixo das suas votações nas legislativas. Os bons exemplos de intervenção dos principais dirigentes e deputados, em algumas situações particulares, não são repercutidos, por insuficiências de organização e militância, em igual capacidade de intervenção concreta e regular em todo o país e por todo o partido.



Às esquerdas radicais é indispensável e urgente, face ao aumento da abstenção, às reconfigurações partidárias e ao crescimento da extrema-direita, bem como à permanência da crise económica e social, agravada pela pandemia, essa ligação muito maior aos trabalhadores e sectores pobres, às necessidades concretas das pessoas que hoje desprezam por igual todos os partidos e a política em geral e se alheiam das eleições e das diferentes instituições, rejeitando os seus chefes e representantes, como “querendo todos o mesmo”, achando-os sempre prontos para a corrupção e o compadrio. Só essa ligação poderá, pelo exemplo da rectidão e do apoio concreto, combater a sério a abstenção e fazê-la diminuir progressivamente.



CALENDÁRIO DE DEBATES [ONLINE]

Sábado, 10 de abril

Coimbra, 17h

José Manuel Pureza (Moção A), Carlos Matias (Moção E), Miguel R Oliveira (Moção N), João Patrocínio (Moção Q)

Porto, 21h

José Soeiro (Moção a), Américo Campos (Moção C), Ricardo Salabert (Moção E), Pedro Pereira Neto (Moção N), Samuel Cardoso (Moção Q)

Faro, 21h

Fabian Figueiredo (Moção A), Duarte Graça (Moção C), João Madeira (Moção E), José Moreira (Moção N), Carlos Carujo (Moção Q)

Domingo, 11 de abril

Braga, 17h

Jorge Costa (Moção A), Paulo Teles (Moção C), Alexandre Carneiro (Moção E), Paula Rosa (Moção N), Joseph Silva (Moção Q)

Setúbal, 17h

Joana Mortágua (Moção A), Duarte Graça (Moção C), Bruno Candeias (Moção E), Pedro Pereira Neto (Moção N), Alexandre Cunha (Moção Q)

Aveiro, 17h

Moisés Ferreira (Moção A), Fernando Oliveira (Moção C), José Carlos Lopes (Moção E), Alexandre Café (Moção N), Alexandre Bonilha (Moção Q)

Segunda, 12 de abril

Lisboa, 21h

Mariana Mortágua (Moção A), Duarte Graça (Moção C), Adriano Zilhão (Moção E), Alexandre Café (Moção N), João Patrocínio (Moção Q)

Bragança, 21h

Marco Mendonça (Moção A), Fernando Oliveira (Moção C), Elisa Antunes (Moção E), José Moreira (Moção N), (Moção Q)

Terça, 13 de abril

Açores, 21h (hora local)

Luís Fazenda (Moção A), Sílvia Carreira (Moção E), Rodrigo Trancoso (Moção N), Carlos Carujo (Moção Q)

Santarém, 21h

Jorge Costa (Moção A), Ana Sofia Ligeiro (Moção E), Francisco Colaço (Moção N), Frederico Mira (Moção Q)

Quarta, 14 de abril

Madeira, 21h

Egídio Fernandes (Moção C), Carlos Marques (Moção E), Miguel R Oliveira (Moção N)

Viseu, 21h

José Soeiro (Moção A), Paulo Teles (Moção C), Luís Mouga Lopes (Moção E), Francisco Colaço (Moção N), Samuel Cardoso (Moção Q)

Quinta, 15 de abril

Portalegre, 21h

Fabian Figueiredo (Moção A), António Ricardo (Moção E), Cristina Herculano (Moção N), José Dias (Moção Q)

Castelo Branco, 21h

Adriano Campos (Moção A), Carlos Matias (Moção E), Miguel R Oliveira (Moção N), Joseph Silva (Moção Q)



Vila Real, 21h

José Soeiro (Moção A), Paulo Teles (Moção C), Rui Cortes (Moção E), José Moreira (Moção N)

Sexta, 16 de abril

Esquerda.net, 21h

Catarina Martins (Moção A), Américo Campos (Moção C), Ana Sofia Ligeiro (Moção E), Francisco Colaço (Moção N), Frederico Mira (Moção Q)

Sábado, 17 de abril

Leiria, 17h

Adriano Campos (Moção A), Adelino Granja (Moção E), Rodrigo Trancoso (Moção N), Ana Gomes Branco (Moção Q)

Évora, 17h

Mariana Mortágua (Moção A), Carlos Luna (Moção E), Paula Rosa (Moção N), Amália Oliveira

Círculo da Emigração, 17h (Horário de Lisboa)

Luís Fazenda (Moção A), Pedro Abreu (Moção E), Cristina Herculano (Moção N), Alexandre Bonilha (Moção Q)

Domingo, 18 de abril

Viana do Castelo, 17h

Luís Louro (Moção A), Fernando Oliveira (Moção C), António Soares Luz (Moção E), Rodrigo Trancoso (Moção N), Alexandre Cunha (Moção Q)

Guarda, 17h

Adelino Fortunato (Moção A), Jorge Mendes (Moção E), Paula Rosa (Moção N), Luís Miguel Santos (Moção Q)

Beja, 17h

Joana Mortágua (Moção A), (Moção C), Constantino Piçarra (Moção E), Pedro Pereira Neto (Moção N), Paulo Nascimento (Moção Q)



CALENDÁRIO

OUTUBRO

- 04** - Reunião da Mesa Nacional convoca a XII Convenção do Bloco de Esquerda e discute e vota Regulamento do processo da Convenção e elege a Comissão Organizadora da Convenção (COC).
- 06** - Publicação da convocatória e do regulamento no bloco.org e envio às/aos aderentes por correio eletrónico.

FEVEREIRO

- 22** - Apresentação pelas/os aderentes à MN de propostas de alteração aos Estatutos.

MARÇO

- 01** - Entrega à COC (coc.2021@bloco.org) das Moções de Orientação até às 17 horas;
- 01** - COC reúne às 17H30 para validar Moções.
- 06** - Reunião da Mesa Nacional discute e vota propostas de alteração aos Estatutos e proposta de Regimento da XII Convenção.
- 15** - Sai deBatEs #1 (Propostas de Regimento, Moções e alterações aos Estatutos)
- 22** - Aderentes apresentam propostas de alteração às Moções e aos Estatutos
- 29** - Envio à COC de textos de debate/contributos para deBatEs #2

ABRIL

- 05** - Moções comunicam à COC as alterações que são aceites, enviando o texto final. Comunicam também fusões entre moções.
- 06** - Envio à COC dos Regulamentos Eleitorais das/os delegadas/os à Convenção
- 09** - Envio aos aderentes dos Regulamentos Eleitorais das/os delegadas/os à XII Convenção
- 09** - Sai deBatEs 2# - Propostas finais de Moções e textos de debate/contributos

- 10** - Início do período de debate das Moções
- 18** - Final do período de debate das Moções
- 20** - Apresentação às Coordenadoras distritais/regionais, com conhecimento à COC, das listas de candidatas/os a delegadas/os
- 21** - Validação das listas pelas Coordenadoras distritais/regionais e pela COC
- 23** - Envio pela COC, por correio eletrónico, das listas de candidatas/os a delegadas/os, bem como as informações relativas às respetivas Assembleias Eleitorais, e os textos das Plataformas
- 26** - Envio das listas de candidatas/os a delegadas/os + kit voto para aderentes

MAIO

- 14** - Eleições delegadas/os à XII Convenção
- 15** - Eleições delegadas/os à XII Convenção
- 16** - Eleições delegadas/os à XII Convenção
- 19** - Sai DeBatEs #3 para distribuição na Convenção (Regulamento, Regimento, guião votações Estatutos, guião votações Moções)
- 22** - XII Convenção
- 23** - XII Convenção

JUSTIÇA

NA RESPOSTA

À CRISE

bloco.org |
esquerda.net